

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA – CCMN
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS – IGEO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG
MARIANA VIEIRA DE BRITO

Patrimônio consagrado e paisagens insurgentes: disputas por cidadania e visibilidade em
Olinda (PE).



RIO DE JANEIRO

2019

MARIANA VIEIRA DE BRITO

Patrimônio consagrado e paisagens insurgentes: disputas por cidadania e visibilidade em
Olinda (PE).

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de
Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção de do
título de doutor em Geografia.

Orientador: Rafael Winter Ribeiro.

Rio de Janeiro

2019

MARIANA VIEIRA DE BRITO

Patrimônio consagrado e paisagens insurgentes: disputas por cidadania e visibilidade em
Olinda (PE).

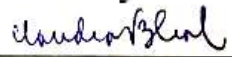
Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de
Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção de do
título de doutor em Geografia.



Dr^o Rafael Winter Ribeiro (Orientador) (PPGG/UFRJ)



Dr^o Scott William Hoefle (PPGG/UFRJ)



Dr^o Claudia Feierabend Baeta Leal (PEP-MP/IPHAN)



Dr^o Julio Cesar Ribeiro Sampaio (PPGPACS/UFRRJ)



Dr^o Luana Cristina da Silva Campos (PEP-MP/IPHAN)

AGRADECIMENTOS

Confesso que não esperava ser tão difícil e trabalhoso o momento final de uma tese, terminar esse ciclo tem sido um processo quase doloroso e, por isso, preciso muito agradecer àqueles que estão ou estiveram ao meu lado durante esses anos de pesquisa. Para começar, agradeço a minha família, minha mãe, minha inspiração de mulher, sábia e forte, ao meu pai, que mesmo indiretamente me passou o gosto pelo conhecimento, meus irmãos, Allan e Danton. À Dona gentil, minha avó querida com quem aprendo sempre e que me lembra que o conhecimento pode estar muito além da academia.

Meus caros amigos, Jardel que esteve presente em cada passo dado na universidade e a fez mais palatável e alegre, ao grupo da Giromba, Vitor, Igor, Ludmila, Pablo, David e Adriano, amigos que me fazem lembrar que o escárnio também alimenta alma. Agradeço ao meu irmão do coração Eric Borges, que de tão parecido comigo às vezes me assusta, a Renanzinho, por me passar a calma necessária nos meus momentos de desespero, a Patrício, que mesmo distante sinto que há uma conexão cósmica ou de vidas passadas, a Hilton que me ensina e me entusiasma com o ofício da docência.

Aos amigos de toda uma vida que provavelmente não lerão esses agradecimentos, Mariana Albergaria, Nice, Thalitão, Laíza e Suellen. À Tia Sheila que revisou o texto e tornou possível a finalização desse trabalho.

A Matheus que me inspira enquanto parceiro de Elga e pai de Gabriel.

A Dirceu, companheiro que segurou minha mão nas horas mais difíceis e soube a dor e a delícia de viver em vinte metros quadrados, por ter me apresentado seu país Recife/Jaboatão e me feito expandir meu mundo.

Aos amigos que conheci em Paris, Roberto, Sylvan, Carina e Carmenzita.

Ao Rafael, que é muito mais que um orientador, é um amigo sábio que cresceu junto comigo. À Paulinha, Gabriele, Gilberto, Allan, Pedro, Pedro Tavares, Débora, Rachel, Bia e João pesquisadores competentes que formam o GEOPPOL, Laboratório que me acolheu e me fez querer e ser geógrafa e professora de geografia.

Agradeço a todos os professores do departamento de geografia da UFRJ e, em especial, à professora Iná Elias de Castro, uma verdadeira Tigresa à la Caetano.

Por último, agradeço as forças metafísicas que mesmo sendo incompreensíveis merecem o crédito por não terem me feito desistir e superado os mais variados obstáculos.

RESUMO

BRITO, Mariana Vieira de. **Patrimônio consagrado e paisagens insurgentes: disputas por cidadania e visibilidade em Olinda (PE)**. Rio de Janeiro, 2019. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

Dentro de um contexto de ampliação dos canais políticos, do aumento das demandas sociais e mobilizações populares, patrimônio e paisagem têm sido tomados, isoladamente ou em conjunto como vetores privilegiados na obtenção de certos direitos. Tanto pelas classes médias, através do envolvimento com Conselhos de Preservação e mobilização de dispositivos legais, que vem utilizando-os como instrumento para obtenção da garantia de sua qualidade de vida, quanto pelos grupos mais vulneráveis da sociedade que têm procurado se colocar e contestar políticas de patrimônio e paisagens tradicionalmente restritas, através de mobilizações de ocupação ou manifestações artísticas diversas. Evidentemente que essa tentativa de tomada não ocorre sem resistência, mas observa-se que cada vez mais esses atores têm ganhado espaço, conquistado lugar na memória nacional, ainda que limitado, e travando lutas que tocam diretamente na apropriação da paisagem, como no caso dos grafites em sítios históricos de Olinda, onde podemos observar o embate entre dois tipos de manifestações na paisagem, aquelas baseadas em critérios estéticos-estilísticos, vinculadas ao IPHAN e às classes alta e médias e o grafite que só por sua presença já contesta e ressignifica a paisagem-patrimônio, gerando o que estamos chamando de paisagem insurgentes. Na medida que essas categorias têm sido utilizadas por uma maior gama de grupos sociais, cada vez mais heterogêneos, procurei investigar como tem se dado a captação do patrimônio enquanto política pública de valorização de bens caros à memória nacional na atualidade e da paisagem enquanto resultado de práticas sociais materializadas no espaço que podem ou não ser valorizadas e transformar-se em patrimônio e também em manifesto de contestação à lógica paisagística oficial vigente.

Palavras – chave: patrimônio, paisagem, paisagem insurgente, grafite.

RESUMÉ

BRITO, Mariana Vieira de. **Patrimônio consagrado e paisagens insurgentes: disputas por cidadania e visibilidade em Olinda (PE)**. Rio de Janeiro, 2019. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

Dans un contexte d'élargissement des canaux politiques, les demandes sociales croissantes et les mobilisations populaires, patrimoine et paysage ont été pris, seuls ou ensemble, comme des vecteurs privilégiés pour l'obtention de certains droits. Tant par les classes moyennes, par leur implication dans les conseils de préservation et la mobilisation de dispositifs juridiques, qui les ont utilisés comme un moyen d'obtenir la garantie de leur qualité de vie, ainsi que par les groupes les plus vulnérables de la société qui ont cherché à définir et à contester des politiques patrimoine et paysages traditionnellement restreints, à travers des mobilisations d'occupation ou diverses manifestations artistiques. Bien sûr, cette tentative de capture ne se fait pas sans résistance, mais on constate que ces acteurs ont de plus en plus gagné de la place, pris une place dans la mémoire nationale, bien que limitée, et des luttes acharnées affectant directement l'appropriation du paysage, comme dans le cas de des graffitis sur des sites historiques d'Olinda, où l'on peut observer le choc entre deux types de manifestations dans le paysage, celles basées sur des critères esthétiques et stylistiques, liées à l'IPHAN et aux classes supérieure et moyenne et au graphite qui, par sa seule présence, conteste déjà paysage-patrimoine, générant ce que nous appelons des insurgés paysagistes. Comme ces catégories ont été utilisées par un éventail plus large de groupes sociaux de plus en plus hétérogènes, j'ai tenté d'examiner comment la collecte de biens était perçue comme une politique publique visant à valoriser les biens qui sont chers à la mémoire nationale aujourd'hui et au paysage à la suite de: des pratiques sociales matérialisées dans l'espace, valorisées ou non, devenant un patrimoine, mais aussi un manifeste de contestation de la logique paysagère officielle actuelle.

Mots clés: patrimoine, paysage, paysage insurgé, graphite.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ativistas no entorno do cais José Estelita, antigo armazém de açúcar.....	55
Figura 2: Ocupação do Cine Olinda.....	58
Figura 3: Cine Olinda: entrada principal.....	58
Figura 4: Grafite na rua do Amparo.....	93
Figura 5: Vista do Alto da Cidade de Olinda. Foto passarinho/ prefeitura de Olinda.	94
Figura 6: Carnaval nas ruas de Olinda.	97
Figura 7: Cartaz do Movimento Ocupe Cine Olinda.	102
Figura 8: Cartazes publicitários na caixa d'água de Olinda.....	116
Figura 9: Grafite de Banksy.....	139
Figura 10: É proibido proibir.....	141
Figura 11: Grafite ainda incompleto ao lado da Prefeitura de Olinda.	145
Figura 12: Mesmo muro completamente grafitado ao lado da Prefeitura de Olinda.....	146
Figura 13: Grafites Olinda. Caboclo de lança: rua do Amparo e beija Flor: rua sete de setembro ...	148
Figura 14: Grafite Bozó: rua Henrique Dias.....	148
Figura 15: Exemplo de Caboclos de lança no sítio histórico de Olinda.	155
Figura 16: Grafites Cajú.....	155

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Delimitação da Proteção Patrimonial de Olinda.....	64
Mapa 2: Delimitação do Sítio Histórico de Olinda, compreendendo uma área total de 1,2km ²	68
Mapa 3: Delimitação do polígono de tombamento de 1979.	72
Mapa 4: Distribuição dos Grafites e Pichações no Sítio Histórico de Olinda (2014 e 2016).	128
Mapa 5: Distribuição dos Grafites no Sítio Histórico de Olinda (2018).....	151
Mapa 6: Distribuição espacial dos principais temas nos grafites do Sítio Histórico de Olinda (2018)	156

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais etapas da extensão espacial da noção de patrimônio.....	26
Quadro 2: Composição das Reuniões do Conselho do Sítio Histórico de Olinda.....	91
Quadro 3: Temas Discutidos nas Reuniões do Conselho.....	119

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. PATRIMÔNIO: UM RECURSO AINDA RESTRITO	15
1.1. O patrimônio na contemporaneidade	21
1.2. A ampliação do fenômeno patrimonial na França	23
1.3. As mudanças na política francesa de patrimônio: o exemplo de <i>Nord – Pas - Calais</i>	28
1.4. A Ampliação do Fenômeno Patrimonial no Brasil.....	30
1.5. O patrimônio alternativo, discurso autorizado e emoção patrimonial.....	37
2. PAISAGENS EM DISPUTA	43
2.1. Paisagem Política e Política da Paisagem.....	44
2.2. Paisagem Política: o Estado enquanto Poder Hegemônico	47
2.3. Política da Paisagem: Novos Agentes e Novas Paisagens	49
2.4. Paisagens Insurgentes	54
3. OLINDA: PENSANDO A RELAÇÃO PAISAGEM PATRIMÔNIO	59
3.1. A construção dos discursos canônicos sobre Olinda.....	61
3.2. A gestão do patrimônio e seus múltiplos agentes	66
3.3. Atas do Conselho de Preservação do Sítio Histórico de Olinda	79
3.4. Políticas da Paisagem em Olinda.....	111
4. AS DISPUTAS EM TORNO DA PAISAGEM-PATRIMÔNIO EM OLINDA	117
4.1. A Participação da Sociedade Civil Organizada: SODECA	131
4.2. Grafites: Elementos de contestação na paisagem standard.....	139
4.3. Mapeando os grafites em Olinda	148
CONCLUSÃO	157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	160
ANEXOS 1: Cronologia da política de patrimônio na cidade de Olinda/PE	168
APÊNDICE 1: Parecer da SODECA acerca da proposta de regulamentação da pintura artística no Sítio Histórico De Olinda	178

INTRODUÇÃO

O que vem primeiro na formulação de uma tese, objeto ou conceito? Na grande maioria das vezes, o pesquisador parte da teoria, de um conceito bem amarrado, inicialmente abstrato. Meu trabalho foi o contrário, parti de observações bastante concretas, como as mobilizações populares ligadas, diretas e indiretamente ao patrimônio, e a presença cada vez mais expressiva dos grafites no sítio histórico de Olinda, à primeira vista, incompatível com a prática de preservação.

Observei, também, que esses movimentos, apenas por sua presença, modificam, contestam e rompem, mesmo que momentaneamente, a lógica discursiva presente no conjunto de práticas e objetos dispostos naquela paisagem, que, quanto menos panorâmica e mais próxima da escala do cotidiano, se apresenta como menos harmônica e mais complexa.

Esse fato me moveu para essa tese, tendo em vista responder: onde estão os grupos urbanos periféricos nas paisagens patrimônio Mundial? Eles reivindicam o patrimônio ou o contestam? Como paisagem e patrimônio têm sido apropriados por esses grupos? Quais são os exemplos de apropriação da paisagem por esses grupos? O que tem gerado essa mobilização pela paisagem e pelo patrimônio? Quais são os conflitos entre os novos grupos, que tentam se apropriar da paisagem-patrimônio, e os grupos tradicionais? Que paisagens são produzidas pelos novos grupos? É possível à política patrimonial capturar essas novas paisagens? Quais foram os discursos canônicos produzidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em Olinda? Quais são os contradiscursos?

Essas questões, que nasceram de observações empíricas, me ajudaram a nortear o trabalho e a selecionar um material teórico capaz de responder ou fazer refletir mais profundamente. Assim, foi necessário compreender os estudos atuais sobre patrimônio no Brasil e no mundo, na tentativa de mapear autores que transcendem a leitura tradicional do tema. Nessa direção, Larajane Smith (2006), com seu conceito de “discurso autorizado do patrimônio” e Veschambre e Maria Gravari- Barbas (2008), revelando o caráter conflitual do patrimônio a partir do embate entre “memória morta” e “memória viva”, também me ajudaram a trilhar o caminho em direção a um patrimônio alternativo e na compreensão de intervenções contestatórias no patrimônio oficial, cada vez mais presentes nas paisagens urbanas.

Foi necessário me dedicar, também, ao fenômeno de insubmissão à paisagem conservadora, e sua conclamação por diferentes grupos sociais, entre eles, os grupos mais vulneráveis, como os da periferia urbana. Jean Marc Besse (2014), com sua formulação de

“paisagem política” e “paisagem vernacular”; Holston (2013) e a noção de “cidadania insurgente”; Sanguin (1984) e a reflexão sobre a produção de “paisagens políticas”, a partir de planos ideológicos; e Castro (2002) e Ribeiro (2018), com a elaboração do entendimento sobre “política da paisagem”, considerando o crescente interesse e disputa pela paisagem por diferentes grupos sociais, serviram como eixo para a concepção do conceito de “paisagem insurgente”, definição que procura compreender as manifestações dos grupos mais vulneráveis na paisagem patrimonializada, na tentativa de contestar a assimetria de poderes, entre os que possuem vez e voz e aqueles que, até hoje, só lhes resta deixar suas marcas, através do corpo e de manifestações mais ou menos efêmeras.

Quando as mobilizações ocorrem em paisagem-patrimônio, essas ações ganham ainda mais força, devido ao fato dessa população ser subrepresentada no discurso autorizado do patrimônio (SMITH, 2006). Desta forma, procuram romper com uma lógica teoricamente harmônica, ao questionar o valor desse tipo de paisagem canonizada pelas instituições. Essas ações possuem como objetivo alcançar determinadas demandas por direitos, utilizando o patrimônio como um recurso político ou contestando essa subvalorização.

Depois de me aprofundar em diversos autores, pude, então, delimitar o objetivo do trabalho que seria: compreender como a relação entre patrimônio e paisagem tem sido utilizada por diferentes grupos, dentro do atual cenário político brasileiro, na medida em que essa correlação, patrimônio e paisagem, tem sido utilizada por uma gama de grupos sociais cada vez mais heterogêneos. Procuraremos investigar em que momento a paisagem, como resultado de práticas sociais materializadas no espaço, que podem ou não ser valorizadas, transforma-se em patrimônio e/ou em manifesto de contestação à lógica paisagística oficial vigente. E de que forma tem se dado a captação do patrimônio como política pública de valorização de bens caros à memória nacional. Paisagem e patrimônio, após a Constituição de 1988, tornaram-se verdadeiros recursos políticos para a obtenção de direitos, para garantir uma pretendida qualidade de vida e se fazer presente na memória nacional ou na vida da cidade.

Dentro de um contexto de ampliação dos canais políticos, do aumento das demandas sociais e mobilizações populares, patrimônio e paisagem têm sido tomados, isoladamente ou em conjunto, como vetores privilegiados na obtenção de certos direitos. As classes médias, através do envolvimento em Conselhos de Preservação mobilizando dispositivos legais e utilizando-os como instrumentos para obtenção de garantias. Além disso, grupos mais vulneráveis da sociedade que têm procurado se colocar e contestar políticas patrimoniais em

paisagens tradicionalmente restritas, através de mobilizações, de ocupações ou manifestações artísticas diversas evidentemente não sem resistência dos grupos historicamente contemplados.

Contudo, observa-se que, cada vez mais, esses atores têm ganhado espaço, conquistando lugar na memória nacional, ainda que limitado, e travando lutas que interferem diretamente na apropriação da paisagem, como no sítio histórico de Olinda. Lá podemos observar o embate entre dois tipos de manifestações na paisagem, aquelas baseadas em critérios estético-estilísticos, vinculadas ao IPHAN e às classes alta e média, e o grafite que, apenas por sua presença, contesta e ressignifica a paisagem-patrimônio, gerando o que estamos chamando de “paisagem insurgente”.

Tomamos como objeto de análise a cidade de Olinda, que tem pioneirismo¹ na produção de políticas públicas preservacionistas que resultaram em um verdadeiro sistema de preservação da cidade, mobilizando a sociedade civil organizada e, ainda hoje, possui um Conselho de Preservação de seu sítio histórico. Isto pôde nos ajudar a comprovar a existência de uma verdadeira arena política, ao mapear alguns conflitos na gestão desse sítio. Outro fato que fortaleceu a escolha da cidade foi o gradual processo de tomada do centro histórico pelos grafites, sugerindo a apropriação pela população mais vulnerável da paisagem-patrimônio, canonizada pelo Estado Brasileiro e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A cidade de Olinda será apresentada como caso emblemático para pensarmos a relação entre patrimônio e paisagem na atualidade. Assim, serão apresentadas as estruturas de gestão, as principais políticas de preservação do sítio histórico da cidade e os conflitos identificados nas atas do Conselho de Preservação do Sítio Histórico de Olinda. Olinda carrega a especificidade de constar na Lista do Patrimônio Mundial, desde 1982, e no rol de bens caros à nação brasileira, através de seu tombamento, em 1968.

Nesta direção, é importante ressaltar que tais medidas afetaram diretamente a legislação direcionada ao seu planejamento urbano e ao ordenamento territorial. Para Zancheti (2007: 08), os títulos e o reconhecimento que a cidade obteve contribuíram “para projetar uma imagem da cidade como um centro de referência para a conservação patrimonial no país”. Assim, Olinda foi laboratório para políticas públicas de patrimônio em escala nacional, principalmente entre os anos 1970 e 1990.

¹ Olinda foi o segundo bem do país a obter o título de patrimônio da humanidade, em 1982, antes dela Ouro Preto havia ganhado o título, no ano de 1980.

Para este trabalho, parto de três premissas: o patrimônio é eminentemente conflituoso e a dimensão espacial congrega muitos desses conflitos (GRAVAR-IBARBAS e VESCHAMBRE, 2004); o patrimônio qualifica o espaço geográfico, alterando a atribuição de valor dada a paisagens; e o fenômeno, em sua atual roupagem, tem cada vez mais se constituído como um recurso para distintas reivindicações, ligadas às minorias ou não. Em outras palavras, o patrimônio tem se tornado um recurso com múltiplos usos e cercado de diversos interesses que vão além da retórica do capital e do discurso da construção de uma identidade nacional. Estes são os *parti pris* na qual a pesquisa se iniciou.

O presente trabalho está estruturado em quatro capítulos, e, além desta introdução, será desenvolvido da seguinte forma:

No Capítulo I, PATRIMÔNIO: UM RECURSO AINDA RESTRITO, foi realizada uma revisão bibliográfica a respeito do conceito de patrimônio, apresentando discussões recentes a respeito do fenômeno, área em que muitos especialistas veem uma ruptura na linha da história do pensamento patrimonial. Entre estes, Fabre (2013), Heinich, (2009) e Choay (2006), dividindo a história do patrimônio em dois momentos: “*l’âge du patrimoine*” [idade do patrimônio], nascida nos anos de 1960, que seria uma outra forma de fazer, mesmo que conservando a essência do que foi anteriormente valorizado, ampliando sua atuação, reformulando certos princípios e negando outros, em que uma série de objetos e, sobretudo, de práticas próprias do que Fabre (2013) chamou de “*l’agê du monument*” [idade do monumento] são reavaliadas ou mesmo postas de lado.

Essa mudança gerou duas categorias de patrimônio: os “casos nucleares”, ligados a “*l’agê du monument*”, os centros históricos e igrejas barrocas, monumentos históricos emblemáticos, imponentes, antigos e relativamente desligados de sua função utilitária, esses casos são consensuais e são considerados como bens comuns, não no sentido de bens pertencentes a todos (numerosos monumentos históricos não são patrimônio da União ou de outros entes federativos, mas pertencem a proprietários privados), mas no sentido da apreciação de todos. E, na periferia desta categoria, os “casos limites”, também chamados de “pequenos patrimônios”, patrimônios religiosos ligados a religiões historicamente perseguidas (Ex: Terreiro de Casa Branca-BA) ou ainda lugares de memória, cuja preservação é considerada como necessária na preservação da identidade de um conjunto topográfico ou de uma comunidade. Contudo, em grande parte desses casos, não há consenso e a patrimonialização torna-se problemática, seja pelo fato desses objetos serem invisíveis por não disporem de categorias de percepção e de avaliação que permita distingui-los; seja por desacordos, conflitos

entre o público e os experts ou entre os proprietários e a administração. Ainda neste capítulo, procurei também compreender o conjunto de transformações voltadas para as políticas patrimoniais que se seguiram ao movimento de expansão da cidadania brasileira, o exercício de direitos e deveres civis, políticos e sociais responsáveis por promover rupturas e questionar privilégios, levando os cidadãos a contribuir e/ou se insurgir contra o patrimônio. Esse movimento tem gerado a ampliação de seu uso e dos discursos, transformando-o em um recurso político cada vez mais frequente entre múltiplos atores, objetivos e interesses. E, por isso mesmo, um campo de disputas e conflitos.

No Capítulo II, intitulado - PAISAGENS EM DISPUTA, procurei debater a emergência da paisagem que passou de forma pretérita da ação humana ou/e produto da ação unívoca do Estado a objeto de disputa dos mais variados grupos. Três conceitos nos ajudaram a compreender esse processo, os conceitos de “paisagem política”- voltado para a compreensão da ação do Estado como principal promotor e executor de paisagens, o conceito de “política da paisagem” que coloca o termo em tela como o resultado de interesses que se impõem em um dado momento que, por sua vez, são diferenciados e na maioria das vezes conflitantes- Essa divergência em torno da paisagem tem gerado uma mobilização que levou a paisagem ao patamar de objeto de ação, inclusive para a ação política. E o conceito “paisagens insurgente” que discute a tentativa de tomada das paisagens por grupos periféricos, na tentativa de transgredir o conjunto de símbolos e significados das paisagens tradicionalmente vinculadas aos grupos de poder político e econômico.

No Capítulo III, OLINDA: PENSANDO A RELAÇÃO PAISAGEM PATRIMÔNIO procurei compreender a construção de discursos canônicos sobre Olinda que gerou uma forte identificação entre patrimônio paisagem. Essa simbiose, produzida pelo discurso instituído criou uma narrativa engessada sobre a cidade, mas também um conjunto de dispositivos legais capazes proteger e fomentar políticas públicas voltadas para seu sítio histórico. Entre elas o sistema de proteção do patrimônio de Olinda e seu Conselho de Preservação, órgão responsável por integrar as diferentes instâncias de poder, legislar sobre casos que não estão previstos nas normativas e debater com a sociedade, através de organizações civis, a gestão do sítio histórico. Tendo como intuito mapear os conflitos na cidade, foram analisadas as atas dos anos 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017 e assim estabelecemos um panorama da gestão do patrimônio e dos agentes, tanto na gestão do patrimônio como na gestão da paisagem de Olinda.

No Capítulo IV, AS DISPUTAS EM TORNO DA PAISAGEM-PATRIMÔNIO EM OLINDA foi apresentado o grafite no sítio histórico de Olinda, enquanto uma perturbação na

atribuição de valor do patrimônio da cidade e seu respectivo discurso autorizado, mas também enquanto manifestação de resistência de uma classe social historicamente excluída. Analisamos sua presença, a partir de entrevistas com grafiteiros, técnicos das instituições responsáveis pela preservação e com a Sociedade Olindense de Defesa da Cidade Alta, das Atas do Conselho de Preservação do Sítio Históricos de Olinda (CPSHO) e de visitas de campo e podemos observar que o grafite predominantemente tem sido concebido como um ruído ou rasura que macula a arquitetura e paisagem política.

Como conclusão, podemos afirmar que os grupos periféricos não estão representados nessa política e que cada vez mais podemos observar estratégias de apropriação, mesmo à parte da política instituída. O Grafite pode ser encarado como uma forma de apropriação artística espontânea, fluída e reativa de manifestação na paisagem. Esses atores historicamente relegados não estão necessariamente preocupados em romper com o discurso autorizado, embora a simples presença dos grafites seja encarada como um distúrbio da ordem, os grafiteiros estão mais interessados em serem incluídos na paisagem.

Na medida em que os grafites são realizados e se convertem em verdadeiros marcos na paisagem, há uma alteração no valor da paisagem-patrimônio de Olinda mesmo com todas as resistências impostas a esse tipo de manifestação artística.

Também podemos concluir que os grafites produzem paisagens alternativas às paisagens panorâmicas, privilegiadas ao longo de toda a história política de preservação da cidade. O grafite é observado na escala grande, do cotidiano, capaz de acompanhar sua degradação, mais também sua renovação e/ou conservação que se inserem na paisagem como contra discursos e pedem uma reflexão mais aprofundada e complexa sobre o conjunto de bens reconhecidos como patrimônio e sobre a ainda restrita e conservadora política de patrimônio no Brasil.

1. PATRIMÔNIO: UM RECURSO AINDA RESTRITO

A conscientização em torno da preservação do patrimônio tem ganhado cada vez mais adeptos, e o reconhecimento da importância de proteger bens que carreguem valor relativo tornou-se consenso nos setores da sociedade brasileira propensos a esse tipo de sensibilização.

Em escala nacional, como parte de um projeto de criação de uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nos últimos oitenta anos, tem cumprido o papel de preservar e promover os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. Como expressão de sua importância e consolidação, podemos encontrar superintendências nas 27 (vinte e sete) unidades federativas, uma malha institucional que ajudou a operacionalizar a política de patrimônio no território nacional e um conjunto de bens amplamente incorporado ao arcabouço da identidade e memória nacional. Afinal, quem questiona o valor das igrejas barrocas mineiras, as cidades coloniais, ou ainda, o modernismo da escola carioca de arquitetura?

Em 1984, são tombados o primeiro terreiro pelo Iphan, o terreiro Casa Branca do Engenho Velho, localizado em Salvador (BA), e a Fábrica de Vinho de Caju (PA), que não se deteve, exclusivamente, à preservação do edifício, mas incluiu o modo de fazer o vinho de caju. Dois anos depois, tombam-se os vestígios do Quilombo de Palmares (AL).

Fortalecendo esse processo, a Constituição Brasileira de 1988, no artigo 215, garantiu que o Estado “protegerá as manifestações da cultura popular, indígena e afro-brasileira, e dos outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”. E, no artigo 216, tomba “todos os documentos e os sítios detentores de reminiscência histórica dos antigos quilombos”, inaugurando uma nova lógica no pensamento patrimonial brasileiro que, muito embora não tenha tido a abrangência esperada, iniciou o processo de reconhecimento dos grupos minoritários brasileiros. E, respectivamente, sua luta por direitos sociais, entre os quais o direito ao patrimônio.

Esses eventos são verdadeiros marcos históricos para compreendermos a ampliação do patrimônio nacional, enquanto categoria e como campo de ação política, ao promover uma nova agenda política. Essa promoção está diretamente ligada à luta dos grupos minoritários e/ou mais vulneráveis por reconhecimento e pelo uso do patrimônio como um recurso político para obtenção de direitos, direta ou indiretamente, ligados ao patrimônio.

Nos últimos anos, podemos observar uma série de ações estatais que visam sensibilizar a população para a proteção dos bens caros à memória e à identidade desses grupos minoritários.

Uma das mais importantes ações desse tipo foi, sem dúvida, o Decreto 3.551/00, que ampliou o escopo de bens a serem cancelados pela política patrimonial. Outra característica importante dessa lei é a tentativa de repassar o protagonismo da elaboração do dossiê, documento necessário para que o bem seja reconhecido como Patrimônio Nacional, para as comunidades e associações diretamente vinculadas ao bem. A descentralização desse tipo de política, a partir dos Compromissos de Brasília² e Salvador³, também foi responsável pela irradiação do tema e pela criação de Secretarias Estaduais e Municipais de Patrimônio, e de espaços de diálogo em comitês voltados para a proteção de bens de valor regional e local.

Além do tema ter entrado em pauta nas políticas públicas, também está presente em chamadas midiáticas, muitas delas ligadas à mobilização de grupos em torno da proteção e defesa de determinado bem, previamente protegido pelo Estado, mas que se encontra em vias de desaparecimento. Ou de bens que não possuem a aprovação do IPHAN, mas que sua presença é reconhecida por um grupo organizado que reivindica sua proteção pelo Estado, como o caso da Aldeia Maracanã⁴, no Rio de Janeiro, veiculado em mídias de alcance internacional, como a British Broadcasting Corporation (BBC).

A Educação Patrimonial- EP, incentivada por instâncias supranacionais, como a UNESCO, e normatizada pelo IPHAN, através da portaria nº 137, preconiza “os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sociohistórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação.” Por consequência, um consenso tende a se generalizar em torno do patrimônio como autóctone. Eventos de sensibilização patrimonial voltados para o grande público, também têm ganhado espaço na cena cultural das grandes cidades brasileiras, como exemplo, a mostra “A construção do Patrimônio”, exibida no Centro Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, retratando os oitenta anos de história do IPHAN.

A trajetória desse órgão tem sido apresentada, debatida e revisitada por uma série de autores que descortinaram a história dos primeiros técnicos e atores políticos e sociais na

² Foi promovido o I Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais, do qual resultou o Compromisso de Brasília. Tal documento foi baseado na necessidade de cuidados com o patrimônio cultural brasileiro, e recomenda a criação de órgãos estaduais ou municipais onde ainda não houver, todos ligados aos Conselhos Estaduais de Cultura e ao DPHAN.

³ II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil com o objetivo de reafirmar os itens do Compromisso de Brasília e propor novas ideias.

⁴ Ver: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/01/130121_aldeia_maraca_patrimonio_rp.shtml

proteção do patrimônio nacional. As causas e as características das ações implementadas também foram alvo de intensa pesquisa, atestando o caráter discursivo e o compromisso da política patrimonial como projeto de nação e unidade nacional. Na atualidade, outro aspecto que gera concordância entre os especialistas é o elevado teor de transformação da natureza do fenômeno patrimonial, tanto como formulação abstrata ou conceito acadêmico, quanto ação política ou política pública pragmática.

O patrimônio tornou-se um instrumento de poder, objeto de disputa e litígio entre diferentes grupos e nações tendo em vista obter recursos e se fortalecer em um cenário geopolítico competitivo. Esclareço a ideia exemplificando o crescente papel do patrimônio na geopolítica internacional que, recentemente, motivou a saída dos Estados Unidos e de Israel da UNESCO, após a decisão do órgão de declarar a antiga cidade de Hebron, na Cisjordânia ocupada, uma "zona protegida" do patrimônio mundial. O patrimônio foi utilizado pela Palestina como um “artifício político”.

Nesta mesma linha, Melo Filho (2015) analisou a inserção de Cabo Verde na UNESCO, a partir do patrimônio, concebendo-o como um recurso. A ex-colônia portuguesa na África utilizou o patrimônio como um instrumento para alcançar objetivos específicos, a partir das missões da UNESCO, na década de 1980, para obter reconhecimento internacional. Com a abertura democrática, o patrimônio surge como recurso de fortalecimento da burocracia Estatal. E, no período atual, o patrimônio é utilizado para Cabo Verde se afirmar como liderança regional. Sobre a consolidação das listas do patrimônio mundial, Londoño (2016) afirma:

Muitos dos estados membros empregam suas redes e estruturas de poder e política para inscrever novos sítios e itens presentes em seus territórios, em um afã por conquistar ou manter uma posição dentro desse top ten patrimonial que, obviamente, se traduz em políticas não apenas patrimoniais ou culturais, mas também econômicas e turísticas. Há um fortíssimo componente político e econômico por trás de muitos dos recursos de nomeação de sítios e itens, que são habitualmente disfarçados com argumentos culturais, sociais ou ecológicos, mais cândidos e altruístas. (LONDOÑO, 2016, p. 15)

Em escala nacional, observamos o crescente uso do patrimônio como um recurso para atingir reconhecimento e visibilidade em questões de grupos anteriormente excluídos da política de patrimônio nacional. A inscrição no elenco de bens caros à memória nacional muitas vezes tem se tornado um artifício para obtenção de direitos, como à moradia, ao acesso à terra e ao ensino e aprendizagem da história e cultura desses grupos, como ocorreu na Lei 10.639/03. O exemplo do terreiro Casa Branca na Bahia, tombado pelo IPHAN, em 1986, é emblemático

na luta do Movimento Negro por representatividade e reconhecimento, na até então conservadora política de patrimônio brasileira.

Localmente, o “combate”, devido à falta de representação nas políticas patrimoniais, seria de rua a rua, de bairro em bairro. Desta forma, podemos falar de “lutas urbanas”, conflitos abertamente consolidados ao redor do patrimônio. A escala local do patrimônio diz respeito aos grupos sociais organizados politicamente que procuram participar da construção narrativa de determinados bens. Ou, excluídos do processo decisório, ocupam espaços para contestar ações políticas.

As crescentes ocupações e mobilizações em torno de antigos cinemas desativados, ou em vias de, como o Cine Belas Artes, em São Paulo, que contou com abaixo-assinado de dez mil pessoas e noventa mil adesões, em sua página no Facebook, e a ocupação do antigo cinema desativado no sítio patrimônio da humanidade de Olinda, também retratam bem os conflitos em escala local e as lutas urbanas que perpassam, direta ou indiretamente, o patrimônio.

Desta forma, consideramos que a ideia de patrimônio na atualidade tem sido usada para construir, reconstruir e negociar uma gama de identidades, obter reconhecimento, visibilidade, capital político e financeiro e ressaltar valores sociais e culturais. Outro aspecto apontado por Smith (2006), que explica essa ampliação da agenda política patrimonial, é o fato de a política patrimonial possuir uma lógica própria, originada no conhecimento intelectual e incorporada ao ato de governar, que se adapta ao contexto e as demandas presentes na sociedade. Esse mecanismo apontado por Smith (2006) foi inspirado no conceito de governamentalidade de Foucault.

A aparente estabilidade que, à primeira vista, se mostra em um projeto político de mais de oitenta anos camufla uma série de conflitos que permeiam o fenômeno patrimonial no Brasil e no mundo, desde sua fundação, num disputado campo de forças e alvo de múltiplos interesses. Nesse sentido, o patrimônio é tomado aqui, sobretudo, em seu aspecto político, isto é, um campo de conflito de forças, no qual projetos e instituições se transformam no tempo e espaço.

Para comprovar essas afirmações, podemos citar o caso do ex. ministro da Secretaria de Governo⁵, Geddel Vieira Lima, acusado pelo também ex-ministro da Cultura, Marcelo Calero, de pressioná-lo para liberar a construção do edifício La Vue, em Salvador, próximo a monumentos tombados pelo IPHAN. Segundo o órgão, o empreendimento causaria um impacto

⁵ Ver em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/11/28/Calero-gravou-conversa-com-presidente.-O-que-diz-a-lei-sobre-isso>.

paisagístico, sendo assim incompatível com a região onde seria erguido. Esse episódio gerou a saída de Geddel do cargo, que não resistiu à acusação de tráfico de influência, e expôs as dificuldades e pressões que o órgão enfrenta na gerência e proteção do patrimônio nacional.

O senso comum concebeu o patrimônio como um “bem comum”, incontestado, pertencente a todos. Para muitos, em uma dimensão ainda mais ampla, o patrimônio da humanidade, o conjunto da comunidade que abrange a espécie humana. Contudo, os conflitos podem surgir em torno da apropriação dos espaços ou dos edifícios reconhecidos e, até mesmo, nos processos de instrução, portanto, na produção de normas patrimoniais, conflitos de definição entre grupos envolvidos, expressando assim, uma relação de força.

O patrimônio aparece, portanto, intimamente ligado às apostas de apropriação de um espaço e, também, aos conflitos entre grupos sociais que buscam seu lugar para fazer valer as suas reivindicações, para construir ou controlar territórios, e assim, a própria sociedade. Gravari - Barbas e Veschambre (2004), ao identificarem e tipificarem alguns conflitos patrimoniais, perceberam que as concepções patrimoniais de alguns grupos não só se justapõem, como também se opõem umas às outras. Pior, alguns conflitos armados recentes têm mostrado que a afirmação identitária e patrimonial de um grupo se realiza através da destruição dos marcadores patrimoniais de outros.

Essa destruição, muitas vezes sistemática do patrimônio de um grupo de indivíduos, é percebida como a agressão a sua memória profunda, aos fundamentos da sua identidade. Um forte exemplo desse tipo de ação é a destruição da cidade de Palmira, parada obrigatória para os comerciantes da Rota da Seda e parte do Império Romano até o ano 273, um dos principais pontos turísticos da Síria, até ser tomada pelos militantes do ISIS. Para os autores supracitados, os conflitos “violentos” são apenas uma dimensão, certamente a mais dolorosa, dos conflitos que atualmente perpassam o patrimônio.

Na sociedade brasileira as oposições em torno do patrimônio tomam dimensões mais suaves, mesmo que, ao longo dos últimos anos, vários casos tenham sido manchetes de jornais, seja por se opor a concepção local de patrimônio a dos técnicos/expert, seja em revelar diferentes interesses econômicos e políticos, especialmente quando se trata de espaço estrategicamente localizado (o edifício la Vue em Salvador).

Muitos conflitos ligados a patrimonialização estão relacionados à mudança no modo de produção e organização social. Nós podemos definir este processo como um modo de reciclagem espacial e, ao mesmo tempo, de reapropriação do espaço. Nota-se a qualificação e

valorização de uma gama de bens com variadas escalas de abrangência que, com a ampliação das políticas de patrimônio, estão aptos a entrarem na memória nacional e obter reconhecimento e prestígio. Contudo, esse processo amplia também o número de agentes, interesses e, por consequência, o número de embates.

A valorização da zona portuária do Rio de Janeiro demonstra como requalificação e patrimonialização podem ser simbióticas. A descoberta do Caís do Valongo e sua elevação a patrimônio está diretamente vinculada ao processo de reciclagem espacial e de reapropriação do espaço, posto que, devido à reformulação da política patrimonial, fez surgir uma mobilização entorno do bem, reivindicado por uma série de grupos, como o Movimento Negro, prefeitura e grupos religiosos.

Esses conflitos de reapropriação podem ser decompostos grosseiramente em dois tempos: os conflitos de definição ou de construção patrimonial e os conflitos de restauração, de valorização e de gestão. O primeiro diz respeito a própria apropriação dos grupos sociais e dos discursos que sobressairão, historicamente, das elites dominantes, materializando sua existência e sua posição social nas áreas de maior prestígio. Os grupos mais pobres e “dominados” geralmente são impedidos de deixarem seus traços “patrimoniais” e quando os materializam são normalmente relegados para áreas periféricas e / ou desvalorizadas.

Neste sentido, uma importante linha de clivagem aparece entre aqueles que podem acessar “a conservação do espaço” e os outros. Com isso, a capacidade de “construir” do patrimônio, para impor seu padrão aparece bastante desigual entre os grupos dentro de uma sociedade. Contudo, com o advento de uma cidadania insurgente (HOLSTON, 2013), essa fórmula tende a se enfraquecer e complexificar mais ainda essa apropriação dos lugares e bens pelos grupos sociais. Já os conflitos de restauração, de valorização e de gestão se referem às diferenças de abordagem em matéria de restauro do patrimônio, que corresponde, precisamente, às diferentes acepções de patrimônio. As variações do significado atribuído conduzem a tratamentos e projetos de restauro divergentes ou mesmo contraditórios de um grupo para o outro, de uma sociedade para outra.

Esse novo contexto de ampliação do patrimônio pode ser explicado a partir dos conceitos de cidadania entrincheirada e cidadania insurgente (HOLSTON, 2013). Para esse autor, as democracias, em particular, prometem cidadanias mais igualitárias e, com isso, mais justiça e dignidade. Contudo, na prática convivemos com uma miríade de conflitos, no qual as cidades criam condições especialmente voláteis, na medida em que concentra cidadãos marginalizados e não-cidadãos que contestam sua exclusão.

Para este autor, a “cidadania entrincheirada” brasileira tem administrado as diferenças sociais legalizando-as e, por isso, tornando-as legítimas dentro de um sistema de reprodução de desigualdades. Assim, perpetua-se um regime de privilégios legalizados e desigualmente legitimados. Como contraponto, Holston (2013) nos chama a atenção para a existência de uma “cidadania insurgente”, surgida a partir da década de 1970 no seio das classes trabalhadoras oriundas das periferias urbanas. Responsável por desestabilizar e entrincheirar o regime da cidadania desigual.

Na condição de construtores da cidade, os periféricos passaram a se compreender como portadores de interesses na cidade, como contribuidores e sujeitos fundamentais para sua economia e sociedade. Essa identidade é a base de uma noção de pertencimento, até então inexistente entre eles, por meio da apropriação e da produção do espaço urbano. Essa nova subjetividade das classes trabalhadoras como produtoras e consumidoras da vida urbana tem respaldado a exigência de novos direitos, inclusive direitos de contribuidor à cidade.

As cidadanias entrincheirada e insurgente se confrontam, mas, também, estão emaranhadas devido a três argumentos: a trajetória da cidadania no Brasil, resultante de uma cidadania excludente e desigual, que usa diferenças sociais para proporcionar tratamentos diferentes para categorias diferentes de cidadãos; a articulação da classe trabalhadora, criando uma formulação diferente de cidadania; e, suas casas autoconstruídas, que se tornaram um domínio de elaboração simbólica que expressa narrativas coletivas e igualitárias do estabelecimento das periferias e narrativas individuais de realizações desiguais.

Para Holston (2013), a autoconstrução transformou as periferias em espaços de futuros alternativos, produzidos na experiência de se tornar proprietário, de organizar movimentos sociais, de participar de mercados consumidores e de fazer julgamentos estéticos sobre as transformações das casas. O último argumento é que o confronto entre o insurgente e o entrincheirado cria espaços inerentemente instáveis e perigosos de cidadania no Brasil contemporâneo.

A nova democracia perturba fórmulas estabelecidas de governo e suas hierarquias de lugares e de privilégios. Essa desestabilização provoca reações violentas, algumas para restaurar velhos paradigmas da ordem; outras, para expressar indignação diante da persistência de seus elementos e é nesse contexto que a atual política de patrimônio se encontra.

1.1. O patrimônio na contemporaneidade

Segundo Heinich (2009), na escala global, o fenômeno patrimonial se manifestou no entre guerras. O primeiro Congresso Internacional dos Arquitetos e Técnicos do Monumento Histórico, em 1931, produziu a Carta de Atenas, marco das recomendações ligadas à área de proteção de monumentos históricos. Contudo, segundo Choay (2006) o congresso contou, exclusivamente, com a participação de países europeus, evidenciando a natureza ainda restritiva desse tipo de preocupação.

Choay (2006) e Heinich (2009) afirmam que o patrimônio, após o fim da Segunda Guerra Mundial, sofreu expressivo aumento no número de bens inventariados, sem, contudo, alterar os valores e a natureza da seleção dos bens ligados a história da arquitetura erudita.

Neste mesmo período, Poulot (2016) aponta também para a criação de uma rede de museus regionais e locais, sucedidos por ecomuseus que oferecem os meios para o visitante conhecer a história e a geografia local, o oposto do museu tradicional, preocupado com a narrativa unificadora nacional. Embora esse tipo de museu ainda seja considerado de segunda categoria, em relação aos tradicionais museus históricos nacionais ou de belas artes.

Outro marco foi a Carta de Veneza, em 1964, ao inserir a noção de sítio ao conceito de monumento histórico. A Carta contou apenas com a participação de três países fora da Europa, Tunísia, México e Peru. E, neste mesmo ano, foi fundado o Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS) com o amparo da UNESCO, instituição que, em 1972, iniciou o inventário do patrimônio mundial, graças à Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, ratificada, atualmente, por cento e oitenta e dois países signatários.

Progressivamente, foi incorporado o que os italianos chamam de arte menor ou arte vernacular, segundo os ingleses, se referindo a construções privadas não-monumentais que possuíam uma arquitetura ordinária, gerando uma extensão tipologia do patrimônio.

A década de 1960, marca o alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas, ao ampliar progressivamente a proteção a bens modernos e contemporâneos, e considerar o entorno de proteção dos bens protegidos.

Outras convenções de importância que se seguiram foram a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, em 2003, e a Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, em 2005.

A extensão em nível mundial da noção de patrimônio a uma dimensão imaterial merece destaque, principalmente, em seu caráter paradoxal. Segundo o artigo 2º da Convenção, “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e saberes, assim como instrumentos,

objetos, artefatos e espaços culturais que são associados às comunidades, aos grupos, e os indivíduos reconhecem como parte de seu patrimônio cultural” (UNESCO, 2003). Este patrimônio cultural é transmitido de geração em geração, e recriado continuamente pela comunidade e grupos, em função do meio, de suas interações com a natureza e história, e lhes fornece um sentimento de identidade e de continuidade, portanto, promovendo o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Encontramos, por exemplo, na lista 90 Chefs-d’oeuvre do patrimônio oral e imaterial da humanidade, o carnaval de Binche, na Bélgica, o Balé Real do Camboja, o Canto Polifônico da Geórgia. Centrado inicialmente sobre a tradição oral, o espetáculo vivo, tradicional, os rituais, este “patrimônio cultural imaterial” aparece como uma versão moderna do folclore, termo que, segundo Smith (2006), caiu em desgraça para a etnologia.

Na busca por salvaguardar, através da rotulação e subvenção, bens incomensuráveis como cantos, cerimônia e costumes a legislação se encontra presa em uma contradição irreduzível entre a lógica patrimonial da eternidade ou da perenidade e a lógica prática da performance, constitutivamente, contextual, processual e efêmera. O dispositivo patrimonial é adaptado aos objetos, às imagens e às inscrições. Esta contradição coloca alguns problemas de apresentação e fixação deste “patrimônio imaterial”, mal reproduzido pela fotografia ou filmes e, ainda menos, por texto e que não pode, por definição, se museificar - exceto no caso de se reduzir a simples testemunho material de práticas em questão, dentro de uma perspectiva clássica de um “museu de artes e tradições populares”.

O processo de salvaguardar implica a catalogação, a conservação, as regras administrativas e a imaterialidade dos bens em questão, processos instáveis e obrigatoriamente evolutivos. Há se não uma incompatibilidade, ao menos uma tensão constitutiva, que faz do patrimônio cultural imaterial um limite no processo internacional de extensão conceitual da noção de patrimônio.

1.2. A ampliação do fenômeno patrimonial na França

Sobre a transformação do fenômeno patrimonial no mundo, Smith (2006), voltada para a ampliação no contexto australiano, americano e britânico, e Heinich (2009) e Choay (2006), principalmente, para a realidade francesa, são fontes fundamentais para discutir a renovação do conceito em diferentes realidades nacionais.

A França foi escolhida como modelo de comparação não apenas por que foi o local onde a presente pesquisadora realizou parte de seu Doutorado, entrando em contato com uma

bibliográfica especializada, trabalhos de campo, orientação e disciplinas na área. E, também, pelo fato de a França oferecer um modelo geralmente reconhecido de “invenção da ligação coletiva com o passado”, como categoria de ação pública, organização nacional e de conversão recente e problemática do passado em patrimônio. Em outros termos, as grandes inflexões foram mais precoces e mais exaltadas na França. (FABRE, 2016, p.19)

Choay (2006) apontou uma tripla extensão do patrimônio: tipográfica, cronológica e geográfica, que acompanhou o crescimento exponencial do público. Heinich (2009) classificou essa ampliação do patrimônio em: cronológica, topológica, tipológica, categórica e conceitual. Para a autora, a extensão do patrimônio foi, primeiramente, cronológica: as obras do passado e suas correntes artísticas foram “redescobertas”, as obras da Antiguidade, da Renascença, da Idade Média foram reabilitadas, no século XIX, principalmente, pelo esforço de Viollet-le-Duc. E, em seguida, algumas poucas obras do período Moderno e Contemporâneo, que não foram efetivamente levadas em conta pela primeira geração de responsáveis pelo patrimônio francês.

Nesta direção, muitas obras foram destruídas, seja em nome do imperativo da modernização, seja em nome do “bom gosto” ou mesmo de ambos. Essa extensão, mesmo desempenhando pela primeira vez uma classificação, valorização e restauração de bens que estavam em precário estado de conservação, também era bastante restrita. E foi responsável pela destruição de construções de alto valor arquitetônico e cultural que, nos dias de hoje, não se cogitaria não preservar.

O mercado de ferro Les Halles, em Paris, demolido em 1971, ou, no caso brasileiro, o Palácio Monroe, demolido em 1976, e o Pavilhão Mourisco, em 1951, são exemplos dessa ampliação restrita. O período topográfico foi a continuação desse processo de extensão do termo, levando em conta os efeitos da modernização, da crescente urbanização, da criação de estradas, e da expansão do turismo, o monumento se prolongou para além de suas propriedades intrínsecas para a História da Arte para compreender seu entorno, dando-lhe valor qualitativo ao meio que o compreende, acrescentando autenticidade à paisagem e à própria natureza.

A terceira mudança recai sobre a tipologia dos patrimônios, responsável por atribuir valor aos testemunhos da vida cotidiana que estão em risco de desaparecer: fazendas, lavanderias, instrumentos artesanais rurais, cinemas, lojas, fábricas. Segundo Heinich (2009), o patrimônio deixou sua fase histórica, nacional e monumental para entrar em uma fase memorial, social e identitária.

É nesse sentido que a quarta mudança, que recai sobre a noção em si, consistiu na abertura da categoria “monumento histórico” não mais focado, exclusivamente, nos monumentos de prestígio, mas, também, em obras de menor valor, segundo a estética tradicional em função de sua singularidade ou por terem valor de testemunho da vida cotidiana tradicional, dos transportes, da indústria, etc. E tornaram-se parte dos bens caros à preservação pelo Estado francês.

A criação dos ecomuseus, nos anos 1970, o patrimônio industrial e a preocupação em valorizar o patrimônio rural não-protégido são um sintoma dessa nova postura. A última extensão, de ordem propriamente conceitual, tocando no princípio fundamental da qualidade do objeto. Isto aconteceu em função da passagem da lógica *unicum* que se interessava, exclusivamente, pelas obras únicas e excepcionais, para a lógica *typicum* de elementos de uma série ou de um conjunto, até mesmo de um contexto (HEINCH, 2009).

O valor do objeto não está assentado em sua raridade e singularidade. Essa lógica é bastante aplicada ao domínio científico do inventário e permite proteger, sobretudo, através da inscrição do bem, uma casa de madeira, a decoração de uma loja ou uma fazenda antiga, por exemplo.

No mundo científico francês, a ascensão do patrimônio comum ou ordinário foi consagrada pela penetração da história do Folclore na Arqueologia e na História da Arte, e à criação dos primeiros museus dedicados a cultura camponesa. Atualmente, o interesse dos etnólogos pelo estudo e conservação das práticas da nossa própria cultura, nutrem o recente movimento de “patrimonialização”. Uma das materializações dessa valorização foi a Missão do Patrimônio Etnológico Francês, em 1980, no âmbito da Direção do Patrimônio, órgão do Ministério da Cultura. Outras ações neste sentido foram as primeiras ações de patrimonialização da Gastronomia e a noção de Lugar de Memória, surgida nos anos 1980, graças ao trabalho do historiador Pierre Nora, noção que apoiou a consagração e proteção dos domicílios testemunhos do caráter ou modo de vida dos homens ou mulheres célebres da França.

Veschambre (2008) demonstra a legitimidade da “extensão geográfica” patrimonial, a partir da evolução da legislação, e resume bem esse processo de mudança e ampliação do fenômeno. Neste sentido, sob o efeito da sensibilidade ou “emoção patrimonial” (FABRE, 2013), nota-se uma tendência em abranger espaços cada vez maiores e, portanto, cada vez mais próxima da vida cotidiana de uma grande parte da população. Da lei de 1913, sobre os monumentos históricos, até a lei sobre as paisagens, assistimos a uma extensão espacial considerável na apreensão das heranças culturais e naturais francesas.

Quadro 1: Principais etapas da extensão espacial da noção de patrimônio

LEI	OBJETO	DIMENSÃO ESPACIAL	NÚMERO
31 de dezembro de 1913	Proteção dos monumentos históricos	Proteção limitada a uma parcela	42310 (2005)
2 de maio de 1930	Proteção dos monumentos naturais e dos sítios, sob o modelo dos monumentos históricos	Delimitação dos Sítios (inicialmente em torno dos monumentos históricos)	7460 (2004)
25 de fevereiro de 1943	Proteção de monumentos históricos	Instauração de um perímetro de 500 metros em torno dos monumentos históricos	
4 de agosto de 1962	Lei sobre os setores de salvaguarda	Delimitação do perímetro do setor de salvaguarda	97 (2006)
7 de janeiro de 1983	Instauração da ZPPAU	Delimitação do perímetro da ZPPAU	532 (2007)
8 de janeiro de 1993	Lei da Paisagem	Conjunto do território nacional definido como patrimônio	

Fonte: VESCHAMBRE (2008).

Desta forma, a concepção de patrimônio tem, notoriamente, evoluído durante os últimos quarenta anos. Porém, esta evolução não significa que concepção clássica tenha desaparecido, em especial entre os atores da proteção do patrimônio. Esta concepção mais ampla e etnológica não se traduziu de maneira espetacular em termos de proteção. O patrimônio identificado oficialmente e institucionalizado permanece mais restritivo e seletivo do que o “patrimônio por apropriação”, constituído de elementos que foram salvos da destruição e valorizados, sem estarem protegidos pela lei⁶. É uma hierarquia mais ou menos explícita que permanece entre o patrimônio “artístico” e o patrimônio definido como “etnológico”, um “grande” ou um

⁶ Na França um bem tido como patrimonial pode constar na lista de bens Inscritos no Inventário Geral para fins científicos, recenciamento e conscientização, sem, contudo, constar na lista de bens inscritos e classificados monumentos nacionais pelo Serviço dos Monumentos Históricos da França.

“pequeno” patrimônio, ou, em outro termo, entre um patrimônio “erudito” e um patrimônio “popular”, com toda a carga ideológica que estas diferentes categorias podem conter.

Segundo Veschambre (2008), os antropólogos têm denunciado a raridade de medidas de proteção aplicadas à arquitetura rural, em completo desequilíbrio com o entusiasmo levantado por esse tipo de categoria. A mesma sub-representação é verificada em relação à arquitetura industrial. Em contrapartida, a arquitetura militar e a engenharia civil marcam uma forte presença em uma leitura muito orientada da história e da construção do território nacional.

Dentro da categoria arquitetura doméstica, a sobrerrepresentação é flagrante, seja em espaços rurais (castelos) ou urbanos (hotéis particulares), em relação às simples “casas”. A arquitetura mais antiga, principalmente medieval e renascentista, também, está mais destacada entre os edifícios protegidos. Assim, o reconhecimento das heranças dos “comuns” é muito mais atrasado, em relação ao das heranças da “elite”, demandando muito mais energia, e permanece com menos prestígio.

Esta concepção elitista e hierárquica do patrimônio continua presente na literatura, através da ideia de uma “proliferação patrimonial”, “inflação patrimonial” que esconde a realidade. Segundo Veschambre (2008), esta ideia de inflação ou proliferação patrimonial não se sustenta pelos seguintes argumentos: a proliferação patrimonial contradiz certas forças de mercado, de construção, de urbanismo. Em segundo lugar, este discurso contraria a realidade dos objetos protegidos como monumentos históricos, que constituem o reconhecimento jurídico da vontade de conservação.

Então, se a década de 1980 foi caracterizada por um forte aumento no número de proteções em uma espécie de “folia” patrimonial (CHOAY, 2006), a década de 1990 marcou um retorno aos anos de 1970, e de contínuo decréscimo. Em resumo, a situação atual se caracteriza por um desacordo significativo entre a ampliação da demanda patrimonial e a redução no número de novas proteções ao título de monumento histórico.

Para Veschambre (2008), em uma lógica econômica, a criação de novos “valores patrimoniais” ameaça desvalorizar o patrimônio em seu conjunto. E, de maneira mais concreta ainda, a cobertura das subvenções do Estado. A proteção dos novos patrimônios ameaça a redução de ajuda que dispõem os proprietários dos edifícios já protegidos, dentro em vista que os recursos para essa área não são reajustados de acordo com o aumento no número de bens chancelados.

Neste caso, os que denunciam a “proliferação ou inflação patrimonial” seriam os porta-vozes dos detentores de um patrimônio já reconhecido, que buscam o controle do campo patrimonial e limitar seu acesso.

Outro fator, que contradiz a “folia patrimonial”, de acordo com Veschambre (2008), é o fato do público que frequenta os monumentos históricos ainda ser restrito, mesmo com a ampliação do patrimônio e o aumento no número de frequentadores.

O patrimônio na França não alcançou todas as categorias sociais, e ainda é restrito às classes média e alta. Neste sentido, o acesso aos edifícios patrimoniais permanece desigual, fora do “carnaval patrimonial” que constitui a *Journées du Patrimoine*. Assim, a capacidade de se apropriar do patrimônio é bastante desigual e, portanto, a capacidade de ascensão, por uso ou atribuição identitária ou de conservação do espaço por grupos minoritários e /ou socialmente excluídos, não tem se configurado como característica desse tipo de política. Desta forma, a ideia na qual o patrimônio constitui um “bem comum⁷” funciona como legitimação de uma ordem sem conflito e como disfarce dos processos de apropriação diferenciais.

1.3. As mudanças na política francesa de patrimônio: o exemplo de *Nord – Pas - Calais*

A questão do patrimônio industrial refere-se a um patrimônio recente e, portanto, “frágil”, no sentido de sua aceitação não ser óbvia da mesma maneira que os bens anteriormente consagrados, como catedrais, palácios, entre outros. Isso se refere a uma aceitação difícil, que diz respeito, de um lado, ao fechamento de usinas e à produção de uma paisagem até então repulsiva, na qual paralelamente se coloca a questão da patrimonialização desses sítios.

Segundo Fagoni (2014), com a desindustrialização, a imagem da mina e da usina foi rejeitada, sendo necessário conceber novas formas de desenvolvimento que gerassem o apagamento das formas e processos anteriores. Um exemplo bastante ilustrativo, na área de mineração, no norte da França, é o do parque de diversões Loisi Nord, construído em 1994, em um terreno baldio industrial. Entre os equipamentos do parque há uma pista de esqui sobre uma montanha de rejeitos industriais. Para a autora supracitada, essa transformação seria uma estratégia de “tábula rasa”, na direção de apagar os vestígios de um passado inconveniente.

⁷ “O bem comum poderia ser compreendido como o conjunto de benefícios compartilhados por determinado grupo social, sendo, portanto, objeto de interesse comum.” CARSALADE. In. Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural

Contudo, esse processo conduziu em direção a uma consciência da perda de referências coletivas, que, mais recentemente, considera paisagem industrial como objeto de patrimonialização, reconhecendo que ela carrega uma história, sendo portadora de heranças. A luta contra a situação da exclusão das paisagens industriais tornou-se um pré-requisito para a integração dessas áreas industriais ao cenário político francês. Em 2004, foi decretado o fim das concessões de exploração de carvão no país, e, com a renúncia pelo Ministério da Indústria de extrair carvão, nesse mesmo ano, o cavalete do poço número 6 e os edifícios adjacentes, situados em Lens, na região de Nord-Pas-de-Calais, foram inscritos como monumentos históricos da França.

Progressivamente, uma série de equipamentos e edifícios ligados à história industrial dessa região foi consagrada como patrimônio. A temática patrimonial invadiu os discursos dos políticos e gestores. Como prova disso, citamos a atuação da Mission Bassin Minier, uma organização governamental criada para o desenvolvimento e o ordenamento territorial da região, após o fechamento das minas de carvão, que viu na candidatura a patrimônio da humanidade uma resposta ao declínio da cidade.

A Mission Bassin Minier contou com a ajuda de atores institucionais em outras escalas de ação, incluindo a Direções Regionais dos Assuntos Culturais (DRAC)⁸, em escala regional, e a Associação Bassin Minier Uni (BMU), criada em 2003 pela Mission Bassin Minier e encarregada de produzir o dossiê, inventariar e descrever o patrimônio mineiro da região.

Dessa maneira, o conjunto de equipamentos fabris e coletivos, diretamente relacionados à vida dos trabalhadores, foi convertido em patrimônio. A presença desses equipamentos demonstra a herança social presente nessa região, que se transformou em uma vitrine dos cento e cinquenta anos de políticas sociais.

No início dos anos 2000, o Estado, através do Ministério da Cultura e da Comunicação, quis transferir alguns museus importantes de Paris para descentralizar a oferta cultural em nível nacional. Juntamente com o Museu do Louvre, em Paris, e outros atores institucionais que apoiaram e incentivaram o projeto (região, departamento e a comuna de Lens), foi construído o Museu Louvre-Lens, sobre uma antiga mina de carvão. Inaugurado em 2012, em pleno

⁸ Direções Regionais dos Assuntos Culturais, órgão criado com o objetivo de descentralizar a política cultural francesa e realizar a intermediação entre governo central, regional. As DRAC's são responsáveis pela execução, sob a autoridade do prefeito regional e dos prefeitos dos departamentos, das políticas culturais definida pelo governo nacional. Elas também desempenham um papel consultivo e de parcerias entre atores e autoridades locais e os diferentes setores do Ministério da Cultura.

coração da região mineira de Nord-Pas-de-Calais, o museu foi uma maneira de tornar atraente uma região problemática como a bacia de mineração francesa.

O museu se caracteriza como um híbrido entre as políticas tradicionais de patrimônio, afinal de contas seu acervo é de um museu clássico, com obras da antiguidade, em um sítio com proposta patrimonial recente. Assim, o patrimônio industrial, que a priori era um “patrimônio inconveniente”, a posteriori atribuiu à mina de ferro e de carvão novos valores, que lhe permitiram acessar um status inédito: o de patrimônio. Esse processo permitiu constatar que a indústria não é mais exclusivamente considerada sob o ângulo econômico, tornando-se um referencial de desenvolvimento, redensolvimento local e de pertencimento identitário, após sua reconversão para território patrimonializado, tanto em escala nacional quanto em escala global, que abastecem o que Heinch (2009) chamou de “fabrica do patrimônio”.

O exemplo da inscrição da região de Nord-Pas-de-Calais como paisagem cultural evolutiva pela UNESCO, em 2012, ilustra como o “patrimônio inconveniente” passou a representar um conjunto de elementos icônicos da paisagem industrial. E, mesmo o fundamento da candidatura ao Título de Patrimônio da Humanidade, a partir de uma vontade de reconhecimento universal, conduzindo a uma mudança de perspectiva que erigiu carcaças de equipamentos, entulho, rejeitos e conjuntos industriais residenciais, em paisagem cultural evolutiva da humanidade.

1.4. A Ampliação do Fenômeno Patrimonial no Brasil

Segundo Fonseca (1996), o IPHAN, ainda na década de 1950, enfrentava resistências daqueles que o viam em descompasso com os interesses econômicos, e não conseguiam enxergar os “valores culturais” como dignos de preocupação do Estado. Noção vaga demais, se comparada aos interesses desenvolvimentistas que o patrimônio, eventualmente, barrasse.

Na década de 1960, a atuação do IPHAN já era considerada inadequada aos novos tempos, vista como elitista, pouco representativa da pluralidade cultural brasileira e alienada em relação aos problemas fundamentais do desenvolvimento nacional. (FONSECA, 1996).

A visita, em 1966, do expert da UNESCO, Michel Parent, foi um dos principais eventos geradores do desejo de mudanças por parte do Instituto, naquela década. Tendo como objetivo estudar e ajudar a projetar a execução de um programa com vistas à aceleração do movimento turístico para a proteção e a valorização do patrimônio cultural e dos sítios naturais, seu relatório ajudou a fortalecer os futuros projetos de viabilização e adequação econômica do patrimônio com fins turísticos.

Na década de 1970, sob a Ditadura Militar, ocorrem as primeiras mudanças significativas em relação à orientação anterior. Em nome da modernização, era necessário apresentar a prática de preservação compatível com os processos de desenvolvimento.

Para Fonseca (1996), durante o Regime Militar, o campo da cultura começou a ser objeto de atenção especial, tanto como recurso ideológico para a legitimação de um projeto nacional, quanto como meio para reorganizar a esfera cultural. Mesmo assim, a situação não foi tão diferente, pois, novamente, se vivia um governo autoritário, sem que, nesse período, se tivessem consolidado mudanças na política cultural do país.

Convencionou-se dizer que, no final da década de 1970, com a entrada na presidência do IPHAN de Aloísio Magalhães (1979- 1982), inicia-se o “período moderno” do, então, Serviço do Patrimônio Histórico Nacional, marcado por uma “virada nas políticas públicas de patrimônio cultural no Brasil” (ANASTASSIKIS, 2017, p. 65).

Acompanhando essa mudança na direção geral, o IPHAN sofre uma reorganização, sendo fundido ao Instituto o Programa das Cidades Históricas (PCH) e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). Em seguida, o Instituto é reestruturado, decompondo-se em duas entidades: a Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a Fundação Nacional Pró-Memória. Esta última, criada para dar mais agilidade à secretaria, e dispondo, inclusive, de liberdade para obtenção de fundos, administração de recursos e contratação de funcionários.

Segundo Anastassikis (2017), Aloísio já antevia um movimento de pressão popular por parte do Iphan. Para Joaquim Falcão (2003 apud ANASTASSIKIS, 2017), ele percebia que “novas demandas sociais pressionavam por políticas governamentais diferentes” (FALCÃO apud ANASTASSIKIS, 2017, p. 248). Dessa forma, Aloísio Magalhães toma para o instituto a responsabilidade de intermediar os diálogos entre os agentes culturais e o governo, e prossegue com o longo processo de legitimação do patrimônio imaterial brasileiro, idealizado por Mário de Andrade em seu anteprojeto e implementado somente em 2000, através do Decreto nº 3.551.

A década de 1970, também, marca o início da descentralização política do instituto e a influência das recomendações e cartas à instituição pela UNESCO, que passou a enviar mais missões para o Brasil, tendo em vista o desenvolvimento regional e local, através do turismo. Durante a direção de Aloísio Magalhães, Ouro Preto (MG), em 1980, e Olinda (PE), em 1982, entram na lista do patrimônio mundial. A mudança de discurso e objetivos pelo IPHAN

geraram a necessidade de mudança da malha institucional, ampliando-a para outros estados do país.

A burocracia própria da política patrimonial e sua respectiva malha institucional começaram a ser, efetivamente, instauradas no ano de 1946 através do Decreto-lei nº 8534, ao criar oficialmente quatro distritos: 1º Distrito- Recife, 2º Salvador, 3º Belo Horizonte e 4º São Paulo. Essa distribuição se manteve até 1976, e refletiu na concentração de tombamentos nas regiões Nordeste e Sudeste. Neste mesmo ano, um novo recorte aparece, acompanhando os primeiros contornos de um movimento de renovação do IPHAN.

Por meio da Portaria MEC nº. 230, de 30 de março de 1976, a instituição teve publicado seu novo Regimento Interno, que tornava mais complexa sua organização. Foram criadas quatro novas representações, denominadas Diretorias Regionais, que permitiram a presença institucional nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste, somando-se às anteriores nas regiões Sudeste e Nordeste. Desta última, passou a fazer parte, também, o território de Fernando de Noronha.

Naquele período, também, foram incluídas na estrutura do instituto uma série de seções, tais como a Divisão de Museus e de Difusão Cultural, a Divisão de Arqueologia, além de outras de natureza puramente administrativa, como era o caso das Divisões de Pessoal e de Execução Orçamentária e Financeira. Atualmente, todas as unidades da federação possuem uma sede do IPHAN, chamadas pela designação Superintendência Estaduais.

Nesse mesmo espírito, os primeiros órgãos de preservação estaduais são criados nos estados do Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina, os quais seriam supervisionados pelo IPHAN. Desta maneira, segundo Sabino (2012), o patrimônio passou a ser entendido pelo Governo Militar como um elemento de integração de todas as regiões do Brasil, de todos os cidadãos brasileiros. E, os dois Diretores que sucederam a Rodrigo Mello Franco de Andrade, foram atores fundamentais na renovação do projeto de identidade brasileira, desfrutando, inclusive de “boas relações com setores do governo durante o Regime Militar” (CHUVA, 2018, p. 85). Segundo Sabino (2012):

Com a adoção dessa nova orientação, o governo tentava alcançar dois objetivos: aproximar-se das camadas populares como forma de fazer frente às Comunidades Eclesiais de Base, aos movimentos de favelas, às associações de bairros se apresentando como principal sujeito do processo de abertura política; e garantir interferência na vida da sociedade sem abrir mão de uma política econômica recessiva. (SABINO, 2012, p.5)

Contudo, o órgão do patrimônio ainda possui uma forte “marca classista”, seguida, inclusive, por alguns órgãos da gestão do patrimônio estadual e municipal. Nota-se que, mesmo com esses novos objetivos, os objetos e métodos continuam os mesmos, como nos relatou Marins (2016):

A canonização da arquitetura monumental, do barroco e da mestiçagem como evidência do ethos nacional chegara à década de 1980 ainda plena de vitalidade, assim como a herança autoritária e excludente das práticas de eleição patrimonial, concentrada nos técnicos e na aparente neutralidade de suas escolhas, derivadas sobretudo da descrição formalista e estilística dos monumentos artísticos. (MARINS, 2016.p. 11).

Ainda assim, o Estado brasileiro foi, gradativamente, criando uma “mentalidade autorizada” (SMTH, 2006) própria ao patrimônio, reinventando-o e adaptando-se aos diferentes contextos. E, desta forma, ampliando os agentes, atores e instrumentos regulatórios, e encarregando-se de continuar no controle das ações ligadas à identidade nacional. Segundo Smith (2006) O “discurso autorizado” do patrimônio constrói não apenas uma definição específica de patrimônio, mas, também, uma mentalidade autorizada, que é empregada para entender e lidar com certos problemas sociais centrados em reivindicações de identidade. Com isso, o patrimônio torna-se uma forma de controle social.

Neste sentido, um processo de mudança de direção, acompanhado de uma mudança na burocracia e mesmo em sua lógica organizacional, gerou uma reorganização das políticas de preservação do patrimônio cultural, conduzidas pelo órgão ou, nas palavras de Foucault, em sua governamentalidade.

Sobre os paradigmas redesenhados pela política de patrimônio no Brasil, Chuva (2018) destaca que as noções de referência cultural, quilombo, cidade-documento foram centrais, durante os anos de 1980 e 1990, abrindo caminho para novos objetos, abordagem e problemas. Fonseca (2005), aponta como causa das modificações no campo das políticas do patrimônio, em escala mundial e nacional, a virada epistemológica nas disciplinas que apoiavam os conhecimentos ligados a preservação, entre elas a História e a Antropologia, a difusão da democracia, o processo de descolonização e o conseqüente surgimento de novos Estados-Nação.

Chuva (2018), em comemoração aos oitenta anos do IPHAN, relembra sua atuação entre os anos de 1982, ano de morte de Aloísio Magalhães, até 2002. Para a autora, os anos de 1980 foram de renovação no quadro de funcionários, anos em que profissionais das áreas de

Antropologia, Economia, sociólogos e pedagogos diversificaram o quadro de *experts* majoritariamente oriundos da Arquitetura e História, tempo de renovação de pessoal. Essa ampliação, evidentemente, foi resultado de um longo processo, ainda em curso, de contestação do que Micelo chamou, em 1987, de conteúdo doutrinário, cristalizado pela expressão “patrimônio histórico e artístico nacional”. O autor fez fortes críticas ao instituto que, segundo ele:

Basta consultar a lista publicada dos imóveis e monumentos tombados pelo SPHAN para nos darmos conta de que encontram ali (sobre) representados os espécimes característicos de todas as frações da classe dirigente brasileira em seus ramos públicos e privados, leigos e eclesiásticos, rurais e urbanos, afluentes e decadentes. O reverso desse tesouro tão apreciado é a amnésia da experiência dos grupos populares, das populações negras e dos grupos indígenas, para citar apenas aqueles referidos pelo projeto Andradiano (MICELO, 1987, p.44)

O Brasil e o mundo vêm passando por um processo de transformação acerca de seus referências identitárias. Nesse sentido, o patrimônio é reflexo dessa mudança de mentalidade e, diante disso, há uma rediscussão e ampliação de certos dispositivos e normas presentes no arcabouço jurídico do país, baseado no paradigma democrático ocidental. Como prova, na década de 1980, inicia-se um processo de tombamento de uma gama de elementos usuais dentro da prática de preservação, em um esforço institucional do órgão de preservação federal para ampliar os alvos de processos de tombamentos e os grupos por eles referenciados. (MARINS, 2016).

Essa ideia se coaduna com o surgimento do que Holston (2013) chamou de “cidadania insurgente”. Que se caracteriza pelo crescimento das demandas populares e o sentimento de pertencimento dos grupos periféricos urbanos. Na tentativa de desestabilizar a “cidadania entrincheirada” responsável por legalizar e manter privilégios dentro da sociedade brasileira. A cidadania insurgente foi responsável por pressionar, direta ou indiretamente, a política de patrimônio cultura em direção de uma reformulação e reorganização. Assim, podemos observar a mudança da racionalidade da ordem burocrática do IPHAN, governamentalidade (FOULCAUT), visando a estabilização dessa ordem e poder político.

Nesse interim, avançam-se processos de tombamentos parados, como o de Olinda, que até não progredia devido ao seu conjunto heterogêneo e suas diversas temporalidades arquitetônicas. As práticas populares, também, ganharam espaço, como no caso do Presépio Mecânico de Pípiripau, em Belo Horizonte, tombado em 1984, indicando uma ampliação antropológica do conceito de patrimônio. Entretanto, seguindo a mesma tendência francesa,

esse processo perde fôlego nas décadas seguintes, nas quais o registro do patrimônio imaterial tomou a tarefa de olhar o frágil, o rústico, o improvisado e o instável, característica oposta às noções de antiguidade, monumentalidade e originalidade em que sempre pautou o IPHAN. (MARINS, 2016)

Segundo Mota (2000) e Marins (2016), esse alargamento do discurso patrimonial ficou mais na ação discursiva ou retórica do que em um expressivo aumento no número de tombamentos de bens e objetos fora da temática anterior. Prova disso foi a retomada e reconsagração de bens emblemáticos da Escola Modernista carioca, como o tombamento, em 1984, da Sede da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, o Hotel do Parque de São Clemente, em Nova Friburgo, em 1985, entre outros bens projetados pelos principais expoentes do Modernismo nacional. Assim como houve a continuidade do padrão de tombamentos dos bens vinculados ao período Colonial e de conjuntos com paisagens “típicas” luso-brasileiras, ainda que atualizadas estilisticamente.

Do Forte de Santa Bárbara em Florianópolis (1984) às 13 imagens missionárias na matriz de São Luiz Gonzaga (RS, 1984); das igrejas de Barbacena (MG, 1988) à matriz de Itatiaia em Ouro Branco (MG, 1983); das ruínas do Engenho do Murucutu, em Belém, às do Sítio do Físico, em São Luís (ambas em 1981); da igreja dos Remédios de Fernando de Noronha (1981) à capela de Santana em Ilhéus (BA, 1984), vários foram os acréscimos que confirmavam mais uma vez a importância central dos legados coloniais, que ainda seria a principal razão para o tombamento dos centros históricos de Santa Cruz Cabralia (BA, 1981), Natividade (TO, 1987), Vila Bela da Santíssima Trindade (MT, 1988) e Pirenópolis (GO, 1990). (MARINS, 2016, p. 15.)

Ainda segundo Marins (2016), em uma tendência muito semelhante à francesa, a década de 1980 experimentou um acentuado aumento no número de tombamentos, não acompanhados na década de 1990. Mesmo a euforia inicial pelos tombamentos dos terreiros, não foi acompanhada pela dilatação na representação de outras religiões, como o caso da umbanda que até hoje não está representada, nem como patrimônio material, nem como patrimônio imaterial.

Mota (2000) analisou os tombamentos do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro (INEPAC), do Departamento Geral de Patrimônio Cultural do Município do Rio de Janeiro (DGPC) e do IPHAN, entre 1979 e 1990, e concluiu que o padrão e as temáticas de tombamento, realizadas por esses órgãos, permaneciam semelhantes aos trinta primeiros anos do IPHAN. Afirmando, assim, que prevaleceu a construção de um patrimônio selecionado com base em critérios estético-estilísticos, de excepcionalidade, e considerando a uniformidade dos sítios urbanos. (MOTA, 2000).

O mais interessante foi que, nesse mesmo período, intencionou-se ampliar a agenda temática e o campo empírico dessa política, devido à pressão dos críticos e da sociedade. E a reorganização da burocracia do instituto parecia estar disposta a avançar nos discursos, nos atores, nas geografias e, principalmente, nos objetos representativos da memória nacional.

Substituiu-se a intenção da ação fundadora da preservação no Brasil — de representar a unidade nacional por meio do valor simbólico atribuído a determinados estilos (especialmente da arquitetura colonial) — pela ideia de diversidade cultural, mas de fato materializou-se uma história dos barões do café, dos proprietários das residências nobres, ainda frequentadores dos templos católicos e que, assim como os seus antepassados do período colonial, passeavam entre pontes e chafarizes e eram atendidos em instituições públicas e privadas instaladas nas edificações ecléticas de porte palaciano. (MOTA, 2000.p. 133)

Segundo Viera Filho (2016), o IPHAN passa a reconhecer os fragmentos do espaço urbano como capazes de explicar o processo de ocupação do território brasileiro, a partir dos principais ciclos econômicos, eventos históricos, produções artísticas e formações geográficas do território nacional. Desta maneira, a política de patrimônio brasileiro, ainda está voltada para a consagração dos discursos macros, ligados ao ciclos econômicos. Prova disso é que tombamentos recentes foram voltados para os ciclos da pecuária, do ouro, da borracha, ou preocupados em valorizar áreas ou ainda para excepcionalidades estéticas arquitetônicas ou ainda para movimentos migratórios. (VIEIRA FILHO, 2016).

A ampliação geográfica dos tombamentos não é suficientemente forte para aplacar as demandas sociais e inserir diversidade a esse tipo de política. A política de valorização e proteção do patrimônio nacional não tem dado conta, sendo ainda, bastante conservadora. Mesmo o patrimônio imaterial ainda guarda uma distribuição restrita no território nacional e não tem obtido o sucesso esperado na participação e engajamento popular.

Marins (2016), afirma que o protagonismo da sociedade, em muitos casos, tem sido apenas retórico, na medida em que o estímulo, a formulação e o encaminhamento, de maneira geral, ainda é bastante dependente e atrelado aos técnicos do IPHAN ou do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

Mesmo com os avanços supracitados no conjunto da política de patrimônio, a cultura da periferia urbana está ausente do arcabouço de signos e significados presentes no quadro de bens dignos da presença na memória nacional. A população urbana periférica, mesmo possuindo bens e manifestações culturais apropriadas, inclusive, pelo mercado e ter entrado no quadro de incentivo a políticas culturais, como o funk, as escolas de samba, os grafites, a

umbanda e etc., não possui lugar na política de patrimônio, por ser considerada incompatível, feia, inculta e fluida.

Não obstante, não se trata de tombar e legitimar a pobreza, mas, sim, de valorizar o modo organizacional, de cooperação, de resistência e mesmo de sobrevivência das populações urbanas mais carentes que, por falta de opção, ocuparam os morros e subúrbios das grandes cidades, formando verdadeiros quilombos urbanos, como através do grafite, enquanto expressão artística de jovens marginalizados, ou das escolas de samba e da relação entre elas e moradores da comunidade.

Como teria sido essa política, caso os moradores dos “subúrbios profundos” desse país alçassem à carreira de técnicos do IPHAN? Em vez de criarem saídas assimilatórias, em que os grupos comunitários envolvidos se tornam “convidados” a “aprender”, ‘compartilhar” ou se tornar “educados” sobre os valores e significados do patrimônio autorizado, criando uma inclusão pública ou comunitária em programas de patrimônio voltadas para empregar a negros e/ou pobres? Afetaria o status quo, a classe média branca, educada e intelectualizada, conforme a cultura erudita em que o principal instituto do país está baseado e seus critérios estético-estilísticos e de excepcionalidade.

Em que medida as formas consagradas de valorização do patrimônio comprometem a outras possibilidades de valorização do sítio urbano, como o dos grupos periféricos e favelados. O instrumento jurídico tombamento não se adequou a essas novas demandas e exigências e o registro como patrimônio imaterial não se difundiu como esperado, nem alcançou um status compatível com as expectativas do IPHAN.

As regionais do IPHAN estão instaladas, na maioria dos casos, em centros históricos, distante dessa população, que raramente tem acesso a esses espaços por serem demasiadamente caros, devido ao preço da entrada e alimentação ou por estarem distantes do seu local de moradia. Geralmente, essa população tem um acesso subalternizado e serviçal nesses locais.

O IPHAN não conseguiu alterar sua estrutura de pensamento, sua organização burocrática e seu discurso autorizado ainda é conservador. A mudança de pensamento, que deslocou o projeto de unidade para o mosaico, ainda não se mostrou suficientemente ampla para alcançar a memória viva da população mais vulnerável, dos grupos urbanos insurgentes. Ainda vivemos uma política restrita e conservadora.

1.5. O patrimônio alternativo, discurso autorizado e emoção patrimonial

Nesta sessão, procuro refletir sobre a proposta de abordagem de um patrimônio alternativo (SMITH, 2006) frente “*l’agê monument*” e mesmo da “*l’âge du patrimoine*” que, como apresentado anteriormente, não procurou romper com o modelo de preservação e sim ampliar sua atuação, em um processo de modernização dessa política ainda conversadora.

Smith (2006) procurou re teorizar a ideia de patrimônio, tendo em vista uma visão alternativa de patrimônio. Seu trabalho possui o objetivo de confrontar as premissas frequentemente encontradas no estudo do patrimônio. Para isso, a autora apresenta, através de estudos de casos nos Estados Unidos, na Austrália e na Grã-Bretanha, tanto o patrimônio usado de uma forma conservadora, quanto casos no qual o patrimônio é acionado para questionar ideias sobre identidade.

A autora explora a ideia do patrimônio não como uma “coisa”, mas como um processo cultural e social que se envolve com o ato de lembrar, diretamente relacionado à maneira de entender e se envolver com o presente. Para isso, a autora recorre a uma série de ideias sobre a natureza do patrimônio, que surgem em diversos campos interdisciplinares, na tentativa de reunir linhas de pensamento díspares e estimular o debate sobre a natureza e o uso do patrimônio.

Seu trabalho parte da premissa de que todo patrimônio é imaterial e, neste sentido, contraria a tradicional identificação do patrimônio como material- arquitetônico. Ao enfatizar a intangibilidade, a autora busca desprivilegiar e desnaturalizar o material como forma e essência auto evidente do patrimônio, sem, contudo, descartar essa dimensão. O tradicional relato ocidental do patrimônio tende a enfatizar a base material, atribuindo-lhe um significado e um valor cultural inerente.

Além disso, ainda segundo a autora, o senso de seriedade atribuído a esses valores também está, em muitos casos, diretamente ligado à idade, monumentalidade e/ou estética. Lugares, sítios, construções e objetos podem existir como locais facilmente identificáveis do patrimônio, como o Stonehenge, a Ópera de Sydney, etc. Entretanto, esses locais, objetos, sítios e construções não são inerentemente valiosos, nem carregam um peso de significado nato. O Stonehenge, no Reino Unido, por exemplo, é basicamente uma coleção de rochas em um campo. O que o torna valioso é a significância, isto é, os processos que o identificam como fisicamente simbólico em relação a uma cultura ou a um evento social particular, e assim lhe dão valor e significado. (SMITH, 2006)

Embora muitas vezes autorregulado e autor referenciado, o patrimônio é também dissonante e contestado. De um lado, o patrimônio é sobre a promoção de uma versão de consenso histórico por instituições culturais e elites sancionadas pelo Estado para regular as tensões culturais e sociais. De outro lado, o patrimônio também pode ser um recurso usado por uma série de grupos subalternos para desafiar e redefinir valores e identidades impostas.

A autora supracitada propõe que o patrimônio não é necessariamente sobre estagnação, consolidação de valores e significados culturais. Ele também pode ser, por exemplo, o retrabalhamento dos significados do passado ou pode ser uma questão de desafio às maneiras pelas quais grupos e comunidades são percebidos e classificados pelos outros. Neste sentido, o patrimônio é sobre negociar acerca dos usos do passado e a memória coletiva ou individual, para negociar novas formas de expressar a identidade.

Neste processo, objetos, locais e instituições, como museus, tornam-se ferramentas culturais ou adereços para facilitar o processo de expressão de sua identidade, mas, também, instrumentos para demandar direitos sociais, direta ou indiretamente, ligados ao patrimônio.

O patrimônio é, igualmente, um discurso que, por essência, não se limita ao uso da linguagem, mas, também, uma forma de prática social (SMITH, 2006). Do mesmo modo, significados sociais, formas de conhecimento e *expertise*, relações de poder e ideologias são incorporadas e reproduzidas através dos discursos. Esses não apenas organizam conceitos como o de patrimônio é compreendido, mas, também, a maneira como agimos, as práticas sociais e técnicas que praticamos, e como o conhecimento é construído e reproduzido.

Smith (2006), afirma que há um discurso ocidental dominante sobre o patrimônio, por ela denominado de “patrimônio autorizado”, que trabalha para naturalizar uma série de suposições sobre a natureza e o significado do patrimônio. Embora esse discurso esteja inevitavelmente mudando, se desenvolvendo e varie em diferentes contextos culturais, ao longo do tempo, ainda assim, há um foco e um realce, principalmente, em relação a atenção dada às “coisas”. Esse discurso, autorreferencial pode, simultaneamente, atrair e naturalizar certas narrativas e experiências culturais e sociais, frequentemente ligadas à ideia de nação e nacionalismo. (SMITH, 2006).

O discurso autorizado é, também, um discurso profissional que privilegia valores e conhecimentos dos *experts* sobre o passado e suas manifestações materiais, domina e regula as práticas profissionais patrimoniais. No entanto, ao lado deste discurso profissional e autorizado, existe, igualmente, uma série de discursos e práticas populares. Algumas delas podem seguir

ou ser influenciadas pelo discurso profissional, mas não são, necessariamente, redutíveis a eles. Alguns discursos também podem desafiar e desequilibrar, através de sua existência, o discurso dominante.

Corroborando essa ideia do discurso dos *experts* e dos discursos populares, Fabre (2013) propõe o conceito de “emoção patrimonial”, que seria uma emoção coletiva, partilhada por diferentes categorias de atores – *experts*, cidadão comum, vereadores, etc. –, unidos por uma mobilização coletiva, em torno de uma causa patrimonial que pode circundar diferentes domínios da vida: religioso, através da mobilização em torno da preservação de um lugar sagrado e/ou sua manifestação; estético, a partir da preocupação com a apreciação da aparência do bem; urbanístico, com a organização do espaço público, científico, como recurso da História, da Economia, interesse de empresas ou político, a partir dos acordos e interesses entre os agentes envolvidos. Todos esses domínios podem estar envolvidos com a causa patrimonial.

Para este autor, pode haver patrimonialização sem emoção, ou seja, justamente, a abordagem profissional dos especialistas, a partir de um “distanciamento”, através de ferramentas científicas, em oposição a um engajamento militante, restrito a um pequeno número de indivíduos.

A sensibilização à causa patrimonial foi largamente difundida nas últimas gerações, graças a diferentes iniciativas vindas do poder público ou sustentadas por ele. No contexto cotidiano, aquele dos homens da rua, ou, se preferirmos, do olhar profano, não equipado com os recursos científicos, a emoção parece indissociável da experiência patrimonial.

Para Fabre (2013), podemos distinguir cinco emoções patrimoniais: a primeira, face à Antiguidade, que se conecta aos lugares de memória do passado em relação aos ancestrais; a segunda emoção refere-se à raridade que se conecta a excepcionalidade; a terceira a emoção seria frente a origem do objeto; quarta, a emoção frente a presença que se conecta à proximidade com uma pessoa, ou sentimento de um encontro, de um contato com seres ligados a este objeto; quinto e último, a emoção frente a beleza que se conecta à qualidade estética do objeto em questão.

Para que uma mobilização em torno alcance um grande número de atores e transforme-se em um “problema” é necessário que toque aqueles que são mais sensíveis ao patrimônio existente, anteriormente inventariado e amplamente percebido como tal. Um patrimônio que é, portanto, menos dos especialistas e mais do grande público que visa, acima de tudo, manter sua identidade, sem, necessariamente, preocupar-se com a entrada desse bem na lista de bens

consagrados pela nação ou pela humanidade. Caso contrário, será uma emoção restrita aos círculos dos especialistas universitários e dos “técnicos” do patrimônio, sendo, assim, menos suscetível a adesão e expressão coletiva.

Esses bens são enquadrados por justificativas puramente técnicas, apoiadas em um conhecimento da História da Arquitetura. É o caso, por exemplo, da campanha para a admissão das obras de Le Corbusier na Lista de Patrimônio Mundial da Unesco, que reuniu vinte e dois edifícios construídos ou projetados pelo arquiteto. Uma seleção rigorosa foi feita pelo comitê de especialistas levando em conta elementos como as diferentes tipologias de habitat e do pensamento teórico do Modernismo. Mas não contou necessariamente com uma campanha popular pela entrada desses bens na lista.

Segundo Fabre (2013) a emoção aparece com mais frequência como uma ferramenta alternativa à expertise. A emoção e a expertise são duas ferramentas bem diferentes no reconhecimento patrimonial, mesmo que possam coabitar em um mesmo indivíduo. A emoção patrimonial tem a possibilidade de favorecer a captura, a perturbação, o transbordamento e, às vezes, derrota a estrutura de pensamento da ação patrimonial tradicional. Desta maneira, podemos compreender a emoção patrimonial como chave interpretativa para a ampliação do patrimônio e para uma abordagem alternativa que o toma, também, como dissonante, contestado e um recurso usado para desafiar valores e identidades impostas. Essa emoção possibilita o retrabalhamento de significados do passado e assim produzir patrimônios alternativos, não necessariamente os objetos e elementos são postos de lado, mas os discursos produzidos são outros e pode se aproximar de grupos minoritários.

Assim, autores, como Chuva (2018), chamam a atenção para a incorporação do patrimônio enquanto “ferramenta na luta por direitos culturais, direitos à memória e à identidade.” (CHUVA, 2018, p. 92) e, similarmente, enquanto instrumento de reparação histórica. O patrimônio pode ser entendido como um discurso preocupado com a negociação e a regulação de significados e práticas sociais associadas à criação e recriação da identidade.

Para Smith (2006), o patrimônio tornou-se um discurso altamente ativo na segunda metade do século XX, tendo sido levantado como uma preocupação ambiental e social particular, durante as décadas de 1960 e 1970, período que testemunhou a consolidação de processos técnicos nacionais e internacionais de gestão e conservação. A reformulação do discurso patrimonial, na época, também marca o desenvolvimento de um modo explicativo e ativo de negociar a mudança cultural e social. Ainda que isso não queira dizer que o patrimônio como processo não existisse antes.

No entanto, o desenvolvimento de discursos profissionais e a proliferação de discursos populares e comunitários sobre o patrimônio, desenvolvidos ao longo das últimas décadas, marcam um modo explícito e, às vezes, autoconsciente de negociar a identidade, o valor e o significado social e cultural.

Desde 1990, tem havido um crescente interesse multidisciplinar sobre a forma como diversas comunidades forjam, mantêm e negociam sua identidade, definidas geograficamente ou por experiências culturais, sociais, étnicas, econômicas e/ou outras. Isto tem afirmado cada vez mais a legitimidade de suas identidades coletivas e experiências sociais, políticas e culturais. Em vista disso, as narrativas de patrimônio consensual sobre a nação e a identidade nacional foram desafiadas pela diversidade de experiências comunitárias e reivindicações de identidade.

Para Smith (2006) há um novo subcampo interdisciplinar que oferece a oportunidade de redefinir a ideia de patrimônio, através de uma análise das consequências que essa ideia tem na vida das pessoas. Desta maneira, ao reconhecer que a gestão do patrimônio tem consequência, além da preservação do tecido histórico, será possível explorar os usos que o patrimônio tem fora do campo da preservação e explorar, inclusive as emoções patrimoniais produzidas por essa política que geram mobilizações, tendo a causa patrimonial como motivação.

Em última análise, ainda segundo Smith (2006), o processo ou monumento patrimonial mostra-se, potencialmente, crítico e autoconsciente, através do qual as pessoas podem negociar a identidade e os valores e significados subjacentes, mas, também, desafiam e tentam redefinir a sua posição ou lugar no mundo. Como veremos mais a diante com a ação dos grafiteiros no sítio histórico de Olinda que interferem diretamente na paisagem-patrimônio ressignificando-a e tentando se fazer presente dentro de um perímetro de preservação rígido e limitado principalmente em relação aos discursos preservacionistas ali presentes.

Assim, o patrimônio não é apenas um recurso social, econômico e cultural. O patrimônio é igualmente político, através do qual uma série de lutas é negociada. As implicações e consequências da teorização do patrimônio, como prática cultural, preocupada em negociar as tensões entre identidade imposta e contestada, têm consequências tanto para o mundo acadêmico, quanto para a prática e a política do patrimônio.

2. PAISAGENS EM DISPUTA

Neste capítulo me debrucei sobre a paisagem enquanto objeto de litígio, mais também como dispositivo para afirmar identidades e demandas por direitos que juntamente com o patrimônio tem ganhado cada vez mais visibilidade, deixando de ser exclusivamente apropriado pelas classes medias e altas e tornando-se objeto de manifestação e mobilização nos centros urbanos brasileiros.

Partindo do *parti pris* de que o patrimônio é conflitual, como já foi debatido no capítulo anterior. Podemos adicionar que a paisagem-patrimônio também possui esse caráter conflitual, na medida em que seu principal atributo é o patrimônio. Não são poucos os casos de contestação de paisagens, porém, quando essas paisagens são consideradas paisagens patrimoniais, o cenário se complexifica e as barreiras para questionar ou intervenção são bem maiores. Afinal de contas, o patrimônio tornou-se um valor incontestado, devido a uma política pública consolidada, a ponto de certos grupos usufruírem do Estatuto do Patrimônio como um recurso político para alcançar determinados objetivos. O filme “Narradores de Javé⁹”, apresenta bem essa ação de acionar o patrimônio como dispositivo jurídico na tentativa de salvar a cidade Javé da submersão.

Contudo, quando esses mesmos grupos contestam bens patrimoniais, com suas respectivas paisagens, são frequentemente vistos como detratores e vândalos. Entretanto, membros da elite podem contestar valores patrimoniais e serem responsáveis pela destruição do patrimônio por interesses particulares, como o caso do ex-ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República, Geddel Vieira Lima, ao pressionar o, então, ministro da Cultura, Marcelo Calero, a produzir um parecer técnico favorável à liberação da construção de um prédio de luxo em Salvador, Bahia, cujo projeto inicial não fora aprovado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A paisagem tem sido apropriada, nos atuais projetos urbanos, e ganhado novos contornos em perspectivas mais amplas e heterogêneas da cidade. A paisagem pitoresca ou ornamental entra em crise, o olhar sobre as paisagens está mais complexo e menos “natural” que antes. Ela deixa de fazer parte da cidade histórica e passa a fazer parte da “cidade difusa”, da “cidade explodida”, ou da “cidade espreada”. (BESSE, 2014). Assistimos a uma nova cultura da paisagem que corresponde a novas formas de experiência do espaço, da sociedade, da natureza e de novas aspirações coletivas. Juntamente com essa apropriação e compreensão

⁹ Filme dirigido por Eliane Caffé em 2003.

de cidade mais difusa, surge uma nova sensibilidade paisagística, acompanhada de uma emoção patrimônio, quando se trata de uma paisagem-patrimônio. Novos questionamentos, novas exigências teóricas e práticas têm sido feitas a seu respeito.

Os conflitos na paisagem se sobressaem quanto mais nos aproximamos da escala local ou escala do cotidiano, embora os trabalhos que costumam relacionar patrimônio e paisagem costumem privilegiar as escalas globais e nacionais, dando pouca ênfase as relações e interesses locais e do seu respectivo habitante. Entretanto, os grupos locais são os principais agentes de modelagem material e inter-relação com a paisagem.

Estranhamente, são poucos os trabalhos que investigam a produção e os conflitos em uma paisagem-patrimônio. Nesse sentido, o presente trabalho tem a tarefa de compreender alguns conflitos na paisagem patrimônio do Centro Histórico de Olinda, dando ênfase à questão dos grafites, enquanto manifestação de grupos mais vulneráveis no patrimônio consagrado.

2.1. Paisagem Política e Política da Paisagem

A preocupação com a paisagem tem sido incorporada, gradativamente, nas políticas públicas, em suas múltiplas escalas institucionais. Como exemplo, podemos observar sua inserção em Planos Diretores municipais, como o do Rio de Janeiro, que incorpora o conceito de maneira bastante expressiva, evocando-o mais de cinquenta vezes ao longo do documento. Ou ainda o caso de São Paulo, que emprega o termo mais de setenta vezes.

As políticas de abrangência nacional também seguem essa tendência, como a Chancela¹⁰ de Paisagem Cultural proposta pelo IPHAN, instrumento voltado para o reconhecimento, não somente do patrimônio de pedra e cal, mas também de seu meio, englobando o homem, suas manifestações e tradições. Sua viabilidade se daria através do incremento da gestão compartilhada entre as instâncias do poder público e a sociedade civil organizada.

Com relação a escala regional, a Convenção Europeia da Paisagem de 2002 apresentou uma abordagem inovadora da paisagem, voltada para uma concepção evolutiva e ordinária. Inspirada na Lei de Paisagem francesa, de 1993, que tornou obrigatória, em qualquer procedimento de planejamento e desenvolvimento, a precaução com a paisagem do cotidiano ou comum. Sendo assim responsável por uma mudança de paradigma na gestão da conservação e proteção da paisagem, dando maior responsabilidade para as instâncias locais. Contrariando,

¹⁰ Portaria nº 127 de 2009.

de tal modo, as tradições nacionais francesas que, geralmente, favoreceram a intervenção nas paisagens notáveis, emblemáticas no quadro de referências das identidades nacionais.

Por fim, no nível supranacional podemos notar a adoção da tipologia Paisagem Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 1992, surgida a partir da necessidade de superar as dificuldades no enquadramento de certos sítios que apresentavam tanto qualidades naturais dignas de reconhecimento, quanto atributos culturais de valor excepcional e, assim, sanar o problema da dicotomia natureza e cultura.

Mesmo a polissemia do termo paisagem não impediu seu uso por essas instâncias de poder, ao contrário, tem corroborado o uso da categoria nos mais diversos empreendimentos, tornando-a um conceito “guarda-chuva” por abrigar uma ampla gama de significados e intenções. Besse (2014), aponta que o conceito em tela é polissêmico e ambíguo¹¹, devido sua atomização nas mais diversas áreas, sem, contudo, possuir uma unidade teórico-conceitual minimamente compartilhada.

Para esse autor, vivemos em uma “cultura paisagística”, na qual ele identificou cinco possíveis abordagens intensamente utilizadas nas mais diversas áreas e com as mais variadas intenções: a paisagem como representação cultural e social, território produzido pela sociedade na sua história, complexo sistêmico, espaço de experiências sensíveis e local de um contexto de projeto. Cada um desses tratamentos possui fundamentos específicos, ligados a uma área profissional e podem, ou não, se cruzar e complementar.

Neste trabalho, a paisagem é concebida como representação cultural e social e manifestação política tanto como projeto de Estado, quando produto de conflitos entre diferentes grupos sociais. Ela é percebida através do sentido e possui uma materialidade incontestada que é atravessada por uma série de processos, atores e interesses. Sendo, portanto, resultado de uma disputa de grupos que procuram implementar seus projetos e desejos, no qual quase sempre há a superposição de um grupo em relação a outro.

Essa relação de poder tem sido intrínseca à paisagem e, neste sentido, procuro compreender a atuação de dois grupos destacados, produtores da paisagem em Olinda. Um grupo mais conservador, que, historicamente, é composto por uma elite intelectual abastada, que se instalou na cidade durante a década de 1960 e 1970, fugida da repressão política e abrigada pelo prefeito de esquerda, Eufrásio Barbosa (BARRETO, 2008). E o grupo dos

¹¹ Ribeiro (2018) aponta para o fato de não haver uma correspondência entre os termos para designar paisagem em línguas latinas, como paisagem, *paysage* e *paesaggio* e aqueles usados em língua de origem anglo-saxã e germânica, como *landscape* e *landshaft*

grafiteiros que, incessantemente, têm interferido e ressignificado a paisagem da cidade, imprimindo novos signos e significados à tradicional paisagem reconhecida como patrimônio da humanidade.

Antes de entrarmos nesse debate empírico, procurarei debater o caráter político da paisagem, ligado ao discurso oficial e voltado para a construção e formulação de “paisagens do poder” (ZUKIN, 2000), e, principalmente, como resultado da expressão de conflitos políticos, evidenciando toda uma sorte de interesses e disputas. Ou ainda, como significado e não como simples forma pretérita da ação humana, mas como potência ativa, provocadora e fluída, protagonista no conjunto de sistemas de objeto e sistema de ações indissociáveis que compõem o espaço geográfico.

Toda paisagem é cultural, embora algumas áreas do conhecimento ainda não tenham se convencido totalmente disso¹². Adiciono, ainda, a essa afirmação que a paisagem possui, também, um forte caráter político. Isto é, o processo de produção paisagístico é político e social, na medida em que é sempre resultado de conciliação, acordos, disputas entre os homens plurais que convivem e travam uma luta constante entre suas diferenças e semelhanças.

Para Arendt (2007, p.24), “a política organiza, de antemão, as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade relativa e em contrapartida às diferenças relativas”. Dentro dessa lógica, as paisagens podem, também, mas não unicamente, ser a expressão dessa relação “entre-os-homens”.

Mesmo as paisagens consideradas naturais, associadas a uma natureza intocada, não estão isentas de um projeto vinculado a certos agentes, havendo, também, aqueles que não a aprovam, instaurando-se, assim, o conflito que, obviamente, é carregado de interesses e podem beneficiar determinados agentes. Os parques naturais e os morros tombados são objetos de uma infinidade de conflitos e litígios.

As paisagens consideradas “feias” são produto da exclusão socioeconômica e de interesses individuais e coletivos que a contestam ou a produzem. Como por exemplo, as favelas cariocas resultantes de um projeto de exclusão socioespacial e da autoconstrução que, como já foi citado, são elaborações simbólicas que expressam narrativas coletivas e igualitárias do estabelecimento das periferias. Logo, a paisagem é produto da relação de forças “entre-os-

¹² Ver Ribeiro (2010). Os ídolos da paisagem: caminhos e descaminhos da relação entre paisagem e patrimônio. I Congresso Brasileiro de organização do espaço.

homens”, com distintos interesses, que procuram estabelecer seus projetos e desejos no espaço, formando uma paisagem carregada de significados e significantes por si só.

Neste trabalho proponho pensarmos às categorias paisagem política, política da paisagem e sua derivação, a paisagem insurgente, que nos permitirão refletir a respeito de processos e usufrutos da paisagem, no século XXI.

2.2. Paisagem Política: o Estado enquanto Poder Hegemônico

Para a geógrafa Castro (2018), a política seria um “sistema institucional e operacional de resoluções de conflitos de interesses, que se materializam em leis e normas de comportamento” (CASTRO, 2018, p.1). E se pensamos esses conflitos no espaço, materializados em forma de paisagem e não na paisagem? A paisagem pode ser o próprio conflito e não o resultado do conflito.

Segundo Sgard, Fortin e Peyrache- Gadeau (2010), as considerações sobre a dimensão política na paisagem não são novidade. Cosgrove (1983), já se detinha sobre o papel que a paisagem desempenha na regulação social e na constituição da questão de classe.

Outro viés entre a relação política e paisagem foi a criação da iconografia própria dos Estados-nação e das identidades nacionais, a partir da seleção e valorização de determinadas paisagens. Ou ainda os estudos que focavam na cultura das elites (burguesia, artistas) e na produção de suas respectivas paisagens. Contudo, esses trabalhos possuíam um vínculo maior com os campos da Geografia Cultural ou com as questões ligadas ao território, e não se identificavam, explicitamente, com a perspectiva política.

O conceito paisagem política foi apresentado de forma sistematizada e propositiva por Sanguin (1984). Embora o autor apontasse que, na década de 1930, já havia discussões a respeito dos impactos e impressões da ideologia e autoridade política na paisagem, o tema na Geografia francesa ainda seria desconhecido e subjacente. Para ele, a paisagem política seria a consequência direta e indireta de processos políticos, como eleições, leis, governos nacionais, regionais, municipais, defesa nacional ou planejamento do uso da terra. Além do mais, segundo ele, atualmente os geógrafos têm se dado conta dos impactos deixados na paisagem por certas atividades políticas, frutos de um complexo sistema de forças funcionais, na qual atuam autoridades que moldam a paisagem, não exclusivamente, já que existiriam, também, contrapoderes e contraforças que influenciariam e criariam paisagens políticas.

O autor realizou o exercício de exemplificar como a política tem produzido paisagens, principalmente nos casos onde uma ideologia “pura” é implantada de forma dogmática. A China

comunista e o Leste Europeu, pós-Segunda Guerra, demonstram bem esse tipo de intervenção. Quanto mais bem definida uma ideologia em determinada sociedade, mais emblemática é sua paisagem política. Contudo, sociedades que não apresentam um domínio ideológico tão expressivo, também produzem paisagens políticas, como, por exemplo, capitais de Estado projetadas para expressar um projeto político de unidade nacional. Este modelo, a partir de então, ganha valor simbólico para o conjunto da sociedade. O caso de Brasília e sua própria toponímia expressam bem esse tipo de produção de paisagem no Brasil.

Castro (2002), também defende a existência de paisagens que revelam escolhas políticas e resultam dos impactos das decisões e ações desse tipo de autoridade. Essas “paisagens políticas”, são “resultantes de estruturas e formas de funções e significado político, como espaços públicos - parques, praças e jardins e edifícios que abrigam instituições públicas e monumentos, paisagem política por excelência. Besse (2014), também defende a existência de uma paisagem política que “corresponde, geralmente, à realização de um ideal social, religioso e moral; e sua manifestação é mais visível quanto mais centralizado é esse poder” (BESSE, 2014, p.11). Ou seja, materializa o poder e controle, manifestando-o através de fóruns, jardins, praças públicas, monumentos.

“A paisagem política é, antes, a paisagem da grande escala, que manifesta as visões do poder e se estende através de um espaço percebido como homogêneo e uma extensão a controlar”. ZUKIN (2000) chama esse tipo de paisagem de “paisagem do poder”, na medida em que a paisagem dá forma material a uma assimetria entre o poder cultural e econômico, no qual o último prevalece. E ainda para o autor:

A paisagem é claramente uma ordem espacial imposta ao ambiente - construído ou natural. Portanto, ela é sempre socialmente construída: é edificada em torno de instituições sociais dominantes (igreja, o latifúndio, a fábrica, a franquia corporativa) e ordenada pelo poder dessas instituições. (ZUKIN, 2000. p. 84)

Para Sanguin (1984), três níveis podem ser reconhecidos na paisagem política: o nível nacional, regional e local. No primeiro, é possível reconhecer as características da paisagem política comuns à nação como um todo e que dão ao país um caráter diferente de outros. Pensando na realidade brasileira, o Barroco Mineiro e as Cidades Coloniais podem ser facilmente reconhecidos como elementos primordiais no cenário político da nacionalidade brasileira.

As regiões refletiriam uma combinação específica de traços políticos. As diferenças de paisagem das regiões podem ser explicadas por suas diferentes histórias, suas diferentes

fisiografias e a diversidade das comunidades que vivem lá. A dependência econômica mútua de comunidades justapostas pode ser transformada em um sistema de paisagem integrado, dependendo dos interesses envolvidos e das estratégias dos atores envolvidos. Há um molde político regional específico da região que reflete não apenas o sistema político nacional, mas, também, seus próprios valores regionais. A Região Nordeste Brasileira é um exemplo emblemático de manifestação de paisagens políticas idiossincráticas em nível regional.

Em relação ao nível local, pode-se dizer que cada localidade, além de ter sua própria identidade, faz parte das forças políticas nacionais e regionais sobrepostas. A identidade local inclui seus conteúdos políticos particulares, tradições e cultura política. É no local que os conflitos da paisagem se manifestam de forma latente.

Essa escala de paisagem é composta por dois elementos. Por um lado, encontramos os elementos estáticos, isto é, as estruturas, as formas, os símbolos da paisagem política. Por outro lado, os processos, comportamentos, atividades do cenário político, que seriam o nível mais dinâmico da paisagem por possui uma força potencial de se opor ao poder central ou institucional, sendo este menos protocolar, menos burocrático, menos previsível e mais fluído em seu tipo de atuação. Essa é a entrada das pessoas, dos habitantes que vivem ou desejam viver e experimentar a paisagem, influenciar e construí-las de acordo com seus desejos e crenças.

Esses níveis ou escalas se retroalimentam, ao passo que as escalas nacional e internacional se nutrem de elementos presentes na escala local. O que as diferencia é o discurso que as paisagens e seus elementos apresentam. A igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto, e sua respectiva paisagem, poderia ser somente mais uma paisagem local, usufruída por seus moradores, e ter uma abrangência reduzida. Mas, ao longo dos anos, se tornou a principal imagem da narrativa do patrimônio cultural brasileiro, constituindo, por isso, em uma paisagem de abrangência nacional, embora, seja na escala local que os possíveis confrontos e contestações se expressem.

2.3. Política da Paisagem: Novos Agentes e Novas Paisagens

O conceito de política da paisagem tem sido uma saída para refletir sobre a ampliação dos agentes envolvidos com a produção, contestação e reformulação da paisagem na contemporaneidade, na tentativa de superar uma abordagem estadocentrista, tendo em vista que o Estado foi, de longe, um dos principais agentes promotores da paisagem. Ribeiro (2018), afirma que a ideia da política de paisagem tem surgido a partir de uma ampliação na maneira

de conceber a paisagem, muito mais pragmática, ligada à ação e a sua construção como um problema da sociedade que, para muitos, deveria ser compartilhado.

Para o autor, esse novo olhar sob a paisagem tem transformando-a em objeto de ação (1), um problema da sociedade (2), um objeto de interesse do Estado (3) e de distintos grupos, inclusive os de resistência (4). Para Ribeiro (2018), a paisagem tem tornando-se um recurso político para a ação e controle, mas não exclusivamente do Estado e dos grupos mais abastados, ela passa também a ser objeto de interesse de outros grupos que a veem enquanto possibilidade para a execução de outros projetos e/ou como cenário de resistência e contestação a aquilo que não concordam. Assim, a paisagem ganha outros contornos, ganhando, nas palavras de Ribeiro (2013), um significado que alcança diferentes grupos que a veem de acordo com suas lentes, podendo informar e ser informados por ela.

O que chamamos aqui de **Política da Paisagem** é um conjunto de dispositivos, governamentalidades, ações e conhecimentos, que visam regular sujeitos e territórios, com diferentes objetivos, que são desenvolvidos a partir de diferentes áreas do pensamento, com diferentes expertises. Em suma, ela ocorre quando a paisagem é mobilizada por diferentes grupos, com diferentes objetivos, a partir de diferentes representações, seja do espaço em questão, seja da própria ideia do que é uma paisagem, visando algum tipo de ação (RIBEIRO, 2018.p. 8, grifo da autora).

Segundo Ribeiro (2018), há um crescente interesse pela paisagem nas políticas urbanas no Brasil e no mundo, principalmente devido ao fato de a paisagem ter sido tomada dentro de um contexto de ampliação e reformulação das políticas patrimoniais, no qual a ideia de conjunto se sobressai a de monumento isolado, tornando-a o principal instrumento de integração entre o patrimônio edificado e o meio. Como resultado dessa captura da paisagem pela política, podemos observar, também, a naturalização da paisagem como elemento de integração, através da narrativa e valorização patrimonial.

A paisagem e os bens patrimoniais contidos nela tornam-se incontestes, aparentemente sem conflitos, através dos quais seus usuários devem referenciar e aceitar o conjunto histórico, cultural e artístico que formam um pequenino setor de sua cidade. A paisagem seria responsável em narrar um momento, atores e práticas extremamente reduzidos dentro da nossa escala de tempo.

Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando menos visível, quando as suposições culturais do grupo

dominante aparecem simplesmente como senso comum. Isto é as vezes chamado de hegemonia cultural. Há, portanto, culturas dominantes e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político, mas também em termos de sexo, idade e etnicidade (COSGROVE, 1998, p. 104-105).

Para Mitchell (2002), além da paisagem indicar ou simbolizar as relações de poder, ela é o próprio agente de poder político (ou frequentemente representa-se como) responsável por impor uma ordem à sociedade. Seguindo esse mesmo pensamento, Duncan e Duncan (1994) discutem alguns dos aspectos socioespaciais envolvidos na valorização da paisagem de um subúrbio americano de alta renda, Bedford. A cidade, localizada em uma região de intensa urbanização no nordeste dos Estados Unidos, fica próxima a grandes centros, como Nova York. Isso não impediu seus habitantes de produzirem um cenário pitoresco, rico em elementos que remetem à vida em pequenas comunidades. Isso foi obtido sem, no entanto, deixar de incorporar os recursos considerados essenciais para uma vida confortável entre membros de classes abastadas.

Os autores exploram os sentidos que a estética assume nesse contexto, indicando o papel central que o embelezamento e a preservação da paisagem adquirem na produção de identidades. Bedford é, desse modo, caracterizada como fruto de um consumo coletivo de paisagens que remetem à uma romantizada vida em comunidade¹³. Frente aos temores de perda de vínculos com o lugar (“placelessness”), reforçados com o avanço da globalização, localismo e nacionalismo se intensificaram. A preservação do patrimônio histórico e ambiental surge assim sob uma outra perspectiva. As ações de preservação são convocadas a oferecer um contrapeso ao tensionamento das identidades, sob a forma de paisagens com ares de autenticidade e singularidade.

Para Duncan e Duncan (1994), Bedford se converteu em um local de práticas de consumo estético, no qual os residentes alcançam um determinado status social através da preservação e potencialização da beleza de sua cidade¹⁴. Práticas que produzem consequências sociais amplas:

Argumentamos que este elevado grau de atenção por parte dos residentes aos aspectos visuais, materiais e sensuais do lugar e de suas identidades com o lugar conduz a uma estetização da exclusão. Uma aparente apreciação inocente da paisagem e o desejo de proteger a história local e a natureza podem agir como sutis, porém altamente efetivos

¹³ “Bedford has to a large extent been reduced to [...] the collective consumption of romanticized landscape of community. (DUNCAN e DUNCAN, 1994; p. 5).

¹⁴ “Bedford is a site of aesthetics consumption practices in which the residents achieve social status by preserving and enhancing the beauty of their town.” (Idem; p. 7)

mecanismos de exclusão e reafirmação de identidade de classe. (Duncan e Duncan, 1994; p. 4)¹⁵

As tentativas de preservação do patrimônio histórico e natural podem, assim, ter consequências sociais negativas imprevistas. No caso analisado pelos autores, o interesse em manter a elevada qualidade estética da paisagem ajudou a legitimar políticas de exclusão, inclusive aquelas mantidas para evitar que a cidade fosse ocupada pela crescente força trabalhadora de imigrantes, cujo trabalho é essencial para a manutenção das propriedades estéticas valorizadas pela população residente no subúrbio.

A segunda razão a gerar o interesse pela paisagem são os planos de promoção e consequente reestruturação das cidades, as chamadas city marketing, no qual a paisagem torna-se o principal atrativo dentro de uma lógica global de paisagismo. Os exemplos são variados, e vão desde o clássico caso de Bilbao, onde o marco é a construção do Museu Guggenheim, projetado pelo renomado arquiteto americano Frank Gehry, ou podem passar por Pequim, onde a realização dos Jogos Olímpicos de 2008 foram o ápice da celebração de uma reestruturação urbana ocorrida na cidade.

No Brasil, a reestruturação urbana do Porto do Rio de Janeiro segue o mesmo padrão: arquitetura de impacto, com a construção do Museu do Amanhã pelo renomado arquiteto Santiago Calatrava; altos investimentos públicos e privados destinados à destruição de formas consideradas obsoletas, como o Elevado da Perimetral; a inserção de novos elementos de mobilidade, como o VLT; e a celebração global, com a realização dos Jogos Olímpicos, em 2016.

A terceira razão seria o reconhecimento e a incorporação de demandas sociais à agenda política. As instituições políticas tendem a estar mais preparadas para interpretar essas demandas, sensíveis à mediar e regular o modo como os múltiplos agentes, sobretudo os com poder políticoeconômico, interferem na construção do espaço e da paisagem. Isso pode ser explicado tendo em vista dois conceitos anteriormente apresentados, o de governamentalidade que discorre sobre as táticas do poder público se adaptar dentro de uma racionalidade própria para manter seu poder de controle sob a sociedade e o conceito de cidadania insurgente que busca responder a uma nova concepção de cidadania que questiona regimes de

¹⁵ “We argue that such a high degree of attention on the part of suburban residents to the visual, material and sensual aspects of place and place-based identity leads to an aestheticization of exclusion. A seemingly innocent appreciation of landscapes and desire to protect local history and nature can act as subtle but highly effective mechanisms of exclusion and reaffirmation of class identity.” (Duncan e Duncan, 1994; p. 4)

privilégios. Segundo Holston (2013), a lei passou a ser um dispositivo para os moradores da periferia, que aprenderam a dominar as complicações da legislação a seu favor, tal como as elites sempre o fizeram.

Nesse espírito, Soares (2016) analisou como a construção do Teleférico do Alemão e a favela foram inseridos na política da paisagem encampada pelos governos federal e estadual do Rio de Janeiro. Para o autor, a construção do teleférico foi importante para o conjunto de favelas, já que conferiu uma valorização positiva que pareceu livrar, naquele momento, este espaço do estigma da violência e da criminalidade. As estações, estrategicamente posicionadas, materializaram a presença do poder público que buscava valorizar a cidade e o Estado o Rio de Janeiro como um todo, como um modelo regional bem-sucedido frente a outras regiões do país. Entretanto, o diálogo com a população local e outras as necessidades menos imagéticas foram completamente ignoradas. Esta incorporação das demandas de atores mais vulneráveis tem criado um movimento de ingerência e desejo pela paisagem que abordaremos mais à frente.

Assim, a política da paisagem é o modo de organização da ação e controle de interesses que se expressam na paisagem, atuando como um recurso político para a ação e controle (RIBEIRO, 2014). Manifestamente, o Estado ainda é o principal promotor da paisagem, sendo quem chancela os principais projetos e intervenções. Entretanto, pode-se observar uma ampliação dos agentes envolvidos em sua construção, projeção e maior desejo pela paisagem, inclusive entre os mais vulneráveis. Mais evidente ainda é o desequilíbrio que o poder econômico impõe à produção e/ou conservação da paisagem. Essa relação entre poder público e privado comprova que o Estado não é uma instituição monolítica. Ao contrário, visa representar os diferentes grupos que compõem a sociedade. Entretanto, certos atores se instalam e se impõem no cenário político, forçando seus interesses perante o conjunto da sociedade; e a paisagem tende a manifestar esse controle.

São muitos os exemplos desse tipo de relação: o cercamento dos campos ingleses no século XVII, a modernização de Paris, no início do século XIX, baseada no loteamento e redefinição dos padrões construtivos pelo Barão Haussmann, até os atuais planos de intervenção e modernização para a realização de grandes eventos no século XXI, que demonstram a capilaridade e força que o poder econômico tem alcançado na Era da Globalização, mas, também, dos movimentos contrários, ou contra-poderes, segundo (SANGUIN, 1984), que se fortaleceram.

Longe de ser um acúmulo aleatório de formas materiais sobrepostos, a produção da paisagem de uma cidade é fruto de intencionalidades, disputas, discursos díspares e embates presentes no seio da sociedade.

As questões e conflitos de interesse surgem das relações sociais e se territorializam, ou seja, materializam-se em disputas por grupos e classes sociais para organizar o território da maneira mais adequada aos seus interesses. Essas disputas no interior da sociedade criam tensões e formas de organização do espaço que definem um campo importante da análise geográfica. Neste sentido, podemos indicar que é na relação entre política – expressão e modo de controle dos conflitos sociais – e o território – base material e simbólica da sociedade – que se encontram os temas e questões do campo da geografia política. (CASTRO, 2002. p.124)

Segundo Sgard, Fortin e Peyrache- Gadeau (2010) as políticas da paisagem são objeto da ação pública, diretamente, quando estruturas legais permitem, ou indiretamente, por meio de regras ou recomendação que transpassam a paisagem, como normas ambientais, arquitetônicas e mesmo estéticas. Diferentemente das paisagens políticas, as políticas da paisagem convivem com o embate de ideias, de projetos e interesses, no qual as diferentes formas de ação sobre a paisagem ou pela paisagem colocam a questão a respeito do controle futuro dos territórios pelos grupos políticos. Isto está sujeito a uma gama de ferramentas ou recursos disponíveis em cada contexto, mas, também, à capacidade de controle que cada ator possui. A inserção de uma miríade de atores tem gerado novas demandas pela paisagem que se manifestam geralmente nos conflitos.

Assistimos a uma nova cultura da paisagem, que corresponde a novas formas de experiência do espaço, da sociedade, da natureza e de novas aspirações coletivas. Juntamente com essa apropriação e compreensão de cidade mais difusa e volátil, surgem novas sensibilidades paisagísticas e novos questionamentos sobre a paisagem, novas exigências teóricas e práticas têm sido feitas a esse respeito. Assim, assistimos a uma difícil e inegável mobilização da paisagem pelos atores locais.

2.4. Paisagens Insurgentes

Contudo, mesmo havendo uma política da paisagem voltada para determinado projeto, não é possível controlar os significados, os usos e as reações adversas em relação ao plano inicial. Sua polissemia impede o estabelecimento de regras e resultados esperados. Diversas situações têm sido estudadas para entender esse apego ou emoção pela paisagem, desencadeado pelas mobilizações contra projetos de intervenção na paisagem gerados à revelia de certos setores da sociedade, e entendidos como um ataque, uma agressão à mesma. O que emerge é o

surgimento, às vezes inesperado, da paisagem e, com ela, o sensível e o simbólico, no momento em que se trata de expressar ou mesmo descrever a relação entre o indivíduo, o coletivo e o território.

Um caso recente é o projeto Novo Recife, que previa a construção de doze prédios, com cerca de quarenta andares, nas margens do rio Capibaribe, ao lado do Centro Histórico, no caminho para o valorizado bairro de Boa Viagem, zona Sul de Recife. O plano gerou a criação do Movimento Ocupa Estelita (MOE), que impediu, até agora, a construção das torres e gerou a reelaboração do projeto. Podemos afirmar que o Novo Recife é projeto que foi interpretado e sofreu reações contrárias. Assim, o conflito se instaurou, através das ações dos grupos contrários ao projeto que, prontamente, territorializaram o antigo Cais. A foto abaixo mostra um protesto contra o projeto Novo Recife no Cais José Estelita.

Neste caso, podemos observar que grupos que não estão diretamente ligados às instâncias de poder, e não possuem poder econômico e político suficiente para influenciar projetos, buscam intervir e se apropriar dessas mesmas paisagens. Paisagens que nada mais são do que produtos coletivos de uma sociedade dotada de um meio e de uma história (CASTRO, 2002).

Figura 1: Ativistas no entorno do cais José Estelita, antigo armazém de açúcar.



Fonte: Chico Ludir (foto). In: El País¹⁶

¹⁶ ROCHA, Maria Eduarda da Mota. O Estelita é mais que o Estelita. El País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/30/opinion/1448840154_656256.html. Acesso em: janeiro de 2016.

Esses grupos emergentes estão cada vez mais dispostos a agir e lutar pela paisagem desejada, aquela que mais se adequa a seus interesses. E possuem duas origens: surgem a partir da ampliação das possibilidades de participação política e de instrumentos legislativos voltados para grupos menos abastados, tendo como marco a Constituição de 1988; e de ações de resistência, que contrariam seus desejos e interesses, gerando movimentos insurgentes que podem ou não produzir paisagens insurgentes definidas por uma ação na contramão. Uma contramão que desestabiliza o presente e o torna frágil, desfamiliarizando a coerência com que geralmente se apresenta (HOLSTON, 2013).

Ribeiro (2018) afirma que a paisagem tem se tornado um recurso, mobilizado por alguns grupos que possuem uma reivindicação identitária e de empoderamento, e leva a disputas com outros grupos sociais, não somente um recurso econômico, rapidamente, apropriado pelo mercado imobiliário.

Esses grupos podem se apropriar e mobilizar instrumentos institucionais de diferentes formas como recursos identitários ou econômicos, no qual a patrimonialização tem sido um importante instrumento. E mais, também pode barrar certos movimentos, como é o caso do grafite em Olinda, que se instalou na cidade e contraria os postulados preservacionistas, como detalharei mais adiante.

Neste sentido, a sociedade local, também, contribui para a construção dessa paisagem. Mesmo havendo uma assimetria entre o poder econômico e cultural, nela se concentram forças duais, que visam modelar a paisagem. Para ZUKIN (2000) “a paisagem dos poderosos se opõe claramente à chancela dos sem poder, ou seja, à construção social que escolhemos chamar de vernacular.” (ZUKIN, 2000, p. 43). O contra-uso da paisagem gera paisagens insurgentes que, pelo fato de serem autoconstruídas e seguirem lógicas paisagísticas locais, são idiossincráticas. A diferença entre paisagem vernacular e paisagem insurgente é que esta última é, necessariamente, uma paisagem em disputa, voltada para a transgressão do que foi previamente estabelecido e que não contenta ou contempla os grupos e indivíduos mais vulneráveis.

Com a ampliação dos direitos das minorias, novos temas e necessidades são incorporados a suas listas de demandas. Esse “empoderamento” das minorias amplia seus horizontes de desejos e interesses, e aumenta sua agenda de reivindicações. Esses grupos não se contentam mais com os direitos básicos e estão dispostos a interferir em questões até então tidas como fúteis, como a questão estética da cidade e/ou paisagística.

Sem dúvida, a ampliação das políticas patrimoniais, voltadas para a proteção e valorização de paisagens, tem contribuído para uma inserção menos subalterna, na medida que essas minorias começam a ganhar espaço nas agendas e pautas desse tipo de política.. Com isso, podemos observar grupos que buscam propor e questionar a paisagem que lhes foram impostas ou naturalizadas. Essa ação seria o que Barbosa (2018) tem chamando de cidadania paisagística, “um conceito e instrumento com função social, capaz de articular estratégias de contestação, resistência e canalizar ações políticas para a mobilização de direitos, construção de visibilidade social e demanda por cidadania dos grupos sociais.” (BARBOSA, 2018, p.1). Conquistando, assim, a possibilidade de agir, usufruir e intervir na paisagem, através ou não de uma ação política oficial. Esses grupos têm buscado o direito de mudar e reinventar a paisagem, de acordo com seus desejos e rejeita a simples possibilidade de vê-la e vivenciá-la.

Nessa perspectiva, a paisagem transforma-se em agente e/ou significado, deixando de ser passiva ou forma pretérita da ação humana. E torna-se ativa, provocadora e fluída. De tal modo, podemos afirmar que, quando a paisagem se torna objeto de interesse e recurso político de grupos de resistência, ela pode gerar paisagens insurgentes ou provocadoras. Como exemplos desse tipo de paisagem, temos: as ocupações; as manifestações que, mesmo momentaneamente, através de faixas e ações, transformam-na; os grafites, objeto do nosso estudo; entre outras ações que se inserem de forma fixa ou temporária na paisagem, tendo em vista modificar e/ou romper com um padrão imposto.

Abaixo, as imagens do Cine Olinda pós-ocupação, na qual podemos notar tanto mensagens, expressando diretamente desejos, reivindicações, ou simplesmente grafites e desenhos que só por estarem lá, em um cinema desativado há mais de cinquenta anos, na entrada do sítio histórico, na zona de proteção do patrimônio da cidade, manifestam o desejo de estar, mas, também, de ser na paisagem.

Figura 2: Ocupação do Cine Olinda.



Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 3: Cine Olinda: entrada principal.



Fonte: Elaborada pela autora¹⁷.

¹⁷ As fotografias foram tiradas pós-ocupação do antigo cinema desativado e ocupado por dois meses, no final do ano de 2016.

3. OLINDA: PENSANDO A RELAÇÃO PAISAGEM PATRIMÔNIO

Imaginar Olinda hoje sem seu patrimônio é algo impensável, principalmente para aqueles que não a habitam e que metonimicamente associam suas igrejas, morros e casarios ao todo que compreende a cidade. Esse raciocínio redutor com o resto da cidade é lugar comum e acaba contribuindo na diferenciação entre a Olinda “patrimônio mundial”, isto é, o sítio histórico, tradicionalmente apropriado pelas elites que materializaram sua existência através dos seus casarões, igrejas e conventos e a Olinda “esquecida” ou “invisível” relegada e até impedida de deixar suas marcas. A Olinda “patrimônio da humanidade” é facilmente identificada e delimitada, a partir da valoração de seu inegável caráter patrimonial.

Em sua história contemporânea, o patrimônio foi selecionado como atributo, bastante restritivo, unificador e natural da paisagem olindense. Nos últimos trinta anos no Brasil e no mundo, o caráter do patrimônio começa a ser contestado e revisto, devido a ampliação das possibilidades de participação e mobilização de atores outrora à margem e/ou fortemente impedidos, direta e indiretamente, de participar da vida política e de manifestar-se nos espaços públicos. Sem dúvida, a pedra fundamental dessa ampliação no Brasil foi a Constituição de 1988, que seguiu a abertura política brasileira e proporcionou o aumento de canais diretos de diálogo com a sociedade.

Esse movimento também pode ser observado nas paisagens que se tornam menos domesticáveis, menos controláveis pelo poder público e econômico. Nascendo, assim, um interesse e desejo de estar na paisagem e principalmente de ser a paisagem, de ocupa-la e recusar seus títulos, extremamente conveniente para aqueles que a controlaram e se fazem presentes nela. Identificamos os grafites como uma dessas maneiras de se manifestar e de se insurgir perante o status quo paisagístico. Reconhecidamente os grafiteiros e pichadores são produtos da exclusão social, jovens que decidem protestar em muros das cidades, dando seu recado ou simplesmente deixando suas marcas ou assinaturas e, assim, subvertendo a tradicional lógica hegemônica.

Desta forma, podemos observar o embate entre a “memória morta” e a “memória viva”, conceitos propostos por Gravari-Barbas e Veschambre (2004). Os autores chamam de “memória morta” os vestígios do passado dos grupos mais abastados e dominantes que materializaram sua existência e sua posição social nas áreas de maior prestígio, contrastando com aqueles que têm apenas uma “memória viva”, cujo passado se inscreve no corpo, em palavras e em seus gestos para manifestar a sua existência. Na medida em que os grafiteiros buscam se apropriar da paisagem evidencia-se um embate entre a “memória viva” e a “memória morta”, no qual o Estado é o mediador.

(...) a fluida categoria **arte pública** acentua conteúdos espaciais e frequentemente assume sentidos políticos como forma de apropriação do espaço urbano em modalidades, tais como **o grafite**, o teatro, a dança e a música de rua etc. A expressão, ainda, tem a ver com a morfologia urbana, com a paisagem urbana (categorias muitas vezes superpostas); tem a vantagem de colocar a forma como um problema crucial para a vida urbana. Todavia, a contaminação da estética por hierarquias de cânone ou estilo restringe muito seu sentido. (Meneses, 2017. p. 46, grifo nosso)

Desta maneira, há uma crescente necessidade de se lidar com os significados presentes nas paisagens que têm sido constantemente disputadas e apropriadas por setores da sociedade anteriormente relegados a intervir –na. Outra necessidade de se compreender são os novos usos do patrimônio que deixou de ser um projeto ligado único e exclusivamente às elites sociais e políticas e passou a inserir outros grupos, atores e instituições na formulação e na apropriação dos elementos e dos discursos patrimoniais. O patrimônio tem atraído diferentes interesses após a ampliação no final da década de 1970, marcada no Brasil pela presidência de Aloísio Magalhães no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pela nova Constituição Federal em 1988 com seus artigos 216 e 215. Soma-se a isso a crescente descentralização dos poderes políticos, que possibilitou novos usos ao patrimônio que não aqueles em defesa das tradicionais elites (BRITO, 2014).

Assim, podemos concluir que o caráter conflitual do patrimônio tem sido gradativamente ressaltado ao passo que negociações, mobilizações, movimentos e debates têm sido recorrentes. Buscando avançar nessas análises, parto da ideia que o patrimônio tem se constituído na atualidade como recurso político, isso é, um instrumento do poder paulatinamente apropriados pelos setores da sociedade para aumentar suas possibilidades de atingir um objetivo pretendido- isso fica evidente ao analisarmos a trajetória da principal associação de moradores de Olinda, a Sociedade de Defesa da Cidade Alta (SODECA), que vem se utilizando do caráter patrimonial da cidade para assegurar sua qualidade de vida. A população da Cidade Alta possui um histórico de expressiva participação nas questões relativas à preservação do sítio. Segundo Barreto (2008), o sítio histórico de Olinda é uma experiência de destaque no panorama latino-americano de preservação patrimonial, assim como o caráter associativo de seus moradores. Em Olinda, em função dessas características, o patrimônio tornou-se um dos principais veículos de visibilidade e mediador de demandas que buscam a preservação do mesmo e também atingir outros objetivos pretendidos por diferentes atores sociais.

Assim, sua natureza patrimonial tem sido um disparador de uma agenda de planejamento urbano, o principal ativo econômico da cidade e um recurso político que permite tanto obter financiamento voltado para a restauração e conservação dos bens móveis e imóveis, quanto mediar causas que almejam a melhoria da qualidade de vida na cidade. Neste espírito, a atuação da Sociedade de Defesa da Cidade Alta (SODECA) é emblemática. Desde 1984, a associação tem defendido a qualidade de vida no sítio. Outro ator fundamental para se compreender a preservação na cidade é, sem dúvida, a prefeitura que em 1979 criou o sistema de preservação do sítio histórico de Olinda, tornando-se modelo de gestão do sítio histórico brasileiro.

Nesta parte do trabalho será apresentado o exemplo de Olinda, na tentativa de compreender o processo de ampliação do patrimônio e seu rebatimento na paisagem-patrimônio, para isso buscaremos compreender as políticas públicas patrimoniais responsáveis por criar a Olinda do presente. Em seguida, será apresentado e analisado o conselho de preservação do sítio histórico de Olinda (CPSHO), instituição criada em 1979 e que ainda atua na proteção e valorização do patrimônio Olindense, embora, como veremos mais adiante, tenha perdido um pouco de seu prestígio e força.

Como objeto empírico foram analisadas as Atas de dois momentos do conselho, seus três primeiros anos de atuação, de 1979 até 1982, e seus cinco últimos anos, de 2013 até 2017. Essas Atas me permitiram entender e mapear alguns dos conflitos que perpassam o fenômeno patrimonial. Em seguida, busquei compreender a Sociedade de Defesa da Cidade Alta (SODECA), associação que possui um protagonista na gestão e fiscalização das ações do Estado e da iniciativa privada na Cidade Alta. Após essa caracterização dos agentes e órgãos políticos ligados ao patrimônio na cidade pondero sobre um conflito associado à gestão do patrimônio e da paisagem na cidade; a presença do grafite no centro histórico, objeto de um longo embate entre moradores, prefeitura, IPHAN, a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) e grafiteiros.

3.1. A construção dos discursos canônicos sobre Olinda

Olinda foi objeto de uma política de preservação associada a um discurso ocidental dominante de patrimônio autorizado, responsável pela naturalização de suposições a respeito das identidades, privilegiando a narrativa nacional e a memória coletiva de valores passados e suas manifestações materiais.

A política patrimonial, em Olinda, nasceu juntamente com a fundação do IPHAN, que tombou, entre 1938 e 1939, treze monumentos isolados de arquitetura religiosa e civil. São desses anos as inscrições no Livro do Tombo de Belas-Artes do Antigo Palácio Episcopal, a Igreja da Misericórdia, a Igreja de Nossa Senhora da Graça e residência anexa, o antigo Colégio dos Jesuítas, a Igreja de Nossa Senhora do Monte, a Igreja de Santa Teresa, a Igreja do antigo Convento de Nossa Senhora do Carmo, a Igreja e o Convento de Nossa Senhora das Neves, e a Igreja e o Convento de São Bento. Em 1939, foram tombados os sobrados mouriscos da Rua do Amparo, nº 28, e da Praça João Alfredo, nº 07. (ver mapa 1)

Ainda sobre os tombamentos isolados, em 1966, foram tombadas a Casa do Antigo Aljube, atual Museu de Arte Contemporânea (MAC), e a Capela de São Pedro Adivíncula. Em 1984, o Forte de São Francisco e, mais recentemente, em 2000, as Ruínas do Forte do Buraco. Todos esses bens, a partir de 1966, foram inseridos no Livro do Tombo Histórico.

Contudo, no primeiro momento, a cidade de Olinda não obteve o mesmo prestígio das cidades mineiras de São João Del Rei, Diamantina, Ouro Preto, Mariana, Tiradentes e Serro, que estavam de acordo com a interpretação de patrimônio que vigorava, por possuírem um conjunto urbano mais homogêneo, fruto do período colonial de arquitetura barroca. Segundo Ribeiro (2007), “nos seus primeiros anos de ação, o foco da instituição privilegiou o barroco mineiro, eleito como representante de uma arte e cultura autenticamente brasileira, construída a partir de um modelo europeu, mais reapropriada e reinventada pelos nacionais”. (RIBEIRO, 2007, p.77).

Olinda, em função do ecletismo de sua arquitetura, não constou da lista dos primeiros conjuntos arquitetônicos tombados no Brasil. Embora já houvesse uma deliberação do Conselho Consultivo do IPHAN, em 1938, demandando seu tombamento, o instituto demorou trinta anos para efetivá-lo, em razão da heterogeneidade arquitetônica de Olinda, dissidente com a valorização dos critérios de integridade e originalidade, critérios estes mais relevantes na época.

Em carta de setembro de 1966, enviada à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), Augusto da Silva Telles¹⁸ aponta os elementos que deveriam ser protegidos na cidade:

¹⁸ Renomado arquiteto, professor da FAU-UFRJ e Diretor de Conservação e Restauração, de 1957 e 1988, período em que participou de vários estudos e proposições para tombamento de monumentos e sítios históricos como os de Vassouras-RJ, Olinda-PE e São João Del Rey-MG.

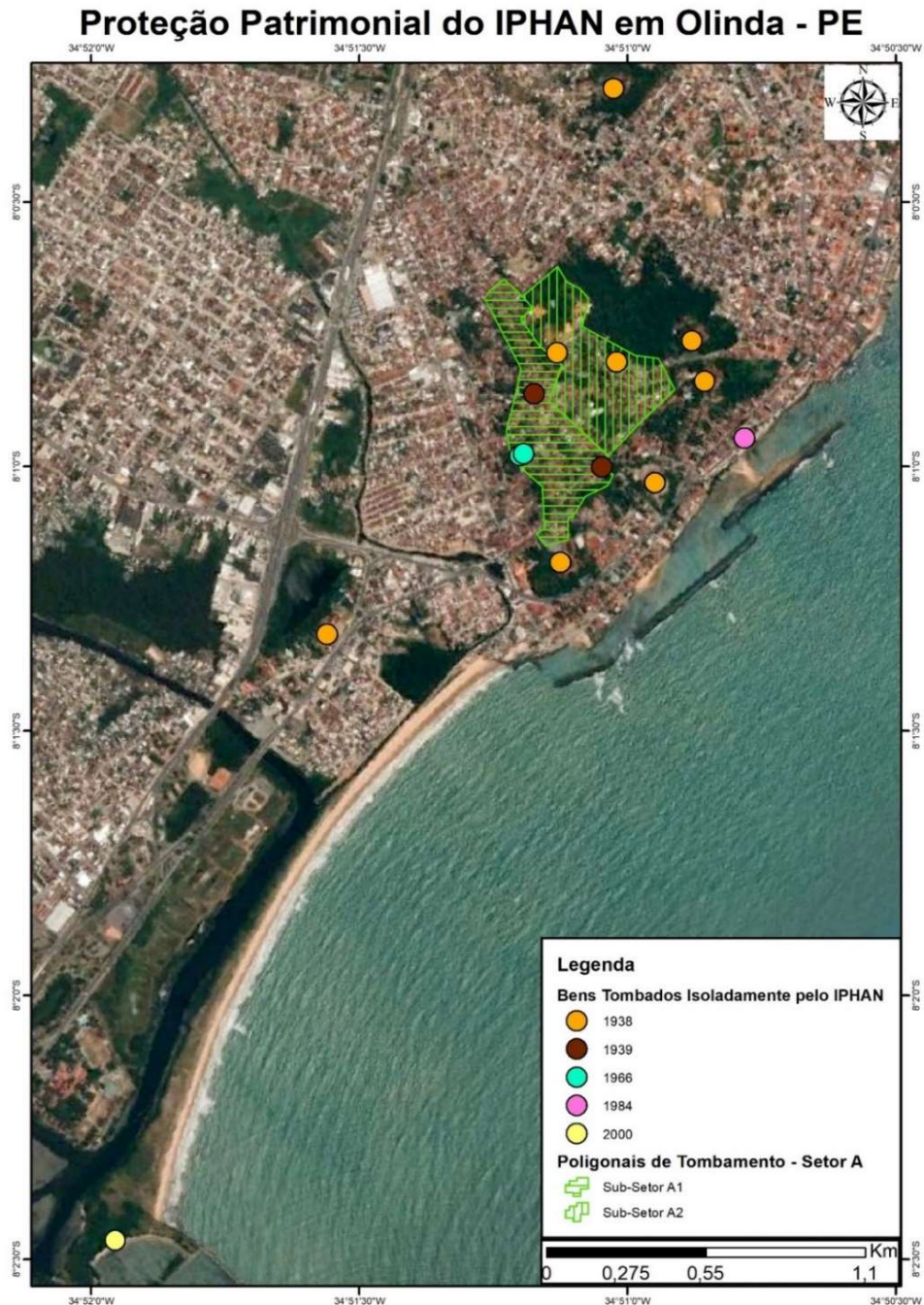
(...) o tombamento seria paisagístico e urbanístico, nele incluindo-se principalmente, o traçado urbanístico existente e a vegetação, tanto pública, quanto particular”. Contudo, o receio com a integridade do conjunto arquitetônico aparece nas indagações do arquiteto “acho que não há possibilidade em ser Olinda tombada como conjunto arquitetônico na sua totalidade. Está ela muito deturpada. Assim, só paisagístico, poderá ser incluída a área litorânea, que ficará, desta forma, preservada, no que concerne o gabarito e a densidade de construções novas. (TELLES, Augusto da Silva [carta], setembro, 1996, Olinda [para] DPHAN, Brasília. Apresenta os bens que deveriam ser tombados na cidade de Olinda)

Em 1967, a proposta de tombamento do acervo urbanístico, paisagístico e arquitetônico da cidade de Olinda é enviada à diretoria do IPHAN, e seu Conselho Consultivo acata a proposta com as seguintes justificativas: “Olinda ainda guardaria muito da topografia e dos aspectos paisagísticos do período de sua fundação, em 1535; seu arruamento possuiria características dos arruamentos dos povoados portugueses de origem medieval; e por seu conjunto arbóreo que ‘lhe confere graça excepcional’” (IPHAN, 1967). O parecer também ameniza as críticas à integridade da cidade afirmando que “em toda área antiga, um único edifício de caráter comercial moderno existe com mais de dois pisos, excluindo o da Caixa d’Água, considerado um marco da nova arquitetura moderna nordestina”.

O parecer do arquiteto e chefe da Seção de Artes Paulo Thedim Barreto ressalta o “significado excepcional” das ruas 13 de maio, Rua do Amparo e Rua Bernardo de Melo, logradouros que guardavam uma série de edifícios, quintais e ruínas que vão de encontro com a narrativa da proposta, respectivamente, o Palácio Episcopal, hoje, Museu de Arte Sacra, a Casa de Muxarabi, e a ruína do Senado, que guardam propriamente os vestígios da história colonial portuguesa.

Em 1968, a cidade foi tombada, seus atributos urbanos e paisagísticos, traçado urbano e vegetação foram usados como justificativas para o tombamento, sendo inscrita nos Livros do Tombo das Belas Artes e do Histórico e Paisagístico.

Mapa 1: Delimitação da Proteção Patrimonial de Olinda.



Fonte: Mapa produzido pela autora, a partir dos tombamentos federais em Olinda-PE.

Em 1980, Olinda é elevada a Patrimônio Nacional, através da Lei nº 6.863 (BRASIL, 1980, s/p.), “face o seu especial interesse como monumento representativo da arte nacional, tendo em vista treze diferentes tombamentos em seu sítio”, a “necessidade do ato de proteção dotado de eficácia especial mais ampla face suas características especiais de ordem física e cultural”, diante da preocupação de que a “visão do centro histórico” não fosse impedida pela possível construção de edificações que impossibilitasse a sua visão pelo espectador situado em

situação baixa junto ao mar”. E, por fim, “a situação de perigo do acervo cultural e material pelo abuso cometido por alguns, como comerciantes estabelecidos no alto do morro, onde se encontra o Centro Histórico, motoristas de carro de turistas e, até mesmo, veículos de transporte” (\processo nº 674-T-62- IPHAN).

Seguindo os paradigmas internacionais e nacionais, a política de preservação do Sítio Histórico de Olinda (SHO) foi fruto de um olhar voltado para os bens edificados e elementos vegetais que formariam uma espécie de moldura para os vestígios arquitetônicos. Essa política é resultado do processo de ampliação e renovação da política de gestão do patrimônio que via a paisagem como o principal elemento integrador entre o bem edificado e seu meio.

As legislações federais, Lei nº1155/79 (IPHAN, 1979), sua rerratificação de 1985 (IPHAN, 1985), e a Lei municipal nº4.849/92 (OLINDA, 1992), que regem o perímetro tombado, demarcaram e valoraram a área, seguindo como critério principal a densidade de monumentos, a cobertura vegetal e o conjunto de edificações que se destacam por sua relevância histórica, urbanística e artística. Neste sentido, podemos afirmar que foi a partir do monopólio arquitetônico que as dimensões qualitativas do polígono do SHO foram analisadas, e, posteriormente setorizadas.

Podemos observar, através dos documentos juntados ao processo de tombamento de Olinda, uma “retórica da perda” (Gonçalves, 1996) presente na maioria das justificativas tanto de tombamento e de extensão do perímetro de proteção, quanto em sua eleição a Monumento Nacional. A justificativa da pressão urbana exercida em Olinda por Recife e, a obstrução da vista panorâmica do espectador situado junto ao nível do mar são recorrentes. A vegetação, “esplendor da natureza tropical”, a posição da cidade junto a uma colina, o arruamento que remeteria às cidades medievais portuguesas, os edifícios civis e religiosos e a esperança no desenvolvimento, através do turismo, marcam as normas estabelecidas em torno da preservação do Sítio Histórico de Olinda que perduram até hoje.

O Relatório de Parent, de 1966, foi utilizado em quase todas as argumentações, sendo base discursiva dos projetos, pareceres e ofícios preocupados com a proteção e valorização da cidade. A retórica de pretensa harmonia entre áreas construída e natureza, talvez, seja um dos seus principais atributos, responsável por elevá-la à patrimônio nacional. “ [...]em Olinda a arquitetura surge dentro dos esplendores da natureza tropical. O oceano aparece no fundo do quadro, por trás das torres e dos coqueiros. Entre as ruelas, a vegetação exuberante enche a colina” (SOARES, Renato. Em ofício ao Ministro da Cultura, 1972, s/p.)

Observamos que esse discurso ainda se faz presente, no artigo de Jurema Machado. No livro em comemoração aos trinta anos do título a Patrimônio da Humanidade a, então, presidente do IPHAN, evoca as particularidades que a distingue das outras cidades. Entre elas “A indissociabilidade entre paisagem natural e espaço construído” (Machado, 2011, p. 83), “a vegetação é determinante de toda a experiência com o sítio: ameniza a temperatura, filtra e interfere na luz, produz aromas, paladares, comidas, hábitos de uso do tempo e de convivência, determinam soluções da arquitetura.” (p. 84). Nesse mesmo artigo, Machado faz referência ao relatório de Parent (Leal, 2008) e sua frase “Olinda não é uma cidade - é um jardim recheado de obras-primas”.

3.2. A gestão do patrimônio e seus múltiplos agentes

Para fins didáticos, recorri à periodização da política de patrimônio de Olinda realizada por Zancheti & Milet (2006), que a dividiram em quatro etapas: o primeiro momento foi denominado pelos autores de “Preservação monumental”, e vai de 1938, ano dos primeiros tombamentos na cidade, até 1968, ano de elevação da cidade a Patrimônio Nacional; a segunda fase é caracterizada pela preponderância das políticas municipais de preservação, período marcado pela criação do Plano Diretor Integrado de Olinda (PDLI/1973) e do Sistema de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda. O período de abrangência desse ciclo é de 1969 a 1988, ano que o Fundo de Preservação, 5% do Fundo de Participação dos Municípios, é considerado ilegal na Nova Constituição Federal. De 1989 a 1996, na terceira fase, ocorre o desmonte do sistema de preservação com o fim do sistema de preservação de Olinda. O quarto e último período, apresentados pelos autores, se destaca pela dependência financeira da municipalidade que necessita necessitando de programas e projetos do governo federal para gerir e manter seu Sítio Histórico, esse período que se estende de 1999 a 2006, ano em que foi realizado o estudo de Zancheti & Milet.

Para Zancheti & Milet (2007), os primeiros tombamentos em Olinda foram marcados pela estagnação da economia e baixo crescimento demográfico. A cidade de Olinda se destacava como relíquia urbana da cultura nacional e exercia o papel de cidade dormitório de Recife, o polo dinâmico da região. Embora também tenha sido alvo de bruscas intervenções urbanas pela municipalidade, como a demolição das ruínas do Convento do Carmo, em 1907, e da Igreja de São Pedro Mártir, em 1915. (Lopes, 2005)

As dificuldades de acesso à vizinha cidade de Recife permitiram a manutenção do padrão urbanístico, das tipologias arquitetônicas e da sua ambiência paisagística, apesar do processo de degradação material das edificações ou das poucas

modernizações que nela ocorreram. Em realidade, o antigo núcleo colonial permaneceu quase intocado, sitiado por manguezais e propriedades rurais. (ZANCHETI e MILET, 2007.p. 3)

Desta forma, Recife, epicentro do processo de urbanização, chamada por Michel Parent, em 1966, de “cidade doente” por possuir uma das maiores taxas demográficas na época, contrastava significativamente com “a atrasada” Olinda. Em 1950, a cidade de Olinda contava com 62.435 habitantes, em 1970, passou para 196.342, e, em 1980, para 282.207, segundo o Censo do IBGE. Sua população mais que quadruplicou em apenas três décadas, experimentando um crescimento intenso, algo completamente novo em sua secular história.

Desta forma, Olinda rapidamente passou da estagnação e relativa estabilidade populacional para uma abrupta pressão por moradias, intensificação do trânsito, necessidade de uma via rápida que a ligasse à Recife, etc. Assim, o contexto que anteviu o tombamento da cidade de Olinda é marcado pelo início da crescente urbanização das cidades brasileiras e da intensa expansão da malha urbana que se intensificava com o ímpeto de destruir tudo aquilo que atravessasse seu caminho.

O IPHAN, em 1962, abriu o processo de tombamento de Olinda com pareceres positivos do DPHAN-RJ e do DPHAN- Recife. O relatório do consultor da UNESCO, em 1966, Michel Parent, também defendia com ardor a preservação da cidade, além de propor uma estratégia de proteção que articulasse desenvolvimento urbano e econômico.

Em 1968, ano do tombamento da cidade, delimitou-se um polígono de proteção rígida que demarca o recém-nascido Sítio Histórico de Olinda, registrado¹⁹ como “acervo arquitetônico e urbano em três Livros do Tombo: O Histórico, o de Belas Artes e o Arqueológico e Paisagístico”. As diretrizes de proteção referiam-se à manutenção dos gabaritos, ao caráter plástico do casario histórico e a preservação da cobertura vegetal, fixando restrições às novas construções (Lopes, 2005).

¹⁹ Livro de Belas Artes, vol. 1, nº. inscr. 487, p88, no livro histórico, vol. 1, nº. inscr., 412, p. 66 e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, nº inscrição 44, p.11. 19/04/1968.

Mapa 2: Delimitação do Sítio Histórico de Olinda, compreendendo uma área total de 1,2km².



Fonte: IPHAN, Notificação n. 1004/1968,

O segundo momento dessas políticas inicia-se em 1969 e termina em 1988, e é classificado por Zanchete e Milet (2007) como “A política municipal de preservação”. Esse período, também, ficou marcado pelo crescimento econômico-industrial de Recife, que gerou a integração viária com a cidade histórica de Olinda, através da construção do Complexo Rodoviário de Salgadinho, a tentativa de ampliação do porto de Recife até o molhe de Olinda. E, ainda, o significativo aumento do número de residentes tanto das camadas mais populares, quanto da classe média e alta, atraídos pelos programas de habitação, pelos preços acessíveis, pelas amenidades e pela atmosfera bucólica e artística que se criou em torno cidade.

À época, o SPHAN, com pouca experiência no trato da problemática urbana dispondo apenas de uma legislação de caráter punitivo e de uma estrutura centralizadora, deparou-se com a necessidade de proteger os antigos núcleos coloniais. Para tanto, recorreu à UNESCO. O resultado foi a formulação de princípios que buscavam integrar a política patrimonial à política urbana e de desenvolvimento. Em 1973, o governo federal, implantou o programa de cidades históricas do Nordeste, objetivando potencializar a geração de renda da região pelo aumento do fluxo de turistas e de sua

infraestrutura, restauração patrimonial, rede viária e hoteleira. (ZANCHETE & MILET, 2007. p. 15)

Em 1973, cinco anos após o tombamento da cidade como Sítio histórico, foi criado pela União o Projeto Cidades Históricas (PCH), primeiro programa federal que investiu recursos para a recuperação do patrimônio cultural urbano. Implementado pelo Ministério do Planejamento, buscava o desenvolvimento econômico das cidades históricas, a descentralização da atividade de preservação, a formação de instituições e conselhos, em nível estadual e municipal. Assim, em Pernambuco, a FUNDARPE, criada em 1973, ficou encarregada de gerir os recursos do programa.

Segundo Barreto (2008), foi desenvolvido um estudo técnico sobre os morros de Olinda, um seminário sobre deslizamento e a restauração de monumentos isolados, como a Igreja da Divina Graça, o Palácio dos Bispos, o conjunto Alto da Ribeira. Além do mais, segundo a autora, o Programa Cidades Históricas tinha o objetivo de examinar a situação dos sítios históricos degradados do Nordeste, proporcionando a recuperação, a partir da infraestrutura urbana, com o objetivo de potencializar o desenvolvimento local e a salvaguarda dos valores patrimoniais. Inicialmente, abrangeu os estados da Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. Em seguida, foi ampliado aos estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Seguindo as recomendações dos Compromissos de Brasília (1970) e de Salvador (1971), o PCH buscava dialogar com os assuntos em pauta naquele momento, como o desenvolvimento urbano e regional e o turismo cultural. Futuramente, o PCH desdobrou-se em Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos (PRNH), em 1979, cujo objetivo foi preservar os núcleos históricos, através da permanência da população residente, responsável por manter viva a memória local.

Desta maneira, foram projetadas ações de financiamento subsidiado para a reabilitação dos domicílios em mau estado de conservação. Esse programa progrediu, em 1984, para o Programa Piloto de Olinda (PPO), uma experiência original, até aquele momento, que colocava em prática o propósito de desconcentrar as ações do governo federal e aproximar a sociedade do campo de preservação, por meio de uma metodologia participativa. Paralelamente, o sistema municipal de preservação do Sítio Histórico, criado em 1979, entrava em ação, através do Centro de Preservação de Sítios Históricos de Olinda (CPSHO), incumbido de executar as ações de preservação na cidade.

Em escala local, foi implementado, em 1972, o Plano Diretor Local Integrado de Olinda (PDLI/ 1972) que tornou o município precursor neste tipo de iniciativa no Brasil, pois adotava uma legislação que, em paralelo à concepção de crescimento urbano, delimitava e protegia o patrimônio cultural. O plano contribuiu para superpor Olinda no cenário nacional de salvaguarda, evidenciando o início da atuação da esfera municipal na preservação patrimonial. Entre as ações realizadas pelo plano estão: diagnóstico das condições do município e a constatação de seu caráter de dormitório, produção de diretrizes, tendo em vista a dinamização da economia da cidade, inventário dos imóveis, etc. Um ano depois, transformou-se em legislação urbanística, a Lei nº 3926/73 (OLINDA, 1973), que inclui a área delimitada, em 1968, no polígono de proteção do IPHAN, denominando-a de setor de preservação rigorosa.

Desta maneira, o Centro Histórico de Olinda foi considerado como um setor da cidade distinto dos demais por seus atributos patrimoniais, com funções do centro administrativo, turístico e residencial. O setor foi delimitado por um anel viário e estabelecia zonas hierarquizadas de acordo com a densidade monumental e o emolduramento da paisagem. Foram, também, utilizados índices urbanísticos para novas construções, diretivas de restauração e reformas, e recomendações de preservação no tocante a cor, proporções e escalas.

Durante a década 1970, houve uma série de planos, projetos e programas ligados direta ou indiretamente a preservação da cidade que alinhavavam diferentes esferas de poder, empenhadas na salvaguarda de Olinda. Entre eles o já citado Programa de Cidades Históricas (PCH), em 1973; o Programa de Complementação Urbana para Recuperação Acelerada (CURA), em 1977; o Plano de Preservação dos Sítios Históricos (PPSH), em 1978; e o sistema Municipal de Preservação do Sítio Histórico, em 1979.

Esse período também ficou marcado pela construção do Complexo Rodoviário de Salgadinho, em 1974, que ligou as cidades de Olinda e Recife e ameaçava a preservação das colinas históricas de Olinda e seu conjunto paisagístico, objeto de preocupação de Michel Parent. E, do mesmo modo, pela construção de conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional de Habitação que contribuíram para o adensamento populacional, principalmente nos bairros periféricos da Vila Popular, Rio Doce e Ouro Preto. Na década de 1980, também foi loteado o Jardim Atlântico. (Gusmão, 2011)

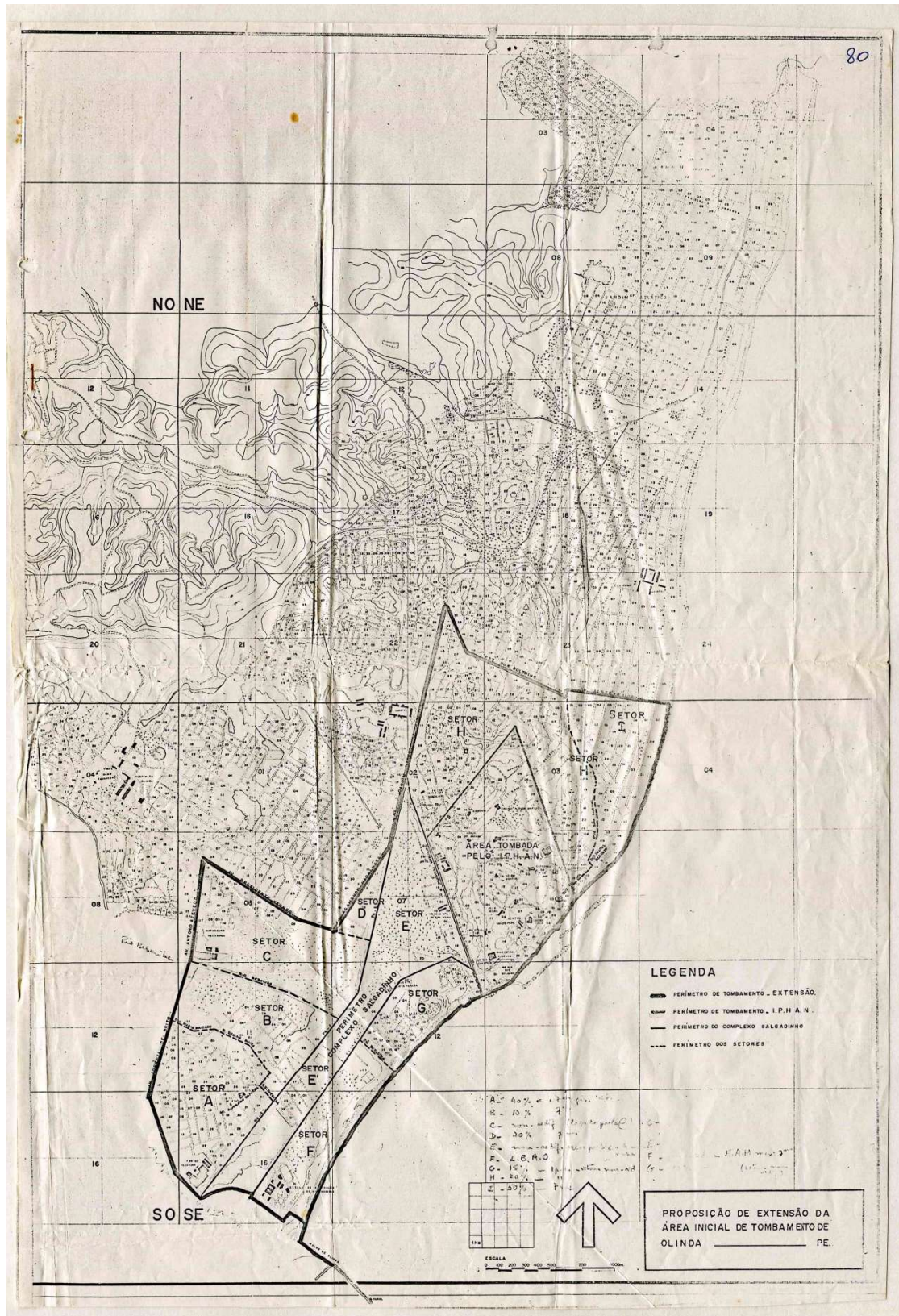
Outro desafio enfrentado, ainda na década de 1970, foi a proposta de concessão do Ministério da Fazenda para a empresa Porto Brasil S/A- Portobrás de uma área de 120 hectares do município de Olinda, situada entre o istmo e o molhe de Olinda, inserido no polígono de

tombamento, para a ampliação do Porto de Recife. Devido à campanha do Prefeito Germano Coelho e do Ministro recém-empossado Aloísio Magalhães foi revogada pelo Ministro.

Neste espírito, Luiz Delgado, membro do Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco, pediu às instâncias de poder, Prefeitura de Olinda, governo do Estado e Delegacia do Patrimônio da União, a elaboração de um Plano de Preservação para a defesa da área do Complexo. O ofício de Gilberto Freyre, então presidente do Conselho de Cultura de Pernambuco, reconheceu a condição de conflito entre preservação e desenvolvimento urbano.

Assim, a FUNDARPE propôs, em 1974, a criação de outro polígono cobrindo às colinas históricas, seguindo a preocupação do órgão estadual, o IPHAN, em 1979, que toma a iniciativa de ampliar o perímetro de tombamento, setorizando em nove, estabelecidos com diferentes níveis de proteção e parâmetros de intervenção. A área relativa ao complexo de Salgadinho foi chamada de entorno, a fim de barrar a especulação imobiliária e garantir a visibilidade dos atributos naturais da paisagem de Olinda. A delimitação anterior da antiga cidade fica, então, categorizada como perímetro de tombamento.

Mapa 3: Delimitação do polígono de tombamento de 1979.



Fonte: Arquivo IPHAN, processo 0674-62 Volume II.

Segundo Zancheti e Milet (2006), entre 1979 e 1982, a gestão municipal buscou a recuperação simbólica do Centro Histórico de Olinda, com base na identificação do patrimônio cultural do sítio urbano, dos monumentos excepcionais, dos hábitos e fazeres. Foram desenvolvidas ações visando elaborar uma consciência patrimonial, como a divulgação do patrimônio de Olinda, contribuindo para a visibilidade nacional e internacional. Com essa vontade política, o Prefeito Germano Coelho criou o sistema de preservação, uma estratégia política e de planejamento para a valorização de Olinda e capitalização de recursos para um município pobre e possuidor de um Sítio Histórico.

Neste sentido, ele articulou o processo de tombamento do Sítio Histórico de Olinda como patrimônio nacional e criou um centro de preservação. E, em seguida, encaminhou com Aloísio Magalhães o processo de patrimônio mundial. O sistema foi criado como uma forma de envolver e conquistar o apoio das instituições públicas, como a FUNDARPE, Findem, Secretaria de Educação, cujo objetivo era obter recursos financeiros e técnicos. No Plano federal foram captados recursos articulados ao projeto CURA, Banco Nacional da Habitação (BNH) e ao Projeto Piloto.

Como resultado, aliado a uma série de encontros, acordos e compromissos políticos²⁰, a cidade recebeu, em 1980, do governo federal, o título de Cidade Patrimonial e, em 1983, foi incluída na lista de cidades patrimônio mundial. A gestão municipal de Olinda se destacou no cenário nacional através da criação do sistema de preservação, apoiado em três instrumentos: o Conselho de Preservação, a Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos e do Fundo de Preservação. Respectivamente, esses órgãos tratavam da política institucional levada a cabo pelo sistema, da execução e apoio técnico as atividades recomendadas pelo Conselho, e da captação e gerência de recursos que viabilizavam o sistema.

O ano de 1987 pode ser considerado como um divisor de águas na política municipal de proteção. Ao lado da crescente escassez de recursos federais e municipais ocorreu uma tomada de posição dos moradores do Centro Histórico que, organizaram em associação, Sociedade Olindense de Defesa da Cidade Alta (SODECA) consideraram que a política patrimonial implementada significou a perda da qualidade de vida. A crítica feita argumentava sobre as disfunções existentes entre o aumento do fluxo de veículos, os novos usos urbanos e o tecido urbano conformado por ruas estreitas, pátios e ladeiras. Conflitos que, em 1987, levaram a Justiça Federal a determinar o controle do acesso de veículos ao Sítio Histórico de Olinda, cabendo à fundação, aprofundar seu papel na regulação urbanística, e promover a lei visando compatibilizar

²⁰ Ver Olinda no coração de Germano Coelho (2017).

o conflito entre as atividades residências e as turísticas, o que foi feito pela Lei 4849 de 1992. (ZANCHETI & MILET, 2006. p.5)

Segundo Zancheti e Milet (2006), essas ações de regulação, restauração e valorização geraram impactos que nem sempre eram positivos. Neste sentido, a restauração à moda Viollet-le-Duc, especialmente da Igreja da Sé, também conhecida como São Salvador do Mundo, entre 1974 e 1985, levou a protestos dos moradores da cidade, que entenderam que houve perda de valor simbólico e monumental historicamente agregado.

O segundo tipo de impacto decorreu da entrada de novos atores sociais, que atuaram tanto na promoção da conservação como na transformação das características morfológicas do sítio. Um grupo formado por profissionais liberais identificou o Sítio Histórico como lugar de moradia bucólica e alterou significativamente as edificações, adequando-as e modernizando-as segundo seu padrão de vida e necessidades. Outros impactos foram a gentrificação causada pelas atividades comerciais ligadas ao turismo e a ocupação de encostas e manguezais no entorno da cidade pela população pobre (BARRETO, 2008).

A terceira fase das políticas públicas de patrimônio é marcada pelo desmonte do sistema de preservação (1989-1996). A Fundação Centro de Preservação do Sítio Histórico foi fechada, durante a segunda gestão de Germano Coelho, em função das dívidas acumuladas, principalmente com o INSS. O centro foi substituído pela Secretaria de Patrimônio Cultural, que passou a privilegiar a promoção de festas e eventos em detrimento dos cuidados com o mobiliário urbano. (ZANCHETI & MILET, 2006) Segundo Barreto (2008), as principais consequências das transformações no período foram a consolidação de ocupações irregulares de espaços públicos e áreas verdes, a consolidação de novos tipos arquitetônicos e a introdução de novos materiais construtivos. O término do Fundo de Preservação fez com que as ações de conservação passassem a depender do financiamento municipal.

A situação foi alterada com as leis Rouanet, do Programa MONUMENTA e Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), que trouxeram recursos para projetos de grande porte, e a partilha de responsabilidades entre as instâncias envolvidas. O PRODETUR do Ministério do Turismo possui como objetivo geral a melhoria da qualidade de vida da população residente nas áreas de atuação, e, como objetivo específico, o aumento das receitas provenientes do turismo, além da capacitação gerencial para estados e municípios.

O MONUMENTA foi um programa para a recuperação do patrimônio Histórico Urbano Brasileiro, sob a tutela do governo federal, propunha formular projetos para reverter o processo de degradação do patrimônio histórico localizado em áreas com baixo nível de atividade

econômica e de reduzida participação da sociedade. O programa procurava elevar a qualidade de vida das comunidades envolvidas.

Olinda foi incluída no MONUMENTA em 1997; o governo federal se responsabilizava pelos empréstimos e pelo apoio técnico. Cinco intervenções em edifícios tombados e 11 em espaços públicos foram realizadas até 2005. Segundo Zancheti, (2007), O MONUMENTA previa em seu regulamento um Fundo de Preservação que não foi ativado por falta de recursos. No programa PRODETUR II, Olinda participou somente da segunda fase do programa, a gestão e os empréstimos eram responsabilidade do Estado de Pernambuco. Para Olinda, foram escolhidos seis projetos.

Desde o ano de 2000, o número de projetos de revitalização urbana financiados com recursos do orçamento nacional vem crescendo. Duas são as causas desse aumento: A primeira está relacionada ao crescimento do número de emendas parlamentares ao orçamento destinadas a projetos de preservação do patrimônio urbano, especialmente em centros históricos importantes. Deputados federais e senadores descobriram que as obras para a preservação do patrimônio cultural material podem ser bom veículo para formar uma imagem positiva junto aos eleitores. A segunda tem origem na criação, em 2003 do Ministério das Cidades-MCidades. Esse ministério ficou responsável pelo direcionamento estratégico do financiamento do desenvolvimento urbano, centralizado no banco estatal Caixa Econômica Federal (CEF) e gestão financeira de recursos. Dentre os programas criados pelo ministério estão o programa de revitalização de áreas urbanas centrais, o programa de revitalização de sítios históricos e o programa revitalização de bens do patrimônio histórico nacional, todos os trabalhando com recursos do Orçamento Geral da União. Nos programas, o MCidades procede à seleção das operações a serem atendidas e informa à CFF para fins de análise e contratação a operação. (ZANCHETI & MILET, 2006.p.9)

Em 2005, em uma Conferência Municipal para a cultura promovida pela municipalidade de Olinda, a administração local propôs a dissolução do Conselho de Preservação e a sua substituição por um Conselho de Cultura que diminuísse o controle sobre a conservação urbana, especialmente sobre as ações nos espaços público-privados. Para Zancheti (2007), o atual foco da secretaria é a elaboração de projetos para a captação de recursos externos para a promoção cultural que podem ou não ir contra certos ideais preservacionistas.

No início da década de 2000, Olinda, juntamente com Recife, deu início ao projeto Complexo Turístico-Cultural Recife/Olinda, que, segundo Silva (2017) buscou “valorizar e dar visibilidade internacional ao patrimônio cultural material e imaterial das cidades, transformando os espaços num grande polo de atração e irradiação do turismo cultural para o

Nordeste brasileiro”. Segundo os autores supracitados, Olinda estaria intensificando seu projeto, iniciado com a obtenção do título de Patrimônio da Humanidade, de inserção no concorrido mercado turístico mundial. Esse ingresso tem se constituído, a partir dos títulos conquistados pela cidade, em verdadeiras “marcas” dentro de uma estratégia de marketing urbano. Essa é umas das interpretações sobre a atual gestão e do projeto de valorização e capitalização do Sítio histórico de Olinda.

Além das entrevistas e visitas de campo, dois trabalhos, que avaliaram o sistema de preservação do Sítio Histórico de Olinda, serviram de referência para a compreensão de sua organização e burocracia. O primeiro foi realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, em 2006, tendo em vista que “a valorização do patrimônio cultural faz parte de um dos eixos estratégicos para o desenvolvimento sustentável do Município com foco no social”.

Desta maneira, o órgão investigou a situação e a organização do sistema de preservação do Sítio Histórico de Olinda, apontando problemas e soluções para uma estrutura cada vez mais fraca e desarticulada com a sociedade e entre os órgãos que competem a preservação e valorização do patrimônio cidadão, gerando a progressiva “perda na qualidade da preservação da Nucleação Histórica e de sua ambiência”. O texto do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – CECI, produzido por Barreto e Milet (2011), também serviu de base para a compreensão desse sistema em sua formatação atual, ao identificar e caracterizar a atividade de análise e aprovação de projetos de intervenção arquitetônica no casario do SHO. Esses trabalhos possuem em comum a busca por compreender o funcionamento do sistema de preservação do patrimônio olindense, mas, também, apontaram graves problemas.

A organização da gestão pública do patrimônio Olindense é constituída por duas secretarias municipais, a Secretaria de Transportes e Controle Urbano e Ambiental (SETCUA), e a Secretaria do Patrimônio e Cultura (SEPAC), pelo Conselho de Preservação do Sítio Histórico de Olinda e pela Câmara Técnica de Legislação e Tombamento, instâncias de deliberativas previstas no Estatuto do Sistema de Proteção e pelo Escritório Técnico I - Olinda, núcleo de apoio à 5ª Superintendência Regional do IPHAN. Segundo Moreira (2006):

O controle da proteção do patrimônio cultural do Sítio Histórico de Olinda é determinado na esfera federal pela rerratificação da Notificação nº1.155/79, que compatibilizou as legislações federal e municipal. No âmbito municipal, o controle é estabelecido pela Lei n ° 4.119/79 que criou o Sistema Municipal de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, pelo instituto do Tombamento Municipal, pelo Fundo de

Preservação e pela Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, hoje extinta e substituída em suas atribuições pela Secretaria de Patrimônio, cultura e Turismo (SEPACCTUR), e pela Lei nº 4.849/92 (legislação Urbanística dos Sítios Históricos do Município de Olinda. A partir de abril de 2005 o controle do uso do solo na área do Sítio Histórico de Olinda passou a ser exercido pela Diretoria de Controle Urbano e Ambiental da Secretaria de Planejamento, transporte de Meio Ambiente por decisão administrativa da municipalidade” (MOREIRA, 2006. p. 14).

A SETCUA é a secretaria responsável por planejar e gerir os sistemas de transportes e controle urbano e ambiental no município. Em sua estrutura administrativa, encontra-se a Diretoria de Controle Urbano e ambiental- DCU, responsável pela análise, aprovação dos projetos, controle, fiscalização e disciplinamento do uso e ocupação do solo, de acordo com o Plano Diretor e com a Lei nº 5.631/2008 de 23 de dezembro de 2008.

A SEPAC é encarregada de formular e implementar as políticas culturais e de preservação do patrimônio cultural. Segundo um dos representantes do CPSHO, em entrevista realizada no mês de janeiro de 2018, a secretaria possui problemas e questões como:

Ela (SEPAC) é dividida em diretoria de cultura e de patrimônio e, nesta gestão, há uma disputa direta entre os dois secretários. O diretor de cultura é uma pessoa muito ligada ao setor de eventos, historicamente reconhecido como uma pessoa de pouca ética e está sempre articulando com o vice-Prefeito e o secretário de planejamento para derrubar o secretário de cultura. Assim a cultura do evento tem se sobreposto a cultura do patrimônio. O diretor do patrimônio, do ponto de vista técnico não tem conhecimentos sobre o patrimônio, não domina os conhecimentos básico sobre o tema. Embora esteja entusiasmado e consiga articular bem as pessoas. Além disso, tem uma pessoa na SEPAC que tem especialização e mestrado em patrimônio que consegue articular as coisas, porém não tem cargo de diretoria. Essa pessoa está, atualmente, voltada para a zeladoria. A diretoria de cultura tem criado problemas e desarticulando a secretaria de patrimônio. (Representante do CPSHO)

A Câmara de Legislação e tombamento (CLT) e o Conselho de Preservação do Sítio Histórico de Olinda (CPSHO) são instância deliberativas, analisam e dão o parecer dos projetos no Sítio Histórico, principalmente aos projetos mais complexos ou com soluções não previstas nem nas normas do município, nem nas do IPHAN. A desatualização dessas normativas tem gerado um progressivo aumento da demanda de pedidos de modernização e expansão de casas, introdução de equipamentos e usos não previstos. Além disso, devido ao quadro de abandono e isolamento no qual se encontra o sistema, não há uma renovação e/ou rodízio nos quadros de participantes dessas instâncias deliberativas.

Segundo Barreto e Milet (2011) o Conselho de Preservação e a Câmara Técnica têm se caracterizado pela caducidade em sua composição. Problema também enfrentado pela SODECA, única organização civil participante do Conselho que possui um perfil conservador em relação à preservação do sítio. Seus dirigentes lá estão desde sua criação, em 1984, não houve renovação dos quadros, dificultando a entrada de novas visões sobre o patrimônio.

A Câmara de Legislação e Tombamento é fechada aos órgãos estatais de gestão do patrimônio, IPHAN, SEPAC, SETCUA, FIDEM e FUNDARPE. Já o Conselho é aberto a outros atores envolvidos com a gestão do sítio, como SODECA, arquidiocese, universidade, CREA, muito embora a maioria dessas instituições não o frequentem. Por conseguinte, possui uma composição muito parecida com a da Câmara, a exceção é a presença da SODECA, que possui assento no Conselho e não na Câmara. O CPSHO possui quatorze atribuições, que vão desde classificar o tombamento até fiscalizar a preservação dos bens tombados²¹. Segundo Barreto e Milet (2011)

Apesar da semelhança de atribuições entre essas instâncias, a atividade do CLT encontra-se enfocada na análise técnica dos projetos, direcionando à intervenção arquitetônica em si, justificando os critérios de análise e os parâmetros normativos que conduzem o parecer". (BARRETO & MILET, 2001, p. 11)

O IPHAN também analisa projetos, fiscaliza, emite pareceres técnicos, encaminha processos para o Ministério público e participa da CPSHO e da CLT, sendo o principal parceiro da Prefeitura dentro do sistema municipal. A FUNDARPE está presente nas reuniões do Conselho e Câmara de Legislação e Tombamento. Uma das principais atribuições do sistema de preservação é analisar as intervenções no casario. O trâmite para intervenção no casario é iniciado na SETCUA e encaminhado para a SEPAC, que, através de sua secretaria executiva, envia o mesmo para o IPHAN. Em seguida, o IPHAN analisa e emite o parecer, encaminha de volta para a SEPAC, que o devolve para a SETCUA. (Barreto e Milet, 2011).

Ao analisarmos as Atas do Conselho, pude observar que há constantes desacordos e conflitos entre os órgãos competentes, que não possuem um protocolo único de análise de projetos a serem avaliados em suas várias etapas e instâncias públicas.

A representante da SODECA, pediu a todos a reflexão sobre o nível de desgaste para a população, que era necessário um consenso entre IPHAN, o CPSHO e a Prefeitura, para que essas aprovações não tivessem conflitos, que fosse feita simultaneamente e quando não restasse mais nenhuma dúvida, a informação seria passada ao proprietário.

²¹ Lei 4119 de 28 de setembro de 1979.

(ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE PRRSERVAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA, nº 330, Data 07/10/2014).

Existe uma série de conflitos no SHO, entre eles e os moradores e as instituições de proteção ao patrimônio. O morador das diferentes zonas de proteção da cidade é obrigado a seguir um rígido conjunto de leis sobrepostas. Principalmente, em relação às zonas não rigorosas, que estão sujeitas a regras que entram em conflito com os interesses desses órgãos, e o morador, que se vê obrigado a respeitar um gabarito de até dois pavimentos e uma taxa de ocupação máxima. Não há divulgação do que é tratado no Conselho, ficando restrito ao grupo participante que, frequentemente, não repassa as informações e resoluções.

O CPSHO não conta com uma página na internet que reúna os pareceres, Atas e informações básicas sobre legislação, dificultando o trabalho dos arquitetos responsáveis que tão pouco conhecem sobre a regulamentação do Sítio Histórico. Outro problema do sistema é o descompasso entre as instâncias competentes, que não possuem um protocolo único e acabam divergindo de posição, segundo a opinião pessoal dos técnicos e não do órgão competente. Dentro dos próprios órgãos, os funcionários não trocam informações entre si. Na reunião do 07/10/2014, um dos técnicos do SEPAC, afirmou que “quem analisa os processos no IPHAN não é a mesma pessoa que participa da Câmara Técnica e do CPSHO”. Desta forma, o funcionamento do sistema de preservação de Olinda tem revelado um estado de conflito e pouca coesão, o que se configura como uma resposta às dificuldades de ordem financeira, técnica e operacional.

3.3. Atas do Conselho de Preservação do Sítio Histórico de Olinda

Nesta seção do trabalho serão apresentados os principais temas tratados no Conselho de Preservação do Sítio Histórico de Olinda. A partir da leitura de suas Atas, pude entrar em contato com a realidade burocrática, com os dilemas e limites desse órgão, criado em 1979. Mas, antes disso, será apresentado um brevíssimo relato de minha estadia na cidade, na tentativa de pensarmos Olinda enquanto objeto real, pulsante e não um discricionário de documentos que nem sempre retratam a complexidade dessa paisagem-patrimônio.

Foram realizadas várias incursões pela cidade. Em uma delas, decidi hospedar-me na cidade, durante uma semana. Assim, poderia vivenciá-la os sete dias da semana, visitar locais, como a SEPAC- Secretaria do Patrimônio e Cultura de Olinda, por mais de uma vez ao dia, entrevistar pessoas, assistir às reuniões noturnas do SODECA, registrar os grafites por todo o Centro Histórico. E compreender um pouco da dinâmica da cidade naquele janeiro de pré-Carnaval. Instalei-me em uma pousada, próxima à Prefeitura de Olinda e, para minha surpresa,

a proprietária, uma artista plástica, foi conselheira do Conselho de Cultura, tendo uma rápida passagem pelo Conselho de Patrimônio.

Ednalva, a proprietária da pousada, me passou contatos e me deu um panorama do funcionamento dos respectivos conselhos. Gentilmente, respondeu questões das quais eu tinha curiosidade. E, ao terminamos nossa conversa, a precavi da minha necessidade de obter nota fiscal para comprovação de minha estadia perante a universidade. Ednalva, assustada, disse que não tinha, mas “daria um jeito”.

Depois de um dia cheio de entrevistas e incursões visitas ao Arquivo Público e à Secretaria de Patrimônio, na qual tive grande dificuldade de acessar arquivos, além das tentativas frustradas de entrevistar atores importantes na gestão da cidade, como o Secretário de Patrimônio, procurei um mercado, no qual pudesse comprar alimentos para fazer pequenos lanches entre uma entrevista e outra. Ou para fazer um lanche matutino. Constatei que, em toda Cidade Alta, só havia uma padaria e uma pequena mercearia.

No outro dia, ao perguntar a Ednalva sobre a nota, ela me mostra uma nota fiscal vencida há quase dois anos, perguntando se eu poderia comprovar com a mesma. A ausência de nota fiscal também predominava nos restaurantes da cidade. Apenas os restaurantes “caros” se propunha a emitir nota fiscal. No terceiro dia, pergunto novamente sobre a nota, e percebo que dificilmente a obterei. Então, sou obrigada a procurar um outro lugar para me hospedar.

Resolvo pagar o valor que devo. Para isso tal, vou ao único caixa eletrônico em Olinda, àquela altura quebrado. Ando cerca de dois quilômetros até o caixa eletrônico mais próximo, que fica em um posto de gasolina fora do Centro Histórico. Após resolver minha situação, vou à reunião da SODECA, marcada para 19 horas, mas começa, realmente, apenas às 20 horas e 30 minutos.

Minha primeira impressão é sobre a faixa etária dos integrantes da associação, majoritariamente 60 anos; apenas Nathan Nigros tinha idade inferior. Após conversarmos com alguns integrantes da associação, e depois de uma hora de reunião, um grupo de Maracatu passou na rua onde se dava a reunião, em plena quarta-feira, às 21 horas e 30 minutos. A reação do grupo foi de completa normalidade. Pararam a reunião, e alguns foram para a janela assistir ao desfile. A reunião acabou às 22 horas e 30 minutos. Contrastando com o movimento de uma hora atrás, não havia ninguém na rua.

Entrevistas feitas, arquivos obtidos, fotos capturas, tiro o domingo, último dia na cidade, para ir ao desfile de um dos blocos mais antigos da cidade, o Elefante de Olinda. Mais tarde,

descubro que Nathan Nigro, integrante mais jovem da SODECA é neto do compositor do principal hino da agremiação.

Após duas horas de diversão, fui furtada dentre de uma nuvem de pessoas e de vendedores ambulantes que vendiam toda sorte de bebidas. Ao constatar o desaparecimento do celular, observo o rastro de sujeira deixado pelo bloco e decido ir embora. Nesse momento, constato que não posso pedir um Uber e ando cerca de dois quilômetros até o ponto de ônibus mais próximo, na borda da Cidade Alta. Essa descrição retrata um pouco do que é viver no Centro Histórico de Olinda, os desafios que a cidade enfrenta e que estão muito além da gestão do patrimônio.

Como já foi dito anteriormente, o Conselho era uma instância do sistema de preservação de Olinda, idealizado pelo Prefeito Germano Coelho do MDB, partido de oposição à ARENA, situacionista, diretamente ligada ao governo militar. Germano Coelho, professor de Direito da UFPE e membro do Movimento de Cultura Popular de Recife, ganhou a eleição para a Prefeitura de Olinda, em 1976. Cobrindo, assim, o quadriênio 1977-1980, prorrogado pelo governo federal por mais dois anos.

Sob o slogan “Reconstruir Olinda do passado para construir Olinda do Futuro”, Germano desenvolve o plano de elevar a cidade a Patrimônio Nacional e Mundial. Ambicionando o desenvolvimento do turismo, estratégia em voga, estimulada por organismos e nas recomendações nacionais e internacionais de preservação ao patrimônio cultural.

A primeira reunião do Conselho foi no final de 1979, e é marcada pelo pioneirismo da iniciativa municipal. Foram analisadas trinta Atas, do final de 1979 até o início de 1982. Desta maneira, todos os encontros ocorreram durante a gestão de Germano que, segundo Zancheti (2007), foi a fase de apogeu da política patrimonial no município.

Um dos principais temas tratados no recém-criado Conselho foi, sem dúvida, sua gestão e organização burocrática. Não havia nada parecido no Brasil àquela altura. Segundo Germano, o Conselho foi inspirado na Carta de Veneza de 1964, "Carta internacional sobre a conservação e restauração de monumentos", no "Compromisso de Brasília", de 1970, e no "Compromisso de Salvador", de 1971. O Conselho de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda era um órgão deliberativo que integrava representantes dos três níveis de poder, federal, estadual e municipal.

Durante as primeiras Atas foi estabelecido o corpo técnico do Conselho, as Comissões previstas no Estatuto, e a presidência do Centro de Preservação. Além da contratação de uma Socióloga e de um concurso público para Fiscais da Conservação do Sítio Histórico. Nesta

época, Maria José Borges Lins e Silva, Secretária de Educação, Turismo e Cultura do município foi escolhida como Presidente do Conselho; João de Lima Neto, conselheiro representante do Câmara Municipal de Olinda; José Luiz Mota Menezes e Ulysses Pernambucano de Melo Neto representavam a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), criada em 1973; Sônia Coutinho Calheiros, a Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), criada em 1975. Silvia Katz, o IPHAN; e Hélivio Polito Lopes, o Prefeito de Olinda. O arquiteto Antenor Vieira de Melo Filho foi escolhido como coordenador do Centro de Preservação, e, os também arquitetos Jorge Eduardo Lucena Tinoco e Deana Maria Oliveira Pontual, consultores da recém-criada Fundação.

A Fundação Centro de Preservação era o órgão executivo, destinado a converter-se no instrumento fundamental de desenvolvimento ordenado e conservação do patrimônio natural e cultural da cidade. Além disso, o Conselho também possuía a incumbência de realizar os tombamentos municipais.

Na primeira reunião, foi traçado o plano de atividades do CPSHO, exercício 1980/1982, debatida a deterioração das imagens e das talhas da Igreja e do antigo Convento do Carmo, ofício nº2, de 28/09/79, a participação da Associação dos Moradores e Amigos de Olinda Antiga e o requerimento de expansão do Moinho Pernambucano S/A.

As recomendações para o futuro Regimento Interno foram: 1) uma reunião ordinária por mês, e extraordinária, quando convocada pelo Centro de Preservação, pela Prefeitura de Olinda ou pela Presidência do Conselho; 2) para a escolha do Diretor Geral do Centro de Preservação, o Conselho enviaria ao Prefeito uma lista com três nomes para o mesmo homologar a indicação de um, (3) o plano de atividades, aprovado, seguindo a proposta do Conselheiro Hélivio Polito Lopes de entrosar a proposta de ativação cultural do plano e as atividades escolares do município.

Nessa reunião, ficou aprovado que o CPSHO estudaria, conjuntamente com o IPHAN, as divergências e conflitos das legislações existentes para, após aprovada pelo Conselho, serem encaminhadas aos órgãos competentes para reformulação necessária.

O Estatuto do Conselho não admitia o voto da Associação de Moradores, embora conste menção recomendando consultas e a presença da associação nas reuniões, “que o grupo de trabalho do Mercado de Olinda submetesse a filosofia do projeto à apreciação da Associação dos Moradores e Amigos de Olinda Antiga”, e que a “CPSHO discutisse as propostas de trabalho com a Associação de Moradores de Olinda, tendo em vista as resoluções do Encontro

em Defesa do Patrimônio de Olinda”, “que se pense numa maneira de se incluir um representante da Associação de Moradores e Amigos de Olinda Antiga no CPSHO”.

Apesar de a AMOA não participar das reuniões, mesmo que um dos seus integrantes, Clóvis Cavalcanti, tenha participado da reunião de fundação, sem prosseguir nos encontros subsequentes (Barreto, 2008). As principais bandeiras da associação eram a regulação dos bares e restaurantes, controle do acesso de veículos e a defesa do Mercado da Ribeira enquanto mercado de arte. Em todas essas pautas a AMOA se manifestou no Conselho, através de ofícios e da participação no I Encontro em Defesa do Patrimônio Cultural de Olinda.

A associação possuía uma postura combativa e de crítica às ações de valorização da cidade, voltadas para a promoção do turismo. Segundo Milet, Pontual & Barreto (2008), a associação reprovava as políticas municipais voltadas para a valorização da cidade, enquanto polo turístico. Neste sentido, o Conselho e a Prefeitura tinham um projeto que se opunha claramente aos interesses dos integrantes a AMOA. Como podemos observar na reunião do dia 10/04/1980, “foi debatida a cooperação entre o CPSHO e a empresa local, criada pelo Prefeito, Olindatur, que pretendia destinar parte da sua arrecadação ao CPSHO”.

Nota-se, desta forma, que o Conselho já nasce tendo que responder a uma série de demandas, que vão desde a contestação da AMOA ao projeto de desenvolvimento através do turismo, até a degradação das igrejas históricas, tema ainda recorrente nas reuniões da atualidade.

Nas reuniões subsequentes, a Fábrica de Doces Amorim Costa & Cia, adquirida em 1979 pela Prefeitura, também foi objeto de debate, sendo criado um grupo de trabalho para a elaboração do anteprojeto e montagem do “Mercado de Olinda”, futuramente nomeado, à contragosto de Germano Coelho, de Mercado Eufrásio Barbosa. “Liberados os primeiros recursos do BNH, compramos logo a antiga Fábrica de Doces Amorim e o Sítio Reis para implantar, onde existiu a alfândega, a atividade semelhante e o nome consagrado do logradouro: Mercado do Varadouro” (Coelho, 2017).

Durante a gestão de Germano Coelho, podemos verificar que o patrimônio de Olinda é erigido como um recurso político. O Prefeito tinha como objetivo desenvolver a cidade, a partir de suas riquezas materiais e imateriais. Germano, na Prefeitura de Olinda, conseguiu mobilizar uma série de atores políticos que o ajudaram na elevação de Olinda, primeiramente a Patrimônio Nacional e, em seguida, a Patrimônio da Humanidade. O Prefeito, como figura central da patrimonialização olindense, foi responsável por trazer importantes investimentos para a

cidade, como o programa do governo federal de Complementação Urbana de Recuperação Acelerada (CURA).

Podemos observar que a Prefeitura tinha o Conselho como uma extensão de sua gestão. E possuía um representante nas reuniões do Conselho, Hélio Polito Lopes, reconhecido arquiteto formado pela UFPE, suplente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e com vasta experiência na área de preservação, ex-coordenador do Programa das Cidades Históricas no Nordeste e assessor do IPHAN, junto à Diretoria Regional de Pernambuco, da qual foi diretor nos anos de 1989-1990. Hélio realizou projetos de restauração ou de reutilização de bens culturais, como os do Forte das Cinco Pontas, do Teatro Apolo, da antiga Casa de Detenção, em Recife, do colégio São Bento, anexo ao Mosteiro, em Olinda, enquanto fazia parte do CPSHO.

Mesmo sendo representado por Hélio, Germano, o Prefeito, quando necessário, participava dos encontros ou enviava telegramas, como na reunião do dia 18/12/1979, ao ir pessoalmente à reunião para pedir o apoio do Conselho para evitar a realização do projeto de “terminal do Porto de Recife” e recomendar uma série de ações, como a Moção ao Projeto do Terminal do Porto de Recife, demandando a revogação da portaria que tratava da expansão e modernização do Porto de Recife.

Segundo Barreto (2008), Olinda é uma cidade habitada por artistas e seus ateliês e galerias, desde o Movimento da Ribeira (1964-1965), quando artistas oriundos de Recife se instalaram na cidade governada pelo intelectual de esquerda Eufrásio Barbosa. Este curto período marcou um movimento artístico localizado no Mercado da Ribeira, transformado em galeria colaborativa desses artistas. Assim, a cidade foi elevada a reduto de artistas que procuram tranquilidade e inspiração para suas obras, e esse aspecto gerou o início do processo de elevação da cidade a polo de atração turística, inicialmente atraindo curiosos e apreciadores de artes para os eventos no Mercado supracitado.

O Mercado da Ribeira esteve nas pautas das primeiras reuniões do Conselho. O antigo Mercado de Carne, ocupado por artistas oriundos de Recife, foi alvo do Projeto “Bar Mirante”, que converteria o Mercado em um restaurante panorâmico e local de festas, encontros e exposições artísticas. O Conselho previa a realocação dos comerciantes ocupantes de boxes. Entretanto, a AMOA se manifestou contra a instalação do empreendimento no I Encontro em Defesa do Patrimônio Cultural de Olinda, realizado em 1979, promovido pelo governo federal, na figura do SPHAN, pelo governo do Estado, com a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), pela Prefeitura de Olinda, através do Centro de

Preservação dos Sítios Históricos de Olinda (CPSHO), pela Sociedade dos Moradores e Amigos de Olinda Antiga e pela Fundação Roberto Marinho.

Além disso, organizou um abaixo-assinado com o mesmo intuito. Como um dos resultados dessa mobilização foi firmado o convênio entre a FCPSHO e a oficina Guaianases de Gravura, como consta na Ata 16ª de 06/11/1980, e o recuo e desistência em transformar o Mercado em restaurante.

O Conselho se responsabilizou por produzir um documento final do I Encontro em Defesa do Patrimônio Cultural de Olinda, transformando as recomendações do Encontro em resoluções do CPSHO. Embora a iniciativa do encontro tenha sido positiva, principalmente por incluir a AMOA no debate, nos anos que se seguiram não houve continuidade, de evento, tendo sido apenas um chamariz para as candidaturas de Olinda e um alerta para a situação de descaso que vivia a cidade.

Durante esses dois primeiros anos foram implantadas as seguintes ações: criação do Ateliê de Restauro de Bens Culturais Móveis, das Comissões, previstas no Regimento do CPSHO, Comissão de Ativação Social, dos Problemas de Tráfego no Município, juntamente com o Detran- PE, de Legislação e Tombamento, de Revitalização dos Bens Culturais e Contas e Orçamento. Havendo, também, a desapropriação e consequente utilização do Sítio dos Marroquins e da Casa nº100 da Praça do Carmo, atual Biblioteca Pública de Olinda, a realização do concurso pela Secretaria de Obras, voltado para a fiscalização no Centro histórico.

O CPSHO nesse período estava à frente de uma série de projetos, entre eles o de Complementação Urbana para Recuperação Acelerada (CURA), e com isso, as obras da Praça a Abolição, no Carmo, do hotel junto a capela de Santana, no Rio Doce, do Mercado de Olinda, do Cine Olinda, do Cine Duarte Coelho e do Clube atlântico; da reconstrução das ruínas da Ladeira da Misericórdia. Ainda, da análise de pedido de tombamento requerido pelo Prefeito das ruínas de Santo Amaro, do Molhe de Olinda, do Forte do Buraco, da Capela de Santana, no Rio Doce, da Ruína da casa da Pólvora, em Vila Ouro Preto e do inventário das fachadas do casario em Olinda na cidade alta- centro histórico.

Houve, também, o convênio e cooperação entre SPHAN e CPSHO, responsável pelo estudo de compatibilização das legislações existentes e análises referentes às áreas históricas de preservação rigorosa, com seu mapeamento, estudos de tipologias construtivas, a fim de estabelecer critérios básicos de análise e julgamento.

Como podemos observar, o Conselho e o Centro de Preservação rapidamente se transformaram em principais agentes executores e gestores das obras de restauração na cidade ao assumirem o projeto CURA, o Programa Cidades Históricas e o Fundo de Preservação. Nesse período, Olinda foi alvo de obras e restauros, financiados pelo Fundo de Preservação do Sítio Histórico de Olinda (FPSHO) e pelo Programa Cidades Históricas.

A Igreja de São Sebastião, o Palácio dos Governadores e a Igreja do Amparo foram restaurados através do Fundo de Preservação do Sítio Histórico de Olinda (FPSHO); já as Bicas e Paço obtiveram financiamento do Programa Cidades Históricas. Dos projetos apresentados para serem financiados pela CURA, foram aprovados os do Mercado de Olinda e o do Estacionamento do Carmo, não sendo aprovados os do Hotel de Santana, Cine Duarte Coelho, Cine Olinda e Clube Atlântico, ficando a cargo da Prefeitura.

A assiduidade dos conselheiros também contribuía para o entrosamento dessas instâncias. O Conselho, também, possuía como uma das suas metas a aproximação com o público em geral, através do jornal "o Foral", iniciativa do FCPSHO, que tinha como objetivo a divulgação à comunidade local dos trabalhos da FCPSHO, assim como criar um vínculo entre a instituição e a comunidade.

Nessa mesma reunião do dia 28/05/1981 foi apresentado, como resultado do apoio à iniciativa de maior ativação cultural pela FCPSHO, um modelo de embalagem de pão de Padaria Divina, situada na Rua do Amparo, com desenho do pintor Bajardo. Embora grande parte do conjunto de bens tombados se concentre no Centro Histórico, o Conselho também delibera sobre outras áreas da cidade que ficaram fora da delimitação do SPHAN. Assim, a FCPSHO elaborou o projeto do Mercado Público de Peixinhos, para execução com verbas da Caixa Econômica Federal, na tentativa de integrar a área tombada e o resto da cidade.

A FCPSO, juntamente com o Conselho de Preservação, inicia estudos para adequação das normas contidas na Notificação nº 1.155 à realidade da cidade, estudos estes que se estenderam até 1982, quando foi encaminhada proposta ao Conselho Consultivo do SPHAN, obtendo aprovação sob a denominação “rerratificação do polígono de tombamento do município de Olinda e seu entorno nº 1155/79, em novembro de 1985”. Houve uma cooperação entre os entes municipais (Câmara de Legislação e Tombamento) e federais (3ª DR/SPHAN/ Pró-memória) para compatibilizar as leis.

Os problemas apontados pelo Conselho à Notificação nº 1.155 do SPHAN de 1970 eram: 1) a notificação de tombamento não incluía critérios de ocupação da área tombada; 2) a

necessidade da consolidação das propostas de ocupação da área tombada, mediante um estudo mais abrangente, em vista de unificar as diversas regulamentações que existem para a área.

O CPSHO era muito mais propositivo em seus primeiros anos, embora não tenha obtido êxito e/ou continuidade em muitos projetos, como o Casarão Lundgren, que não foi reaberto durante toda a história do CPSHO, e o Mercado de Olinda, reaberto e novamente fechado. O encerramento das atividades da FCPSHO gerou o enfraquecimento do CPSHO. A Fundação era uma parceira direta do Conselho, e suas muitas atribuições passavam necessariamente pelo Conselho. Atualmente, o Conselho é um órgão cada vez menos requisitado, inclusive pela Prefeitura que tem deixado de recorrer ao órgão.

Nota-se que neste período, entre 1979 e 1981, o Centro é requisitado pelas três instâncias do poder, e a Fundação é a figura executiva de praticamente todas as obras de restauração, proteção e valorização na cidade de Olinda.

Um fato importante de observar e comparar, com o atual momento do Conselho, é a posse de Maria José Borges Lins e Silva, primeira presidente do CPSHO, demonstrando o interesse de interligar a Secretaria de Educação ao Patrimônio da Cidade. Contudo, essa intenção, ao longo do tempo, não foi levada adiante. Nas Atas de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017 não há o registro da presença de conselheiros ligados à Secretaria de Educação, e Olinda não apresenta um Plano de Educação Patrimonial consolidado, como mostra o Relatório do MPF- PE, embora recentemente a Prefeitura tenha criado um Plano de Educação Patrimonial.

Ao cotejarmos o atual momento do Conselho, com seu período de fundação, podemos observar algumas permanências, como a situação das Igrejas de Olinda e o impasse quanto à responsabilidade por sua gestão, no qual congregações, arquidiocese, IPHAN e Prefeitura divergem em relação à gestão e responsabilidades. Olinda sofre um esvaziamento de função dessas instituições, que se encontram na maior parte do tempo fechadas. O Mercado Eufrásio, também, se constitui como uma questão permanente.

O Mercado foi objeto das primeiras ações do Conselho, após ser reformado e reaberto, em 1990, e fechado novamente, em 2014. No ano de 2018, o Mercado foi reaberto em meio a críticas. De um lado, o governo do Estado, através dos dirigentes do PRODETUR, que criaram um projeto voltado para um equipamento de uso cultural, e por outro, a SODECA e antigos frequentadores reivindicando o antigo uso, como mercado popular de alimentos e artesanato.

Constatou-se nas Atas do Conselho e em notícias vinculadas pela mídia que não houve consulta pública. Além disso, como consta em Ata, o projeto não foi apresentado em sua completude ao Conselho.

Outro ponto que gera dificuldade para o curso do Conselho é, sem dúvida, a questão orçamentária. Desde as primeiras reuniões do Conselho, debatem-se propostas de entrada de fluxo permanente para o Fundo de Preservação, contudo, como demonstrado por Zancheti (2007), a preservação do patrimônio da cidade tem dependido quase que exclusivamente de projetos ligados ao governo federal.

Ainda sobre as permanências, o comércio ilegal, potencializado durante o mês de Carnaval, a falta de fiscalização de obras irregulares, a circulação de veículos no Centro Histórico²², a presença de bares, luta que vem desde a AMOA. Ou os edifícios sem uso, como o Casarão Lundgren, o Cine Duarte Coelho, o Cine Olinda, que não foram reabertos por falta de verbas para execução de obras de restauro, discordâncias na gestão, falta de verbas destinadas à manutenção e aparelhagem, como foi o no caso do Cine Olinda, que teve sua estrutura toda reformada, mas foi fechado em função do impasse entre abrir sem equipamentos, funcionar como Centro de Eventos ou aguardar por edital.

Obtive as Atas do Conselho de Preservação, através de visitas à Secretaria de Patrimônio e Cultura- SEPAC. Durante o mês de janeiro, o Conselho encontrava-se de férias, porém, a Secretaria e alguns de seus membros estavam atuando normalmente, lembrando que os meses de janeiro e fevereiro, são meses com uma demanda bastante acentuada de trabalho na Secretaria, devido à proximidade do Carnaval.

A busca e acesso às Atas foi um processo um pouco demorado, pois a presidente do Conselho, Patrícia Pedrosa, encontrava-se de férias e, em sua ausência, o técnico Clodomir Barros Pereira Junior, responderia por ela. Contudo, não obtive um retorno positivo para uma entrevista. Após várias tentativas frustradas de conversar com o secretário Executivo do Patrimônio, Fred Nóbrega, obtive a pasta-arquivo com as Atas e documentos do Conselho.

²² Ver: MONTENEGRO, Júlia. Caminhão-pipa desgovernado desce Ladeira da Misericórdia, em Olinda, e bate em casa. Acidente aconteceu na manhã desta terça de Carnaval. Apesar do susto, não houve feridos. In: **Folha PE**. Publicado em: 28 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/carnaval/2017/02/28/NWS,19424,70,557,NOTICIAS,2190-CAMINHAO-PIPA-DESGOVERNADO-DESCE-LADEIRA-MISERICORDIA-OLINDA-BATE-CASA.aspx>>. Acesso em: março de 2018.

Em uma pasta, pude acessar todas as Atas de 2017; os Pareceres e Resoluções de 2016; todas as Atas de 2015, 2014; e quatro Atas de 2013. As Atas do ano anterior foram produzidas em um Livro Ata, pouco sistematizado e escrito à caneta.

Foram analisadas as doze Atas do ano de 2017. Do ano de 2016, foram analisados trinta Pareceres e dezoito Resoluções. De 2015, foram analisadas vinte e uma. Em 2014, quatorze Atas; e, em 2013, quatro.

Infelizmente, muitas dessas atas estavam à caneta, pouco sistematizadas, com frases soltas e desconexas. Bem diferente das Atas dos primeiros anos, que estavam sistematizadas em um livro publicado pela Prefeitura, em 1983.

Analisando esse período, podemos observar que o Conselho estava em plena atividade. Mesmo sem acesso a todas as Atas de 2016, podemos perceber que 2016, 2015, 2014 foram anos de intensa atividade no Conselho. Todos esses anos contam com um número superior de reuniões às contabilizadas em 2017, e o número de pedidos de consultas, projetos, análises e pareceres foi muito maior e variado. Podemos, também, concluir que havia uma maior integração entre Prefeitura, Conselho e IPHAN.

No ano de 2016, os órgãos apresentaram diferentes propostas e projetos ao Conselho, como os modelos para o Projeto de Iluminação Pública da Rua de São Bento e 15 de novembro, apresentados pela Prefeitura; as grades de segurança do Museu de Arte Sacra de Pernambuco (MASPE); a análise do Projeto de Revitalização do Complexo Cultural do Museu de Arte Contemporânea de Olinda (MAC); o Projeto de Restauro do Mosteiro de São Bento, Varadouro, SHO. Além de análise de projetos e requalificação e restauração de edifícios particulares.

Em 2015, o ritmo foi ainda mais intenso devido aos projetos do MONUMENTA/BID, que injetaram recursos em obras de recuperação dos imóveis da cidade. As principais ações de 2015 foram: alteração dos parâmetros urbanísticos para o setor residencial da área de proteção ao conjunto histórico; defesa do registro material do Terreiro de Pai Edú, no alto da Sé; pareceres de aprovação das obras da APAC nas igrejas São Pedro e Bonfim; pedido de tombamento da Torre da Manchete pela SODECA. A representante do IPHAN, Sandra Correia, apresentou o Programa de Financiamento de Recuperação dos Imóveis Privados²³, Projeto de

²³ “O Programa iniciou em 2012 com 32 classificados pelo Edital, dos quais 18 possuem viabilidade econômica e financeira aprovada pelo BNB. Em 2015, já tinha sido assinado 06 contratos e 04 estavam próximos a contratar, encontrava-se em fase de execução 2 obras. Todas elas têm projetos aprovados pelo IPHAN e pela PMO”

Requalificação do Adro do Convento Franciscano, realizado pelo IPHAN, entre outros projetos e propostas particulares e de menor escala.

O ano de 2014 foi um ano de intenso debate sobre os grafites e pichações no Centro Histórico da cidade. O Conselho recebia pedidos de grafiteagem em muros e na caixa d'água.

"recebemos o Grupo Acidum que apresentou sua proposta de intervenção da faixa da d'água, trata-se de uma aplicação de mural artístico em homenagem ao artista Bajardo, intitulada: Brincantes. A intervenção seria provisória, no mínimo 6 meses e seria como incentivo a discussão do tema da grafiteagem/arte urbana, através da oficina temática" (Ata do dia 19/03/2014).

Solicitação da grafiteagem de um mural na Estrada do Bonsucesso e a realização de grafite no muro da Av. Liberdade, 258- Carmo, requerido por Antônio Marcos Nascimento de Lucena (caju). (ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE PRRSERVAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA, do dia 27/12/2013).

Na última reunião de 2013, foi debatida a necessidade de definir parâmetros sobre a autorização de grafiteiros. Nesta mesma reunião, definiu-se que o representante do IPHAN, Philippe Sidartha, realizaria o mapeamento dos muros, e o Conselho refletiria sobre possíveis muros e áreas de grafiteagem.

Clarice Andrade, secretária da Cultura, à época, convoca o Conselho a conceituar a grafiteagem e os parâmetros para a autorização da grafiteagem, que estariam atreladas à regularização do imóvel, autorização do proprietário e o estabelecimento de um período de vigência.

Em agosto de 2014, foi realizado o seminário "Arte Urbana e Patrimônio: Convivências e Desafios" na tentativa de diálogo com a sociedade e os artistas urbanos. Em entrevista para o site da Prefeitura de Olinda a secretária disse:

O seminário servirá para ampliar o debate sobre o que é ou não permitido à arte urbana, dentro do Sítio Histórico da cidade. O seminário surgiu de uma demanda de artistas de arte urbana de Olinda, em fomentar um debate sobre o grafite dentro do contexto de cidades históricas, que tipo de material usar, se há regulamentação e se ele descaracteriza o casario. Hoje Pernambuco exporta artistas de arte urbana para o mundo e promover essa discussão entre os artistas e os moradores é muito importante. (Prefeitura de Olinda, 08/02/17).

A questão dos grafites será aprofundada mais adiante, contudo, posso adiantar que essa questão vem se arrastando até hoje, e não se chegou a um consenso a respeito do tema nos órgãos competentes. Cada órgão e instância pública têm atuado de maneira desarticulada. Como

prova, podemos citar a operação “Grapixo”, realizada pela Polícia Federal, as ações da Prefeitura visando a pintura das casas com cal e até oficinas de grafite propondo a utilização de cal e o patrocínio da grafiteagem na entrada da cidade²⁴. Assim, procurei demonstrar que o Conselho tem perdido vigor, principalmente na última gestão da Prefeitura, que tem realizado projetos sem a anuência do Conselho, fazendo que este perca sua principal função, legislar sobre o patrimônio da cidade.

Segundo seus conselheiros, o Conselho de Preservação tem sofrido um esvaziamento e enfraquecimento, ao passo que não há um diálogo entre prefeito e Conselho. Não há um representante da Prefeitura, como em seus primeiros anos. Existe um verdadeiro abismo entre a Prefeitura, que tem implementado ações de restauro, e o Projeto de Zeladoria, sem ao menos consultar o Conselho.

A atual composição do Conselho foi eleita na gestão anterior, de Renildo Carneiro, em 2016. O mandato dos conselheiros está em vias de terminar. Segundo a representante da SODECA, desde o início da atual gestão, em 2017, o Conselho se desmontou, não há legitimidade junto ao prefeito. Desde que este iniciou sua gestão, há um ano, o Conselho tenta se reunir para estabelecer uma parceria, pelo menos para que ele saiba o que é o Conselho. O Conselho não é valorizado e nem convocado para nenhuma reunião ou decisão do prefeito. Quando há entrega de imóveis restaurados, nem mesmo a presidência do Conselho é convocada. Para a conselheira, o Conselho nesta gestão está sem funcionar.

Quadro 2: Composição das Reuniões do Conselho do Sítio Histórico de Olinda.

Participantes das reuniões	Representações
Vera Milet	SODECA
Philippe Razeira Sidarta	IPHAN
Sônia Calheiro	FIDEM
Hugo Daniel de Oliveira	Arquidiocese de Olinda-Recife
Patrícia Pedrosa	Atual presidente do conselho

²⁴ Ver em: <https://www.olinda.pe.gov.br/grafites-passam-colorir-avenida-olinda/>

Lucilo Larejão	Secretários de patrimônio e cultura e ex-presidente do conselho
Irandei Santana	Secretária de turismo
Aneide Santana	Historiadora do arquivo do Olinda
Nazaré Reis	FUNDARPE
Cláudia Nigro	Associação dos empreendedores do Sítio Histórico de Olinda-AESHO
Vânia Cavalcante	Fiscal de obras do IPHAN
Gilberto Sobral	Secretário da SEPAC pós Lucilo Varejão

Fonte: Elaborado pela autora a partir das atas de reuniões do Conselho do Sítio Histórico de Olinda

O último ano analisado foi o ano de 2017, quando doze Atas foram analisadas. Procurei observar os atores presentes no Conselho e seus respectivos papéis nas reuniões, as principais pautas debatidas e os conflitos que permearam essas reuniões. As Atas analisadas foram as seguintes: 1ª- 07/02/2017- Ata de número 357; 2ª 07/03/2017- Ata de número 358; 3ª 04/05/2017- Ata de número 360; 4ª 01/06/2017- Ata de número 361; 5ª 06/07/2017- Ata de número 362; 6ª 03/08/2017- Ata de número 363; 7ª 24/08/2017- Ata de número 364- Reunião extraordinária; 8ª 12/09/2017- Ata de número 365; 9ª 26/09/2017- Ata de número 366; 10ª 05/10/2017- Ata de número 367; 11ª 09/11/1017- Ata de número 368 e 12ª 13/12/2017- Ata de número 369.

Os principais temas mais tratados durante o ano de 2017 foram:

a) **PINTURA ARTÍSTICA EM MUROS E FACHADAS:** como vamos debater nas páginas subsequentes, a cidade de Olinda tem se deparado com a questão dos grafites e pichações em seu Sítio Histórico, principalmente em sua zona rigorosa. A questão dos grafites encontra-se nas Atas dos anos anteriores e, até o momento, não se encontrou uma solução de adequação para esse tipo de manifestação nos muros da Cidade Alta.

Alguns artistas, ao longo dos últimos anos, têm solicitado a realização de trabalhos no Sítio Histórico e, na maioria dos casos, os pedidos são negados, devido à falta de regulamentação do Conselho e a criminalização dos grafiteiros.

Figura 4: Grafite na rua do Amparo



Fonte: Foto autora, 2017.

b) **A PERDA DA COBERTURA VEGETAL:** a progressiva perda da massa vegetal na cidade, configura-se como um problema mesmo antes da inscrição da cidade à Patrimônio Mundial, e tem se intensificado, ao longo dos anos. O consultor da UNESCO, Michel Parent, já demonstrava preocupação com a tendência de perda dessa massa vegetal, em função do crescimento urbano e do aumento da densidade demográfica, que apontava para Olinda como um vetor de expansão, a partir da construção de infraestrutura viária (Complexo Salgadinho).

A cobertura vegetal, além de ser indissociável da paisagem, é um testemunho da antiga organização urbana da cidade. Seus quintais serviam como reserva de abastecimento para a população residente. Segundo Barros (2004), a cobertura do Setor Residencial Rigoroso diminuiu cerca de quinze por cento, entre 1970 e 2001. Mas o que é mais preocupante é o entorno desse Sítio Histórico, ocupado maciçamente por favelas e conjuntos habitacionais.

Neste sentido, o Conselho tem enfrentado o desafio de controlar e barrar a diminuição dos quintais, através da fiscalização e autuação dos proprietários. O Conselho, o IPHAN e Secretaria de Patrimônio realizam este trabalho. O empobrecimento da população e o aumento do número de integrantes nas famílias corroboram para a progressiva perda dessas áreas.

O tema foi abordado em mais de uma reunião ao longo de 2017, inclusive, tendo sido convidada uma especialista sobre o tema, a Professora Doutora Ana Rita de Sá Carneiro, da

UFPE, que apresentou um trabalho sobre Paisagismo e Jardins Históricos, esclarecendo dúvidas sobre o tema.

Saliento que um dos funcionários, Clodomir Barros, técnico da Secretaria de Patrimônio e Conselheiro do Conselho, possui mestrado sobre o tema, provando que do ponto de vista da qualificação do quadro de funcionários, nesta área, não há carência de profissionais especializados.

Figura 5: Vista do Alto da Cidade de Olinda. Foto passarinho/ prefeitura de Olinda.



Fonte: ver em: <https://www.olinda.pe.gov.br/olinda-e-referencia-mundial-na-preservacao-do-patrimonio-segundo-superintendente-do-iphan/>

Em entrevista realizada no dia 15 de janeiro de 2018, com o superintendente do IPHAN-Olinda, Carlos Augusto e com um técnico, o arquiteto, Philipe Sidartha, foi levantado, como um dos desafios, a questão da gestão do Sítio e a diminuição das áreas verdes, segundo eles uma preocupação recorrente dos moradores, por acreditarem que essas áreas estão em vias de desaparecer. E cobram do IPHAN uma atitude. Entretanto, não há um estudo a respeito da densidade arbórea, nem das espécies mais comuns nos quintais dos casarios olindenses.

A falta de fiscalização do IPHAN que, historicamente, tem sofrido com a escassez de funcionários, e da SEPAC, que também possui poucos funcionários de carreira, tem contribuído para a contínua ocupação desses quintais.

Segundo a SEDECA, a área do Amparo e Bonsucesso foi completamente descaracterizada e os quintais foram sendo ocupados por acréscimos de cômodos. A

representante da associação reforça que, há dez anos, havia quintais preservados, hoje, quase a sua totalidade está ocupada.

c) **A SEDE DO CONSELHO DE PRESERVAÇÃO:** Uma das alternativas para o uso do Sobrado Mourisco, nº 28 da rua do Amparo, é torná-lo sede do Conselho. Atualmente, o CPSHO se reúne uma vez por mês no mezanino da sede da SEPAC. Em Ata, foram destinados recursos do Fundo de Preservação para a realização de intervenção arquitetônica em cumprimento ao futuro Plano de Implantação da sede do Conselho. Assim, a Casa 28 será a sede do Conselho de Políticas Culturais, do Conselho de Preservação e da Casa dos Povos de Língua Portuguesa. Não obstante, as obras e as discussões estão paralisadas, principalmente devido ao pouco diálogo entre o Conselho e a Prefeitura.

d) **PROPOSTA DE SOLICITAÇÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE CARNAVAL DE OLINDA E BALANÇO DO CARNAVAL DE 2017:** Segundo Pontual e Harchambois (2007), o Carnaval de Olinda, até 1970, acontecia de forma desordenada e improvisada, com as folias se concentrando no Sítio Histórico, espontaneamente.

Entre 1970 e 1980, os moradores assumiram a organização da realização do Carnaval na Cidade Alta que, àquela altura, já era povoada por artistas e profissionais liberais. É na década de 1990 que a festa toma maiores contornos de evento de massas, quando a Prefeitura assume sua promoção e organização.

Acompanhando o projeto de promoção da cidade, através do turismo, o Carnaval torna-se um empreendimento econômico e cultural que facilmente atrai investimentos e patrocínio privados. Segundo a Prefeitura, o Carnaval de 2017 recebeu um total de 2.300.000 (dois milhões e trezentos mil) visitantes, gerou aproximadamente 60.000 (sessenta mil) empregos diretos e indiretos e R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) em recursos injetados na economia da cidade.

O gasto com a festa foi em torno de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), sendo 70% desse valor um investimento de patrocínio oriundo da iniciativa privada, da Fundarpe – Governo do Estado de Pernambuco e Ministério da Cultura.

Sem dúvida, o Carnaval de Olinda é um tema recorrente na pauta das reuniões. Há um enorme descontentamento dos moradores em relação à gestão e à condução da festa. Diferentes agentes atuam na promoção do evento, que envolve ambulantes, vendedores licenciados, casas de shows, camarotes, donos de hotéis, emissoras de televisão, cervejarias, pousadas, moradores,

governo do Estado de Pernambuco, Prefeitura de Pernambuco, IPHAN. Mesmo com esse conflito de interesses, o Conselho solicitou a inscrição do Carnaval de Olinda ao IPHAN como Patrimônio Imaterial Nacional.

O ordenamento do Carnaval tem sido uma demanda antiga dos moradores, tanto nas reuniões do Conselho, como na SODECA. A associação reclama de má gestão e fiscalização dos órgãos públicos quanto ao cumprimento das normas que regem o Carnaval na cidade. As reclamações mais frequentes são: o descumprimento dos ambulantes em liberarem as “passarelas naturais”, previstas na Lei nº 5.306 de 2001; as casas-camarotes ou day use, que disputam com a programação de rua, promovida pela Prefeitura, os frequentadores; os decibéis emitidos; o vandalismo; o acesso dos moradores à cidade que, no período, não podem estacionar seus carros nas ruas do Sítio Histórico, e o morador se vê impedido de realizar suas tarefas rotineiras, diante da multidão concentrada no Centro Histórico. Além disso, o desabastecimento de água e de luz é frequente neste período do ano.

A lei do “Carnaval” institui normas e procedimentos a serem cumpridos por órgãos públicos, pessoas físicas e jurídicas, durante o período carnavalesco no município. A lei estabelece a Comissão do Carnaval que, atualmente, em 2018, integra representantes da Prefeitura e do governo do Estado, como Fundarpe, Compesa, Polícia Militar, membros do IPHAN, da Sociedade Olindense de Defesa da Cidade Alta (Sodeca) e do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Olinda.

A lei também prevê as “passarelas naturais”, ruas compreendidas no Sítio Histórico e em outros perímetros previstos no projeto do Carnaval, nos quais devem ser asseguradas condições para as agremiações desfilar nesses logradouros, ficando proibida a instalação de qualquer tipo de sonorização, comércio ambulante, tabuleiros e barracas.

Contudo, ainda segundo a SODECA e as Atas das reuniões, a fiscalização tem sido deficitária, principalmente, em relação aos ambulantes que ocupam as calçadas e mesmo as vias de passagem dos blocos. A lei ainda proíbe, no perímetro da “passarela natural”, focos não oficiais de animação, promovido pela iniciativa privada.

No final do ano de 2015, o vereador Marcelo Soares (PCdoB), tentou derrubar a proibição das casas-camarotes nas Avenidas Sigismundo Gonçalves, Joaquim Nabuco, Santos Dumont, do Sol, do Farol e na Estrada do Bonsucesso, através do projeto de lei nº 125/2015, contudo, o projeto foi vetado pelo Prefeito à época, Renildo Calheiros (PCdoB).

Figura 6: Carnaval nas ruas de Olinda.



Fonte: Elaborada pela autora em fevereiro de 2017

e) **NÃO PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHEIROS PREVISTOS PELOS SISTEMAS DE PRESERVAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA:** Sendo composto pelo: Instituto Histórico e Geográfico de Olinda; Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea); Arquidiocese de Olinda e Recife – Cúria Metropolitana; Irmandades Religiosas de Olinda; Sociedade de Defesa da Cidade Alta (Sodeca); Associação dos Empreendedores do Sítio Histórico de Olinda (Aesho); Conselho Municipal de Políticas Culturais; Representantes de Instituições que defendem acautelamento dos bens culturais, materiais e imateriais; Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe); Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (Condepe/Fidem); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e ainda pelas Secretarias municipais do Patrimônio e Cultura, de Educação, de Turismo, Desenvolvimento Econômico e Tecnologia, e Transportes e Controle Urbano e Ambiental. Dentre estes, a Arquidiocese e irmandades são atores que mais têm desfalcado o Conselho, responsáveis pela administração e uso das mais de vinte igrejas na cidade.

No dia 04/05/2017, 24/08/2017, 09/11/2017, debateu-se com as irmandades e a Arquidiocese a participação dessas instituições no Conselho, e o posicionamento das irmandades e Arquidiocese em relação à situação precária das igrejas na Cidade Alta. A reunião buscou pressionar o arcebispo e as confrarias para a participação no Conselho e o engajamento na preservação das igrejas, debateu-se as propriedades e usos dessas igrejas no passado e a jurisprudência desse patrimônio.

Como são imóveis privados, a manutenção e preservação dessas igrejas são de responsabilidade da Arquidiocese de Olinda e Recife ou da Ordem ao qual a igreja pertence. O representante da Arquidiocese, Dom Irineu, das Irmandades Cecília Canuto e Hugo Daniel de Oliveira não chegaram a um acordo e não avançaram quanto à participação das entidades. Além disso, ficou clara a existência de conflito entre a Arquidiocese e as confrarias pelo uso e controle das igrejas.

Aneide Santana (historiadora do arquivo) lembra que as práticas cotidianas estão se perdendo, por não haver formação de novas gerações. Ela ressalta que as igrejas de Olinda estão fechadas e só abrem nos dias em que o Arcebispo decide. ” Segundo, “Plínio Victor (historiador), as igrejas de responsabilidade da Arquidiocese são as menos cuidadas, e o arruinamento de um bem do Sítio Histórico é de interesse público, e se constituirá em grande perda dos valores culturais”. Aneide ressaltou que a ampliação do Conselho de Preservação não está produzindo os resultados esperados, devido à não participação das instituições (UFPE, Irmandades/Confrarias, Arquidiocese, Sec. Educação, etc.)

f) **A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:** é um dos temas recorrentemente levantados na reunião. Sua urgência é ressaltada pelos conselheiros, embora, pragmaticamente, a municipalidade desenvolva projetos incipientes. O relatório da Procuradoria de Pernambuco, também alertou quanto a necessidade da prática de educação patrimonial. Em entrevista, a técnica responsável pelo Núcleo de Educação Patrimonial nos relatou iniciativas pontuais, como a divulgação de uma cartilha para colorir, voltada para o público infantil e a visita de alunos da rede municipal ao Sítio Histórico. A técnica, antes de comandar a pasta, era professora de Educação Física da rede e assessora da Câmara de Vereadores da cidade.

O Núcleo de Educação Patrimonial de Olinda (NEPO), setor que estava desativado há oito anos, tem sido organizado pelo arquiteto Clodomir Barros. Uma das últimas ações realizadas pelo núcleo foi a produção do "1º Guia Básico de Zeladoria", destinado aos moradores da Cidade Alta, voltado ao incentivo de práticas de ações de conservação e preservação dos imóveis. Foi lançado, também, o Plano Municipal de Educação Patrimonial (2013-2022). Porém, os conselheiros apontam que esse plano não está sendo implementado.

Outro fator que dificulta a integração entre gestão do patrimônio e educação patrimonial é a ausência da Secretária de Educação e da técnica responsável pela educação patrimonial nas reuniões do Conselho. Não foi registrada nenhuma participação desses atores nas Atas analisadas nos anos de 2017, 2016, 2015 e 2014. Ressalvo que, nos três primeiros anos do

Conselho, a vice-presidente do Conselho, Maria José Borges Lins e Silva, era Secretária de Educação do município.

g) **REFORMA DO CINE OLINDA:** Olinda sofre com o problema dos imóveis abandonados e vazios, muitos deles, inclusive, pertencentes a entes estatais. Entre estes, o Cine Olinda que passou por várias etapas de reforma, sem nunca ser completamente aberto, por motivo de falta de equipamentos ou por falta de um plano de gestão que defina como e quem administrará e custeará o bem.

Em 2017, segundo o diretor de Patrimônio de Olinda, Lenildo Leônidas, a Prefeitura disporia de recursos para a finalização das obras de restauração, conquistados por meio de uma emenda parlamentar do deputado João Paulo, em 2014. Entretanto, ainda seria necessário concluir o projeto: "A emenda foi aceita, mas não existia um projeto. Por isso, a demora. Foi necessário criar um projeto, orçamentos, tudo". O valor da obra, avaliado em R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), em 2014, está em processo de atualização. A restauração seria realizada pela FUNDARPE e os equipamentos serão fornecidos pela Prefeitura de Olinda.

O Cine Olinda é um antigo cinema de rua inserido no polígono de tombamento que delimita o acervo arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade de Olinda. E, por isso, está dentro dos perímetros de proteção da UNESCO, do IPHAN e da Prefeitura da cidade. Localiza-se em um contexto urbano heterogêneo, na região onde também estão o Clube Atlântico, os Correios e Telégrafos, e, do outro lado da Avenida Sigismundo Gonçalves, a Praça da Liberdade, mais conhecida como Praça da Preguiça.

Do ponto de vista urbanístico, a edificação pertence ao processo de ocupação das faixas de praia em Olinda, datada do início do século XX, quando o banho de mar e atividades de lazer possibilitou a retomada, embora frágil, do crescimento urbano da cidade. Além de sua importância como bem físico, que compõe o conjunto urbanístico-histórico olindense, mesmo não sendo arquitetura colonial, o prédio em Art-déco está de acordo com o padrão construtivo do Centro Histórico, além de ser um testemunho e símbolo da era de ouro do cinema. Outro elemento central que coloca o cinema como ponto de discussão vem de sua função como equipamento cultural cada vez mais escasso nas ruas do Brasil.

A história do Cine Olinda é bastante peculiar. Em seus 105 anos de existência, o cinema, inaugurado em 1911, conta com apenas cinquenta e cinco anos de funcionamento. O restante do tempo, mais de cinquenta anos, serviu para outros fins, dentre os quais depósito de açúcar, boliche, alojamento para desabrigados ou simplesmente como prédio baldio desapropriado pela

Prefeitura, situação que perdura até hoje. O cinema foi desapropriado em 1979, pelo então Prefeito Germano Coelho²⁵, e tem passado por projetos de restauração que jamais resultaram em sua efetiva reabertura.

Em 30 de setembro de 2016, o cinema foi ocupado pelo então Movimento #Cineolinda que se transformou em #Ocupacineolinda, no bojo da epifania de manifestações e ocupações que ocorreram contra a PEC dos gastos públicos. A ocupação durou três meses, exibindo mais de 250 filmes, entre curtas, filmes majoritariamente nacionais e fora do circuito das grandes produtoras. Rodas de debates e três exposições fotográficas, também, foram realizadas no espaço. Além de ter mobilizado as três instâncias de poder estatal em torno da proteção, valorização e uso do antigo cinema Art-déco na cidade Patrimônio da Humanidade, desde 1983.

No mês de fevereiro de 2017, foi realizada uma entrevista com o estudante de Jornalismo, Victor Augusto, integrante e um dos porta-vozes do Movimento. Na ocasião, Victor Hugo disse que uma das motivações que o levou a participar da Ocupação foi o cenário político conturbado²⁶ do país e o interesse em realizar uma matéria sobre o Movimento de Ocupação. Mesmo não estando presente nos momentos iniciais da ocupação, Victor contou como aconteceu a Ocupação que se realizou a partir da exibição de um filme na frente do antigo cinema, pelo Movimento #CineOlinda que, em virtude dessa ação, transformou-se no movimento #OcupacineOlinda. Segundo ele, um expectador sugeriu que o filme fosse exibido dentro do cinema e, ao entrarem, se surpreenderam com a beleza e com o bom²⁷ estado físico do cinema, embora não contasse com cadeiras e nenhum equipamento de projeção.

²⁵ Germano assumiu a Prefeitura de Olinda em 1977, cargo que ocuparia duas vezes (1977-1982 e 1993-1996). Durante sua gestão Olinda foi escolhida como Patrimônio da Humanidade.

²⁶ Durante esse período o país passou por uma série de ocupações, principalmente em escolas e universidades públicas que estavam contestando a chamada PEC dos gastos públicos que congelou por duas décadas, os investimentos em saúde e educação, entre outros gastos públicos.

²⁷ Nos anos 2000, a municipalidade inicia um movimento apoiado pelo governo federal, para a reforma e abertura do antigo cinema. Em 2003, foram realizadas as reformas estruturais no edifício, em 2006 foram captados R\$ 1,2 milhões do BNDES através da Lei Rouanet pelo Ipad - Instituto de Planejamento e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico. Contudo, apenas cerca de R\$ 80 mil foram gastos no projeto, o restante foi bloqueado pelo BNDES que alegou irregularidade na prestação de contas referente a esse recurso inicial. Em 2008, iniciou-se a elaboração do atual projeto de reforma do Cine Olinda que captou recursos, através do Ministério da Cultura (IPHAN), em 2010. Em 2012, os recursos chegaram para o IPHAN que por sua vez exigiu da Prefeitura Municipal de Olinda um documento legal que comprovasse ser ela a proprietária do imóvel. A Prefeitura descobre que este documento se perdeu anos atrás em uma enchente causada pela chuva. Para resolver, precisaria conseguir um documento de emitido pelo então dono do imóvel, o Grupo Bompreço. Após obter o documento com o Conselho Empresarial do Walmart nos Estados Unidos, a Prefeitura recebe a informação de que o prazo de execução do plano de trabalho venceu, estando assim legalmente impedida de realizar a reforma. Um novo projeto foi elaborado e começou a ser executado em 2014 pelo IPHAN, que em maio de 2015 informou ter cerca de 50% dos serviços estabelecidos na planilha de obras concluídos. No entanto, suspendeu no em março de 2016 o contrato de R\$ 1,257 milhão com a empresa DSH, responsável pelas obras de finalização. Cerca de R\$ 593 mil, segundo o Iphan, já foram pagos à empresa antes da suspensão do contrato. O IPHAN tentou entregar as chaves de volta à Prefeitura,

Com o decorrer da ocupação, as instâncias de poder foram procuradas. Alguns participantes, que já tinham participado do #Ocupaestelita, sugeriram o pedido por uma Audiência Pública que, segundo eles, seria uma via mais aberta à sociedade civil. Durante o período de Ocupação, ocorreram duas reuniões com o Ministério Público. Uma das reuniões contou com a promotora de Meio Ambiente e Patrimônio de Olinda, Belize Câmara²⁸; as outras duas reuniões na Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) contaram com representantes do IPHAN, o diretor da seccional do órgão no município de Olinda, Fernando Augusto, da Prefeitura de Olinda, através da secretária de Cultura, Cláudia Rodrigues, da presidente da FUNDARPE Márcia Souto.

O Movimento possuía quatro pautas: abertura do cinema no prazo de um ano; o prosseguimento da Ocupação, a criação de uma Comissão de Fiscalização das Obras e a criação de um Comitê Gestor Popular voltado para a exibição de filmes produzidos local e regionalmente. Nenhuma dessas reivindicações foi atendida.

Segundo Victor, essas reuniões quase sempre deslegitimavam o movimento e eram voltadas para resolver o “problema da Ocupação” do edifício. Essas instâncias pareciam não aceitar iniciativas vindas da população, não estavam preparadas para uma democracia participativa. O resultado foi a busca pela rápida dissolução do Movimento, através de acusações, entre elas a de invasores, na tentativa de deslegitimar o movimento, ameaças de corte de luz e de reintegração. Entre as estratégias de dissolução da Ocupação a mais contundente foi o laudo do Corpo de Bombeiros que justificou o fechamento do cinema em função do risco de segurança que o local oferecia aos ocupantes.

que se negou a recebê-las. Nesse contexto, outras verbas importantes podem ser inviabilizadas, como uma emenda parlamentar previa R\$ 400 mil para equipar o cinema depois da reforma.

²⁸ Belize Câmara se destacou na promotoria de Meio Ambiente por ter movido uma ação judicial e obter, em primeira instância, a suspensão do andamento do projeto Nova Recife.

Figura 7: Cartaz do Movimento Ocupe Cine Olinda.



Fonte: Flores no Ar. Ver em: <http://portalfloresnoar.com/floresnoar/agenda-pe-5o-ocupecineolinda-nesta-sexta/>

A representante da SODECA, relembra que o Cine Olinda, durante a última reforma, foi concebido como um Cine Convenções, o que, segundo ela, não daria para colocar equipamentos muito caros, devido a maresia que destruiria tudo. O cinema foi reinaugurado durante a gestão de Luciana Santos, como Centro de Convenções, sem de fato ter sido aberto, devido à falta de equipamentos e poltronas. No final da gestão de Renildo, ele foi ocupado pelo #OcupecineOlinda. Ainda segundo ela, “a SODECA foi esteve presente no início da ocupação, porém, “percebemos que o grupo perdeu o controle dos ocupantes, gerando a depredação”. Por isso, a SODECA se afastou, embora a associação tenha apoiado a iniciativa, vista como positiva.”

h) **OBRAS NO CASARIO:** uma das atribuições mais constante e que ainda guarda importância dentro do Conselho, é, sem dúvida, as avaliações dos projetos de restauro e adaptação do casario da Cidade Alta. Atualmente, o Conselho avalia e dá parecer sobre o projeto, segundo a normativa da Lei nº 4849/92, que estabelece a premissa do Conselho sobre projetos não previstos pela referida lei: “As solicitações de modificações não especificadas neste artigo, ficarão a critério de análise da Fundação Centro de Preservação dos Sítios

Históricos de Olinda (FCPSHO), do Conselho de Preservação e Órgão Federal competente, para efeito de aprovação”. (Lei 4.849/92)

O conselho possui a atribuição de legislar tanto em relação a aspectos da paisagem no Sítio Histórico e na regulação urbana da cidade. Como podemos observar nos trechos da referida lei: “no Setor Residencial Rigoroso, será permitida apenas abertura nos telhados voltados para os fundos, desde que aprovada pelo Conselho de Preservação”; “os letreiros não previstos nesta Lei serão submetidos à análise especial pelo Conselho de Preservação”. Pode se notar que o Conselho tem um leque de atribuições amplo que vão desde o zoneamento até minúcias paisagísticas.

Em relação à Lei nº 4.119 de 1979, responsável pela criação do sistema de preservação e, por consequência, do Conselho, podemos observar uma evolução na Lei nº 4.849/92, sendo essa muito mais específica quanto as atribuições do Conselho. Após treze anos de implantação do Conselho já se tinha noção das falhas e lacunas nas competências do mesmo.

Caberá ao Conselho de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, **além das atribuições** enumeradas no art. 2º da Lei Municipal nº 4.119 de 28 de setembro de 1979, as seguintes atribuições:

I. promover sistematicamente o acompanhamento dos resultados provenientes da aplicação desta lei; II. Propor ao Executivo Municipal modificação na Legislação urbanística do Sítio Histórico, para atender as tendências da dinâmica urbana; III. Dar parecer sobre os casos omissos nesta lei; IV. Dar parecer nos seguintes casos acréscimos de áreas para sanitários e serviços no SRR e SCA do Conjunto Monumental, onde não se permite aumento da taxa de ocupação existente; b) projetos nos Setores Verdes 2 e 3 do Conjunto Monumental; c) abertura nos telhados de imóveis situados no SRA e SRR do Conjunto Monumental; d) parcelamento do Solo em ZEPC; e) oposição a mudanças de uso residencial para outros não residenciais, no Conjunto Monumental; f) instalação de atividades comerciais provisórias equipamentos de prestação de serviços em logradouros públicos em ZEPC. V. analisar casos especiais que apresentem justificativas ou melhores condições que as estabelecidas por esta lei. (OLINDA, 1992, s/p.)

O encerramento das atividades da Fundação Centro de Preservação do Sítio Histórico de Olinda tem sido um grande desfalque para o Conselho. E o atual isolamento do Conselho pela Prefeitura de Olinda tem gerado seu esvaziamento e enfraquecimento.

i) **O FUNDO DE PRESERVAÇÃO:** concebido no sistema de preservação dos sítios históricos de Olinda, em 1979, o fundo era a principal fonte de recursos do Conselho e da Fundação. Após ser considerado ilegal pela Constituição de 1988, o sistema enfraqueceu a

ponto de perder seu principal encargo, o executivo, na figura da Fundação. Segundo Zancheti (2007), “o Fundo operou entre 1980 e 1988, quando foi extinto devido à vigência da nova Constituição da República que considerou ilegal a vinculação do Fundo de Preservação Municipal para um uso específico” (ZANCHETI, 2007, p. 22). A Prefeitura de Olinda, ao longo dos anos, não conseguiu estabelecer uma regularidade e regulamentação para o Fundo. Segundo o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, no ano de 2006:

Foi constatada a inexistência de Fundo regulamentado para contribuir com a manutenção da sustentabilidade do Sistema de Preservação do Patrimônio Histórico. Entende-se por sustentabilidade a geração permanente de receita suficiente para garantir a conservação dos monumentos da Nucleação Histórica de Olinda. Apesar de instituído na Lei Municipal nº. 4.119 de 1979, que juntamente criou o Conselho de Preservação e a Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, o Fundo de Preservação dos Bens Culturais de Olinda nunca foi regulamentado. Identificou-se como causa à falta de regulamentação do fundo o fato dos Governos anteriores, bem como o atual do município de Olinda não terem elegido como uma das prioridades a regulamentação do fundo de preservação. (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2006, s/p.)

Segundo Pedrosa (2011), a partir de 1988, o Fundo de Preservação tornou inviável o financiamento e, em decorrência, em 1995, a Fundação do Conselho de Preservação do Sítio Histórico de Olinda foi extinta e substituída pela Secretaria do Patrimônio Cultural e de Turismo, hoje, SEPAC. Ainda segundo Pedrosa, atualmente, quem controla o uso e ocupação do solo no Centro Histórico de Olinda é a Secretaria de Transporte, Controle Urbano e Ambiental, órgão que não compõe o já desfalcado Conselho de Preservação.

Segundo Gilberto Sobral, Secretário de Cultura, em entrevista²⁹ ao G1-PE em 18/03/2018, o único meio próprio que a Prefeitura tem para investir em ações de preservação seria o Fundo de Preservação do Sítio Histórico de Olinda, atualmente é alimentado com o pagamento de pequenas taxas e multas por mau uso desses espaços. Contudo, esse valor é muito pequeno comparado à quantidade de ações que precisam ser realizadas. O secretário estima que sejam arrecadados em média cerca de R\$ 15 mil por mês. Em dezembro de 2017, havia uma quantia acumulada no valor de R\$ 380 mil, utilizada em algumas ações de restauração e manutenção. Para conseguir driblar as dificuldades financeiras, a Prefeitura de Olinda tenta

²⁹ Ver: OLIVEIRA, Thamires. Cidade patrimônio, Olinda enfrenta desafios para a preservação do sítio histórico. Para secretário, falta de recursos e de conscientização da população são principais barreiras para manutenção dos patrimônios históricos do município. In: **G1 Pernambuco**. Publicado em: 18 de março de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/cidade-patrimonio-olinda-enfrenta-dificuldades-para-a-preservacao-do-sitio-historico.ghtml>>. Acesso em: outubro de 2018

buscar meios de tornar essas obras mais baratas ou fazer com que o equipamento dê algum retorno financeiro ao município.

A reforma do Clube Atlântico, no bairro do Carmo, entregue no início de janeiro de 2018, é uma das ações realizada através do Fundo de Preservação e que se encaixa nesta característica. Foram investidos R\$ 50 mil na restauração. De acordo com o secretário, a intenção é que o valor da taxa cobrada para a realização de eventos no Clube, que antes ia para conta única da Prefeitura, seja repassado para o Fundo de Preservação: “assim, o equipamento vai se manter minimamente com esse dinheiro, sem precisar de novos investimentos tão cedo. Queremos fazer o mesmo com alguns teatros e com os cinemas, depois que forem reformados, como o Mercado Eufrásio Barbosa, que está em reformas; o Cine Olinda, no Carmo; o Cine Teatro Duarte Coelho, no Varadouro; e o Casarão Herman Lundgren, no Amparo”. (OLIVEIRA, 2018)

j) **ATUALIZAÇÃO DA LEI 4849/92:** Após mais de vinte e cinco anos em vigor, a legislação urbanística dos Sítios Históricos de Olinda, que instituiu as Zonas Especiais de Proteção Cultural e Paisagística e a Zonas de Entorno do Sítio Histórico, tem passado por críticas tanto de seus usuários, quanto dos técnicos responsáveis pela gestão da área. Para eles, esse zoneamento se encontra defasado, em relação aos novos usos e dinâmicas urbanas, como, por exemplo, a proibição de bares e faculdade. Para o representante do IPHAN, seria necessário retirar algumas áreas previstas na lei e adaptá-la aos novos usos. Em entrevista realizada no dia 15 de janeiro de 2018, o superintendente do IPHAN-Olinda, Carlos Augusto, e o técnico e arquiteto, Philippe Sidartha, relataram que o instituto está ciente da necessidade de uma revisão da normativa.

Para eles, a atual lei de gestão do Sítio Histórico de Olinda, rerratificação do polígono de tombamento do município de Olinda e seu entorno, nº 1155/79, em vigor desde 1985, está desatualizada com as atuais demandas da sociedade. Um dos problemas seria o setor D, área circundante à Colina Histórica, onde uma população com baixo poder aquisitivo convive com o ônus de viver em uma zona de entorno. Uma das exigências impostas nessa lei é o gabarito máximo de um pavimento, com altura máxima de 300m. Essa imposição tem sido uma constante reclamação dos moradores da área, e o instituto também encara como necessária a revisão da lei. Contudo, essa revisão precisa ser realizada juntamente com outras instâncias do poder público e a sociedade civil organizada.

A SEPAC, gradativamente, tem perdido suas atribuições e pessoal para outras secretarias, restando somente a incumbência de fomentar eventos. Como exemplo, a Secretaria

não conduziu o Plano de Gestão do Patrimônio, que ficou a cargo da Secretaria Executiva de Planejamento Urbano. A representante da SODECA afirmou que o Conselho tem pressionado a Prefeitura, no sentido de atualizar a Lei nº 4.849/92. Entretanto, ainda segundo ela, no ano de 2016, a Prefeitura decidiu que seria mais urgente a produção de um plano de gestão do Sítio Histórico da cidade: “Em 2016 ocorreu uma série de oficinas e seminários sobre o patrimônio da cidade, em vista da realização de um relatório que embasasse a futura revisão da Legislação municipal Urbanística dos Sítios Históricos de Olinda, n.º 4.849/92, porém, o relatório foi revertido em um Plano de Gestão do Sítio Histórico”.

Segundo Patrícia Pedrosa, Presidente do Conselho, foi um momento rico de construção de conhecimento, mas as informações não foram sistematizadas porque a ação de revisão da lei não estava prevista no orçamento municipal. Não havia equipe definida com a responsabilidade de conduzir os trabalhos. Então, até hoje, o instrumento normativo não foi revisado. Contudo, o plano de gestão foi concluído, mas sua implementação tem sido lenta, até porque não foi constituído um Núcleo Gestor do plano. O Conselho de Preservação participou das oficinas que ocorreram: “Considerando as competências, o Conselho tem cobrado. Mas, não é fácil ter uma gestão eficiente quando temos nos cargos de decisão pessoas sem formação técnica e consciência do direito coletivo à cidade justa, com qualidade urbana, à cultura, etc. Os problemas se agravam, no momento em que não tem havido renovação técnica porque não se faz concurso público para compor novos quadros”.

Em 2015, após denúncias e reclamações de moradores sobre o barulho emitido pelos bares instalados na região, o Ministério Público de Pernambuco – MPPE abriu uma ação contra a Prefeitura, pedindo o cumprimento e a renovação da Lei municipal nº 4849/1992, Lei de Uso de Ocupação do Solo dos Sítios Históricos, que proíbe a existência de bares na zona de proteção rigorosa, embora os bares fossem um fato na dinâmica e na paisagem da cidade. Um acordo foi firmado entre o Ministério Público de Pernambuco e Prefeitura, estabelecendo a necessidade de rever a lei, e a criação de uma lei provisória sobre o funcionamento das atividades de bar e restaurante, a Lei nº 5926/15, instrumento provisório normativo de disciplinamento do funcionamento de bares e restaurantes.

k) **MERCADO EUFRÁSIO BARBOSA E SUA FUTURA GESTÃO E HORTO D'EL REI:** Na Ata do conselho de número 368 foi sugerida à Prefeitura a produção de um plano de gestão para o Mercado Eufrásio Barbosa/ Varadouro. Ficou decidida uma reunião extraordinária, sem data marcada, para discutir a reabertura e gestão do mercado. A passarela de acesso do mercado para o Convento de São Bento foi tema de discórdia entre os participantes

da reunião, que divergiram sobre os impactos da passarela na paisagem de Olinda. “A licitação para construção da passarela foi lançada, mesmo sem aprovação do Conselho de Preservação”, conforme Nazaré Reis, FUNDARPE e SODECA. Fechado há quatro anos por risco de desabamento do teto, o Mercado Eufrásio Barbosa reabriu em junho de 2018.

Situado no Largo do Varadouro, o agora chamado Centro Cultural Mercado Eufrásio Barbosa abriga novos boxes de artesanato, lanchonetes, restaurantes, barracas de feira e teatro. As obras de requalificação do prédio, que já foi usado como a Casa da Alfândega de Pernambuco e uma fábrica de doces, tiveram orçamento de R\$ 20 milhões, oriundos de recursos do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), em convênio com o Banco Internacional do Desenvolvimento (BID). Em maio de 2018, foi assinado o Projeto de Lei nº 14/2018 que aprovou a administração compartilhada do Eufrásio entre a Prefeitura de Olinda e o Governo do Estado, através da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD Diper).

Em relação ao Horto d'ei rei, não foi encontrado detalhes sobre a gestão e propriedade do mesmo nas atas, embora tenha sido citado como objeto de preocupação pelo Conselho. Fundado em 1811 com o nome de Real Viveiro de Plantas, o horto era usado para pesquisar as plantas nativas, realizar a aclimação de espécies exóticas e distribuição de mudas. Em 1842, no entanto, as atividades foram encerradas com a venda do terreno, que se tornou o Sítio dos Manguinhos, propriedade particular. Já o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), por meio do da rerratificação 1155/79 do polígono de Tombamento do Sítio Histórico de Olinda, classifica o local como C – área verde de preservação rigorosa, subárea C3 – estando sujeita a projetos especiais de ocupação e uso com taxa de ocupação máxima de 5% e gabarito de 1 pavimento (h=3 m).

Situado na propriedade conhecida como "Sítio dos Manguinhos", entre o Alto da Sé e as terras do Convento da Conceição, no Bonsucesso, é um terreno privado que tem perdido área para a ocupação irregular, em decorrência da expansão do Bairro Amaro Branco. De acordo com Silva, Wells, Jeremy (2016) “quando o Horto foi estabelecido em 1811, sua área de 33 hectares possuía terras entre 4 e 56 m. de altitude. Já na década de 1970, o Horto tinha perdido 7 hectares de sua área original. Hoje, possui cerca de 13 hectares.

1) **NA VILA NAVAL E O COMPLEXO TURÍSTICO RECIFE-OLINDA** foi identificada a preocupação do Conselho acerca do impacto na paisagem do Sítio Histórico de Olinda, com as atuais e futuras construções na antiga Vila Naval, que faz parte da área de atuação do projeto do Complexo Turístico Recife-Olinda. O plano abrange toda a faixa de praia,

compreendendo Olinda, Tacaruna Recife e Brasília Teimosa, uma faixa litorânea atlântica, que se estende desde a Colina Histórica de Olinda até o Pina. O projeto possui como objetivo central promover uma série de intervenções e requalificações urbanas, na tentativa de transformar estes espaços num grande polo de atração e irradiação do turismo cultural para todo o Nordeste Brasileiro. A vila é vizinha às ruínas do forte do Buraco, tombado em 2005 e zona de entorno do perímetro tombado. Um dos conselheiros sugeriu que o istmo de Olinda seja categorizado como unidade de conservação, por ser área de restinga para tentar barrar o adensamento construtivo.

Sobre os conflitos no Sítio Histórico de Olinda, retratados nas Atas do CPSHO, podemos concluir que o pioneiro Sistema de Preservação do Sítio Histórico de Olinda não tem funcionado segundo suas atribuições. Seu Conselho de Preservação está sendo desmontado e desmobilizado pela Prefeitura, que tem ignorado sua existência. Desta maneira, tem perdido legitimidade perante a sociedade e seus participantes, deixando assim de estabelecer uma política ligada à gestão do patrimônio. O Conselho tem seu funcionamento condicionado pelas demandas ou de outros órgãos que precisam do aval do Conselho ou sob pressão da SODECA, que impõe uma agenda ligada às demandas imediatas do morador.

Nas reuniões mensais, frequentam com mais assiduidade técnicos do IPHAN, da FUNDARPE, SODECA, Secretaria do Patrimônio e da FUNDAPE/FIDEM. Em relação à participação da sociedade civil, a lei de 1979, responsável pela criação do Conselho, não previu a participação da sociedade civil, contando somente com a presença de um representante indicado pelo Prefeito e das instituições ligadas ao patrimônio e ao planejamento. Já a lei mais recente é paritária.

O Conselho também conta com a participação das Irmandades, que também não indicaram representantes e estão em disputa pela administração das igrejas com o Arcebispo, que quer o assento das irmandades, embora ele já possua o assento, da CURA. Mesmo que o Conselho tenha tombado o Terreiro de Pai Edú, no alto da Sé, só os representantes da religião católica possuem lugar no Conselho. Um dos motivos dessa proeminência é, sem dúvida, a quantidade de igrejas católicas presentes no Sítio e que deveriam estar integrados a política de patrimônio do Conselho.

Na regulamentação do Conselho, prevê-se uma Câmara de Gestão e de Políticas Patrimoniais, porém, não existem técnicos suficientes para compor essas Câmaras e, quando há, Conselho e Câmara não se entrosam sob uma normativa que unifique a posição dos mesmos, podendo ocorrer divergências entre diferentes técnicos da mesma instituição. Os técnicos que

compõem a Câmara deveriam estar voltados para a realização dos estudos de acompanhamento da cidade e propor as soluções que seriam as diretrizes do Conselho.

No que concerne os técnicos alocados na Secretaria de Patrimônio da Prefeitura, há uma enorme carência de quadros concursados, que perdem espaço para os funcionários comissionados, cuja permanência está condicionada ao governo no poder e a posições favoráveis ao projeto do governo vigente, tendo em geral uma duração empregatícia bastante limitada. Os funcionários públicos concursados acabam tendo como função guardar da memória institucional da Prefeitura como um todo:

Essa memória institucional da gestão pública está acabando, mas isso não é só aqui em Olinda, mas em toda região metropolitana onde tem legislação do patrimônio, inclusive no governo do Estado, na FUNDARPE, atualmente a FUNDARPE tem uns 5 ou 6 funcionários do patrimônio, incluindo a Nazaré, todos eles estão se aposentando e se aposentou acabou, não há uma renovação. Quem tem cargo comissionado não vai contra, não segue a lei, mudou Prefeito desmonta tudo. Por exemplo, tivemos a gestão de Jacilda Urquiza (1996-2000), mãe do atual diretor de cultura, que levou tudo as informações dos computadores. Esse é um quadro que acontece no Brasil como um todo. É o desmonte técnico concursados, que não vai perder seu emprego caso dê um parecer contrário aos interesses. A ética está diretamente condicionada a sobrevivência. (Representante do CPSHO em entrevista realizada em janeiro de 2018)

Outros elementos que dificultam a gestão do Sítio Histórico, apontados pelos técnicos do IPHAN, são o fato de a legislação do IPHAN ser, exclusivamente, voltada para os aspectos arquitetônicos do patrimônio e a desatualização da legislação que, por isso, não acompanha a chamada ampliação do patrimônio. Há um descompasso entre a ampliação do fenômeno patrimonial e o dia-a-dia do escritório técnico, que convive com a falta de técnicos. E, principalmente, com a falta de diversificação dos seus quadros de carreira, que não contempla outras profissões para além do clássico Arquiteto, dificultando, por exemplo, um olhar paisagístico voltado para a gestão da paisagem, ainda carente de procedimentos, normas e mão-de-obra qualificada para lidar com uma realidade complexa e diversa como a de Olinda.

Felipe Sidarta, técnico arquiteto do IPHAN, e Fernando Augusto, chefe do escritório técnico, listaram três exemplos de conflitos recorrentes, enfrentados pelo instituto: a falta de critérios na preservação da área verde de Olinda, como volumetria, espécies, tratamento, etc; a falta de conhecimentos a respeito das questões ligadas à preservação da paisagem; e o terceiro exemplo que, para ele, é um desafio, mas, também, um conflito enfrentado pela cidade, os grafites e pichações de Olinda.

Os representantes do Conselho da SODECA e do IPHAN, também, apontaram como um desafio para a gestão do Sítio, a ausência do controle urbano. Para eles, os fiscais foram deslocados para a Secretaria de Planejamento e, nesse processo de deslocamento, o Sítio Histórico deixou de ser fiscalizado. Carlos Augusto, também, apontou a falta de servidores no IPHAN, que opera com número reduzido de funcionários. Segundo o mesmo, atualmente a atuação do Instituto se limita a dar pareceres, fiscalizar denúncias de depredação e denunciar ao Ministério Público. As ações mais práticas têm sido realizadas em convênio com empresas privadas.

Em relação aos principais conflitos gerenciados mais diretamente pela Prefeitura, a gestão dos seus usos é uma questão recorrente. A regulamentação dos bares e restaurantes tem sido uma dificuldade, e sujeita a embates entre moradores, comerciantes, associação de moradores e Prefeitura.

Nos anos de 1990, estabelecimentos comerciais foram abertos na cidade, o que tem causado muitas reclamações dos moradores. Atualmente, há uma rigorosa legislação municipal que arbitra sobre o tema, mas que contraria esses comerciantes e uma parcela dos moradores.

Outro uso da cidade bastante impactante é o Carnaval, enquanto palco de uma das maiores festas do Brasil, gera aumento da receita municipal e estadual, mas, similarmente, o ônus de um forte impacto para o patrimônio edificado e para os moradores da cidade. Mesmo após a Lei nº 5306/2001, a chamada Lei do Carnaval, que instituiu normas e procedimentos a serem cumpridos por órgãos públicos, pessoas físicas e jurídicas, durante o período carnavalesco, ainda seria necessário um plano de gestão de grandes eventos. Outro desafio apontado pela representante da SODECA foi a falta de planejamento e a pobreza.

As áreas públicas foram quase todas invadidas, inclusive, o mangue, região V8, quando você entra na cidade, aquilo tudo era mangue, a entrada da cidade era belíssima. Hoje essa parte foi completamente ocupada, não existe mais mangue, as “frondosas árvores dos quintais de Olinda” estão sendo ocupados pelas gerações mais recentes, em função do empobrecimento a população. (Representante da SODECA, 2018)

Desta forma, ausência do controle urbano, ocupação dos quintais, pobreza urbana, pressão pela substituição da população para a implantação de bares e restaurantes, grafites, Carnaval, falta de fiscais e técnicos tem constituído o mapa de conflitos que possuem como agentes os moradores da Cidade Alta, do entorno, instâncias de poder, grafiteiros e os donos de estabelecimentos comerciais.

Olinda é um dos mais destacados modelos de Cidade Histórica patrimonializada no cenário brasileiro, tanto no que diz respeito ao seu estado de preservação, quanto na manutenção de seus usos. Diferentemente das cidades de Tiradentes, em Minas Gerais, e Paraty, no Rio de Janeiro, que sofreram de maneira mais intensa os efeitos da gentrificação em seus centros históricos, Olinda tem conseguido preservar certos usos tradicionais de seu casario e mantido seus moradores, que dão vida à cidade de arquitetura eclética.

Olinda possui certas peculiaridades que a tornam *sui generis*, uma legislação pioneira voltada para a preservação de seu Sítio Histórico, um histórico caráter associativo de seus moradores, atestado pelo Projeto Piloto e pela atuação da SODECA, a presença de artistas e ateliês de diversos setores culturais, cineastas, poetas e artistas plásticos. E a existência de grafites em seu Centro Histórico, que o difere de outros sítios elevados a Patrimônio Nacional da Humanidade. Desenhos que remetem à cultura do Estado de Pernambuco ou não ornamentam muros, casarios e becos da antiga capital do estado. Contudo, a presença desses grafites tem gerado conflitos e contestações em torno da preservação da paisagem e dos valores atribuídos ao Sítio pelo Estado brasileiro e pela UNESCO.

3.4. Políticas da Paisagem em Olinda

Essa paisagem de Olinda possuía como principal elemento de destaque sua dimensão estética, quase que ornamental, pitoresco que, por si só, deveria ser preservado. Em relação ao todo que compreende o restante da cidade, pode-se observar uma quase ausência desse tipo de preocupação preservacionista e estética. Assim, a legislação de Olinda priorizou a paisagem, enquanto um conjunto formado por elementos naturais e arquitetônicos, dentro de uma concepção da paisagem como panorama ou vista e ambiência.

Na época do tombamento da cidade, em 1968, já havia a preocupação com a conservação dessa paisagem, como apontou o relatório de Michel Parent e do conselheiro da FUNDARPE, Luiz Delgado, que elaborou “um plano de preservação de uma área entre Recife e Olinda, onde não deveriam ser consentidas construções de forma a permitir a visão desobstruída da paisagem e das velhas construções olindenses”. Corroborando essa visão, a UNESCO, inscreve Olinda dentro da categoria Centro Histórico.

Na atual legislação da cidade, essa perspectiva ainda é muito presente. Embora tenha havido propostas posteriormente, o Plano Diretor de Olinda, de 2004, a Lei Complementar nº 026/2004, ainda em vigor, foi o primeiro plano elaborado na cidade pós-Estatuto das Cidades e, por isso, é o único que seguiu suas diretrizes. Antes deste, houve o Plano Diretor Local

Integrado de Olinda de 1973, primeiro a realizar o zoneamento do Sítio Histórico e de futuras áreas de expansão, seguindo as recomendações do consultor da UNESCO, Michel Parent, e a busca por incrementar a renda e o desenvolvimento da cidade, através do turismo.

O plano municipal de 1997, Lei Complementar nº 02/97, embora já contemplasse alguns debates presentes no Estatuto das Cidades³⁰, foi rapidamente substituído pelo plano atual (Fernandes, 2008). O Plano Diretor de 2004 foi revisado, em 2008, para melhor se adequar aos instrumentos de política urbana subsequentes, principalmente a Lei de Usos e Ocupação do Solo e Parcelamento - LUOS. Para Fernandes (2008), o atual, de 2004, revisado em 2008, “foi elaborado como estratégia de desenvolvimento local, tomando como principais referências teórico-conceituais as noções de desenvolvimento sustentável e de conservação integrada.” (FERNANDES, 2008, p. 22).

Ao analisar o Plano Diretor de 2004, observa-se que existem poucas menções à paisagem, somente cinco vezes o termo é citado. Em todas elas, o termo ‘paisagem’ está associado ao termo ‘urbana’, qualificando-o, isto é, atribuindo à paisagem a característica urbana, e, em consequência, diminuindo a extensão do conceito que não se restringe à dinâmica urbana. Anteriores ao Plano diretor, a rerratificação da notificação nº 1155/1979, polígono de entorno de 1985, e a Lei nº 4847/92 contemplavam a proteção da visibilidade da paisagem que fosse diretamente ligada ao Sítio Histórico.

A lei de 1979 e a rerratificação de 1985 preveem duas áreas de preservação da paisagem, o setor H, formado pela faixa de morros, e o setor I, contemplando a “área plana que assegura a visibilidade da paisagem”. Essas áreas são, na prática o entorno do Sítio Histórico. A lei de 92 prevê penalidade sobre alterações no relevo que forma o quadro paisagístico, valorizado pelos títulos patrimoniais. A legislação reflete a preocupação com a ocupação dos morros e com a região plana da cidade que conecta Olinda à Recife, onde se evidenciam diversos conflitos imobiliários.

Segundo Pontual; Azevedo; Lira; Milfont & Cabral (2007), a partir da consolidação da lei Gondim, em 1985, que controlava e combatia usos incompatíveis à Zona Rigorosa do Projeto Piloto, que buscava a recuperação do casarios, tendo em vista a participação dos moradores e da sociedade civil, e da rerratificação da Notificação nº 1155, que definiu o zoneamento e a setorização do Sítio Histórico de Olinda, o estabelecimento de índices urbanísticos e critérios

³⁰ BRASIL Lei Federal nº. 10257/2001.

de intervenção arquitetônica no casario do Sítio Histórico de Olinda, surge a preocupação em estabelecer critérios para definir valores culturais para os sítios históricos.

A iniciativa foi do Conselho Municipal de Preservação ao elaborar a legislação urbanística para o Sítio histórico de Olinda. Essa legislação instituiu, definitivamente, os valores paisagísticos, ao criar as Zonas Especiais de Proteção Cultural e Paisagística, voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos moradores, preservação e valorização dos bens culturais, arquitetônicos e naturais.

A partir da legislação, podemos inferir que patrimônio e paisagem em Olinda são indissociáveis, uma vez que, desde a titulação a Patrimônio Nacional, em 1968, a cidade tem reivindicado e se constituído dentro de uma lógica de valoração fortemente ligada ao seu patrimônio. Por sua vez, uma ação realizada a partir dos valores simbólicos atribuídos a um bem, seja este bem material ou não, mas, também, estritamente ligada à organização do espaço e às manifestações físicas da paisagem (Ribeiro, 2007).

O patrimônio é um atributo importante na cidade, e torna-se evidente, uma vez que a paisagem acaba combinando-se diretamente a ele, gerando uma associação simbiótica entre paisagem e Centro Histórico na legislação. Portanto, compreende-se que o patrimônio captura a ideia de paisagem em Olinda, em que a política da paisagem é voltada para o patrimônio, que na cidade significa o Centro Histórico, principal responsável pela geração de renda.

O trabalho de Pontual, Azevedo; Lira; Milfont e Cabral (2007) demonstra bem a opção do Estado de valorizar a visada Olinda-Recife e, a partir dos mirantes do Alto da Sé, se observar a relação entre o mar, o mangue e o casario. Neste espírito, a escala grande é privilegiada, como vista ou panorama. Em consequência, a escala humana, dentro desta visão é negligenciada. Não se considera a paisagem em uma escala pequena, isto é, mais detalhada, onde o homem comum, o cotidiano possa aparecer. Esse fato tem a ver com a tradição arquitetônica e estética do patrimônio, que não consegue ver a paisagem e o patrimônio como animado, vivo e, portanto, habitado. Segundo Meneses (2017, p.35), “valor histórico e valor estético são dois critérios fundamentais da prática cotidiana do profissional de patrimônio”. Paradoxalmente, pouco se conhece das percepções do habitante urbano.

Analisando a trajetória de preservação da paisagem no município de Olinda, sob as categorias “paisagem política” e “paisagem vernacular” de Jackson (BESSE, 2014) podemos observar, através da literatura sobre a preservação do patrimônio cultural na cidade e das normativas ligadas ao tema, que a paisagem política foi privilegiada. Ainda hoje, podemos

inferir que essa visão de paisagem tem predominado. Neste sentido, o combate aos grafites, Operação “Grapixo”, e o medo dos mesmos interferirem na arquitetura oficial e consagrada, como podemos observar no parecer da SODECA, demonstra o combate pela manutenção desse tipo de paisagem.

(...) a paisagem teria sido desenhada e construída como uma relação imaginária com a natureza, uma relação graças à qual a aristocracia e a burguesia puderam representar-se elas mesmas e o seu papel na sociedade. Esta percepção da paisagem do mundo, com efeito, acompanhou o aparecimento e o desenvolvimento do capitalismo europeu, ou seja, a transformação do território simultaneamente em mercadoria e em espetáculo para contemplar visualmente do exterior. A paisagem, mais precisamente, teria servido ideologicamente para “naturalizar” a dimensão desigual das relações sociais, e para ocultar a realidade dos processos históricos e conflituosos. (BESSE. 2014. p. 11)

Os grafites e pichações têm alterado a “paisagem política” olindense que, por esta perspectiva, condiz com a categoria de “paisagem vernacular”, própria da escala pequena, da proximidade e do cotidiano. “Esse tipo de paisagem personifica a nossa existência (o nosso estar no mundo), ao mesmo tempo em que traduz o fato de que somos habitantes do mundo”. (BESSE, 2014. p.11).

Assim, o grafiteiro e pichador possuem a intenção de deixar sua marca, seu retrato no mundo. Esse desejo de se materializar não é apenas próprio de moradores de fora do Centro Histórico, que não estão representados na arquitetura política e veem os recursos da cidade migrarem para esse tipo de paisagem, mas, igualmente, de movimentos artísticos marginais ou não, que querem ver sua arte em um lugar de visibilidade internacional, como Olinda. A definição de “memória viva” de Gravari – Barbas e Veschambre (2004), anteriormente desenvolvida, também nos ajuda a compreender esse processo de apropriação do espaço urbano da “cidade monumento”.

O grafite é uma manifestação fluida, em movimento, em constante mutação. A rigor, não é perene. Ao contrário, os grafites são constantemente atualizados, apagados e refeitos. Assim, podemos afirmar que a “memória morta”, anteriormente descrita, cria paisagens políticas, enquanto a memória “viva” tende a gerar paisagens vernaculares.

Ainda sobre as categorias anteriormente citadas, o episódio relatado na seção anterior, sobre o pedido do grupo Acidum/empresa Nuvem de grafitar, temporariamente, a Caixa d’Água, e o antagonismo da SODECA, em pedir o tombamento de edifício em todos os níveis

de Estado, demonstram bem o embate entre os atores que produzem as paisagens políticas e os que produzem as paisagens vernaculares.

Um grafite que teria, aproximadamente, vinte e cinco metros de altura, dimensão da caixa d'água, o equivalente a um prédio de seis andares, subverteria a lógica acima retratada, extrapolando as fronteiras da escala pequena, da paisagem vernacular. Neste sentido, ultrapassando seus limites, manifestando-se na paisagem política da grande escala, que manifesta as visões do poder e, por isso, não sendo admitido, mesmo que temporariamente.

Paradoxalmente, intervenções artísticas e publicitárias têm sido admitidas nos últimos anos. O prédio da Caixa d'Água, eloquentemente defendido pela representante da SODECA nas Atas do Conselho e no pedido de tombamento da mesma, tendo em vista a proteção do “edifício projetado pelo arquiteto Luiz Nunes, em 1936, antes mesmo da elaboração do Ministério da Educação e Saúde, símbolo paradigmático da arquitetura moderna brasileira”, tem servido de meio publicitário. E como local de apresentações do personagem “Homem-Aranha” durante o Carnaval, como foi relatado no Jornal Diário de Pernambuco: “Gostava de brincar no bloco Sala da Justiça. Um ano, olhei para esse prédio e vi que poderia fazer algo diferente. Passei seis meses atrás de autorização, mas valeu a pena!”³¹.

Como foi relatado no jornal e podemos atestar nas imagens subsequentes, a Caixa d'Água já é objeto de interação e, aparentemente, não há contestação dos órgãos públicos, nem da SODECA.

Assim, podemos observar que essas instituições não são contra intervenções na edificação supracitada, e sim contrárias os grafites, encarados neste trabalho como memória viva, conseqüentemente, produtores de paisagens vernaculares. Paisagens que não estão previstas no sistema de leis, visto que falta um regulamento a esse respeito, nem no sistema de valoração dos técnicos e de alguns setores da sociedade civil organizada mais conservadores, como a SODECA, que estabelecem a paisagem política como única possibilidade válida no repertório de paisagens-patrimoniais.

³¹ Ver em “Uma nova era na construção das cidades com a arquitetura moderna”
http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2018/03/12/interna_vidaurbana,744679/uma-nova-era-na-construcao-das-cidades-com-a-arquitetura-moderna.shtml

Figura 8: Cartazes publicitários na caixa d'água de Olinda



Fonte: <http://www.tvreplay.com.br/jornalismo/olinda-pe-homem-aranha-faz-performance-em-caixa-dagua-da-compesa/> <https://servicos.compesa.com.br/homem-aranha-se-apresenta-no-domingo-11-de-carnaval-em-olinda/>
<http://vidadealuno2014.blogspot.com/2014/07/>

4. AS DISPUTAS EM TORNO DA PAISAGEM-PATRIMÔNIO EM OLINDA

Neste capítulo procurei refletir sobre o grafite, enquanto um objeto de conflito dentro do sistema de preservação do patrimônio de Olinda. Para isso, analisei as Atas dos últimos cinco anos, a partir de 2017, por estarem disponíveis na Secretaria de Patrimônio e Cultura de Olinda e por sua razoável sistematização. Nas Atas do Conselho de Preservação do Sítio Histórico de Olinda dos anos de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e nas conversas com técnicos ligados à gestão do Sítio Histórico de Olinda pude observar uma série de embates, entre eles, a presença dos grafites no Centro Histórico, fato que já havia me chamado atenção desde as primeiras visitas à cidade. Os grafites foram selecionados entre outros conflitos por serem responsáveis em instituir uma nova ordem, uma nova lógica urbana contemporânea paisagística da cidade de Olinda. Eles não são desenhos aleatórios na cidade, mas um elemento na produção de subjetividade, insurgência na paisagem e de sua conquista e desejo por um setor da população.

As questões relativas aos grafites geravam em torno de sua regulamentação ou proibição no SHO. Essa problemática surge pelo seu gradual aumento nessa área da cidade, pelos pedidos de autorização para a realização de grafites em alguns locais e pela resistência de alguns gestores, principalmente da única associação de moradores dentro do sítio histórico, a SODECA. O tema se mostrou bastante controverso, entre os participantes do Conselho, sem até hoje chegarem a uma conclusão. Entre alguns moradores, os grafites são vistos como uma estratégia para evitar as pichações. Essa tática foi relatada pelos grafiteiros Téo do grupo “mova se” e por Carbonnel, conhecidos grafiteiros da cidade, atestando certa adesão entre alguns moradores da cidade.

A presença dos grafites tem sido uma questão para as grandes cidades mundo a fora que ou decretam tolerância zero, ou proíbem, caso não haja o consentimento do dono do muro ou casa ou, ainda, resolvem regular sua presença, destinando áreas livres ou proibindo sua presença somente em lugares específicos - “nos viadutos e outras fachadas de imóveis públicos e/ou tombados” como o Decreto nº 38307 de 18/02/2014 da prefeitura do RJ.

Entretanto, quando as cidades são consideradas patrimônio histórico nacional e/ou da humanidade, como é o caso de Olinda, no qual toda a cidade ou todo seu centro histórico é tombado, há de se considerar um maior número de variáveis, entre eles o valor atribuído pelos órgãos competentes ao conjunto histórico, a conservação desse patrimônio e a recepção de moradores e visitantes. Podemos observar essa problemática nas Atas do Conselho de Preservação, na fala dos dirigentes da SODECA, na prisão de grafiteiros que atuam no sítio histórico e na ação de remoção periódica dos grafites pela prefeitura. No âmbito Federal, temos

a Lei de Crimes Ambientais, de 1998 que criminalizava tanto grafiteiros, quanto pichadores que foi alterada pela Lei 12.408 de 2011, descriminalizando grafiteiros, mediante a autorização do proprietário e dos órgãos competentes, no caso de bem público.

Não constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão competente e a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional. (BRASIL, Lei 12.408, 2011, s/p.).

Essa qualificação do grafite “como objeto de valorização” vem de todo um movimento de ampliação das artes plásticas e de seu mercado ao incorporá-lo enquanto expressão artística válida e rentável. Talvez o maior exemplo desse movimento seja o do grafiteiro inglês Banksy³², famoso por suas obras críticas à sociedade de consumo, ao poder político e econômico, a violência e corrupção policial. O grafiteiro, entretanto, possui uma postura provocadora em relação a esse mercado, prova disso, foi o episódio de autodestruição de uma de suas telas ao ser leiloadada em Londres no ano de 2018.

Banksy atesta bem essa essência contestatória do grafite que independentemente de seu conteúdo e de sua aceitação pelo público e /ou mercado, como no caso de grafiteiro supracitado, busca romper com a arte legítima e ressignificar os espaços públicos de acordo com o quadro de referência de seu realizador e de seu crew³³, grupo de grafiteiros que agem em conjunto.

A partir da análise das Atas do Conselho de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda procurei compreender os atores que resistem a esse tipo de intervenção na paisagem e os atores que são a favor da presença dos grafites dentro do sítio patrimônio da nacional e da humanidade. Assim, mapeei eventuais conflitos entres os seguintes atores: Estado e suas instâncias de poder, no qual podemos encontrar incongruências e sobreposições que podem ou não gerar desentendimento entre os entes federativos; os artistas do grafite que buscam utilizar o patrimônio como recurso de visibilidade e de expressão na paisagem, mas que não formam um todo homogêneo e harmônico e os moradores, através da SODECA, agentes fundamentais na

³² O artista prefere o anonimato e por isso não se tem informações sobre sua origem. Contudo, seus primeiros grafites foram vistos em Bristol, Inglaterra. Atualmente, o artista possui suas obras em várias localidades do mundo.

³³ “crew” grupo de artistas que se unem pra grafitar juntos podendo compartilhando um mesmo muro ou paredão e assumindo uma designação própria e coletiva, além das assinaturas “tag’s” individuais.

dinâmica da cidade, dentro em vista seu poder de mobilização adquirido durante seus mais de trinta anos de atuação na cidade alta de Olinda.

Por meio deste conflito de visões, torna-se evidente que a paisagem é constantemente disputada por diversos grupos sociais, cujas compreensões são bastante distintas. Esses empates podem ser observados no espaço político (Castro, 2018), como o do CPSHO. Para Castro

O espaço político é então um lugar mobilizado para o confronto, onde os homens agem coletivamente com uma intenção, o lugar da defesa de interesses, da negociação e da disputa de poder sobre os acordos em relação às normas necessárias ao convívio pacífico entre diferentes visões de mundo. (CASTRO, 2018. p. 13).

Logo, o CPSHO se constitui como um espaço privilegiado para analisarmos e conhecermos atores envolvidos em conflitos que envolvem a gestão do patrimônio da cidade. Além disso, foram levantadas reportagens, teses e artigos que tratem do tema e visitas a campo na qual pude analisar quantitativamente e qualitativamente os grafites presentes no Centro histórico.

Em relação às Atas do conselho, analisamos as menções aos grafites/arte urbana nos anos de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017. Infelizmente, algumas sequências não estão completas, principalmente a do ano de 2013, no qual apenas 4 estavam disponíveis na pasta “Atas do Conselho” do escritório da SEPAC. Contudo, 3 em quatro dessas Atas citava o tema dos grafites/pichações/arte urbana. Para se compreender como essa questão tem sido tratada, produzi um quadro, apresentado as datas, as descrições e os atores que se posicionaram e que tiveram suas falas transcritas em Ata.

Quadro 3: Temas Discutidos nas Reuniões do Conselho

ANO	DATA DA REUNIÃO	TEMAS
2013	18/12/2013	Temas debatidos: possível definição de parâmetros para a autorização de grafiteiros; solicitação de marcação na planta do SHO dos possíveis muros e áreas de grafiteagem; solicitação da presença da secretária de Cultura Clarice Andrade e do laboratório de restauro, proposta de emissão de autorização da grafiteagem está atrelada a regularização do imóvel e autorização do proprietário e do estabelecimento de período de exibição do grafite.
	22/12/2013	Temas debatidos: solicitação da grafiteagem de um mural na estrada do Bonsucesso e a realização de grafite no muro da Av. Liberdade, 258- Carmo, requerido por Antônio Marcos Nascimento de Lucena (caju). Foi discutida a questão da grafiteagem em áreas do SHO com a presença da Secretária de Cultura, Clarice Andrade a pedido do grafiteiro Caju.
2014	19/03/2014	Temas debatidos: Recebimento do grupo proponente de um grafite na caixa d'água de Olinda. "(...)recebemos o Grupo "Acidum" que apresentou sua proposta de intervenção da faixa da caixa d'água, trata-se de uma aplicação de mural artístico em homenagem ao artista Bajardo, intitulada: Brincantes. A intervenção seria provisória, no mínimo 6 meses e seria como incentivo a discussão do tema da grafiteagem/arte urbana, através da oficina temática.

	04/06/2014	Temas debatidos: foi solicitada a presença do grupo ACIDUM para apresentar sua proposta de grafiteagem e do artista plástico Raul Córdoba. O IPHAN ficou encarregado do levantamento da situação sítio histórico em relação as pichações e grafites.
	06/06/2014	<p>Temas debatidos: Discussão sobre o tema de Grafiteagem, com a apresentação de exemplos de intervenção realizadas ao redor do mundo.</p> <p>Segundo o presidente do CPSHO existe um levantamento dos pichadores realizados por um grupo que pretende transformar os pichadores em grafiteiros, até aquele momento eram 28, mas o sítio histórico seria pichado por 5 grupos. Claudia Rodrigues e Clarice Andrade, afirmam que a SEPAC tem recebidos pedidos formais de intervenções no sítio histórico de Olinda, e especificamente na caixa d'água, porém o órgão não está preparado para lidar com o assunto. Sidartha citou a PORTARIA Nº 420, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010 que dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e em suas respectivas áreas de entorno. A representante a SODEAC, Vera Milet, entregou a solicitação de tombamento individual da caixa d'água de Olinda. Os representantes da empresa "Nuvem" não compareceram a essa reunião. " Vera Milet disse que não via muita diferença entre grafiteagem e pichação, ela chega a achar mais agradável a pichação que intervém menos no monumento do que a grafiteagem, pois a grafiteagem, utiliza elementos muito fortes, para ela a pichação interfere menos na leitura da paisagística do sítio histórico e na identificação dos elementos de arquitetura. Já a grafiteagem pelo seu caráter pictórico assume maior presença na paisagem. Para ela, a pichação é também um depoimento de fragilidade das instituições. Já a grafiteagem pode ser considerada uma tentativa de arte urbana se sobrepor ao valor histórico paisagístico e arquitetônico do sítio histórico de</p>

		<p>Olinda, valor que é reconhecido pelo tombamento e pelo registro na UNESCO."; Milet citou o recebimento do Parecer 17/2014 da CLT que foi onde se iniciou a discussão, e que em seguida a SODECA em reunião decidiu solicitar ao CPSHO o tombamento isolado da Caixa D'água, onde a proposta é que ela seja tombada em três esferas, federal, estadual e municipal e justificou a solicitação por ela ser primeiro monumento de arquitetura moderna de PE, que preexiste ao Ministério da Educação e Cultura. "Milet [...] a primeira ideia era sustar o projeto da Caixa d'água, e conclui sua fala dizendo que a cidade está toda colorida, toda pichada, que não se tem mais como olhar a arquitetura, que para ela quando uma arte se transforma num incômodo ela deixa de ser arte, causando mal-estar." A visão dos especialistas que veem um valor " obvio em determinado bem, que nem sempre é compartilhada pelo morador e visitante. "Sidartha fez a ressalta, dizendo que quando se fala dinâmico principalmente no caso específico da atividade de gestão do patrimônio é no sentido da velocidade dos acontecimentos e das demandas, mesmo numa cidade com regras estabelecidas, como Olinda. Disse também que essas novas demandas são provocadas, por um lado, pelos artistas, por essas novas formas de artes, do mesmo jeito que são provocados pela academia no outro sentido, ambas tentando se encaixar na premissa da preservação". "Vera Miler disse que a caixa d'água nunca foi suporte para intervenções para essas ações e quando foi requalificada, valorizada, começou a ser mais desejada". " Milet disse ainda que iria encaminhar formalmente o pedido de tombamento individual da Caixa d'água e sugeriu a realização de um seminário sobre esse tema, ressaltando que hoje a grafiteagem é muito mais presente do que a arquitetura, que os elementos da arquitetura estão diluídos</p>
	01/06/2014	<p>Temas debatidos: o projeto de intervenção da Caixa d'água do Grupo ACIDUM pela representante Cláudia Aires da Empresa NUVEM PRODUÇÕES e análise da minuta do regimento interno da CPSHO. Como</p>

		<p>encaminhamento foi decidida a realização de uma nova reunião para continuar a debater e a realização de evento/seminário sobre o grafite em Olinda*.</p> <p>A reunião contou com a presença do representante de Claudio Aires da empresa “Nuvem”. Essa reunião marca o início da atuação de Fernando Augusto no IPHAN-Olinda. Na Reunião nº 326º (reunião anterior) houve o pedido de tombamento individual da Caixa d'água pela SODECA. Vera Milet, informou que encaminhou o pedido de tombamento individual da Caixa d'água a nível Federal e Estadual, respectivamente para o IPHAN e para a FUNDARPE. " A SODECA considera que a caixa d'água tem relevância nacional". Tendo sua execução anterior ao Ministério da Educação e Cultura, construídos em 1938 e tombado em 1942. Milet ressaltou que de toda a história do CPSHO, só surgiu a proposta de tombamento para alguns bens, quando o mesmo se encontrava em risco ou em processo de descaracterização". " Vera Milet pediu a palavra para dizer que seria interessante usar uma metodologia de análise de paisagem, por exemplo, quais são os valores de permanência da paisagem durante os anos que um exemplo disso é a imagem que temos quando olhamos do ponto da Ladeira da Misericórdia para Recife, e que isso é um dos critérios da UNESCO. Além disso, no caso da Caixa D'água, as intervenções interferem na paisagem, de forma focal, onde a pintura seria o foco e não a paisagem."</p> <p>Maurício Galvão (conselheiro da Secretaria de Turismo, afirmou que "a grande maioria das pessoas, tanto a população, como os turistas que visitam o Alto da Sé desconhecem o que é a Caixa D'água, muitas vezes achando uma coisa horrorosa, fora do contexto, e ainda indagam como o CPSHO deixou construir um edifício daquele tamanho na cidade. Disse também que foi através da construção do elevador, que tornou o edifício mais conhecido"; " Milet disse que essas intervenções fossem feitas me áreas degradadas, onde se precisa de fato". "Vera Milet pediu a palavra para dizer que no entendimento dela o que está sendo feito em</p>
--	--	---

		<p>Olinda é a descaracterização do patrimônio, que a arte urbana está se colocando de modo que não se consegue mais perceber Olinda como cidade patrimônio. Disse que existem muitas áreas disponíveis na cidade para a arte urbana, como por exemplo, toda aquela área do morro da conceição que sofre contenção de morro, que assim estaríamos de fato contribuindo para a requalificação da cidade. Ela disse também achar que a ação de arte urbana nessas localidades daria um reconhecimento mais positivo, tanto para o grupo como para a sociedade. Vera conclui sua fala dizendo que para ela a arte urbana está poluindo a cidade, que está chamando mais atenção que a própria cidade. Lucilo Varejão pediu a palavra para responder a Sergio Bezerra, com relação a colocação dele de que pichador não que ser grafiteiro, dizendo que possui todos os contados dos 26 grupos de pichadores de Olinda, e que está na busca de patrocinadores para transformar esses pichadores em grafiteiros. A reunião mostrou as diferentes visões sobre o tema grafiteagem e preservação. Fica claro o incomodo e a resistência em relação aos grafites no centro histórico, visto que anteriormente foi permitido campanhas publicitárias e iluminação azul. A posição incisiva da representante da SODECA destoa completamente a da presidência do Conselho. Nessa mesma reunião, foi proposta um evento para debater essa questão com outros atores sociais, principalmente os grafiteiros.</p>
2015		Não houve menções aos grafites nas Atas analisadas no ano de 2015.
2016		Não houve menções aos grafites nas Atas analisadas no ano de 2015.
2017	07/02/2017	Temas debatidos: A ineficácia das ações de repressão contra os grafites e pichações, apresentação de levantamento dos grafites pelo técnico do IPHAN e debate sobre sua proibição ou regulação no SHO.

		Dentre os participantes Alder Alves se posicionou contra a permissão de pintura artística nas fachadas do S. H., Gustavo bandeira e Vera Milet também. Philipe Sidartha propões ouvir os artistas de rua. Aparentemente não houve avanços dessa questão na reunião, sendo "empurrada" para a reunião de abril.
	01/06/2017	Temas debatidos: foi decidido que Sônia Calheiros apresentará uma contraproposta na reunião de junho/2017 sobre o tema "pintura artística “
	03/08/2017	Temas debatidos: entrega do Parecer e proposta da SODECA sobre a “arte urbana” em Olinda. Ainda não há um acordo no conselho, Vera Milet se posiciona contra, "a arte urbana interfere na leitura do conjunto arquitetônico e que o Sítio Histórico de Olinda já perdeu muito com a supressão dos quintais e aumento da densidade de ocupação no sítio." Essa também é a posição de Sônia Calheiro, embora aceita sugira alguns locais que poderia ser permitido. Philipe Sidartha do IPHAN é a favor " a pintura artística não interfere na leitura dos valores arquitetônicos do Sítio Histórico de Olinda. Ele ressaltou que os estudantes de arquitetura não se chocam com a pintura artística existente no Sítio. “Edmilson levantou a questão se os artistas de rua, grafiteiros , moram no Sítio.
	07/12/2017	Temas debatidos: Foi encaminhado ao representante do IPHAN que organize as justificativas para o disciplinamento da arte urbana no sítio histórico.

Fonte: Elaborada pela autora a partir das atas de reunião do Conselho do Patrimônio Histórico de Olinda.

Existem muitos ateliês e artistas na cidade e alguns deles solicitam o IPHAN, a SEPAC e o CPSHO para realizar seus trabalhos nos muros e espaços públicos da cidade. Desta forma, o grafite procura uma legitimidade, ao pedir permissão no CPSHO. Clarice Andrade, secretária da cultura, em 2013, relatou em Ata que o órgão estava sendo requisitada para dar a autorização para a realização desse tipo de intervenção, o representante do IPHAN Fernando Augusto também nos relatou a mesma demanda.

Como podemos observar na tabela, em 2013, o grafiteiro Caju requisitou o CPSHO para grafitar um mural na estrada do Bonsucesso e em um muro da Av. Liberdade, 258- Carmo. Em 2014, outro pedido causou muita polêmica, o do coletivo de artistas “Acidum” que pediu autorização para grafitar na caixa d’água da cidade, edifício projetado, em 1934, pelo arquiteto modernista Luiz Nunes, situado em um ponto de grande visibilidade na cidade. Mesmo com o parecer do IPHAN favoráveis à intervenção, não houve acordo entre os atores envolvidos, a SODECA, vista como mais conservadora, requereu o tombamento do bem, tendo em vista barrar a realização do grafite, intitulado Brincantes em homenagem ao artista olindense Bajardo. O pedido foi analisado e devolvido aos proponentes devido sua incompletude, a responsável por sua elaboração, Vera Milet, não deu continuidade ao pedido na medida em que, pelo menos provisoriamente, não se relatou outro pedido desse tipo de intervenção no edifício da caixa d’água.

Milet pontua que a SODECA foi a primeira entidade que encaminhou durante a gestão de Renildo Calheiro, prefeito eleito sucessivamente em 2008 e 2012, um processo de solicitação de regulamentação da grafiteagem no sítio histórico que a proíbe no centro histórico como um todo. “O grafite deve ser excluído de todos os muros e paredes das ruas cuja urbanização se deu nos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e início do século XX, a exemplo da rua do Amparo, documentos vivos que são da urbanização e da história urbana³⁴.” Sugerindo-a nas áreas de urbanização recente e extremamente descaracterizadas como Amaro Branco e Guadalupe.

A SODECA tem a posição que a grafiteagem no sítio histórico descaracteriza, impede uma leitura da paisagem, dos imóveis e seus estilos arquitetônicos, por que ela, segundo Milet, “se impõem sobre a arquitetura, no qual o objeto deixa de ser o arquitetônico e paisagístico e passa a ser o pictórico, mesmo sendo um dano momentâneo, ele compromete a leitura e interpretação da evolução da cidade.” Para a representante da Sociedade:

³⁴ Parecer SODECA- 20/07/2017.

Grafite poderia estar na periferia ou em um terreno baldia, mas não no sítio histórico. A rua do Amparo, em um momento, estava um grande painel, as casas estavam integradas pelos desenhos, então há a perda da função didática da percepção da arquitetura e de suas individualidades. Arquitetura é arte regulamentada por lei federal e o grafite quando entra, elimina a arquitetura, tornando-se foco do olhar. Neste sentido, uma arte não pode destruir a outra. Há um tempo atrás houve a intenção de um grupo de grafitar a caixa d'água, neste momento da SODECA encaminho um pedido de tombamento, para evitar a grafitação que até hoje não foi analisado. A Caixa d'água é um monumento da arte moderna em Olinda, é um prisma, transparente com luz e sombra lindo. O intuito é manter ele como documento da arquitetura moderna na forma como ele foi concebido. A função didática é muito importante, você só pode ensinar a história da arquitetura se você tiver os elementos que estejam íntegros e o grafite comprometeria a percepção e a leitura. Eu fiz um dossiê de tombamento, realizando um estudo histórico para reconhecer a caixa d'água como monumento da arquitetura moderna e evitar a grafitação, a fim de manter a integridade e autenticidade do sítio histórico. (Representante da SODECA, em entrevista realizada em janeiro de 2018).

Nesta visão os grafites maculam a arquitetura, própria de um discurso autorizado, vista enquanto obra de arte intocável, um legado que deveria ser transmitido em sua forma pura. Os grafites são encarados como verdadeiras rasuras que atrapalham a leitura da paisagem enquanto documento oficial, ou como discurso autorizado e, por isso, eles produzem um discurso não autorizado de cidade e de suas paisagens.

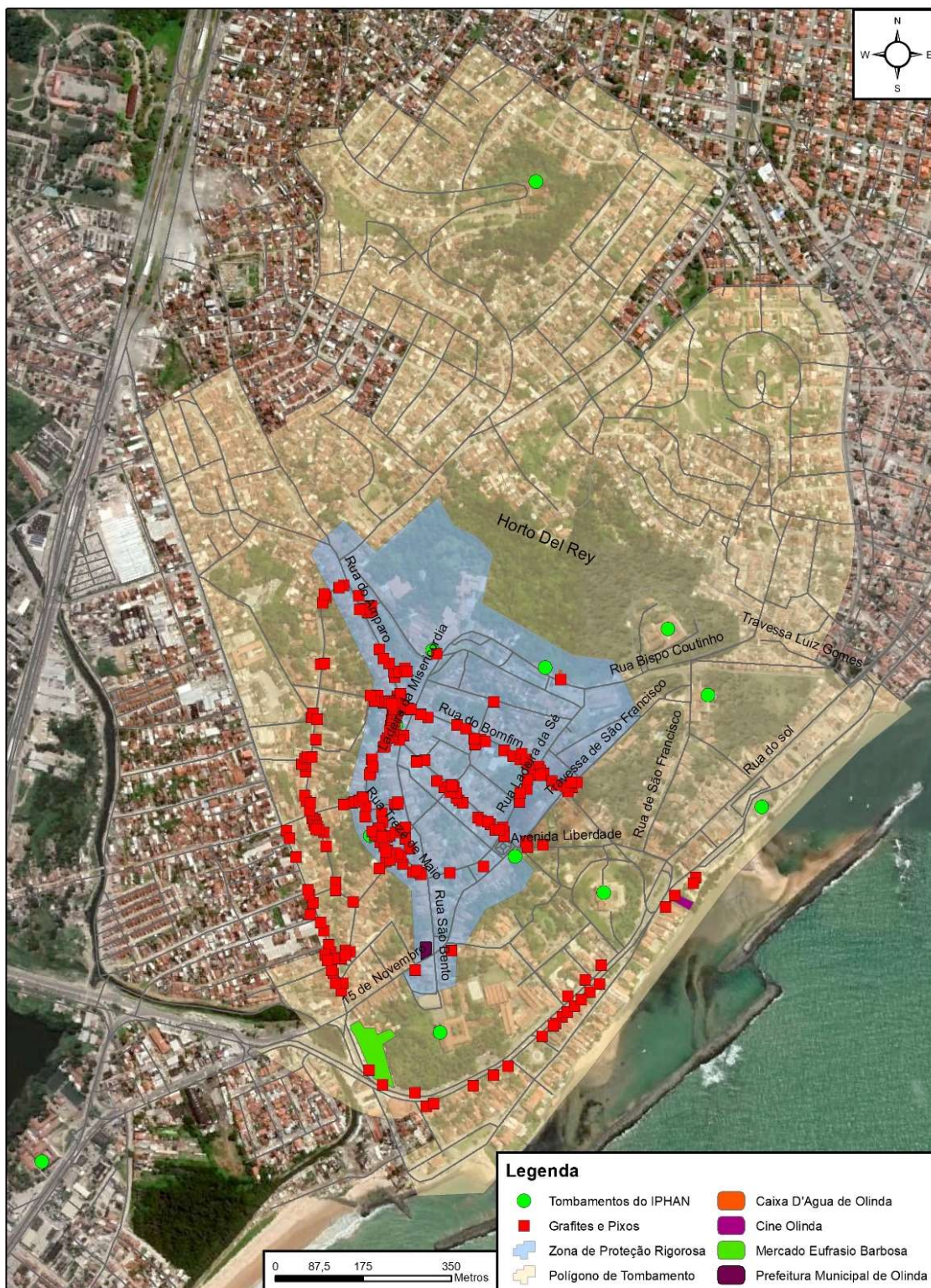
Uma das características dos grafites é a de que eles não se circunscrevem aos guetos. Eles exportam o gueto por todas as artérias da cidade, invadem a cidade branca (Baudrillard, 1996), assim, há uma forte contraposição entre a cidade idealizada por projetos e desejos das culturas dominantes e as culturais subdominantes. Visão oposta a do grafiteiro e lutier Valério Bazinga que considera que grafitar no sítio histórico de Olinda dá mais visibilidade ao trabalho e que seria mais transgressor que grafitar na periferia e do diretor e técnico do IPHAN que considera o grafite uma arte urbana que deve ser regulamentada.

A demanda relatada por Milet gerou uma série de indagações que até hoje ainda estão em aberto. Contudo, ainda não há um consenso sobre o tema. Dentro da prefeitura, Claudia Rodrigues, secretária executiva de Patrimônio em 2017, era favorável a grafitação e o superintendente do IPHAN- Olinda, Fernando Augusto, artista plástico também era a favor, chamando-a de arte urbana, desde que “seja regulamentada pelas instâncias responsáveis”. Entre 2014 e 2016, o instituto, na figura do técnico Philippe Sidartha, realizou um levantamento do número de grafites e pichações existentes no Sítio histórico, esse levantamento foi cedido

pelo técnico e produzimos um mapa na tentativa de compreendermos a distribuição dos grafites e sua relação os bens patrimoniais da cidade.

Podemos observar, através das Atas, as discordâncias entre os principais conselheiros e o poder da SODECA perante o conselho que conseguiu barrar o grafite na caixa d'água e a pretensa regulamentação aos grafiteiros no SHO. Isso se deve à superposição de conselheiros que fazem parte tanto da SODECA quanto de outros órgãos que possuem acento no CPSHO, como por exemplo: a arquiteta da FUDARPE, Nazaré Reis, Cláudia Nigro, representante da Associação dos empreendedores do sítio histórico de Olinda- AESHO e filha do autor o hino mais tradicional do carnaval de Olinda, além da própria Vera Milet que é representante da SODECA no conselho e professora aposentada da UFPE, integrante do Centro de Estudos Avançados de Conservação Integrada- CECI, responsável por projetos de restauração na cidade, como o do Mercado Eufrásio Barbosa, ex. diretora da Fundação de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, assessora do inventário dos imóveis do sítio histórico de Olinda, escritora e orientadora de artigos científicos sobre a cidade.

Mapa 4: Distribuição dos Grafites e Pichações no Sítio Histórico de Olinda (2014 e 2016).



Fonte: Elaborada pela autora, a partir dos dados do IPHAN.

Pérez Torres (2015), ao buscar compreender o lugar do grafite no centro da cidade contemporânea e compreendê-lo como uma possibilidade de leitura e de análise do urbano na cidade de Bogotá, propõem pensarmos sobre a importância do muro como elemento essencial

dos grafites, na medida que “simbolizam paralelamente a proibição e a vontade de quebrar regras. Se o muro é lugar de ordem e harmonia, também é lugar de confronto simbólico e recurso cobiçado” (PÉREZ TORRES, 2015, p. 54). Para a autora, ele (muro) possui um sentido estratégico tanto para as autoridades quanto para os grafiteiros. Pelo fato de ser acessível a todos, convertendo-se em um poderoso instrumento de comunicação, o que determina que seja cuidadoso mante controlado pelas instâncias de poder. (Pérez Torres, 2015).

Ao transpormos essas afirmativas para a realidade, e especificamente para Olinda, podemos compreender que o muro, no caso d’caixa, e sua parede lateral de mais de 20 metros com visibilidade privilegiada em múltiplos lugares da cidade. Por isso, frequentemente utilizado para propagandas da companhia pernambucana de saneamento, proprietária do edifício e de publicidades de divulgação do carnaval Recife-Olinda. Esse episódio da grafitação na caixa d’água atesta a afirmativa de Pérez Torres do muro como “objeto de desejo” entre a institucionalidade que tem a função de padronizar e controlar os espaços públicos, e os praticantes de grafites que procuram visibilidade através da apropriação clandestina dos lugares.

A presença dos grafites não é um consenso nem entre os gestores, nem entre as instâncias de poder, nem dentro do conselho de preservação, várias são as iniciativas de enfrentamento, que vão desde a dura coibição e marginalização, vide a operação “grapixo”, citada anteriormente, até iniciativas pontuais que busquem o diálogo entre as partes envolvidas. Dentre as propostas, o conselho de preservação promoveu debates com grafiteiros e membros da sociedade civil durante a mesa redonda “Patrimônio e Arte Urbana: Convivências e Desafios” na VII Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco, no dia 18 de agosto de 2014, que embora tenha sido positiva ao convidar artistas plásticos e grafiteiros para o encontro foi uma iniciativa isolada, como declarou o grafiteiro Carbonnel, convidado para integrar a mesa. Atualmente, a operação denominada “grapixo” tem reacendido a discussão registradas no conselho durante os anos de 2017, 2016, 2015 e 2014, sobre os grafites no sítio histórico de Olinda. Eles não cessam, ao contrário, se espalham e criam sua própria linguagem.

Após a análise das mais de cem Atas, podemos tirar a algumas conclusões: A paisagem e os valores patrimoniais, elencados pela UNESCO foram utilizados como artifício para barrar os grafites na cidade de Olinda. Corroborando a ideia de que as instâncias de proteção e fomento do patrimônio, mesmo após uma série de mudanças, continuam produzindo e corroborando discursos autorizados, voltados para naturalizar, paisagens políticas e o significado do patrimônio. Mesmo com todo o processo de abertura política, fortalecimento de movimentos

sociais e da incorporação de algumas demandas sociais à agenda política, pode-se observar um conselho de preservação bastante seletivo e pouco preocupado em dialogar e dar visibilidade aos atores mais vulneráveis da sociedade olindense. Assim a retórica da UNESCO e do IPHAN tem sido verdadeiras barreiras para a incorporação dos grupos mais vulneráveis na paisagem-patrimônio de Olinda.

Os discursos sobre os grafites são carregados de juízo de valor, principalmente quanto a seu valor estético, associado à sujeira, à depredação, ao abandono, descaso e fragilidade por parte do Estado. São quase uma antítese à preservação quase sempre associados a uma espécie de perturbação na paisagem, esse discurso nega qualquer valor histórico, artístico e cultural ao grafite. Contrariando toda uma onda de valorização dessas manifestações artísticas em galerias, como no caso já relatado do artista Banksy, no museu: Le Art 42-Museu of Urban Art em Paris, nas ruas do Soho em Nova Iorque ou ainda no recentíssimo museu do Grafite no Rio de Janeiro. Talvez as obras do muro de Berlin sejam as mais significativas da importância que os grafites têm tomado no mundo contemporâneo.

Outra questão levantada na Atas foi a indagação a respeito do local de moradia dos grafiteiros, que foram acusados de não habitarem o sítio histórico e por isso estariam deslegitimados a grafitearem-no. Esse fato demonstra o elitismo por parte do conselho que compreende que somente moradores devem interferir naquela paisagem, desconsiderando que a cidade é o local da co-presença e de que a paisagem de Olinda transborda a escala local e, por isso, objeto de desejo e interesse, inclusive daqueles historicamente relegados à margem e que agora busca se manifestar e se insurgir contra o discurso autorizado que por tanto tempos não os admitiu enquanto sujeitos produtores de cultura, história e arte.

Dos quatro grafiteiros entrevistados, selecionados por possuírem um número elevado de projetos e grafites na cidade, três habitavam Olinda, dois na Cidade Alta, Raoni e Valério, um em sua periferia e somente um morava em outra cidade, mais especificamente, na comunidade do Totó, em Recife.

A paisagem de Olinda não se limita ao seu casario eclético ou ao seu arvoredo, ela transborda esses elementos, a cidade que desde a década de 1960 é o reduto de artistas pernambucanos possui uma mística que coloca a cultura como ponto central em seu quadro paisagístico. Olinda não é uma cidade colonial como Tiradentes ou Parati, ela é uma cidade viva, animada pela forte presença de grupos, dos mais diversos setores da cultura que colore os casarões de pedra e cal. Assim, os grafites se inserem conflituosamente como um ingrediente na miscelânea de manifestações culturais que cobrem a cidade.

4.1. A Participação da Sociedade Civil Organizada: SODECA

Esta seção do trabalho foi baseada em entrevistas com integrantes da SODECA, em especial, Alexandre Melo, Vera Milet e Nathan Nigros, participação em reuniões e pesquisa documental e bibliográfica. Os trabalhos de Milet, Pontual e Barreto (2008) e Barreto (2008) também serviram como suporte na análise da Sociedade de Defesa da Cidade Alta e de sua respectiva participação na gestão dos conflitos que emergem nesse sítio. A SODECA é sem dúvida a principal entidade civil em defesa dos interesses dos moradores da cidade alta de Olinda.

Segundo Azevedo (2016), as associações de moradores ganharam força no período pós-Constituição de 1988 e simbolizaram um grande exemplo da necessária relação entre associações locais e as outras ramificações da institucionalidade política dentro do funcionamento da democracia representativa. Elas são a base de uma hierarquia política correlata a diferentes escalas políticas que possuem competências e limites particulares de atuação. As associações de moradores possuem uma delimitação clara, a dos moradores de um recorte espacial bastante reduzido, geralmente de um bairro, que buscam defender seus muitos interesses, sem nenhuma definição temática a priori. (AZEVEDO, 2016).

Elas são uma maneira dos moradores formarem um grupo de pressão na defesa de seus interesses territorialmente definidos que visam alterar e/ou influenciar a agenda política estatal. Assim, conclui-se que as associações de moradores são espaços de ação política ao se configurarem como espaços operacionais e institucionais de resolução de conflitos de interesse. Possuindo inclusive, sedes administrativas em sua área de atuação, estatuto, eleição, reuniões periódicas, coordenadores. Segundo Azevedo (2016) “as associações de moradores são recursos participativos importantes para a democracia representativa e podem, portanto, funcionar como verdadeiros espaços políticos. p. 232. ” As associações de moradores se fortaleceram no interior de um processo de redemocratização brasileiro, inserindo-se nos discursos de aprofundamento e amadurecimento da democracia e direito à cidade.

Desta maneira, a SODECA foi o resultado de uma conjuntura político-social extremamente propícia para sua formação, no qual a Associação de Moradores e Amigos de Olinda Antiga (AMOA), o Projeto Piloto de Olinda (PPO), a consolidação do sistema de preservação do sítio histórico de Olinda e o clima de abertura política contribuíram na geração de uma instituição forte que, logo em seus primeiros anos, combateu o intenso fluxo de veículos e a proliferação de casas noturnas no sítio histórico. Para Milet, Pontual e Barreto (2008) “essa

nova entidade surgiu, provavelmente, como resultado da fraca resposta municipal às demandas da população”.

Tento em vista que o Conselho de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda não previu o voto da sociedade civil em suas resoluções e pareceres. A mobilização da SODECA já em seu primeiro ano, contribui para a criação da Lei Municipal nº 4521/85, elaborada pelo vereador municipal Fernando Gondin, atendendo à reivindicação dessa associação. A Lei que ficou conhecida como Lei Gondin proibia a instalação e gestão de bares, casas noturnas e restaurantes no Sítio Histórico.

Quando foi fundada a SODECA, em 1984, ninguém conseguia dormir na cidade. Essa foi umas das motivações para criação da sociedade. Era tão afrontoso que a população fez um plebiscito pedindo o fechamento da cidade, em 1987. Após o plebiscito, houve um encaminhamento para o Ministério Público, no qual o juiz deu ganho de causa para a SODECA, gerando a lei de controle do sítio histórico que hoje não funciona, mas permanece como lei. No primeiro momento foi fechado o acesso para veículos até que existisse uma lei que regulamentasse o controle e acesso de veículos e os usos. Então, por exemplo: para um bar se instalar em um local que era moradia o estabelecimento precisa colocar uma placa/faixa durante um mês informando qual vai ser o uso, se nenhum morador se posicionar contra o estabelecimento poderia ser aberto. Porém, ninguém coloca essa faixa, tão pouco a prefeitura fiscaliza. Esse ponto foi uma reivindicação da população, passamos um ano discutindo com a fundação centro de preservação e discutimos todos os conteúdos. A lei tem uma restrição muito grande a bares. Neste sentido a SODECA foi continuamente se apropriando dos instrumentos políticos e ganhado força e respeito perante a Cidade Alta. (SODECA, EM ENTREVISTA REALIZADA EM MÊS DE 2017)

A conceituação de Castro (2018) sobre os espaços políticos limitados, nos ajuda a compreender os objetos e ações realizadas pela SODECA, que se configura como um espaço de debates e representação de interesses particulares na sociedade. A qualificação de limitado, ainda segundo a autora, remete mais à demarcação temática e decisória do que à escala dos seus efeitos. Ou seja, esses espaços podem ter resultados efetivos de suas ações em diferentes escalas, mas são restritos à agenda temática, como parte da sua atribuição. (Castro, 2018). Ao transpormos o conceito de espaço político limitado em Olinda, podemos observar que a SODECA tem desempenhado um papel de intermediária entre sociedade e Estado, no qual seus atos podem influenciar a agenda política do poder instituído.

Ainda segundo Milet, Pontual & Barreto (2008), após o tombamento do conjunto histórico de Olinda, em 1968, ocorreu simultaneamente um intenso processo de transformação

do planejamento urbano, integração regional e o aumento da densidade populacional que contribuíram para a emergência de novos atores voltados para a preservação de Olinda. Tais como atores oficiais, ligados às instâncias políticas e governamentais, mas também atores civis, como o movimento da Ribeira que em 1964 foi responsável pela primeira iniciativa de promoção de atividades artísticas e culturais na cidade alta.

Segundo Milet, Pontual & Barreto (2008), esse grupo era formado por artistas plásticos, arquitetos, historiadores e outros profissionais liberais que contribuíram para a divulgação dos valores históricos e paisagísticos da cidade, atraindo novos moradores, que se identificavam na atmosfera artística e com o estilo bucólico da vida em Olinda. Parte desse grupo protagonizou um movimento de defesa a preservação do mercado da Ribeira, captando, inclusive, recursos junto ao governo federal para a restauração e criação de uma galeria de artes no mercado.

Barreto (2008) relata a ação dos artistas vinculados ao movimento da Ribeira de inventar que o mercado havia sido um antigo comércio de escravos no passado, essa passagem na história de Olinda, chama atenção para o fato do uso do discurso patrimonial como um recurso político de obtenção de prestígio e verbas. A partir do momento que o mercado ganhou valor histórico ele entra em outro regime de valor, um regime capaz de obter visibilidade, de captar recursos e tornasse instrumento para alcançar outros fins.

Cabe ressaltar que o apoio da DPHAN na restauração do bem cultural, tendo em vista que não se tratava de um monumento tombado ou sob proteção especial, foi pleiteado pelos artistas por terem empreendido uma intervenção sobre o lugar: a de que fora, em um dado momento, um mercado de venda de escravos. (BARRETO, 2008, p.69)

Nesse espírito foi criada a AMOA que mesmo registrando um curto período de vida (1979- 1981) desempenhou um importante papel de representante dos moradores do Centro Histórico ao criticar as iniciativas estatuais que tinham em vista a valorização e a substituição da função de Olinda: de cidade-dormitório para centro turístico, seguindo uma tendência incentivada pela UNESCO de revitalização e captação de recursos, através do incremento do turismo. Segundo Neves (2003), o Plano de desenvolvimento integrado (PDI) em 1976 e o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR) em 1978, recomendando que Olinda assumisse o papel de centro de lazer da Região Metropolitana do Recife e polo turístico nacional e internacional em substituição à função de cidade dormitório.

Essas diretrizes impulsionaram o incremento de atividades ligadas ao entretenimento e turismo, como bares, restaurantes, casas noturnas, festas e um conseqüente impacto negativo

na vida dos moradores que tiveram que conviver com o aumento na circulação de pessoas e veículos ao longo de todo o dia. Essa mudança de usos gerou um movimento de descontentamento dos moradores, liderado pela AMOA, que reivindicava a preservação da natureza residencial na cidade. Contudo essa associação, por ser liderada majoritariamente por novos moradores, não obteve a legitimidade dos moradores tradicionais e por isso não obteve a força necessária para prosseguir em seus esforços.

Diferentemente da AMOA, a SODECA conseguiu atrair em sua composição um número mais expressivo de moradores antigos que com os moradores novos estavam presenciando a rápida alteração na dinâmica urbana da cidade, tendo em vista o aumento do fluxo de veículos, o agravamento dos níveis de violência, o aumento recorde no número de turistas, principalmente no carnaval, gerando impactos tanto em equipamentos públicos e edifícios particulares, como perturbando a tranquilidade e a dinâmica de vida dessa população.

A SODECA possui um histórico de luta pela preservação do sítio histórico de Olinda. Seus integrantes veem a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural como um dos aspectos principais na manutenção da qualidade de vida na cidade. Isto explica sua presença, nas discussões e atividades para a revisão da legislação urbanística municipal de 1992, Lei 4849/92, nas discussões relativas ao plano diretor de 2004 e no recente Plano de Gestão do Sítio Histórico de Olinda de 2016.

Atualmente, a sociedade possui assento nos Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio, no Conselho de Desenvolvimento Urbano de Olinda, no Conselho de Cultura de Olinda e no Conselho de Patrimônio de Olinda. Ela também participa regularmente dos Encontros Brasileiros das Cidades Históricas Turísticas e Patrimônio Mundial, embora ela não seja o único canal da população na cidade alta, existe ainda o coletivo “eu morador de Olinda”, criado em 2016, a partir de uma mobilização contra a insegurança no Centro Histórico de Olinda e da criação de uma página no facebook que conta com 2.328 inscritos. Contudo o coletivo tem se caracterizado mais como uma rede de denúncia e de mobilização entre moradores e frequentadores do que um espaço político, visto que não há uma preocupação direta em intervir e participar dos canais de diálogo com o poder público.

Os espaços políticos estão associados a arenas políticas e à governança, cuja função é abrir canais de comunicação com o poder político institucionalizado com objetivo de ampliar o atendimento às demandas sociais por voz e inclusão. (CASTRO, 2018.p.52)

A SODECA tem se mostrado uma organização extremamente coesa, segundo Vera Milet, “Nunca houve um racha, uma briga significativa dentro da SOCEDA. Uma das maiores

brigas foi em relação a seresta, no qual um grupo queria que assinássemos a carteira de trabalho dos músicos, contudo não tínhamos como assumir esse compromisso”. Entre os integrantes da SODECA estão; Nazaré Reis, arquiteta e urbanista da FUNDARPE e representante da FUNDARPE no Conselho de patrimônio de Olinda, a também arquiteta e urbanista Vera Milet, antiga presidente da Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, representante da associação no Conselho de patrimônio e professora aposentada da Universidade Federal de Pernambuco, Sergio Bezerra, produtor Cultural e o arquiteto Nathan Nigro, neto do compositor Claudio Nigro, fundador do Bloco carnavalesco Elefante e autor do hino do Elefante, principal canção do carnaval de Olinda- Recife.

Segundo Alexandre Melo, associado desse 2013 e atual coordenador de planejamento pelo segundo mandato, a SODECA esteve intensamente envolvida com a realização do Plano diretor, da lei de Uso e ocupação de solo, do plano de educação patrimonial. Contudo, o governo atual não tem dialogado com a SODECA, mesmo com uma série de obras de melhorias que estão ocorrendo na cidade como a reforma do Clube Atlântico, a pintura de bicas e a implantação do projeto da zeladoria. Atualmente, a associação não tem conseguido se aproximar da atual gestão que não tem se mostrado disposta a debater os problemas e soluções da cidade. Entre os planos da sociedade estão o de criar uma agenda cultural para além do carnaval, dar apoio à exibição de festival e a realização de serenatas.

Assisti à reunião que ocorreu no antigo sobrado localizado no coração da cidade, ao lado dos quatro cantos, epicentro do carnaval olindense, cedido pela Sociedade Beneficente dos Artistas e Operários de Olinda. Estavam presentes 16 pessoas, a faixa etária predominante era entre 50 e 80 anos, apenas um integrante possuía idade inferior. A pauta daquele dia era: “(1) alinhamento interno sobre a reunião no ministério público sobre o carnaval, (2) assembleia sobre o projeto da serenata e (3) apresentação da proposta de trabalho do projeto de zeladoria da prefeitura” (ATA DE REUNIÃO SODECA, de janeiro de 2018). Contudo apenas, os temas (1) e (2) foram debatidos em função do não comparecimento do funcionário da prefeitura. A discussão sobre a Serenata durou aproximadamente uma hora e foi decidido que a SODECA daria o apoio formal ao evento e eventualmente poderia ajudar a captar recursos.

Após o intervalo para um bloco de maracatu passar, iniciou-se a segunda pauta do dia, sobre a audiência no ministério público de Pernambuco que ocorreria no dia seguinte a respeito do carnaval. Uma das preocupações do grupo era o de chamar o maior número de moradores possível para fazer pressão e disputar com a prefeitura as resoluções e o controle do carnaval a

favor do morador da cidade. Uma das estratégias utilizadas pela associação tem sido recorrer ao Ministério Público Federal.

Em 2008, foi realizado um Termo de ajustamento de conduta- TAC, um acordo entre Ministério Público e a prefeitura de Olinda. Este instrumento tem a finalidade de impedir a continuidade da situação de ilegalidade, reparar o dano ao direito coletivo e evitar a ação judicial, caso o município não cumpra as recomendações ajustadas serão cobradas multas por imóvel desprotegido. Contudo, segunda a SODECA, a prefeitura tem descumprido várias resoluções que constam no TAC, como por exemplo, o número de autorizações dadas aos ambulantes que teria ultrapassada a cota anteriormente estabelecida no termo.

Outros descumprimentos apontados pelo grupo e a falta de fiscalização das irregularidades ocorridas durante os dias de carnaval que acabam favorecendo a ação de ambulantes nas calçadas, e, conseqüentemente na porta dos moradores, os camarotes, a sujeira, a barulho e a destruição de equipamentos urbanos.

A associação também reclama para si o planejamento do carnaval, reivindicando a partilha da organização do evento que no momento é centralizada pela prefeitura. As exigências da SODECA são; mais campanhas institucionais para a preservação do patrimônio durante o carnaval e principalmente uma maior publicização do plano de carnaval, documento responsável em promover o carnaval, orientar foliões e moradores a respeito da organização do evento, com informações sobre rotas de fuga, locais onde os blocos passam, ruas estabelecidas como passarelas naturais, etc.

Outro exemplo emblemático do ativismo da SODECA na gestão do sítio tem sido a forte participação e interesse no processo de reforma e reabertura do Mercado Eufrásio Barbosa. A associação discorda da criação de um Centro de Artesanato, com área de exposição, escola de artesanato, teatro, restaurante, e pequenos serviços, eliminando o uso mercado público e da construção de uma passarela de ligação entre pátio do Mosteiro de São Bento que serviria como estacionamento e o Mercado em questão. Alegando que não houve estudos técnicos e audiência população, condição necessária preconizada nos procedimentos para a concessão de recursos do PRODETUR.

Assim a associação elaborou: 1) Manifesto para a Revitalização do Mercado Eufrásio Barbosa; 2) abaixo assinado para o governador Eduardo Campos propondo a Revitalização do Mercado Eufrásio Barbosa, como Mercado Público e Centro de Atividades Culturais; 3) organizou o “Ocupe o Eufrásio”, movimento com intensa participação dos grupos culturais e

que consultou a população sobre os usos e modelo de gestão desejados para o Mercado. Essas ações demonstram a legitimidade da associação perante a população de Olinda e seu intuito de influenciar na agenda política reservada a cidade.

Segundo os integrantes da SODECA o atual prefeito e seu staff não estão dispostos a discutir as ações levadas a cabo pela prefeitura, um exemplo disso é a projeto de zeladoria, que não prevê a participação da sociedade civil em suas decisões. Segundo Alexandre, a SODECA ainda não sabe exatamente o que é e como funcionaria o projeto, embora soubesse que estava havendo uma série de ações ligadas a zeladoria, entre elas a pintura compartilhada entre morador e prefeitura, programa divulgado como o nome de “pintando o patrimônio”, o primeiro entraria com a tinta e a segundo com a mão de obra, oficinas de pintura em cal, que segundo especialistas seria a mais apropriadas para o casario e equipamentos da cidade.

Durante o ano de 2017 e já no início de 2018 o estúdio Sarasá, empresa de conservação e restauração do patrimônio histórico estavam disponibilizando oficinas de argamassa e pintura a cal em associação com Secretaria de Patrimônio e Cultura -SEPAC. Outros problemas recorrentes enfrentados pela associação são os usos das fachadas históricas para a divulgação de campanhas publicitárias e falta de controle da entrada de carros no sítio histórico;

Um dado importante já consubstanciado por Barreto (2009) e Gusmão (2011) é o perfil dos moradores da cidade alta que em sua maioria se instalaram na cidade, a partir da década de 1970, atraídos pela fama da cidade, reconhecida como reduto artístico com ares interioranos, pelas paisagens e pelos preços atrativos, naquela época, e que hoje se valorizaram consideravelmente, principalmente para os alugues no período do carnaval.

Desta maneira, a classe média-alta até hoje habita os antigos casarões da Cidade alta de Olinda. Segundo Gusmão (2011) ”a grande maioria ocupou e ainda ocupa posição de destaque no mundo acadêmico, social e político, conferindo-lhes a condição de formadores de opinião, e produtores de conhecimento, inclusive no campo do patrimônio cultural e do meio ambiente”. (GUSMÃO, 2011, p. 79). Assim, fica mais fácil entender a papel da SODECA e de seus atores e mesmo em pequeno número, sem uma sede fixa e com restrições orçamentárias possui tanta força política.

Colocando as palavras: “SODECA Olinda” no “google notícia” irá mostrar 36 resultados, todos relacionados à ação da associação na cidade alta de Olinda. Somente no ano de 2017, oito reportagens fizeram menção à Associação. Os temas tratados vão desde o pedido de registro do carnaval de Olinda como patrimônio imaterial do Brasil, solicitado pelo conselho

com anuência da SODECA, carnaval natalino apoiado pela associação, audiência públicas, restauro de Igreja do Bonfim, conselho de preservação, entre outros temas. Isso demonstra o papel dela na gestão da cidade e sua força como agente de representação política.

A reportagem vinculada pela Folha-PE, em 28 de abril de 2017³⁵, ajuda a compreender o protagonismo dessa sociedade que desempenha diferentes papéis na gestão do sítio. Na primeira menção, a SODECA aparece como uma das fiscalizadoras da restauração título da reportagem e dos repasses oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas do Governo Federal. Na segunda, ela aparece como ator de pressão e denunciante, ao relatar a ida ao encontro das cidades patrimônio mundial e que era o único município a não ter executado nenhum projeto até aquele momento. Na terceira e, última menção, traz o papel executivo da associação, ao citar o pedido de tombamento do carnaval de Olinda como patrimônio vivo.

A SODECA é uma reconhecida organização civil, voltada para um recorte espacial com um valor patrimonial intrínseco, que rapidamente conquistou um espaço, como interlocutora das demandas sociais pela qualidade de vida no sítio histórico e pela preservação dos valores patrimoniais materiais tradicionalmente vinculados a cidade. Contudo, podemos observar que esses valores não são unânimes entre o todo que forma o sítio histórico e seu entorno imediato. Barreto (2008) relatou uma oposição à SODECA durante a tentativa de proibição da circulação de carros no Sítio histórico, nem todos os moradores estavam de acordo com a total proibição, proposta pela associação.

A SODECA através de seu capital político, sua organização, capaz, por exemplo, de acionar o ministério público e de ter percebido, desde sua formação, que o patrimônio seria uma arma política para a conquista de uma pretensa qualidade de vida tem incutido seus valores sobre a paisagem da cidade e por isso ajudando a implementar uma política da paisagem. Em entrevista, o grafiteiro Raoni, faz uma dura crítica a mesma. Para ele, esta tem sido conduzida como uma espécie de condomínio fechado, regulado por valores e interesses próprios.

³⁵ MONTENEGRO, Júlia. Caminhão-pipa desgovernado desce Ladeira da Misericórdia, em Olinda, e bate em casa. Acidente aconteceu na manhã desta terça de Carnaval. Apesar do susto, não houve feridos. In: **Folha PE**. Publicado em: 28 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/carnaval/2017/02/28/NWS,19424,70,557,NOTICIAS,2190-CAMINHAO-PIPA-DESGOVERNADO-DESCE-LADEIRA-MISERICORDIA-OLINDA-BATE-CASA.aspx>>. Acesso em: março de 2018.

Neste sentido, o caso dos grafites no Sítio Histórico demonstra bem o embate entre SODECA, historicamente composta desde de seu surgimento, por uma elite intelectual que conserva uma visão de patrimônio mais conservadora e engessada e os grafiteiros, jovens de classes sociais variadas que gostariam de deixar suas marcas, mesmo que temporariamente no patrimônio consagrado. Esse embate se acentua pelo fato da sociedade em questão não tenha tido uma renovação, seus integrantes são poucos e com idade avançada.

Contudo, ela ainda se configura como o único agente civil de defesa do patrimônio na cidade do Olinda. Provavelmente, a SODECA é o melhor exemplo de sociedade de defesa do patrimônio no Brasil que mesmo tendo um programa mais abrangente destinado à qualidade de vida no Sítio Histórico tem sido uma instituição representativa na defesa da conservação dos bens físico e nos aspectos culturais mais tradicionais da cidade.

4.2. Grafites: Elementos de contestação na paisagem standard

Figura 9: Grafite de Banksy.



Fonte: Banksy³⁶

Os grafites não se preocupam com a arquitetura, eles a profanam, eles a esquecem, eles a transpassam. O artista mural respeita o muro como respeitaria o quadro postado em seu cavalete. O grafite corre de uma casa a outra, de um muro a outro, do muro para a janela, ou para a porta, ou para o metrô, ou à calçada, ele se enclava, se espraia, se superpõe (a

³⁶ Ver em: <https://www.imdb.com/title/tt3995006/mediaviewer/rm4039505920>. Acesso em: outubro de 2017.

superposição equivale à abolição do suporte como plano, assim como o desdobramento equivale à sua abolição como quadro) – seu grafismo é como a perversão polimorfa das crianças, que ignoram o limite dos sexos e a delimitação das zonas erógenas. Jean Baudrillard, 1979.

Os grafites são manifestações políticas e culturais de uma população “esquecida” ou “invisível”, relegada e até impedida de deixar suas marcas nos espaços de maior visibilidade. Reconhecidamente, os grafiteiros e pichadores são produtos da exclusão social, jovens que decidem protestar e, sobretudo, se manifestar em muros das cidades, dando seu recado ou simplesmente deixando suas marcas, ou assinaturas e, assim, subvertendo a tradicional lógica hegemônica do patrimônio de pedra e cal que atesta a história dos grupos privilegiados, com seus casarões, fazendas, edifícios religiosos e edifícios de controle social e urbano, como antigas casas de câmara e cadeia.

Para Baudrillard (1979), durante a década de 1979, inicia-se uma “onda de grafites” na cidade de Nova York que atualmente perdeu sua “violência extraordinária”, sem, contudo, perder seu caráter efêmero, experimentando uma exponencial evolução em técnicas, temas, materiais e estilos. “Os grafites se tornaram muito mais elaborados, apresentando barroquismos inacreditáveis, com ramificações de estilo e de “escola” ligados aos diferentes bandos que operavam” (p. 315). A ignição desse movimento foram as revoltas urbanas de 66/70 gerando intervenções “selvagens” na cidade. Em resposta ao processo de neutralização e homogeneização dos espaços urbanos que procuram atender a uma lógica racional, segregadora e centralizada. Para o autor supracitado, a cidade deixa de ser um espaço fabril e passa a ser um espaço do código. A cidade deixa de exercer uma função definida, por uma atividade economia diretamente ligada à indústria e comércio, como as cidades industriais e portuárias, e passa a ser o *locus* de difusão de signos. Assim, nas palavras de Baudrillard “a metalurgia se torna semiurgia.” (BAUDRILLARD, 1979, p 316).

A cidade não é mais o polígono político-industrial que era no séc. XIX, ela é o polígono dos signos, da mídia, do código. A sua verdade absolutamente não é mais a de ser um lugar geográfico, como é o caso da fábrica ou mesmo do gueto tradicional. A sua verdade, o enclausuramento na forma/signo está em toda parte. (Baudrillard, 1979, p. 317)

Mesmo perdendo sua função industrial, a cidade está comprometida com um poder centralizador das grandes organizações financeiras e imobiliárias e lideranças político-econômicas que exercem uma soberania sobre os signos presentes na sociedade, uma

semioocracia. Em resposta, os grafites divergem dos signos impostos pelo poder central e dão visibilidade aos atores excluídos da narrativa presente nesses signos e significados.

A revolta radical, nestas condições, está inicialmente em dizer: “Eu existo, eu sou tal, eu habito esta ou aquela rua, eu vivo aqui e agora”. Mas isso ainda seria apenas a revolta da identidade: combater o anonimato reivindicando um nome e uma realidade próprios. Os grafites vão mais longe: ao anonimato eles não opõem nomes, mas sim pseudônimos. Eles não buscam sair da combinatória para tentar reconquistar uma identidade de todo modo impossível, mas para voltar a indeterminação contra o sistema – transformar a indeterminação em extermínio. Retorsão, reversão do código segundo a sua própria lógica, no seu próprio terreno, e vitoriosa em relação a ele por superá-lo no irreferencial. (Baudrillard, 1979, p. 318)

Diferentemente dos grafites com forte carga política da década de 1960, produzidos em maio de 1968 na França, no Brasil durante o período militar, os grafites na atualidade não possuem uma mensagem direta e clara de contestação, ao contrário do famoso grafite “*Il est interdit d’interdire*”³⁷. O que conta, é macular e desestabilizar a ordem simbólica urbana vigente, assim como os tchecos mudaram os nomes das ruas de Praga, os grafites exercem uma perturbação da paisagem, alterando toda uma sorte de estruturas pré-concebidas. As mensagens ou/e desenhos não estão necessariamente preocupados em passar uma mensagem direta ou com uma originalidade, sua simples presença já perturba, incomoda e quebra ou dissolve com a narrativa dos signos e símbolos presentes na paisagem.

Figura 10: É proibido proibir.



Fonte: <https://www.bfmtv.com/politique/il-est-interdit-d-interdire-301576.html->

³⁷ É proibido proibir. Um dos aforismos que mais representou o espírito da França de maio de 64 e reproduzido no Brasil durante a apresentação no III Festival de Música Popular Brasileira da TV Record em setembro de 1968 por Caetano Veloso durante sua apresentação, acompanhado dos Mutantes e Gilberto Gil.

Antes de prosseguir com o trabalho é necessário justificar a escolha do grafite como objeto de análise e a exclusão do picho. Não existe uma hierarquização, os dois são formas transgressoras típicas das ruas, a diferença entre eles seria a técnica, o uso de cores e a atribuição de valor dadas a esse tipo de arte. Segundo os entrevistados, a relação entre grafite e pichação é muito próxima, em geral o grafiteiro começa como pichador.

Contudo a intenção é a mesma, deixar uma marca na cidade. Entretanto, o grafite por ser uma arte que necessita de mais tempo de execução, na maioria das vezes mais complexa, exigindo cores e diferentes técnicas, ele antevê a permissão do morador, visto que o grafiteiro permanece por horas e até dias preparando seu desenho no muro. Os grafiteiros podem querer reconhecimento, para além dos seus iguais, diferentemente do picho que é por natureza marginal, mais espontâneo e não demanda autorização, possivelmente ele perderia sua força transgressora com a autorização. Para Pérez Torres (2015),

Embora nem todas as manifestações hoje tidas como graffiti façam apelo ao recurso transgressor, a transgressão é uma característica constitutiva desta linguagem visual na medida em que coloca em jogo dois sentidos comunicacionais interligados, ou seja, a mensagem (o conteúdo) e a infração em si (a ação). (Pérez Torres, 2015.p. 56).

O Grafite é um tipo de arte urbana, manifestação de artistas independentes que se apropriam do espaço urbano como local de trabalho e que historicamente foi acusada de arte ilegítima, inculta e executada por vândalos. Desta maneira Pérez Torres (2015) aponta que é fundamental compreender a arte urbana como epicentro da dicotomia entre vandalismo e arte. Nas cidades patrimoniais essa questão é ainda mais pronunciada, no qual o patrimônio cultural, histórico e artístico é visto com imaculado, no qual esse tipo de manifestação artística é concebida como um distúrbio a ordem das coisas. Assim, a patrimonialização reprimiria o pensamento selvagem, no qual sua eliminação seria um empreendimento significativo do ocultamento dos conflitos sociais (Mensh, 2016).

Na geografia e nos outros campos que tradicionalmente refletem sobre o patrimônio urbano não encontramos trabalhos que tratam dos grafites em paisagens urbanas patrimoniais. Contudo, encontramos uma série de trabalhos que analisam os grafites nas grandes cidades brasileiras, como São Paulo, Recife, Rio de Janeiro, Fortaleza, etc. Em sua maioria esses trabalhos estão nos campos da geografia cultural ao focar uma interpretação semiótica dos grafites, ou urbana tendo em vista a territorialização desses grupos na cidade. Neste sentido, me distingo desses trabalhos ao refletir, sob o arcabouço da geografia política, a respeito dos conflitos de interesse em torno do tema no Conselho de preservação do Sítio Histórico de

Olinda e por analisar esses grafites dentro de um contexto bastante específico, em uma cidade patrimônio nacional e da humanidade.

Considero pertinente a compreensão do grafite em uma perspectiva simbólica e política, na medida em que este se constitui como um grupo social que está diretamente ligado à instância espacial, interferindo nesta, subvertendo-a e imbuindo novos valores à mesma, a partir da conformação de códigos espaciais, isso é, o grafite é uma manifestação artística urbana, produto da assimetria no acesso aos espaços públicos e a cidade e gerador de empates, conflitos e acordos entre os grupos sociais.

Enquanto prática, o graffiti é uma forma de arte de rua fundamentalmente transgressora, visto que subverte o espaço do ponto de vista normativo, isto é, lhe confere outras funcionalidades, imprimindo outras racionalidades que não as preestabelecidas pelas normas. (COSTA & DOZENA, 2014, p. 60)

Desta forma, podemos observar o embate entre a “memória morta” e a “memória viva” (Gravari – Barbas e Veschambre, 2004), no qual os autores chamam de “memória morta”, os vestígios do passado dos grupos mais abastados e dominantes que materializaram sua existência e sua posição social nas áreas de maior prestígio e de “memória viva” aqueles que não conseguem acessar a conservação do espaço, cujo passado se inscreve no corpo, em palavras, em manifestações efêmeras ou imateriais e em seus gestos para manifestar a sua existência. Desta maneira, considero neste trabalho o grafite como uma possibilidade de leitura e análise dos conflitos no sítio histórico de Olinda que me permite analisar aspectos relativos aos atores envolvidos, às formas de apropriação dos espaços públicos patrimonial e a possibilidade de construção das paisagens urbanas pelos grafiteiros.

Quando nossa imaginação geográfica é evocada para mentalizarmos Olinda, a primeira coisa que vem à mente é uma bela vista panorâmica, formada pelo conjunto urbano e seu casario, essa imagem é ratificada em grande parte nas publicações sobre a cidade. Contudo, quando visitamos a cidade e sua respectiva paisagem de um ponto de vista menos estandardizado e em uma escala pequena, essa imagem se complexifica, todos os sentidos são convocados e as sensações são múltiplas. Contudo, a visão se sobressai e ao adentrarmos na cidade nos deparamos como um cenário completamente diferente daquele dos mirantes e dos livros.

A presença dos grafites em Olinda é um elemento contrastante e inesperado na cidade histórica e possui a capacidade de produzir uma paisagem insurgente. Tendo em vista que a ação de grafitar é um ato de contestação, independentemente de seu conteúdo, os grafites

alteram a paisagem oficial, entrando em choque com os discursos e elementos próprios das elites que tradicionalmente estão envolvidas em sua construção e reprodução. Neste sentido, os grafites se inserem como uma estratégia de apropriação e contestação, e no caso de Olinda, do patrimônio formal, por sujeitos sociais historicamente segregados e marginalizados, expressando-se enquanto discurso informal sobre as cidades.

Sobre os grafites no Brasil, o caso da cidade de São Paulo é bastante emblemático ao retratar a maneira impositiva e arbitrária no tratamento dos grafites pelo Estado, que autoritariamente apagou-nos como parte do programa "São Paulo Cidade Linda". Esse slogan sugere que os grafites fazem parte da São Paulo feia. Em 2017, uma das primeiras medidas adotadas pelo prefeito João Dória foi apagar os grafites nos muros da cidade de São Paulo, vestido com roupas de funcionários da limpeza municipal ele, juntamente com seu vice-prefeito, Bruno Covas, pintaram áreas protegidas e não protegidas pelos órgãos de patrimônio do estado e município de São Paulo. Em meio a críticas da opinião pública, inclusive de meios de comunicação internacionais e dos artistas, como Os Gêmeos³⁸, que declararam a ação como um “desrespeito à arte³⁹”. O prefeito voltou atrás em sua decisão de combate ao grafite, inclusive decidiu refazer os grafites da Av. 23 de maio⁴⁰. Nesse mesmo contexto de combate e criminalização aos grafites e pichações, em junho de 2018, foi deflagrada a operação da Polícia Federal que prendeu oito pichadores/grafiteiros que supostamente atuavam no centro histórico de Olinda⁴¹. A operação denominada “grapixo” tem reacendido a discussão registradas no Conselho de Preservação do Sítio Histórico de Olinda.

Ao chegar na principal entrada da cidade, pelo Varadouro, subindo a rua Quinze de Novembro em direção ao Mosteiro de São Bento e o Palácio dos Governadores a primeira imagem avistada, juntamente com os edifícios citados, é o enorme painel grafitado que ilustra figuras da cidade e do carnaval. Embora pouco comentado entre os de fora da cidade, o grafite está presente em praticamente todo o centro histórico.

³⁸ Os trabalhos dos paulistanos Otávio e Gustavo Pandolfo estão presentes em diferentes cidades dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Grécia, Cuba, entre outros países. Os temas vão de retratos de família à crítica social e política.

³⁹ Ver em: “Os Gêmeos criticam combate de Doria a grafites e pichações”- <https://exame.abril.com.br/brasil/os-gemeos-criticam-combate-de-doria-a-grafites-e-pichacoes/>

⁴⁰ Gestão Doria volta atrás e vai refazer grafites da Av. 23 de maio- <http://www.carosamigos.com.br/index.php/cotidiano/9058-sp-gestao-doria-volta-atras-e-vai-refazer-grafites-na-23-de-maio>

⁴¹ Ver em: “Grupo suspeito de pichações no Sítio Histórico de Olinda é alvo de operação da PF”- <https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano/2018/06/06/NWS,70864,70,449,NOTICIAS,2190-GRUPO-SUSPEITO-PICHACOES-SITIO-HISTORICO-OLINDA-ALVO-OPERACAO.aspx>

Silenciosamente, os órgãos de gestão do patrimônio na cidade convivem com as questões levantadas pela presença de grafites e pichações em seu centro patrimônio Mundial. Sobre o grafite supracitado, entrevistei Valério Bazinga, um dos realizadores do mural, em janeiro de 2018. O grafiteiro e luthier possui uma série de grafites e pichações no sítio histórico de Olinda, entre elas, esse conjunto de grafites, produzidas em 2016-2017, na lateral de uma casa localizada em frente à prefeitura. Segundo ele, a proposta foi do morador da casa que queria evitar pichações, fornecendo inclusive o material. Valério e o grupo “mova-se” executaram e produziram a arte, pois, segundo ele, os realizadores julgaram que o local possuía uma grande visibilidade. Assim, o tema foi acordado entre o grupo e o morador que escolheram retratar figuras do carnaval e da cidade de Olinda. Entre os desenhos, podemos encontrar retratado um caboclo lança, figura folclórica do estado de Pernambuco, atrelada às manifestações culturais do carnaval e do Maracatu Rural; o homem da meia noite, personagem do bloco de carnaval da cidade com o mesmo nome, ovelha, símbolo do grupo tocando um tambor de maracatu e a imagem de Dudu, filho do morador e personagem peculiar da cidade.

O Grafiteiro Téo, do grupo “Mova se”, relatou que ao longo do processo de produção desse mesmo grafite, muitas pessoas o abordavam perguntando se eles tinham autorização. “No terceiro dia de pintura, o IPHAN foi até o local e solicitou a paralização, após conversar com o proprietário, o instituto ameaçou multá-lo e foi embora. A polícia também passou algumas vezes, tentando intimidar.” Contudo, após a realização, o desenho foi vinculado à prefeitura do Recife, postado em redes sociais por turistas e tema de reportagem.⁴²

Figura 11: Grafite ainda incompleto ao lado da Prefeitura de Olinda.



Fonte: google maps- 2018. Praça Monsenhor Fabrício

⁴² Ver em: “Grafite ganha espaço no Carnaval pernambucano: Desenhos gigantes chamam a atenção nas ladeiras da cidade”. <https://entretenimento.band.uol.com.br/bandfolia/noticias/100000736554/grafite-ganha-espaco-no-carnaval-pernambucano.html>

Figura 12: Mesmo muro completamente grafitado ao lado da Prefeitura de Olinda



Fonte: Elaborada pela autora, em trabalho de campo realizado em janeiro de 2018. Local: Praça Monsenhor Fabrício, ao lado da Prefeitura de Olinda e principal entrada do Centro Histórico.

Esse episódio demonstra bem o desacordo entre moradores, Estado e grafiteiros ao apresentar a repressão sofrida pelos últimos, o morador, enquanto ator individual favorável, dono do muro e financiador grafite, a União, contrária, ameaçando seus realizadores e o município de Olinda que se utilizou do grafite para promover a cidade, reconhecendo a importância que essa expressão tem ganhado. Os grafites na cidade de Olinda tornaram-se verdadeiros pontos turísticos da cidade, o caso do caboclo de lança na rua do Amparo e dos vários grafites produzidos por Bozó Bacarmati⁴³ e Flavio Barra⁴⁴, demonstra bem a dimensão que essa expressão tem tomado no centro histórico. Prova disso, é a quantidade de turistas posando em frente aos grafites e a veiculação dessas fotos nas redes sociais. Desta maneira, os grafiteiros estão longe de serem sujeitos passivos no processo de produção e incrementos dos espaços na cidade, eles ressignificam e adicionando elementos na paisagem que, inclusive, extrapolam seus desejos iniciais, tornando sua interpretação polivocacional, isso é, possui múltiplas construções de significado e interpretações.

Os grafites provêm da categoria do território. Eles territorializam o espaço urbano decodificado – esta rua, aquele muro, tal quarteirão assume vida através deles, tornando-se território coletivo. E eles não se circunscrevem ao gueto, eles exportam o gueto para todas as artérias da cidade, eles invadem a cidade branca e revelam que ela é o verdadeiro gueto do mundo ocidental. (BAUDRILLARD, 1979, p. 318)

Em Olinda o grafite tem se espreado para os locais com “alto valor turístico”, tornando o embate entre os atores envolvidos mais eloquente. No qual podemos observa-los nas Atas do

⁴³ Artista pernambucano que utiliza traços das xilogravuras e que tem ganhado notoriedade na cena do grafite nordestina.

⁴⁴ Grafiteiro e artista plástico responsável pela criação do Galo da Madrugada no carnaval de 2017.

Conselho de Preservação do Sítios Histórico de Olinda, mas também nos depoimentos dos grafiteiros, da SODECA e no próprio movimento de apagamento dos grafites, pelos moradores e/ou Estado, principalmente na figura do município, que hora cria projeto com o intuito de apaga-los e retomar as cores “originas” da cidade, ora utiliza-os como imagem publicitária.

Diferentemente do que nos relata Vastin (2018) sobre a assimilação dos grafites nas cidades de Paris e Berlin que os tem tolerado mediante uma seleção de espaços com menor valor turístico, transformando-os em uma prática estética e pacificadora, propícia à renovação da imagem dos bairros, ruas com tapumes, terrenos baldios e subterrâneos, locais às margens da cidade, na medida que são marcados pelo abandono, pelo indefinido, pelo inacabado, feio, sujo. Elas estão localizadas na cidade, mas simbolizam, porém, a parte externa dela, a que a cidade procura esconder.

Essa estratégia, é a mesma defendida pela representante da SODECA que propõem que os grafites sejam realizados fora do sítio histórico e em lugares próximo aos locais de moradia dos grafiteiros. Essa prática parece ser bastante conservadora, segregando os grafites aos locais com menor visibilidade e menos valorizados, mantendo o *status quo* das paisagens, principalmente aquelas carregadas de valor histórico-artístico-cultural.

Contudo, há também um movimento inverso: a tendência de artistas instalarem suas obras em territórios abertos da cidade e da natureza, a céu aberto. Essa ação lançaria a arte em uma dimensão verdadeiramente geográfica e, nesse caso, uma dimensão paisagística no sentido direto e literal do termo: está preenchendo o espaço da paisagem, transformando, afinal de contas, o próprio espaço em um campo de experimentação artística (BESSE, 2014). Em um movimento contrário, grafiteiros identificados pelas ruas das cidades têm ganhado espaço em galerias de prestígio e assim o status reconhecimento de artista e não mais de grafiteiros.

Figura 13: Grafites Olinda. Caboclo de lança: rua do Amparo e beija Flor: rua sete de setembro



Fonte: Foto tirada em trabalho de campo realizado em janeiro de 2018.

Figura 14: Grafite Bozó: rua Henrique Dias.



Fonte: Foto tirada pela autora em trabalho de campo realizado em janeiro de 2018.

4.3. Mapeando os grafites em Olinda

Foram realizados dois campos como o intuito de analisar a presença dos grafites no centro histórico, o primeiro, mais exploratório, foi em setembro de 2017 e o segundo em janeiro de 2018, onde realizei entrevistas com grafiteiros e técnicos ligados a gestão do patrimônio, a produção de um roteiro e o registro fotográfico dos grafites que mesmo tendo retratado um curto período de tempo revelou a efemeridade desses grafites, evidenciando a natureza dinâmica dos grafites, qual na segunda visita alguns dos grafites fotografados, no primeiro

campo, já tinham sido apagados pela pintura do proprietário do muro, pela prefeitura ou por mesmo por outro grafite superposto.

O recorte selecionado para ser analisado neste trabalho foi a Zona Rigorosa de Preservação, por ser objeto de uma preservação sistemática, área de superposição das legislações municipais e federais, ter sido reconhecida como patrimônio da humanidade e por experimentar nos últimos anos um aumento expressivo no número de grafites, tema discutido em diversas reuniões do Conselho de Preservação do Sítio Histórico de Olinda e no seminário Arte Urbana e Patrimônio: Convivências e Desafios, realizado em agosto de 2014. Sem dúvida a Zona Rigorosa de Olinda é o ponto da cidade com maior visibilidade, acesso e significância simbólica dentro da cidade. Moren (2009) concebe os grafites como uma comunicação visual ocorrida prioritariamente no espaço público que possuem como caráter a acessibilidade e visibilidade.

A acessibilidade e a visibilidade são elementos fundamentais para a existência da cultura urbana do grafite, cujo objetivo é não só a comunicação, mas, como já dito, a fama. Cabe lembrar que, devido à ilegalidade do grafite, a fama é muitas vezes buscada dentro de um caráter anônimo. Quanto mais fraco for o controle exercido por parte do Estado sobre o espaço público, mais os grafiteiros poderão se tornar conhecidos fora de sua própria comunidade. (MOREN, 2009. p. 31.)

Tendo em vista a análise dos grafites, foi utilizada a caracterização de Gitahy (1999) que sugere dividi-los segundo duas características: conceituais e estéticas, nessa última, própria de uma descrição próxima aos dos especialistas das artes plásticas, são levados em conta a utilização de traços e/ou massa para definição de forma, expressão plástica figurativa e abstrata; natureza gráfica do pictórica, utilização de imagens ou criação própria artística, repetição de uma mesmo tema e /ou estilo Gitahy (1999). Já na característica conceitual se observe o caráter subversivo, espontâneo, gratuito e efêmero dos grafites, se discute e denuncia valores sociais, políticos e econômicos, a apropriação dos espaços urbanos a fim de recriá-los, a democratização e desburocratização da arte e a produção de espaços abertos à arte. Essas foram a base de inspiração para criarmos categorias de análise dos grafites na cidade.

Desta forma, utilizamos como critério de análise três dados sobre o grafite: a posição do grafite em relação aos bens patrimoniais distribuídos pela Zona Rigorosa, o estado de conservação do grafite que pode dar pistas a respeito do tempo de exposição do grafite na cidade ou sobre a recorrência de sobreposições naquele muro, evidenciando-o como uma “vitrine” disputada entre os grafiteiros e o grafiteiro que produziu a obra. Embora não seja possível identificar alguns autores dos grafites, podemos identificar alguns deles, através da assinatura

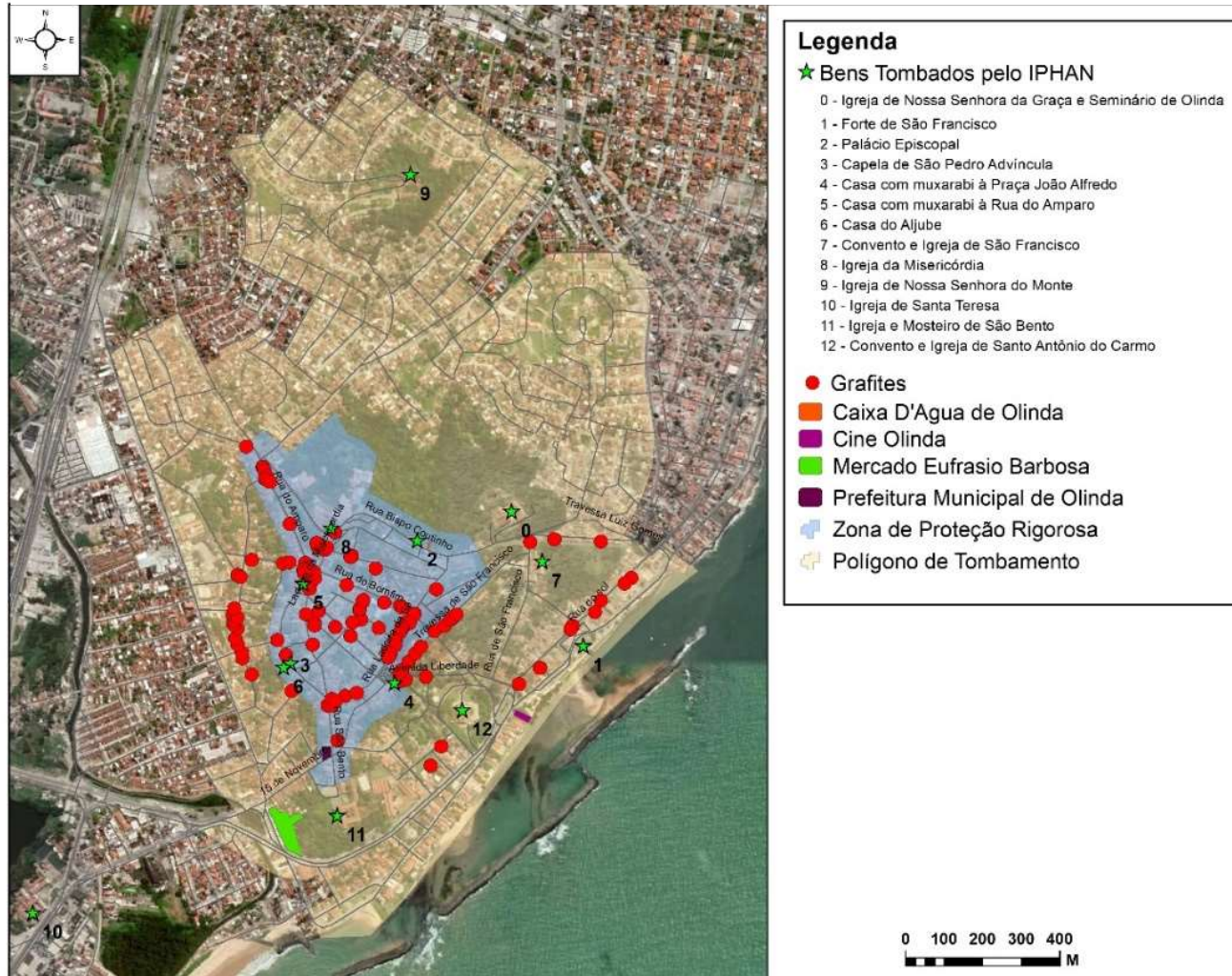
e por meio de entrevistas realizadas; os grafiteiros e crew identificados foram: Caju, Recifusion, Téo do Mova-se, Bozo, mangue boy, Carbonnel, Valério, Raoni e Flávio Barra, autor do galo de 2017.

Desses, mantive contato com: Téo do Mova-se, Valérios, Carbonnel e Raoni. Artistas com trajetórias e produções diferentes, mas que têm em comum seus grafites no sítio histórico de Olinda.

Foram mapeados 116 muros e /ou fachadas grafitadas no setor “A”- área urbana de preservação rigorosa, com de cerca de 1,2 km², que corresponde a área com maior densidade monumental no polígono de tombamento. Conforme dados do arquiteto André Pina (2006) existem 646 imóveis localizados no Setor Residencial Rigoroso.

No qual se observa um número expressivo de grafites, uma contínua renovação desses grafites em alguns pontos e a permanência de outros, tornando-se verdadeiros marcos na paisagem da cidade. (Figura 15). Contabilizamos o entorno imediato do setor “A”, a fim de observamos continuidade ou rupturas com os padrões espaciais encontrados.

Mapa 5: Distribuição dos Grafites no Sítio Histórico de Olinda (2018).



FONTE: Elaborado pela autora, a partir dos dados de coletados pelo IPHAN Olinda.

- No padrão de distribuição dos grafites em Olinda, não há uma quantidade expressiva de grafites próximo as igrejas, isto sugere uma maior vigilância desses muros pelo poder público, mesmo muitas dessas igrejas estando desativadas e em ruínas e/ou um respeito dos grafiteiros por esses locais, como relatado pelo grafiteiro Téo.
- A rua Bispo Coutinho, mesmo possuindo uma grande extensão, também não conta com grafites, pelo fato de na rua possuir uma vista privilegiada e panorâmica da costa de Recife, sendo assim uma área bastante valorizada da cidade e por isso possuindo uma maior vigilância dos órgãos competentes e dos moradores. É interessante observar que um dos representantes da SODECA mora nesse logradouro, essa também pode ser uma das explicações da inexistência de grafites na rua;
- A Rua Prudente de Moraes também obedece essa lógica, registrando pouco grafites/mural, entre eles, um solicitado pela pousada “dos quatro cantos”.
- O final da rua do Amparo, voltada para o início do setor B, início do bairro de Bonsucesso, concentra uma expressiva quantidade de grafites. Essa área da cidade seria os fundos do Centro Histórico, apresentando uma paisagem mais empobrecida em relação ao resto da área rigorosa.
- A esquina da travessa do São Francisco com a Av. da Liberdade, por possuírem imóveis públicos desativados, também é um foco de concentração de grafites
- A Rua da Ladeira da Sé concentra um número elevado de grafites em dois grandes muros paralelos,
- Situação parecida com o trecho na rua do Bonfim, entre a rua do amparo e rua da ladeira, no qual as casas têm seus fundos voltados para a rua nos dois lados. As ruas que dão para o fundo das casas acabam concentrado um número elevado de grafites por não serem alvo de preocupação dos seus moradores que privilegiam a preservação da faixa das casas.
- A Rua Cel. Joaquim Cavalcante, entorno imediato do Setor “A” e Rua paralela a Rua do Amparo também possui uma concentração de grafites;
- O cine Olinda, abandonado a anos, registra um número acentuado de grafites, diferentemente do Mercado Eufrásio Barbosa que foi recentemente reformado e não foi grafitado pós reforma. O Cine Olinda, durante sua ocupação foi pichado e grafitado, após a desocupação foi novamente pintado e em seguida pichado novamente.
- As ruas menores que não concentram equipamentos urbanos e que não são rotas preferenciais do turismo também concentram um maior número de grafites, como a sete de setembro;

- A travessa do São Francisco está no limite do da Área Rigorosa, um pouco menos fiscalizada que o centro da Área rigorosa e possui uma grande extensão de muro proveniente dos fundos do hotel 7 colinas, esses grandes muros são focos dos grafiteiros possuem ampla área livre para a realização dos grafites e seres mais difíceis de serem coibidas devido a extensão do muro.

Sobre o padrão encontrado na área de preservação rigorosa podemos concluir que as áreas menos fiscalizadas pelos poderes públicos e privados, como muros de edificios públicos sem uso, muros muito extensos ou de fundos de casa, setores menos valorizados pelas imobiliárias possuem uma maior concentração de grafites. Esses locais tornam-se verdadeiros quadros livres para a expressão de artistas vindos da periferia, mas também para artistas da classe média ligados as galerias de artes no Centro Histórico.

Alguns desses grafites, segundo os próprios grafiteiros, foram demandados pelos próprios moradores, como estratégia para evitar a pichação, como é o caso da casa, localizada em frente da prefeitura de Olinda e em um local de grande visibilidade da cidade. Nesse campo de visão, entre a casa e a prefeitura, se localizam as câmeras de TV para filmar o carnaval de cidade, passarela de grandes blocos e principal via de acesso para o centro histórico. Contudo, mesmo com a autorização dos moradores, os grafiteiros estão sujeitos a coerção, como no caso anteriormente relatado pelo grafiteiro Téo. Nos casos onde não há uma autorização do morador, ou que o muro seja de uma casa desabitada ou de uma propriedade do estado os grafiteiros também relatam constrangimentos. Como no caso relatado pelo grafiteiro Valério Bizunga que foi repreendido por uma moradora e por pessoas ligadas ao IPHAN por estar grafitando em um muro de um beco bastante degradado da cidade.

Sobre o teor dos grafites e sua relação com o patrimônio material e imaterial podemos observar que dentro da zona “A” são encontrados grafites com a temática locais, entre eles temas ligados ao carnaval, elementos do movimento mangue e retratando a paisagem de Olinda. Como podemos observar nos mapas, os grafites não procuram romper com os discursos atribuídos a cidade, sendo o carnaval é um dos principais temas presentes, no qual o caboclo de lança se apresenta como a figura arquetípica.

Porém, há uma diversidade de temas grafitados, como letras, infância e a representação do masculino. Sobre as letras e nomes espalhados pela cidade, nota-se que não há uma preocupação em transmitir uma mensagem ou significado direto, esses nomes, em si, já possuem uma forte carga simbólica, sua existência já manifesta a contestação à semiocracia

dominante e a ruptura do discurso autorizado do patrimônio. Podemos encontrar ao longo de todo setor de preservação rigorosa, o grafite Caju. Esse grafite, como podemos ver, não possui ambições artística ou originalidade, muito menos faz parte de um discurso organizado. Ele territorializa o sítio, tornando-se uma interjeição, um rabisco na cidade documento e/ou uma transgressão na cidade monumento.

Esta forma de apelação simbólica é negada pela nossa estrutura social, que impõe a cada um o seu nome próprio e uma individualidade privada, quebrando toda e qualquer solidariedade em nome de uma socialidade urbana abstrata e universal. Estes nomes ao avesso, estas apelações tribais, têm uma verdadeira carga simbólica: elas são feitas para serem dadas, trocadas, transmitidas ou se religarem entre si indefinidamente no anonimato, mas um anonimato coletivo, no qual estes nomes são como termos de uma iniciação, deslocando-se de um polo para outro e trocando-se tão bem que acabam não sendo, a exemplo da língua, propriedade de ninguém. (BAUDRILLARD, 1979. p. 318)

Figura 15: Exemplo de Caboclos de lança no sítio histórico de Olinda.



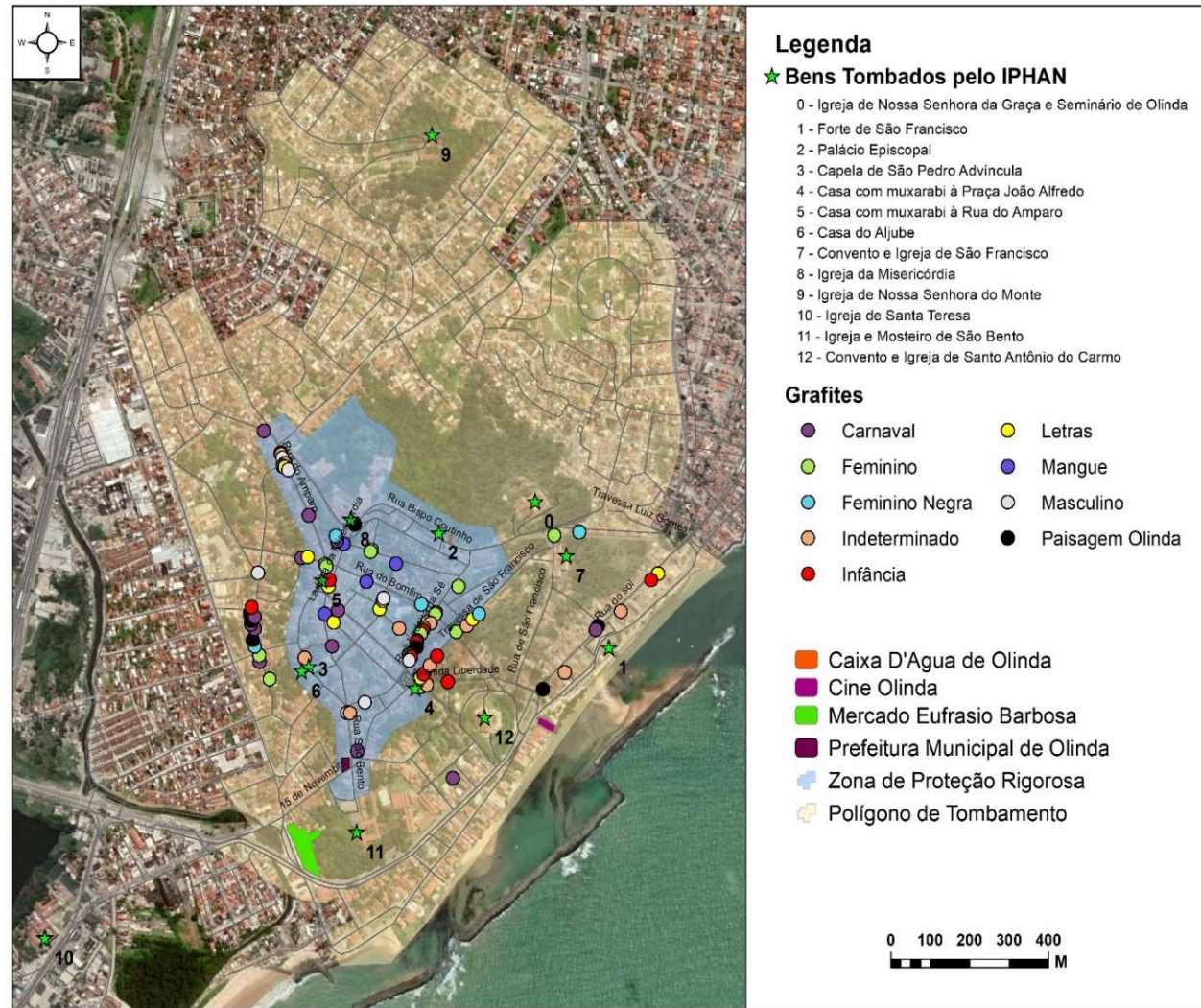
FONTE: Elaborada pela autora em trabalho de campo realizado em janeiro de 2018.

Figura 16: Grafites Cajú.



FONTE: Foto tirada pela autora em trabalho de campo realizado em janeiro de 2018. Sítio histórico de Olinda

Mapa 6: Distribuição espacial dos principais temas nos grafites do Sítio Histórico de Olinda (2018)



FONTE: Elaborado pela autora, a partir dos dados de coletados em campo

CONCLUSÃO

Podemos concluir que a regulamentação e institucionalização do grafite no Sítio Histórico de Olinda pelo poder público e sua elevação à “arte urbana” poderia gerar a retração da potencialidade insurgente desta paisagem, dando-lhe institucionalidade e valor econômico/turístico para cidade, e assim, mais uma vez esse processo tenderia a alijar os grupos periféricos e minoritários desse espaço. Na medida que o patrimônio autorizado (SMITH, 2006) cria barreiras significativas para uma negociação ativa sobre os significados e a natureza do patrimônio e os papéis sociais e culturais que esses grupos alternativos poderiam desempenhar, enquadrando-os quase sempre como uma audiência passiva do que foi previamente estabelecido.

Embora os grafites na cidade não tenham um sentido e intenção política direta, sua prática é insurgente e marginal e por isso é geradora de conflitos. Essa ação, pode mesmo gerar a inversão ou neutralização do *status quo* da paisagem oficial e de tudo aquilo que ela carrega em si. Ainda que essas intervenções sejam locais e temporárias.

Sobre a distribuição dos grafites podemos observar que, com exceção do grafite ao lado da prefeitura (Figura 12), a maioria deles está em áreas escondidas, periféricas, como becos e ruelas pouco movimentadas, ou ainda na parte mais pobre do sítio, em direção ao bairro de Bonsucesso, ao final da rua do Amparo. Onde a fiscalização é menos efetiva ou mesmo negligenciada e por isso não gerando a imediata reação por parte do poder público e moradores. Sobre as temáticas e atores, os grafites em Olinda, por mais marginais e periféricos que sejam, hoje, não podem mais ser explicados como um fenômeno social e indenitário único. Como podemos perceber ao entrevistarmos os grafiteiros Carbonnel, Téo, Valério e Raoni que fazem parte de classes social distintas e possuem projetos de trabalho também muito diferentes. Com isso, não conseguimos estabelecer um padrão mais conciso de grafites e não podemos verificar uma intenção de se estabelecer mensagens claras e diretas com sentido político-social.

A referência ao patrimônio aparece intimamente ligada as apostas de apropriação de uma paisagem-patrimônio-nacional por grupos até então marginalizados dentro dessa política, e, aos conflitos que emergem entre os grupos sociais que buscam seu lugar, para fazer valer as suas reivindicações para construir ou controlar territórios tradicionalmente controlados pelas elites ou para manter seus privilégios. Fabre (2013) apontou para o aumento de manifestações e mobilizações em torno das questões ligadas ao patrimônio francês, observando uma emoção que captura, perturba, transborda e, às vezes, derrota a estrutura de pensamento da ação

patrimonial tradicional maximizando ainda mais os potenciais conflitos. No caso brasileiro essa emoção patrimonial pode manifestar-se e ser acionada como meio de alcançar direitos negados dentro de uma cidadania entrincheirada (HOLSTON, 2013).

A política de patrimônio material pode se constituir como uma barreira para a expressão da “memória viva”, ao passo que mesmo após todo um processo de ampliação, não se consegue lidar e estabelecer uma política, na qual esse tipo de intervenção consiga legitimidade na cidade-paisagem, como no caso dos grafites no SHO. Esse tipo de manifestação, possui uma fluidez que o aproxima do patrimônio imaterial, mas também uma inquestionável materialidade que se choca com o patrimônio material, ainda muito preso a um paradigma conservador de proteção.

Desta forma, as ampliações das políticas patrimoniais ainda estão aquém de atingir setores mais vulneráveis da sociedade brasileira. Mesmo com todo o esforço do IPHAN nota-se uma dificuldade na capitalização dessas políticas, como demonstrou Brito (2014). Segundo a autora, o instituto continua seguindo o mesmo padrão espacial dos tombamentos nos registros do patrimônio imaterial. Em 2014, Estados como Acre, Roraima, Rondônia, Piauí, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Ceará ainda não contavam com registro dessa natureza.

Sobre Olinda e os conceitos propostos podemos observar que a trajetória de preservação olindense esteve atrelada ao que estamos chamando de paisagem política, na qual foi selecionado e preservado principalmente equipamentos e heranças diretamente ligadas ao Estado ou as elites. No qual as paisagens tomaram uma relevância em escala regional, mais principalmente nacional, privilegiando-se a uma visada panorâmica e ornamental da cidade, representado de forma protocolar uma visão conservadora, autoritária, masculina e europeia de uma paisagem passiva em que as ideologias de Estado seriam facilmente transpostas na paisagem institucional, sem conflitos e naturalizada.

A partir da década de 1980, podemos observar uma complexificação dos atores políticos e por consequência uma maior disputa pela paisagem, aproximando-a mais do local, tornando-a mais democrática, complexa e por isso mais ativa. Inicia-se um processo no qual a paisagem perde um pouco de sua formalidade e ganha lugar na agenda de outros atores, incluindo os locais e os mais vulneráveis e assim, gerando uma política da paisagem trazida à tona enquanto recurso político disponível e mobilizado como um arcabouço, um suporte, uma ferramenta para o alcance de determinados direitos que transpassam a paisagem direta ou indiretamente.

Como decorrência, observamos cada vez mais o desejo pela paisagem pelos grupos mais vulneráveis e de paisagens insurgentes que nada mais são que o resultado da rebelião local contra a pressão exercida pelos poderes hegemônicos, na qual são paisagens que tendem a expressar os conflitos presentes na sociedade, através de manifestações fluidas, imprevisíveis, reativas e até anárquicas.

O fato de Olinda ser uma cidade-patrimônio intensifica o conflito, mascara-o em um suposto ambiente de consenso, tendo em vista uma paisagem política em nível nacional e um projeto turístico iniciado ainda na década de 1970 que geraria desenvolvimento para cidade. Isso tem impedido um projeto mais democrático de paisagem para Olinda, no qual o único ator da sociedade civil é a SODECA, entidade extremamente restrita e regida por valores preservacionistas ligados a uma elite intelectual e artística.

Obviamente, existem outros conflitos na cidade, mas o conflito com os grafiteiros é imagético e impactante na paisagem, sendo assim bastante ilustrativo para o que queremos demonstrar: o crescente desejo de estar na paisagem e ser a paisagem das populações mais vulneráveis deixando de ser uma mera preocupação. Esses grupos não se contentam mais com os direitos básicos e estão dispostos a interferir em questões até então tidas como fúteis, como a questão estética da cidade e/ou paisagística.

Todo esse processo e pressão sobre a paisagem tende a transformá-la em objeto político, isto é, em conteúdo de mediação social, sujeito a uma ação pública, sendo esta redefinida tendo em vista a diversidade de situações pelos quais a status da paisagem tem sido negociada, caso a caso. A diversidade de situações e contexto requerem arranjos que levem em conta a evolução de uma paisagem cada vez mais politizada, disputada por grupos que desejam construí-la e negociá-la tanto em sua dimensão concreta, quanto simbólica.

Ao final, a ação pública participa dessa pluralidade que contribui para qualificar a paisagem como um bem híbrido, cristalizado em um equilíbrio provisório, um conjunto de usos, interesses, valores e representações. Fica cada vez mais claro um embate entre os grupos que perceberam as paisagens na sociedade contemporânea enquanto lugares de poder e reflexo de sistemas de valores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD, Gisela (org.); LOBO, Pedro; FONSECA, Edson Nery da. Et. al. **Linda Olinda**. Recife: Caleidoscópio, 2011.

ANASTASSIKIS, Zoy. **A cultura como projeto: Aloisio Magalhães e suas ideias para o Iphan**. IN.: SCHLEE, A. R. (org.) Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Revista do Patrimônio. Iphan 1937–201,7 n° 35, 2017.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

AZEVEDO, Daniel Abreu de. **A democracia participativa como sofisma: uma interpretação geográfica da democracia**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – UFRJ/PPGG, Rio de Janeiro, 2016.

BANKSY ; Durst, Rogério (trad.). **Guerra e Spray**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

BARBOSA, D. T. Cidadania Paisagística. **REVISTA DE GEOGRAFIA (RECIFE)**, v. 35, p. 40-59, 2018.

BARRETO, Juliana Cunha. **De Montmartre nordestina a mercado persa de luxo: o Sítio Histórico de Olinda e o participação dos moradores na salvaguarda do patrimônio cultural**. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). UFPE/ Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Recife, 2008.

BARRETO, Juliana; LIRA, Flaviana. Pesquisa histórica como aporte metodológico na atualização da legislação de proteção federal do sítio histórico de Olinda. **Textos para Discussão, Centro de Estudos Avançados de Conservação Integrada (CECI)**, Série 1: Gestão da Conservação Urbana, p. 1 -20, Olinda, 2009.

BARRETO, Juliana; MILET, Vera. Gestão da conservação do sítio histórico de Olinda: caracterização da atividade de análise e aprovação de projetos de intervenção arquitetônica no casario. **Textos para Discussão, Centro de Estudos Avançados de Conservação Integrada (CECI)**, Série 1:Gestão de Conservação Urbana, p. 1- 16, Recife, 2011.

PEREIRA JUNIOR, Clodomir Barros; LAPA, Tomás de Albuquerque. **A conservação da cobertura vegetal como componente do patrimônio cultural em centros históricos urbanos. Estudo de caso: a cidade de Olinda-PE**. 2004. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

BAUDRILLARD, Jean. Kool Killer ou a insurreição pelos signos (tradução Fernando Mesquita). **Revista Cine Olho**, n° 5/6 jun/jul/ago 1979.

BESSE, Jean Marc. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: UERJ, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória. Algumas notas sobre a questão da participação da

população no Projeto-Piloto Olinda. **SPHAN 37**. Edição julho/agosto. Brasília: MEC – SPHAN/ Pró-Memória, p. 1- 36, 1985.

BRASIL/ MINISTÉRIO DA CULTURA. **Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste**. Brasília, Ministério da Cultura/Programa Monumenta, 2005.

BRASIL. LEI nº 12.048 de 25 de maio de 2011. **Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para descriminalizar o ato de grafitar e, dispõe sobre a proibição da comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol para menores de 18 (dezoito) anos**. Brasília, 2011.

BRITO, Mariana Vieira de. **Da unidade à diversidade: construção do nacional através do patrimônio imaterial**, 2004. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

CASTRO, Iná Elias de. Espaço Político. **GEOGRAPHIA (UFF)**, v. 20, p. 120-126, 2018.

CASTRO, Iná Elias de. Paisagem e Turismo. De estética, Nostalgia e Política In: **Turismo e Paisagem**. Eduardo Yázigi (org.). São Paulo, Editora Contexto, 2002. p. 121 – 140.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2006.

CHUVA, Márcia. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 35, p. 79-103, 2017.

COELHO, Germano. **Olinda no coração**. Editora CEPE, Recife, 2017.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.123p. p.92-123

COSGROVE, D. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. In: **Introdução à Geografia Cultural**. CORRÊA, R.L.; ROZENDAHL, Z. (orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 (1983).

COSTA, Pablo Raniere Medeiros da; DOZENA, Alessandro. Paredes que falam: simbolismo e transgressão espacial na cidade de Natal-RN. **Geograficidade**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 58-74, dec. 2013. ISSN 2238-0205. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12889>>. Acesso em: 02 apr. 2019. doi:<https://doi.org/10.22409/geograficidade2014.41.a12889>.

DUNCAN, James; DUNCAN, Nancy. **Landscape of Privilege: the Politics of the Aesthetics in an American Suburb**. Nova York: Routledge, 1994.

FABRE, Daniel, (Org.) **Emotions Patrimoniales**, Maison des sciences de l’homme : Paris.

FAGNONI, Edith. «Faire patrimoine» et «faire territoire»: l’exemple du Bassin Minier Uni/ UNESCO. In: GRAVARI-BARBAS, Maria; JACQUOT, Sébastien. Patrimoine mondial et developpement au défi du tourisme durable. Québec: Presses de L’Université du Québec, 2014. p. 77-109.

FERNANDES, Karla Denise Leite Moury. **A influência da forma urbana e da legislação urbanística na mobilidade urbana: o caso do Plano Diretor de Olinda**. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MELO FILHO, Dirceu Cadena de. Geopolítica do patrimônio mundial: Cabo Verde e Moçambique na UNESCO. In: **Geopolítica(s). Revista de estudos sobre Espaço y Poder**, vol. 6, núm. 2, p. 247-265, 2015.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 24, p. 153-163, 1996.

_____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.) **Memória e patrimônio: Ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003.

_____. **O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 2005.

GIRÃO, Cláudia. Maracanã: Preservar ou Destruir. In: **Vitruvius**, projetos, ano 12, fev. de 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/12.133/4225>>. Acesso em janeiro de 2017.

GITAHY, Celso. **O que é Graffiti**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1999.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GRAVARI-BARBAS, Maria; VESCHAMBRE, Vincent. *patrimoine: derriere l'idee de consensus, les enjeux d'appropriation de l'espace et des conflits* In: **Conflits et territoires** [en ligne]. Tours: Presses universitaires François-Rabelais, 2004 (généré le 02 avril 2019). Disponible sur Internet : <<http://books.openedition.org/pufr/1831>>. ISBN : 9782869063235. DOI : 10.4000/books.pufr.1831.

GUSMÃO, Fernanda Maria Burke. **O empoderamento e preservação do patrimônio cultural. O caso do Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos- Projeto Piloto/PE, 1981-1989**. 2011. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública). Centro de Ciências Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

HEINICH, Nathalie, **La fabrique du patrimoine : de la cathédrale à la petite cuillère**, Maison des Sciences de l'homme : Paris. 2009

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. Companhia das Letras. 2013.

IPHAN. Escritório técnico I. **Notificação Federal nº1155/1979**

_____. Escritório técnico I. **Rerratificação da Notificação Federal nº1155** de 1985.

_____/Escritório Técnico de Olinda. **Rerratificação da Notificação Federal nº 1.155/79 do Polígono de Tombamento do Município de Olinda e seu entorno**. Olinda: novembro de 1985.

KNAUSS, Paulo. Grafite Urbano contemporâneo. In: TORRES, Sonia. **Raízes e rumos: perspectivas interdisciplinares em estudos americanos**. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2001.

LEAL, Claudia F. Baeta. (org). **As missões da UNESCO no Brasil: Michel Parent**. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2008.

LONDOÑO, Juan Luis Isaza. Uma ordem imaginada. Patrimônio: desafios e perspectivas. In: **Revista do patrimônio histórico nacional**. nº 36, p. 13 – 22, 2016.

LOPES, Hélvio Polito. **Os valores preservacionistas e o controle urbanístico na área protegida de Olinda.** (s/d). Disponível em: <www.olinda.pe.gov.br/download/legislacao/rlush_os_valores_preservacionistas_texto_helvio_05022015.pdf>; Acesso em agosto 2017. MINISTÉRIO DA CULTURA. Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste. Brasília, Ministério da Cultura/Programa Monumenta, 2005.

MACHADO. J. **Olinda Ensina**. In.: Gisele Abad (Org.). Linda Olinda. Recife, caleidoscópio, 2011.

MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. In: **Estudos Históricos Rio de Janeiro**, vol. 29, no 57, p. 9-28, janeiro-abril 2016.

MENESES, Ulpiano. **Repovoar o patrimônio ambiental urbano**. IN.: SCHLEE, A. R. (org.). In. : Patrimônio: desafios e perspectivas. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Revista do Patrimônio. Iphanº 36, 2017.

MENDES, Felipe. “Lei do Carnaval é Perseguidora”, afirma Marcelo Soares. Autor do projeto de lei que flexibiliza restrição a camarotes no Carnaval de Olinda e presidente da Câmara Municipal afirma que motivação para mudança foi acabar com um conflito entre a Lei do Carnaval e a Lei do Uso de Solo do município. In: **LeiaJá**. Publicado em 16 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://www.leiaja.com/cultura/2015/12/16/lei-do-carnaval-e-perseguidora-afirma-marcelo-soares/>>. Acesso em julho de 2018.

MENSH, NicolaS. L’art transgressif du graffiti: pratiques et contrôle social. **Sociologie**. Université de Franche-Comté, Français, 2013.

MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 22, p.44-47, 1987.

MILET, Vera; PONTUAL, Virgínia, BARRETO, Juliana. International conventions, organized civil society and protection for World Heritage Cities: The case of the Olinda Society for the Defense of the Historical Center of Olinda. **City & Time**, nº 4 (1): 3, p. 31 – 44, 2008. [online] URL: <<http://www.ct.ceci-br.org.>>. Acesso em setembro de 2018.

MITCHELL, Willian. J. Thomas. (Org.). **Landscape and Power**. The University of Chicago Press, 2002.

patrimonio-olinda-enfrenta-dificuldades-para-a-preservacao-do-sitio-historico.ghtml>. Acesso em: outubro de 2018.

PEDROSA, Patrícia Coelho. **Significância cultural como critério para conservação do patrimônio mundial**. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

PÉREZ TORRES, Natália. **O lugar do graffiti no centro de Bogotá Contemporânea**. 2015. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura). Programa de pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

PONTUAL, Virgínia; Azevedo, Anna Elizabeth; LIRA, Fabiana; MILFONT, Magna & CABRAL, Renata. Desafios à interface da interpretação com a conservação do patrimônio cultural: o caso do istmo de Olinda e Recife- Brasil. **Textos para Discussão, Centro de Estudos Avançados de Conservação Integrada (CECI)**, V. 21, série 3 – Identificação do Patrimônio Cultural, p. 1- 27, Olinda, 2007.

PREFEITURA DO RECIFE. Briefing do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda. Recife, 2007. Online. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/seccultura/concurso_recifeolinda_edital.php>. Acesso em: fevereiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA. Carnaval 2017 em Olinda reúne mais de dois milhões de foliões e gera mais de 60 mil empregos. A folia gerou aproximadamente 60 mil empregos diretos e indiretos e um R\$ 120 milhões em recursos injetados na economia da cidade. In: **Portal de Notícias da Prefeitura de Olinda**. Publicado pela redação da SECON em 2 de março de 2017. Disponível em: <<https://www.olinda.pe.gov.br/carnaval-2017-em-olinda-reune-mais-de-dois-milhoes-de-folioes-e-gera-mais-de-60-mil-empregos/>>. Acesso em: janeiro de 2018.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: Iphan, 2007.

RIBEIRO, Rafael Winter. Os ídolos da Paisagem. Caminhos e Descaminhos da relação entre paisagem e patrimônio. In: **I Congresso de Organização Espacial**, 2010, Rio Claro. Anais do I Congresso de Organização Espacial, 2010.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem, Patrimônio e Democracia: novos desafios para políticas públicas. In: CASTRO, Iná Elias de; RODRIGUES, Juliana Nunes; RIBEIRO, Rafael Winter. **Espaços da Democracia. Para a Agenda de Geografia Política Contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

RIBEIRO, Rafael Winter A política da paisagem em cidades brasileiras: instituições, mobilizações e representações a partir do Rio de Janeiro e de Recife. In: **I Congresso Ibero Americano em Estudos de Paisagem**, 2018, Sintra. Anais do I Congresso Ibero Americano em Estudos de Paisagem, 2018.

SABINO, Roberto. **Litígios patrimoniais: as disputas pela representação do patrimônio nacional**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2012.

SANGUIN, André – Louís. Le paysage politique: quelques considérations sur un concept résurgent. In: **Espace géographique**, Vol. 13, No. 1, janvier/mars, 1984.

SCALERCIO, Vitor Soares. **Paisagem em disputa: A Construção da Torre Sevilla e os discursos sobre a paisagem urbana na Espanha**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SGARD, Anne ; FORTIN, Marie-José et PEYRACHE – GADEAU, Véronique. Le paysage en politique. **Développement durable et territoires** [En ligne], Vol. 1, n° 2, Septembre 2010, mis en ligne le 23 septembre 2010. consulté le 20 décembre 2018. URL : <http://journals.openedition.org/developpementdurable/8522> ; DOI : 10.4000/developpementdurable.8522.

SMITH, Laurajane. **Uses of Heritage**. Londres: Routledge, 2006.

SILVA, Ariadne; WELLS, Jeremy. O Caso do Horto Del Rey, em Olinda – Pernambuco: a memória dos moradores como possível ferramenta de preservação de um bem. In.: **4º Colóquio Ibero – Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto**, Belo Horizonte de 26 a 28 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2016/artigos/pdf/238.pdf>. Acesso em janeiro de 2018.

SILVA, Rebeca Fernanda. O Marketing e as Cidades Patrimoniais: os ab(usos) dos títulos honoríficos na gestão do Sítio Histórico de Olinda – PE. **Revista Rural & Urbano**, Recife, v.02, n. 02, p.86-99, 2017.

SOARES, Adriano Santos. **Política da paisagem e favelas: pensando a construção do teleférico e as novas representações do Complexo do Alemão para a cidade do Rio de Janeiro**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SOARES, Renato. **Ofício ao Ministro da Cultura**, 1972, s/p.

SOUZA, Roberto Silva de. **Território de Olinda (PE): parcelamento do solo e diversidade dos espaços urbanos na região metropolitana do Recife**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

TARTAGLIA, Leandro. A paisagem e o grafite na cidade do Rio de Janeiro. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n.7, p.191-202, 2007.

TAVARES, Francine Morales. **Patrimônio e políticas públicas urbanas: a gestão do imposto sobre a propriedade territorial urbana nos centros históricos Patrimônio da Humanidade - Brasil**. Pesquisa desenvolvida no âmbito da 1ª Chamada Pública de Pesquisas do Centro Lucio Costa/CLC-IPHAN, Centro de Categoria 2 sob os auspícios da UNESCO. Rio de Janeiro, 2017.

TELLES, Augusto da Silva [carta], setembro, 1996, Olinda [para] DPHAN, Brasília. **Apresenta os bens que deveriam ser tombados na cidade de Olinda**. Olinda, 1996.

TINOCO, Pedro. Planejando o Carnaval 2018 para Evitar os Erros de 2017. In: **Observatório de Olinda**. Publicado em 1 de dezembro de 2017. Disponível em: <<http://observatoriodeolinda.com/planejando-o-carnaval-2018-para-evitar-os-erros-de-2017/>>. Acesso em fevereiro de 2018.

PÉREZ TORRES, NATALIA . As trajetórias do graffiti na Bogotá contemporânea. *LANDA* , v. 4, p. 245-268, 2015.

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, 2003.

VASTIN, Julie. Les espaces du graffiti dans les capitales touristiques: l'exemple de Paris et Berlin. *EchoGéo* [Online], N°44, 2018.

VESCHAMBRE, Vincent. **Traces et mémoires urbaines: enjeux sociaux de la patrimonialisation et de la démolition**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2008.

VIEIRA FILHO, Dalmo. Cidade, Patrimônio e Território: As Políticas Públicas Federais de Seleção no Brasil do Século XXI. In: **Rev. CPC**, São Paulo, n. 21, p. 36-70, jan./jul. 2016.

ZANCHETI, Sílvio. O financiamento da revitalização dos centros históricos de Olinda e Recife: 1979-2005. **Textos para Discussão, Centro de Estudos Avançados de Conservação Integrada (CECI)**, n. 3, Olinda, 2007.

ZANCHETI, Sílvio Mendes e MILET, Vera. Gestão e conservação do sítio histórico de Olinda: 1938-2006. **Textos para Discussão, Centro de Estudos Avançados de Conservação Integrada (CECI)**. V. 25, Série 1: Gestão da Conservação Urbana, p. 1 – 16, Olinda, 2007.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antonio (org.). **O espaço da diferença**. Campinas, Papirus: 2000.

ANEXOS 1: Cronologia da política de patrimônio na cidade de Olinda/PE

	Município de Olinda (escala local)	Estado de Pernambuco (Regional)	IPHAN (escala nacional)	Unesco (escala Global)
1937-1938-1939			Primeiros tombamentos em Olinda: oito de arquitetura religiosa e dois de arquitetura civil	
1964-1965	Movimento da Ribeira: movimento artístico e cultura liderado por artistas plásticos de Olinda e Recife apoiado pela administração municipal			Carta de Veneza: primeiro documento internacional a definir que os sítios "urbanos e rurais" assim como as obras modestas que alcançaram com o tempo um significado cultural" deveriam ser equiparadas aos monumentos
1966			Dois tombamentos no Livro histórico do Tombo: Capela de São Pedro Advíncula e da Casa do antigo Aljube, na Rua 13 de maio	Visita do Consultor da UNESCO Michel Parent
1967				Carta de Quito: Foi recomendado que os projetos de valorização de bens fossem parte integrante dos planos de desenvolvimento nacional, sendo tal ação responsabilidade do governo. A difusão dos conhecimentos acerca dos bens culturais objetiva eficiência na preservação e, ainda, como produtos a serem explorados, assim como a legislação adequada ou

				disposições governamentais para o interesse público.
1968			Tombamento do conjunto urbano e paisagístico pelo IPHAN - inscrição nº 44, no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; da inscrição 412, no Livro Histórico e inscrição nº 487, no Livro de Belas-Artes, todas em 19 de abril de 1968. e 1ª delimitação do polígono (pouco adaptado à topografia local) de tombamento. nº do processo: nº674-T-62 DPHAN/DET	
1970			Compromisso de Brasília	
1971			Compromisso de Salvador: recomenda o direcionamento dos recursos do BNH para colaborarem na reabilitação de edifícios tombados. Essa proposta só foi efetivada com o PRNH (1979)	

1972	Plano de desenvolvimento local integrado (PLDI): definiu uma setorização específica para todo o território de Olinda, conferindo diferentes níveis de restrição e controle do solo urbano e início da campanha pró-transformação de Olinda em Monumento Nacional pelo historiador Luiz Vital de Duarte			DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO - 1972- o documento divulgado chamado Declaração sobre o Ambiente Humano, também conhecido como Declaração de Estocolmo, atentou para a carência de critérios comuns para preservação e melhoria do meio ambiente.
1973	Criação de legislação municipal de proteção do patrimônio "Plano Diretor Local Integrado de Olinda". Lei 3836, de 29.01.73	Criação da FUNDARPE para executar o Programa das Cidades Históricas	Projeto cidades históricas: primeiro programa federal que investiu recursos para a recuperação do patrimônio cultural urbano. Implementado pelo Ministério do Planejamento, buscava o desenvolvimento econômico das cidades históricas e dialogava com outros assuntos em pauta naquele momento, como o desenvolvimento urbano e regional e o turismo cultural.	
1974	O PDLI transforma-se em "legislação urbanística de Olinda": voltado para a proteção do sítio histórico, então denominado de : setor de preservação rigorosa e criação do Complexo Viário de Salgadinho			

1975		Restauração do Alto da sé e a conseguinte desapropriação de casas irregulares em seu entorno: proposta convergente ao PDLI de 1972		Declaração de Amsterdã: proposta de adoção de conservação integrada
1976			Criada pelo Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS), a Carta de Turismo Cultural define, entre outros conceitos, o turismo cultural como sendo uma forma de turismo que objetiva o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos, o que se expressa extremamente positivo, como fato social, humano, econômico e cultural. Assim, o turismo cultural justifica e incentiva os esforços para manutenção e preservação do patrimônio histórico e artístico. Para garantir tais feitos, são necessárias a criação e a aplicação de medidas políticas dirigidas aos instrumentos fundamentais para contínua manutenção e orientação do movimento turístico	RECOMENDAÇÕES DE NAIRÓBI - 1976- teve como tema central a salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea.
1977		Programa de complementação urbana para recuperação acelerada (CURA) financiado pelo BNH. Por meio do programa foram restauradas várias edificações históricas de Olinda		

1978		Plano de preservação dos sítios históricos (PPSH/RMR): marcou a atuação estadual em Olinda.	I Encontro em defesa do Patrimônio Cultural de Olinda, 1º a abrir espaço para a participação dos moradores nas discussões pela salvaguarda do S.H.	
1979	Sist. Municipal de preservação do sítio histórico. LEI Nº 4.119/79: consolidação do sítio como polo de lazer cultural e de turismo e surgimento da Associação de Moradores e Amigos de Olinda Antiga-AMOA que existiu até 1981.	Tombamento estadual dos monumentos protegidos em esfera federal, ampliando a atuação do Estado nas ações de preservação patrimonial. Lei nº 7970 de 18.09.79.	2ª delimitação de polígono de proteção - Notificação Federal nº 1155/79 e transformação do Programa das Cidades Históricas em Programa recuperação e evitalização de núcleos Históricos (PRNH), como os fins parecidos ao PCH adicionada a recuperação do patrimônio habitacional.	
1980	A Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda criada pelo Decreto 018/1980: foi responsável pela recuperação do antigo Sítio, com recursos do Projeto CURA.		Título de monumento nacional- Lei nº6.863/80 de 26.11.1980.	CARTA DE BURRA- 1980- Reconhece a necessidade de envolver pessoas nos processos de formações das decisões
1981	Realização do Inventário dos bens imóveis, realizado pela Fundação Centro de Preservação do S.H.O (FCPSHO)			
1982	Título de cidade ecológica- Decreto municipal: 023 de 29.06.1982.			título de patrimônio da humanidade

1983	<p>Tombamentos pelo conselho municipal: Igreja de São Sebastião, Forte do Buraco, Casa de Pólvora, Bica de São Pedro, Bica dos quatro cantos, Bica do Rosário, Passo da Ribeira, Passo dos Quatro cantos, Passo da rua 27 de Jan., Passo da Sé, Fábrica de doces Amorim Costa, Igreja N.S. do Rosário dos Homens Presos de Olinda. Além disso, encontra-se em instrução para o tombamento a igreja de Bom Jesus do Bonfim e o Cine Duarte Coelho.</p>		<p>Projeto piloto de Olinda- PPO, criado no âmbito do PRNH: baseava-se na participação social para as discussões do planejamento da conservação do S.H.O e na concentração de esforços no âmbito nacional, estadual e municipal em conjunto com os moradores. Neste mesmo ano foi tombado no Livro histórico do tombo o Forte de São Francisco</p>	
1984	<p>Lei 4849/1992- LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA DOS SÍTIOS HISTÓRICOS DE OLINDA: Esta Lei institui, no Município de Olinda, as ZONAS ESPECIAIS DE PROTEÇÃO CULTURAL E PAISAGÍSTICA - ZEPC e Zonas de Entorno do Sítio Histórico, definindo as normas urbanísticas para estas áreas</p>			

1985	Lei n. 4821 ou Lei Gondim: funcionou como medida emergência para combater a proliferação indiscriminada de usos incompatíveis nas áreas de "preservação rigorosa do sítio histórico, proibia a instalação e o funcionamento de bares e boates na Zona de proteção rigorosa e reforçava a proteção do istmo e outras áreas naturais.		Rerratificação da Notificação Federal nº. 1.155/79, de 1985, aprovada por ocasião da 117ª Reunião do Conselho Consultivo do IPHAN : compatibilizou as ações das instâncias de poder e levou em conta a paisagem, o meio ambiente e o homem na cidade, estabeleceu setores diferenciados de A à D, e área de entorno, correspondente de E à K, sendo a legislação federal vigente para o núcleo histórico	
1986				Carta de Washington diz respeito às grandes ou pequenas cidades, centros ou bairros históricos, com seu ambiente natural ou edificado, que expressam valores próprios das civilizações urbanas tradicionais. Salvar as cidades históricas significa adotar medidas para proteção, conservação e restauro, assim como ao seu desenvolvimento coerente e à sua adaptação harmoniosa à vida contemporânea.

1987	Criação da SODECA		<p>A Carta de Petrópolis foi elaborada no 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, em 1987. Nela, é tratada a questão de preservação e consolidação da cidadania, ao reforçar a necessidade de dar ao patrimônio função na vida da sociedade.</p> <p>A Carta de Petrópolis foi elaborada no 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, em 1987. Nela, é tratada a questão de preservação e consolidação da cidadania, ao reforçar a necessidade de dar ao patrimônio função na vida da sociedade.</p>	
1988			Constituição federal	
1992	Legislação urbanística dos sítios históricos de Olinda- Lei n.º 4849/92- - Esta Lei institui, no Município de Olinda, as ZONAS ESPECIAIS DE PROTEÇÃO CULTURAL E PAISAGÍSTICA - ZEPC e Zonas de Entorno do Sítio Histórico, definindo as normas urbanísticas para estas áreas			

1995			MONUMENTA/BID- O Programa Monumenta é um programa federal executado pelo Ministério da Cultura do Brasil e patrocinado pelo BID que consiste na reforma e resgate do patrimônio cultural urbano em todo o Brasil;	
1997			Carta de Fortaleza: comemorando aos 60 anos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O evento foi marcado pelo Seminário do Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção, que teve o objetivo de recolher subsídios que viabilizassem a elaboração de diretrizes e instrumentos legais e administrativos para identificar, proteger, promover e fomentar os processos e bens do patrimônio cultural brasileiro	
2000			lei do patrimônio imaterial e tombamento do forte do buraco, inscrito no livro histórico	

2002	Lei complementar nº 013/2002-institui o Código de Obras e Edificações do Município de Olinda o qual estabelece as normas para elaboração de projetos e execução de obras e instalações em seus aspectos técnicos estruturais e funcionais.			
2004	Plano Diretor de Olinda			
2006			Complexo turístico- cultural Olinda Recife e título de capital brasileira da cultura	
2008	LEI 5631/2008-Estabelece a Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo do Município de Olinda			
2016	Plano de gestão do sítio histórico de Olinda			

APÊNDICE 1: Parecer da SODECA acerca da proposta de regulamentação da pintura artística no Sítio Histórico De Olinda

Olinda, 20/07/2017



SODECA
Sociedade Olindense de Defesa da Cidade Alta

Parecer da SODECA acerca da proposta de regulamentação da pintura artística no Sítio Histórico de Olinda.

Considerando:

1 - A existência de legislações de proteção aos valores do Sítio Histórico de Olinda

1.1 – O sítio histórico de Olinda foi registrado pela UNESCO, em 1982 como Patrimônio Mundial por

ii. ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, de planejamento urbano ou de paisagismo, ou

iv. ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade, ou

1.2 – As orientações da UNESCO com vistas a conservação dos centros históricos classificados evidenciam a importância da permanência do valor didático e cognitivo, o sítio histórico de Olinda materializa e permite que moradores, estudantes, turistas e visitantes adquiram o conhecimento da história da arquitetura e do urbanismo do lugar. O acervo urbanístico e paisagístico, arquitetônico, técnicas construtivas de Olinda representam várias épocas, integrado ao sítio natural às edificações formando um conjunto particular, onde a presença da vegetação e do mar emprestam uma atmosfera ímpar.

1.3 – A aprovação de arte urbana no sítio histórico de Olinda abrirá espaço para a eliminação do valor didático próprio a conservação dos Sítios Histórico, como salienta. Lunardeli que diz:

O graffiti captura olhares na cidade, comunica, evidencia muros, restos, abandonos, o novo, o velho, pequenos e grandes objetos, pedaços e inteiros. Institui uma nova ordem, uma outra cidade, um outro território, uma outra paisagem.

Ou seja o grafite cria uma nova paisagem pois ligando-se diretamente ao campo visual, re-coloca significados aos olhos dos passantes. A pintura mural em áreas se impõe como visualidade sobre os elementos arquitetônicos, desviam o olhar, são próprios de novas territorialidades que mexem diretamente com a paisagem e significado do lugar.

Os valores paisagísticos, culturais e arquitetônicos só podem ser identificados e usufruídos pelos moradores e viajantes por meio dos percursos urbanos, quer sejam eles feitos no cotidiano ou concebidos pelos técnicos ou ainda, na minha interpretação e preferencialmente, na medida em que cada um se ache e se perca na cidade. Achar e se perder remete ao encontro e identificação espacial e simbólica com as ruas, edificações, detalhes arquitetônicos, com o perfume dos jasmims que iluminam o caminho dos viajantes, os sons do frevo, os batuques dos maracatus e afoxés. Os edificios falam do seu tempo, os edificios de largas paredes e largas distancias entre as janelas lembram os primeiros tempos em que as edificações eram também pequenas fortalezas. Já os estreitos intervalos entre janelas e paredes, falam do final do século XIX e início do século XX. As ombreiras e arcos de pedra rememoram técnicas e materiais construtivos. São documentos, depoimentos, mas como tudo no século XXI parece que, tendencialmente, tudo que é sólido se desmancha no ar.

2- Grafite, arte urbana e valorização no mercado de arte

Historicamente o grafite surgiu como insurgência de grupos à margem que buscam registrar sua presença e insurgência atuam nos muros da cidade, preferencialmente nas áreas mais degradadas, localidades imediatas as seus locais de moradia. Ou seja uma nova demarcação de território que saiu de um mundo não visto, dos guetos sociais para deixar seu registro e marca na sociedade. O grafite se expressou, delimitou territorialmente os grupos marginalizados. EU EXISTO, AQUI ESTOU

Mas, como salienta Marques:

“o conceito de Arte urbana desenvolveu-se a partir da Arte de Rua, mas representa um universo mais amplo. No que se refere à Street Art, ligada ao boom do grafite, o que se observa é que o poder transgressivo presente na origem deste movimento vem diminuindo progressivamente, dando cada vez mais lugar à primazia do efeito estético sobre o conteúdo. De arte marginal, a street arte vem se consolidando como palco de artistas consagrados, como Bansky de Bristol e Miss Tic[9] na França. Como estes, muitos artistas de rua trabalham comercialmente, viajam para divulgar seu trabalho, ganharam seguidores e atenção da mídia e do mundo, a partir do trabalho divulgado nas ruas. Ou seja, o que era ato transgressivo, ir para as ruas, para muitos, revelou-se uma excelente estratégia de mercado. A rua funcionou como uma galeria alternativa sem cobrar percentagem”⁴⁵.

No caso de Olinda e de outros centros históricos o grafite sobrepõe-se, ao elemento sítio histórico, objeto de preservação, amparado por bases conceituais, leis e pelo estado. A contradição existente no tratamento desse fenômeno urbano parece estar na ambivalência das instituições de Estado (Secretaria do Patrimônio, IPHAN, Fundarpe) cujos técnicos parecem se sensibilizar pelas “possibilidades redentoras” do grafite resgatar da marginalização grupos sociais. Mas uma outra questão subjaz. SE grafite é transgressão e, em geral, está presente nos lugares de requalificação urbana, por quê admitir o grafite no sítio histórico ocupados por habitantes que vêm na grafiteagem e pichação uma ameaça ao seu direito de moradia?

Pichação sempre esteve presente no Brasil e muito pouco em Olinda, apenas algumas palavras de ordem como Fora os Carros ou Todo Poder ao Povo. A grafiteagem chegou mais recentemente em simultaneidade a instalação dos bares irregulares e dos carros parados em ruas com seus alto-falantes alto e bom som que, paulatinamente, vão expulsando os moradores de suas casas. É só observar a rua do Amparo em grande parte já desabitada. Crianças e folguedos nessa rua é coisa de passado. E também é uma das ruas que possuem mais grafites ou pichações.

Nada contra mas como Derlon, Cajú, Sabiá, DF Zulu, Ming, Teo, Cajú, ou Gia que deixam seus grafites como registros assinados nos muros do sítios histórico. Quem assina se quer presente, deseja se apor ao suporte maior que é o patrimônio arquitetônico, paisagístico e urbanístico da cidade. Para eles o sítio histórico de Olinda não significa o lugar da memória, o lugar do afeto,

⁴⁵ Marques, Sonia. Antes só do que mal acompanhada, p.

o lugar da história que os livros não contam. Significa sim, o suporte para seus grafites, cuja maioria não sintoniza com a crítica

3. Arquitetura como obra de arte

No Brasil, só recentemente a arquitetura foi reconhecida como obra de arte, por meio da Lei Federal 9610 de 19 de fevereiro de 1998

E aqui cabe as perguntas:

Será que grafiteiros, técnicos, designers, artistas plásticos têm como informação cultural que arquitetura é arte?

Sabem que arquitetura como obra de arte é lei regulamentada pelo Congresso Nacional? Sabem que interferir e destruir uma obra de arte é crime?

Desconfiam, por acaso que uma cidade que recebe o título de patrimônio está recebendo em simultaneidade o título de obra de arte realizada na dinâmica do processo histórico pelo conjunto de uma sociedade?

Porque os artistas contemporâneos se acham no direito de grafitar um lugar que pode ser divulgado em filmes e fotos como expressão única da cultura luso-brasileira?

4 - O direito a paisagem

O direito à paisagem está assegurado em constituição federal na Lei 9610/98 nos seus artigos 37 e 38.

Então um sítio histórico patrimônio parece merecer o respeito aos valores que a ele conferiram o título, tanto é que são responsáveis pela grande demanda turística para o sítio. Isso se considerarmos um viajante que busque os valores elencados como de interesse pelo patrimônio histórico de uma possível “sociedade mundial”. Mas outros também se encantam com a ambiência da arquitetura da cidade como obra de arte. Aliás, a arquitetura é considerada obra de arte em qualquer sociedade e em qualquer livro que fala de história das histórias das artes.

Os moradores de Olinda há mais de 2 anos enviaram a Secretaria do patrimônio Cultural solicitação de proibição de grafiteagem por considerarem que tal prática é incompatível com a manutenção das características do patrimônio protegido por Lei federal, estadual e municipal.

5 - A incapacidade da estrutura técnica e de fiscalização

5.1 - A proposta feita pela Câmara de Legislação e Tombamento do CPSHO para pintura artísticas em muros e fachadas do SHO requer, para sua implantação e monitoramento, uma alta capacidade das estruturas técnicas de análise e avaliação de propostas.

5.2 - A Prefeitura de Olinda e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico não possuem estruturas de fiscalização de agentes infratores às Leis do Sítio Histórico

5.2 – Inexiste agilidade da instância judicial que assegure de modo rápido e eficaz o cumprimento da Lei.

Será que os técnicos em patrimônio imaginam que o “controle urbano” terá condições de fiscalizar e acompanhar os locais de grafiteagem? Será que imaginam estar contribuindo para a inclusão social? Pensam por acaso que informar nas escolas o significado de cidade patrimônio mundial é informação que não será apreendida, apropriada pelos estudantes da cidade? Pensam que a imaginação é limitada ao nosso pequeno mundo intelectual e pequeno burguês, cheio de culpas, pensando que o povo sabe fazer mais e melhor que os técnicos?

Será que a cidade é pequena? Que não existem outros lugares como suporte para suas obras? Que tal grafitar os irmão Gallo? Ou as tramas das obras de Mondrian, se quisermos ser contemporâneos e universal?

Que aqui fique claro que a análise de discursos que tem suas bases em respeito a cultura popular ou ainda que o grafite, ou ainda que a arte urbana salva da invisibilidade e marginalidade. Os grafiteiros de Olinda já estão nas casas e apartamentos da elite econômica e cultural pernambucana. Não se constituem, portanto, um fenômeno de insurreição social. Pelo contrário, trata-se de visibilidade e inserção no mercado de arte pernambucano

PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO DA GRAFITAGEM DA SODECA

Rratificação Federal bem como a Lei 4849/92 não prevêm a grafiteagem, pois foram concebidas numa perspectiva conservacionista em que até a pintura das fachadas devem ser

feitas em cal. Não só isso, a grafiteagem é fenômeno contemporâneo não se constituindo objeto de discussão na Legislação em pauta.

A Lei 4849/92 é restritiva inclusive em relação as placas de identificação de comércio. A 'proposta sobre grafiteagem ou arte urbana da SODECA aqui apresentada segue critérios teóricos de natureza morfológica e de natureza urbanística. A paisagem urbana e a proteção à paisagem ao patrimônio urbano e edificado é o elemento norteador maior, em respeito não só às Leis de proteção ao SHO mas também à constituição federal que assegura a todo cidadão o Direito à Paisagem.

O grafite deve ser excluído de todos os muros e paredes das ruas cuja urbanização se deu nos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e início do século XX, a exemplo da rua do Amparo, documentos vivos que são da urbanização e da história urbana.

A grafiteagem deve ser permitida e mesmo estimulada em áreas de urbanização mais recente, exigindo, mesmo assim, um estudo de inserção na paisagem

Estão excluídas todas as propostas de grafiteagem nas ruas que não estejam enquadradas no critério área de urbanização recentes, tais como Amaro Branco, Guadalupe (ver mapa)

Ressalva se faz ao Amaro Branco, pela permissibilidade da Lei Municipal que permitiu na área , e em desacordo com a Lei Federal, construções em dois pavimentos, no Rosário e Guadalupe pois a visualidade da área já foi extremamente comprometida

Na prática depreende-se que a metodologia anteriormente aplicada por Paulo Ormino para definir as regras urbanísticas, segundo as leis de visualidade urbana, foram abandonadas e, em decorrência a visualidade do morro alterada pois no perfil do atual inserem-se edificações de 3 a 4 pavimentos, dependendo da declividade em que o imóvel está inserido.

A cidade deve ser concebida como obra de arte, os muros da cidade de Olinda extrapolam os limites do sítio histórico, portanto, que se pense uma política que integre projeto de arquitetura e arte urbana, assim como foi prática urbanística em todos os períodos de histórica da arquitetura.

Qualquer permissão de grafitação deve ser analisada segundo o Estatuto da Cidade, que “regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”, para instituir e regular o direito à paisagem urbana.

Existe dificuldade em delimitar as áreas de proteção mas a proposta de perímetro é:

Av. Santos Dumont,

Largo dos Milagres,

Sigismundo Gonçalves

Rua João Pessoa

Travessa Dantas

Luis Gomes

Bispo Coutinho

Estrada do Bom Sucesso até o número 209

Rua de São João até número 578

Largo da Igreja de N. S. de Guadalupe e rua n. s. de Guadalupe (fazer estudo de paisagem)

Setor Comercial do Varadouro.

Permitir

Ruas de serviço

Rua Luiz Gomes até a portão do cemitério (festival anual)

Joaquim Nabuco a partir do número 147 interrompendo

Vera Milet Pinheiro